

vol /

02

Cap. 3

3. Património e paisagem cultural

3.1. Os recursos e os valores patrimoniais no território.

3.2. Para uma leitura histórica da paisagem e do território.

Cap. 4

4. A paisagem, o património e o futuro.

4.1. O território hoje: património, recursos e serviços.

4.2. Património e paisagem: unidades homogêneas.

4.3. A Aboboreira: património, natureza e paisagem.

Um olhar sobre o futuro.

cmrta
baixo
tâmega

ON2
o novo norte
Associação de Municípios

PARQUE
REGIONAL
ESTRATÉGICO
NOROCCIDENTAL
NUTRIÇÃO



Fundo Europeu
Desenvolvimento Regional

02

serra da aboboreira | património, natureza e paisagem

vol /

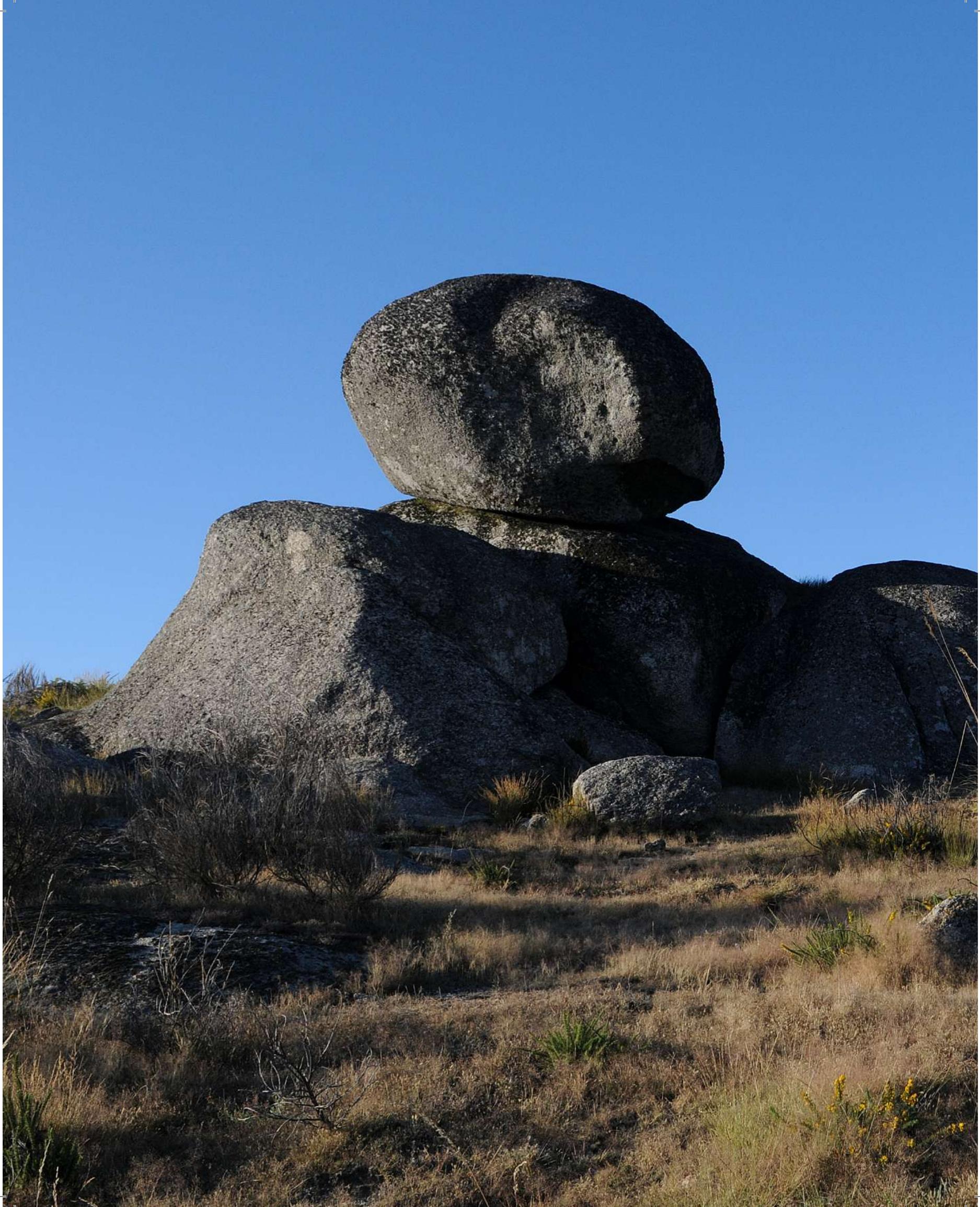
02

serra da **aboboreira**

património, natureza e paisagem

serra da **aboboreira**







Aboboreira patrimônio, natureza e paisagem

vol. II



3. Património e paisagem cultural

C Stockler, R Teixeira (Coord.)

3.1. Os recursos e os valores patrimoniais no território	7
3.1.1. Património Arqueológico e Arquitectónico	7
3.1.2. Coleções Museológicas de Arqueologia	29
3.1.3. Fundos Arquivísticos e Conservação de Memórias	35
3.1.4. Valoração do Património Cultural	41
3.1.5. Riscos sobre o património cultural	53
3.2. Para uma leitura histórica da paisagem e do território	63
3.2.1. Pré-História	63
3.2.2. Proto-História e Romanização do Território	92
3.2.3. Entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média	103
3.2.4. A construção da paisagem tradicional, entre a Idade Média e a atualidade	113
Bibliografia do Património Cultural	134

4. A paisagem, o património e o futuro

J Honrado, J Alonso, C Stockler, R Teixeira (Coord.)

4.1. O território hoje: património, recursos e serviços	143
4.2. Património e paisagem: unidades homogéneas	148
4.2.1. Aboboreira e Castelo	149
4.2.2. Marão	153
4.2.3. Ovelha	156
4.2.4. Ovil	160
4.3. A Aboboreira: património, natureza e paisagem. Um olhar sobre o futuro	163
4.3.1. Património natural paisagens culturais e território	163
Ficha Técnica	170

3.

Património e paisagem cultural

3.1. Os recursos e os valores patrimoniais no território

C Stockler, R. Teixeira

Região ainda fortemente marcada pela ruralidade, o Baixo Tâmega reúne áreas e paisagens muito diversificadas que se distribuem desde as margens do Douro e do Tâmega até às zonas montanhosas das Serras da Aboboreira, Castelo e do Marão, espaços que o homem foi sucessivamente ocupando e transformando, de forma também diferenciada, ao longo de milhares de anos. Como resultado deste processo histórico constituiu-se uma vasta herança cultural que se manifesta nas atuais formas de povoamento, ocupação e organização do território e se materializa também num importante legado de natureza arqueológica e arquitetónica que deverá ser entendido, simultaneamente, como fator identitário e como recurso com enorme potencial nas estratégias de promoção e valorização deste território.

Como síntese dos estudos desenvolvidos ao longo das duas fases do projecto, dedica-se a primeira secção deste capítulo ao processo de inventário destes recursos patrimoniais – património arqueológico e arquitetónico, documentos e fundos arquivísticos, coleções museológicas de arqueologia – e aos resultados dos subsequentes exercícios de valoração e zonamento dos bens patrimoniais presentes no território.

Na segunda secção ensaia-se uma leitura geral e diacrónica da paisagem cultural do Baixo Tâmega, realizada na perspetiva da longa duração, desde a Pré-História à formação da designada “paisagem tradicional” cujos traços permanecem ainda tão fortemente vinculados no presente.

3.1.1 Património arqueológico e Arquitetónico

Como preconizado, os estudos realizados no âmbito do Património Cultural do Baixo Tâmega decorreram em duas fases: a primeira, de enquadramento geral, abrangeu a totalidade da área dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses; a segunda, de aprofundamento da pesquisa, centrou-se num território mais restrito localizado na zona de confluência dos três municípios – Serras graníticas orientais (Aboboreira – Castelo – Marão) – área eleita pela maior convergência de valores elevados de carácter cultural e natural, em resultado do cruzamento dos exercícios de valoração multi-critério realizados por ambos os estudos setoriais.

Metodologia e resultados do inventário

A conceção de um inventário georreferenciado, reunindo a informação referente ao património arqueológico e arquitetónico da região, constituiu a tarefa nuclear dos estudos realizados, possibilitando as subsequentes ações de valoração multicritério e zonamento patrimonial do território.

O inventário teve por base inicial o tratamento dos dados informativos que constavam nos designados inventários institucionais do património, nomeadamente as três principais bases de dados disponíveis on-line, atualmente geridas pelo IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: 1- base de dados do *Endovelico*, referente ao património arqueológico (ex-IPA); 2- base de dados do *Património Imóvel*, referente ao património objecto de procedimentos de classificação (ex-IPPAR); 3- base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (ex-DGEMN).

O tratamento da informação obtida implicou um trabalho prévio de validação e uniformização de critérios e de nomenclaturas, visto tratarem-se de fontes de natureza e características distintas. Para o efeito foi criada uma bases de dados específica que permitiu reunir e sistematizar toda a informação, à medida que a mesma foi sendo coligida e tratada. Os diferentes campos desta base de dados foram concebidos de forma a responder aos propósitos do estudo – nomeadamente a identificação, localização, caraterização e avaliação dos

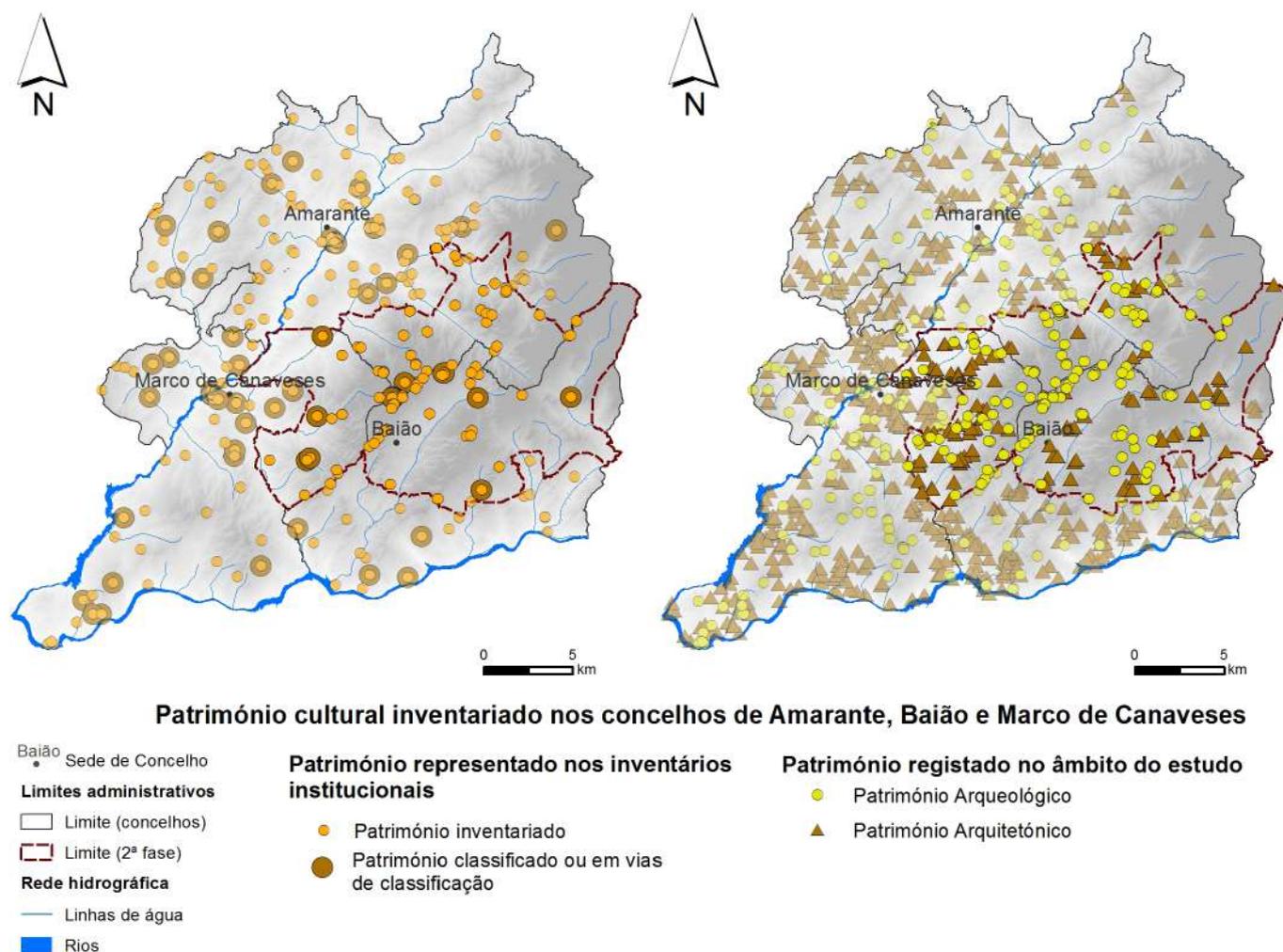


Fig. 3.1 - Cartas do património registado nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses

bens patrimoniais – e a permitir a exportação dos dados em formato compatível com a produção de cartografia georreferenciada, em ambiente de SIG e o cruzamento com os resultados dos estudos realizados no âmbito do património natural.

Este processo inicial permitiu registar 411 elementos patrimoniais na área dos três municípios, 63 dos quais se encontravam classificados ou em vias de classificação (Fig. 3.1).

Rapidamente se constatou que estes primeiros resultados do inventário se mostravam insuficientes para os propósitos do estudo, uma vez que não refletiam a verdadeira dimensão e riqueza do património representado no território. Embora possuindo o mérito de reunir e apresentar um conjunto de dados informativos relevantes sobre o património arqueológico e arquitetónico nacional, os inventários institucionais evidenciavam imprecisões, desequilíbrios e lacunas importantes no registo do património não classificado, manifestando uma cobertura irregular e deficitária do território resultante de processos pouco sistemáticos e até casuísticos de aquisição e registo da informação representada.

Na sequência desta apreciação, o trabalho desenvolveu-se no sentido do alargamento do âmbito de incidência do inventário, de forma a que este resultasse mais abrangente e representativo, condições entendidas como essenciais para a concretização dos objetivos propostos, nomeadamente o da execução do subsequente exercício de valoração e zonamento patrimonial do território. Para o efeito, privilegiou-se uma mais intensa pesquisa bibliográfica e de outras fontes informativas, acompanhada de trabalho de campo seletivo e direcionado, ações que permitiram ampliar de forma significativa o número de situações patrimoniais referenciadas e, deste modo, aumentar o grau de representatividade do inventário. Como resultado deste processo, o número de elementos identificados na área dos três municípios foi substancialmente incrementado, passando a contar com mais de 1000 registos (Fig. 3.1).

Natureza do património identificado

A distinção tradicional entre património arqueológico, representado por cerca de três centenas de sítios, e património arquitetónico, que concentra a maioria dos bens inventariados, foi mantida neste estudo por razões de carácter meramente operativo. De facto, esta distinção revela-se algo redutora e não traduz com o rigor necessário a verdadeira natureza, complexidade e riqueza do património identificado. Efetivamente, uma parte substancial do designado património arquitetónico possui intimamente associada uma forte componente arqueológica. Esta reside não só nos vestígios potencialmente conservados no solo dos edifícios mas também na própria sobreposição de fases construtivas que os mesmos evidenciam – suscetível de leitura arqueológica e estratigráfica através da designada arqueologia da arquitetura – aspetos particularmente evidentes nas construções mais complexas ou com uma longa história de ocupação e transformação, como é o caso da maioria das igrejas paroquiais, dos mosteiros, das pontes ou de muitas das casas que possuem vários séculos de história.

Assumindo assim a natureza meramente operativa da distinção, o quadro apresentado (Quadro 3.1) ilustra a relação quantitativa entre património arqueológico e património arquitetónico considerado no âmbito das duas fases do estudo.

Quadro 3.1 - síntese do inventário do património cultural registado no âmbito das duas fases do estudo.

	Área da 1ª Fase (Amarante, Baião, M. de Canaveses)	Área da 2ª Fase (Aboboreira – Castelo - Marão)
Património Arqueológico	304	129
Património Arquitetónico	719	182

Como fica expresso, quando se considera a área global dos três municípios, a dimensão quantitativa do património arquitetónico sobressai relativamente ao património estritamente arqueológico, evidenciando um legado histórico fortemente associado a zonas de encosta e aos vales onde se registam as maiores densidades de ocupação humana, ao longo dos últimos séculos. À medida que se ascende aos espaços montanhosos das Serras ganíticas orientais, de povoamento mais raro e onde prevalecem os aglomerados rurais de montanha, verifica-se um maior equilíbrio numérico entre as realidades arqueológicas e arquitetónicas presentes no território.

Obviamente, não é propósito desta síntese fazer a apreciação individualizada, nem sequer a apresentação em listagem, das largas centenas de elementos patrimoniais referenciados ao longo do estudo. Cabe aqui, sobretudo, apontar as principais categorias crono-tipológicas que constam do inventário e que caracterizam e ajudam a individualizar a identidade patrimonial da região, em geral, e a da área das Serras ganíticas orientais, em particular, designadas daqui para a frente como Serra da Aboboreira, enquanto ponto central desta unidade montanhosa.

No domínio do património arquitetónico, os designados Solares, Casas Nobres e Casas Principais (Fig. 3.5), representados na área dos três municípios por cerca de 400 registos, formam a categoria patrimonial mais numerosa. Revelando a intensa ocupação e aproveitamento das zonas de vale e das terras mais férteis, marcam fortemente a paisagem atual e constituem, sem dúvida, um dos elementos identitários mais fortes da região e da sua história, associando-se a uma intensa senhoriação do espaço que se encontra aqui enraizada desde o período medieval.

A senhoriação monástica do território, também ela, na sua maioria, de raiz medieval, expressa-se na presença de perto de duas dezenas de mosteiros e casas conventuais. Muitos destes pequenos mosteiros acabariam por ser extintos antes do século XVI ou durante esta centúria, período marcado por reformas tendentes à concentração monástica, como se verifica no caso do Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante que cresceria e permaneceria até 1834 absorvendo o património de vários outros mosteiros que se haviam implantado em época medieval na periferia da vila de Amarante e que seriam então



Fig. 3.2 e 3.3 - Mosteiro de Ancede, Baião. Documentado desde o século XII, este conjunto monástico associa importantes valores de natureza arquitetónica e arqueológica.



Fig. 3.4 - Paço de Dona Loba, Padronelo, Amarante.



Fig. 3.5 - Casa de Aldegão, Folhada, Marco de Canaveses.



extintos. Outras casas monásticas, de origem igualmente medieval, como Travanca (Fig. 3.8), Vila Boa do Bispo, Alpendurada, Ancede e ainda Mancelos persistiriam até 1834, tendo conhecido ao longo dos séculos XVII e XVIII grandes programas de obras que deram origem a conjuntos arquitetónicos complexos e monumentais com grande expressão na paisagem cultural deste território.

Ainda no domínio do património arquitetónico religioso inventariado, importa assinalar o conjunto notável de templos paroquiais reveladores da riqueza e densidade de um território composto por cerca de 90 paróquias, a maioria das quais possuindo origem medieval. Repositório de uma história multissecular, cerca de um terço destes templos exhibe ainda estrutura ou vestígios significativos de arquitetura românica ou gótica.

Fig.3.6 e 3.7 - Igreja de Santo André de Quires, Marco de Canaveses.

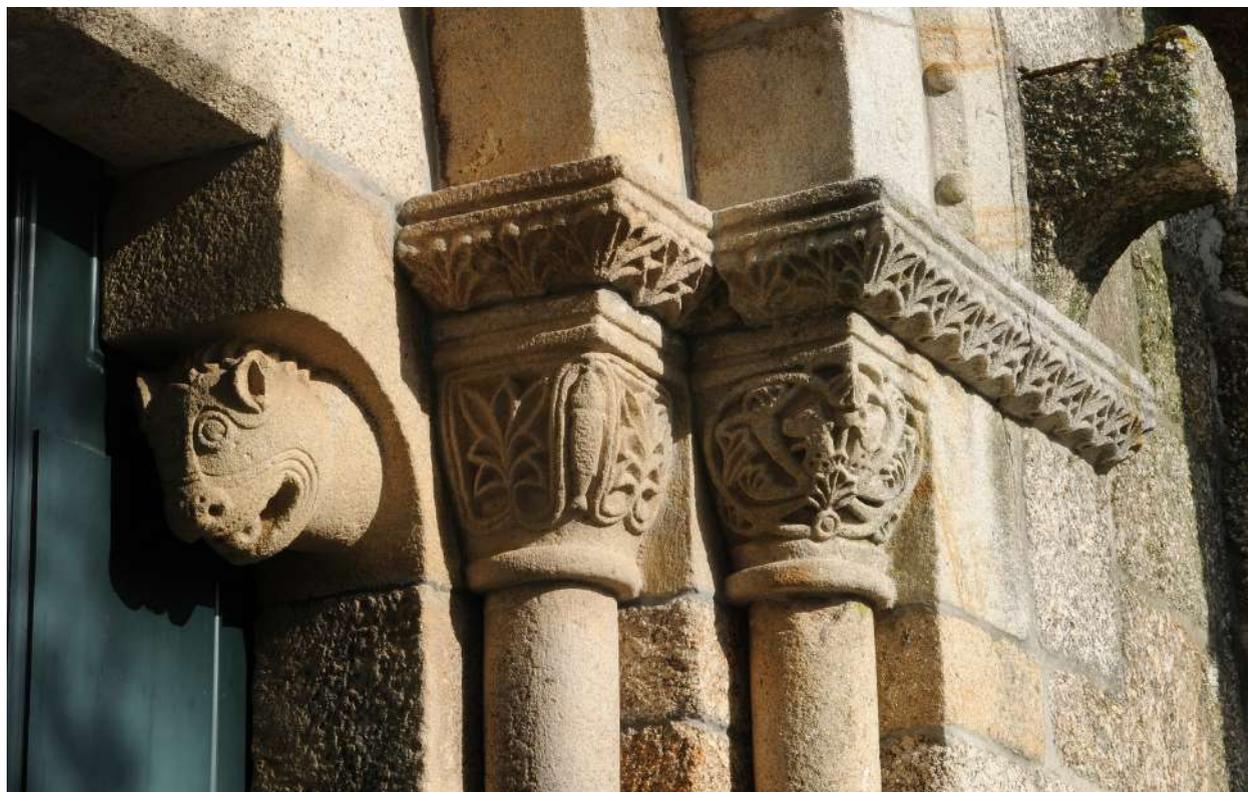




Fig.3.8 - Mosteiro de Travanca, Amarante.



Muitos deles conservam também importantes testemunhos de pintura mural dos séculos XV e XVI (Fig. 3.10 e 3.11) que têm vindo a ser revelados, estudados e valorizados na sequência de obras de reabilitação dos templos, identificando-se mesmo a presença de diferentes oficinas de pintura mural - reunindo características técnicas e estilísticas próprias - que teriam estado ativas na região, durante aquele período.

Mantendo-nos no quadro da unidade paroquial, o inventário reúne também um conjunto numeroso de capelas (Fig. 3.9), cruzeiros, alminhas e calvários, elementos que revelam a forte sacralização dos antigos territórios paroquiais e continuam expressivamente a pontuar a paisagem desta região.

Fig.3.9 - Capela de Nossa Senhora da Aparecida, Folhada, Marco de Canaveses.



Fig 3.10 e 3.11 - Igreja de Tabuado, Marco de Canaveses.



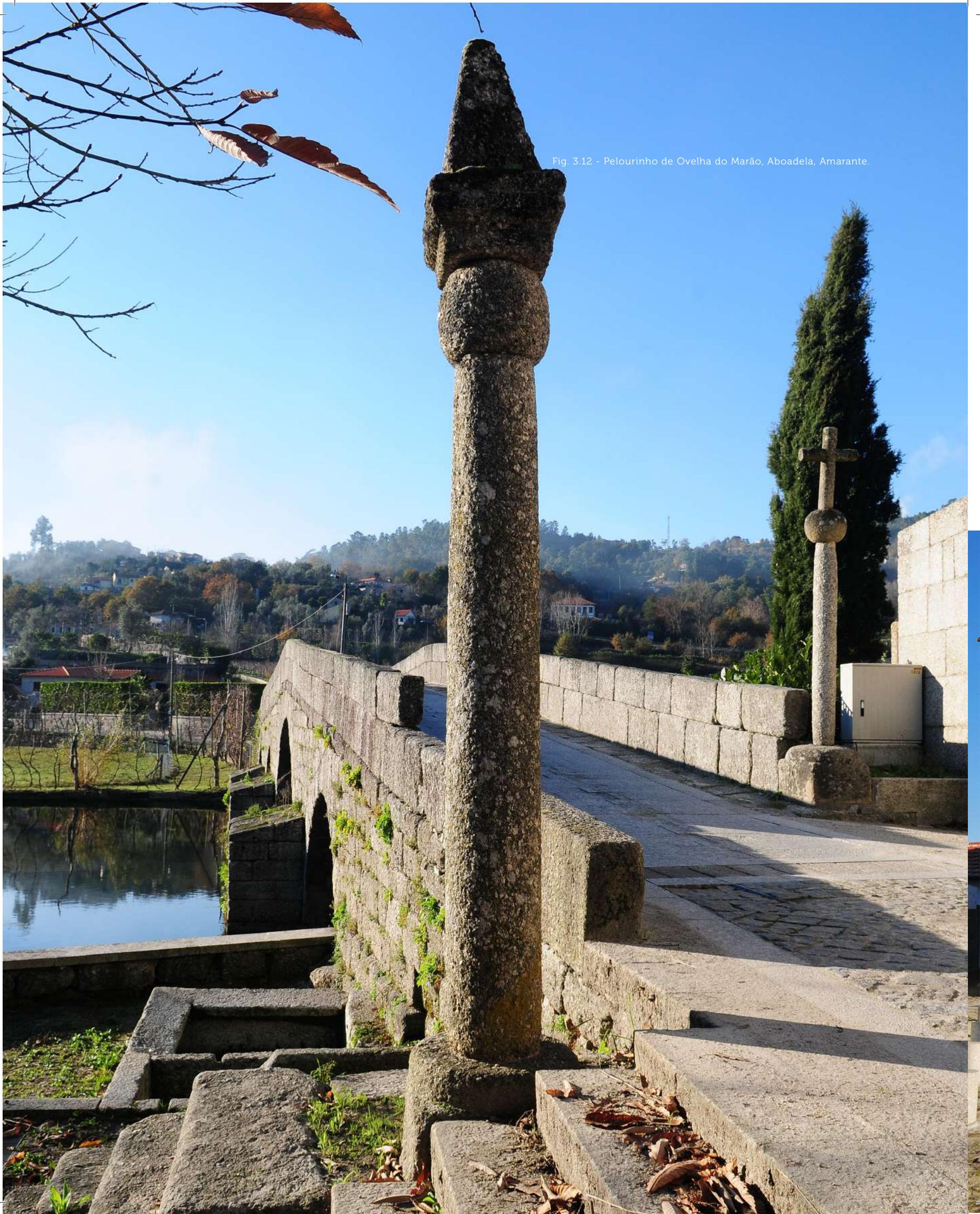


Fig. 3.12 - Pelourinho de Ovelha do Marão, Aboadela, Amarante.

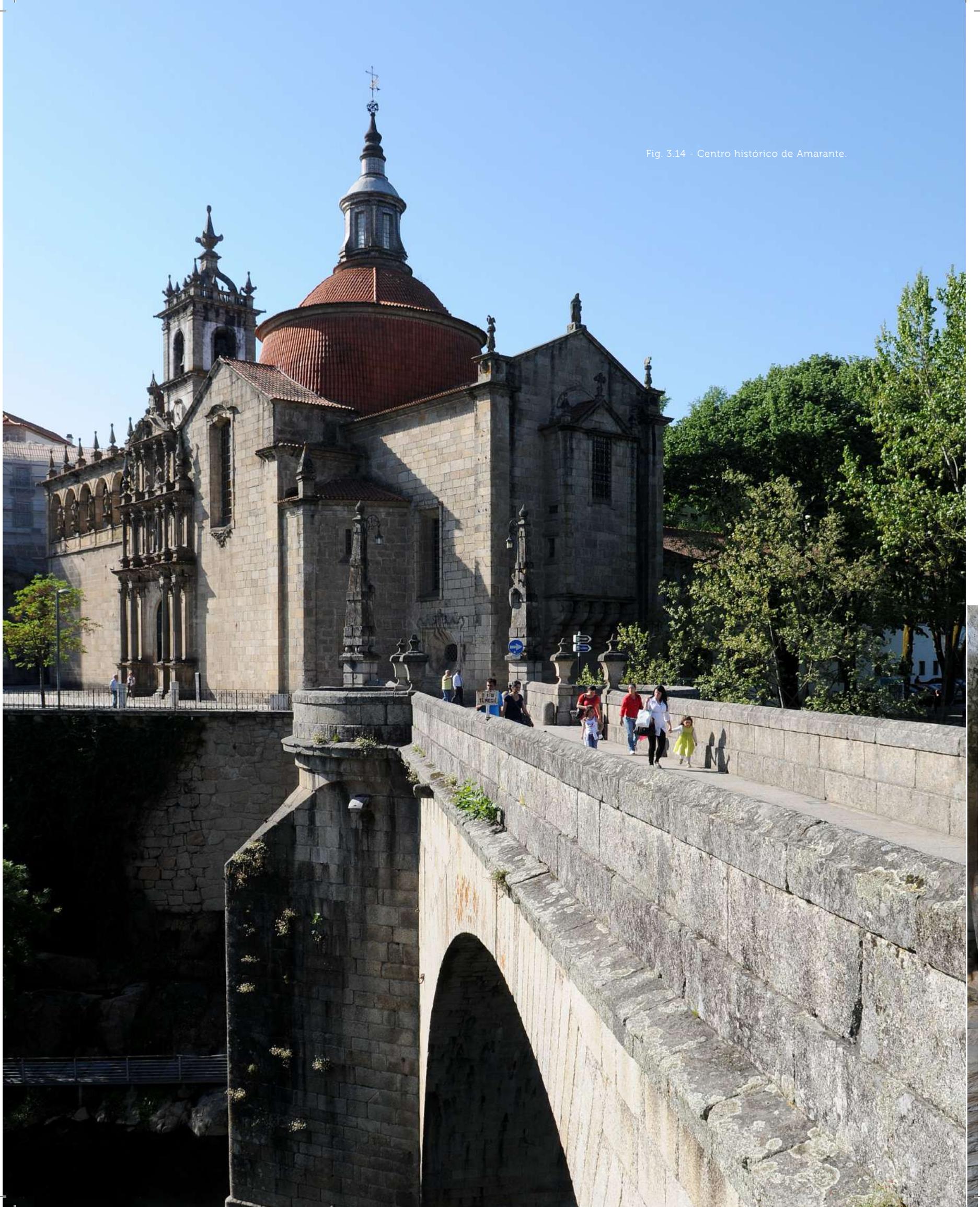
O património arquitetónico associado às povoações que foram sedes das antigas jurisdições concelhias – especificamente formado por Pelourinhos (Fig. 3.12 e 3.13), Casas da Câmara, Tribunais e Cadeias – como as de Gouveia, Santa Cruz de Riba Tâmega, Soalhães, Gestaço, entre outras, constitui um legado de grande valor histórico e simbólico que remete para formas de organização do território que prevaleceram desde, pelo menos, o séc. XVI até às reformas administrativas do século XIX que instituíram os atuais concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses.

Naturalmente, assume aqui grande notoriedade o vasto património urbano de Amarante (Fig. 3.14), centro que surge intimamente associado à ponte que proporcionava a travessia do Tâmega, num dos principais trajectos de articulação inter-regional, ligando o litoral ao interior do país.

Fig. 3.13 - Pelourinho de Vila Meã, Amarante



Fig. 3.14 - Centro histórico de Amarante.



Além destas, o inventário do património arquitetónico contempla ainda muitas outras categorias tipológicas, algumas por vezes pouco valorizadas, como os conjuntos de moinhos e o património ferroviário - estações, túneis, pontes e viadutos - representativos respetivamente da paisagem rural tradicional ou do enquadramento da região nas dinâmicas de progresso e modernidade introduzidas pela construção das linhas do Douro e do Tâmega nos finais do século XIX e inícios do século XX.

No domínio do património arqueológico, já vimos que o território conta com mais de 300 sítios inventariados, número que poderá certamente vir a ser ampliado através de futuros trabalhos sistemáticos de pesquisa e prospeções de campo. Povoados e monumentos funerários pré-históricos; castros da Idade do Ferro e do período romano; povoados, necrópoles, epígrafes e tesouros monetários romanos; castelos e conjuntos de sepulturas rupestres do período medieval são, entre outras, as categorias crono-tipológicas mais representadas no património arqueológico regional.

Devemos reconhecer que a maioria carece ainda de estudos e caracterização aprofundados, tarefa que implica o necessário recurso a trabalhos científicos de escavação arqueológica. Em todo o caso podemos afirmar que os sítios arqueológicos inventariados cobrem um âmbito cronológico vasto, de vários milénios, desde a Pré-História ao período medieval e constituem frequentemente o único meio que dispomos para aceder a uma parte substancial da história do Baixo Tâmega.

Fig. 3.15 - Cidade Romana de Tongobriga, Freixo, Marco de Canaveses.



Por tudo isso, representam um recurso inestimável cuja salvaguarda importa prioritariamente garantir, para depois, concertadamente, promover o seu estudo, valorização e divulgação, concorrendo de uma forma global e integrada para a desejada promoção deste território.

Nesta perspetiva, merecem aqui destaque muito particular a designada Área Arqueológica do Freixo¹ - cidade Romana de Tongobriga (Fig. 3.15) - e o conjunto de monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira², sítios incontornáveis do património e da identidade arqueológica do território, cuja importância se projeta para lá deste espaço regional, devido, em grande medida, aos trabalhos contínuos de investigação e divulgação neles desenvolvidos.

Centrando-nos agora, mais especificamente no território definido pelas 16 freguesias seleccionadas para a segunda fase dos estudos – espaço aqui genericamente designado por Serra da Aboboreira – verificam-se algumas particularidades que o individualizam do panorama geral que apresentámos para o património conjunto dos três concelhos.

Naturalmente, não constitui um território à parte cuja leitura possa ser dissociada da região mais vasta onde se insere, mas determinadas características naturais – como a altitude, a geomorfologia e o clima - conferem-lhe especificidades que se manifestam historicamente em distintas formas de ocupação do espaço e, conseqüentemente, se traduzem num património cultural de natureza e características cronotípicas algo distintas das do restante território.

Vimos já que se regista aqui um maior equilíbrio numérico entre elementos patrimoniais arqueológicos (135 referências) e arquitetónicos (182 referências), mas a importância relativa do património arqueológico desta área evidencia-se numa forte concentração, representando mais de 40% dos sítios identificados em toda a área dos três concelhos.

Encontram-se assinalados sítios arqueológicos de todos os períodos cronológicos, mas a quantidade de sítios pré-históricos sobressai e ultrapassa largamente o conjunto formado pelos vestígios de todos os outros períodos (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 - Categorias cronológicas do património arqueológico das Serras da Aboboreira e do Castelo

Período	Nº de Sítios
Pré-História	75
Proto-História	8
Período Romano	18
Idade Média	30

Entre os 75 sítios pré-históricos contam-se vários povoados ou locais compostos por estruturas em negativo, do tipo “fossa” – como Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo e Vale Quintela – e sobretudo um conjunto numeroso de monumentos sob tumulus que dominam as zonas planálticas acima dos 800 m de altitude, formando alguns núcleos importantes – como Chã de Arcas, Chã de Parada (Fig. 3.16), Chã de Carvalhal, Outeiro de Ante, Outeiro de Gregos ou Meninas do Crasto - , estações que têm sido objeto de estudo e valorização no âmbito do projeto anteriormente mencionado, do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira.

1 O projecto, impulsionado por Lino Tavares Dias a partir de finais dos anos 80, para além da componente de investigação arqueológica, patente na tese de doutoramento deste investigador, passou a integrar os interesses de salvaguarda nacionais com a definição e classificação da Área Arqueológica do Freixo como Monumento Nacional em 1986, assim como a responsabilidade de formação técnica com a criação, em 1990, da Escola Profissional de Arqueologia promovida pelos Ministérios da Cultura e da Educação.

2 O projecto CASA – Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira – , iniciado no final da década de 70, foi liderado até meados dos anos 90 por Vítor Oliveira Jorge, tendo-se desenvolvido em íntima ligação com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e com o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Albergando uma ampla equipa de investigadores, os trabalhos incluíram prospeções sistemáticas, inventariação de sítios arqueológicos, escavação e valorização de algumas estações, realização de estudos paleo-ambientais e a publicação da revista Arqueologia. A área de estudo deste projeto circunscreve-se ao vale do rio oval e aos planaltos adjacentes: as Serras da Aboboreira e Castelo.

Fig. 3.16 - Dólmen de Chã de Parada 1, Loivos do Monte, Baião.

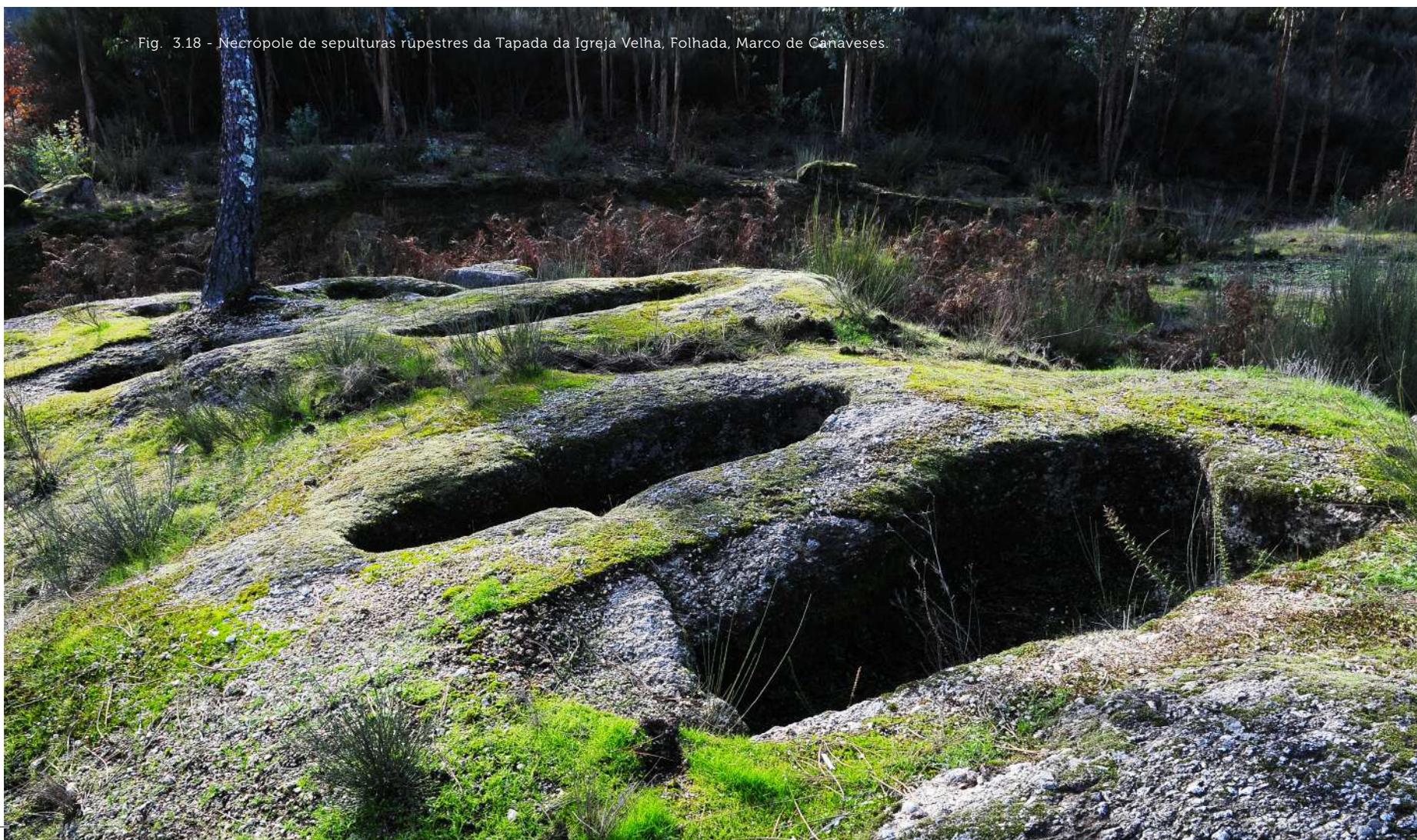




Fig. 3.17 - Castro de Pinheiro, Várzea de Ovelha e Aliviada, Marco de Canaveses.

Do período Proto-Histórico, contam-se 8 castros - povoados fortificados que exibem uma ou mais linhas de muralhas e nalguns casos um fosso externo - cuja implantação ocorre geralmente em patamares altimétricos situados entre os 400 e 500 m de altitude, localizando-se em zonas de encosta da bacia do Douro e principalmente do Tâmega (Fig. 3.17), sobranceiros aos vales de cursos fluviais seus afluentes, como os Rios Marão, Ovelha ou Teixeira.

Fig. 3.18 - Necrópole de sepulturas rúpestres da Tapada da Igreja Velha, Folhada, Marco de Canaveses.



Nesta área, os vestígios atribuíveis ao período romano distribuem-se também por zonas de encosta e vale, sobretudo abaixo dos 500m de altitude, sendo compostos por três povoados fortificados, seis habitats abertos, duas necrópoles e quatro epígrafes, uma das quais - marco milário - associada à importante via imperial que, por Tongobriga, ligava Braga a Mérida.

O património arqueológico do período medieval possui algum relevo nesta área, que concentra vestígios importantes de seis castelos roqueiros (Fig. 3.19), localizados principalmente nas encostas viradas à bacia do Tâmega, registando-se ainda onze necrópoles ou sepulturas escavadas na rocha (Fig. 3.18), e um problemático conjunto de covas rupestres, algumas das quais eventualmente representativas de eremitérios ou habitats deste período.



Fig. 3.19 - Castelo de Cotos, Varzea da Ovelha e Aliviada, Marco de Canaveses

Fig. 3.20 - Aglomerado rural de Mafomedes, Teixeira, Baião.





Contrastando com o que se observa no domínio do património arqueológico, os elementos arquitetónicos registados na Serra da Aboboreira representam apenas 25% do património arquitetónico inventariado nos três concelhos. Entre as quinze categorias tipológicas identificadas, seis encontram-se representadas por mais de uma dezena de elementos (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 - Categorias tipológicas do património arquitetónico representadas por mais de uma dezena de elementos, na área da 2ª fase

Categoria	N.º
Casas	56
Capelas	39
Conjuntos de Moinhos	20
Igrejas	17
Aglomerados rurais	15
Alminhas	11

As casas nobres ou principais, tal como na restante área, continuam a ser a categoria que predomina, embora de forma menos acentuada. Igrejas, capelas e alminhas apresentam uma íntima associação com o número dos territórios paroquiais/freguesias considerado neste espaço. É sobretudo na presença e importância dos aglomerados rurais de montanha – exibindo uma morfologia concentrada de construções graníticas, onde se identifica frequentemente o espaço de uma grande eira comum, implantada em local destacado e envolvida por conjuntos de espigueiros (Fig. 3.21) - que a área mais se individualiza. Surgindo em zonas de povoamento mais raro, acima dos 700 metros de altitude, estas aldeias serranas (Fig. 3.20) organizam e polarizam todo o espaço rural envolvente marcado pelo recortado parcelário agrícola, pelos conjuntos de moinhos (Fig. 3.22) e por complexas redes de caminhos e de captação e distribuição de água, aspetos que no seu conjunto conferem um carácter identitário muito forte a esta paisagem.

Valorização do território

O resultado do inventário torna evidente a riqueza patrimonial de um território em que os bens de natureza arqueológica e arquitetónica assumem um largo espectro crono-tipológico, revelador das densidades e dinâmicas da ocupação humana nos vários momentos da sua história. Embora seja possível e desejável partir para estudos mais aprofundados e sistemáticos, a informação já reunida proporciona novas e enriquecedoras leituras que introduzem e valorizam a dimensão histórica que está subjacente e faz parte integrante da paisagem atual do território do Baixo Tâmega.

Sob a forma de base de dados associada a um sistema de informação geográfica, o inventário do património cultural pode constituir também um instrumento com vincado carácter estratégico não só no conhecimento, como na gestão e valorização do território. Como tal deve ser incorporado nos vários instrumentos de ordenamento do território regional, devendo ser também continuamente promovida a sua atualização e aprofundamento, de forma a refletir a evolução do estado do conhecimento e o próprio estado de conservação do património referenciado, e a permitir ainda a incorporação de novos achados, aspeto particularmente relevante no domínio do património arqueológico.



Fig. 3.21 - Conjunto de espigueiros em Murgido, Candemil, Amarante.

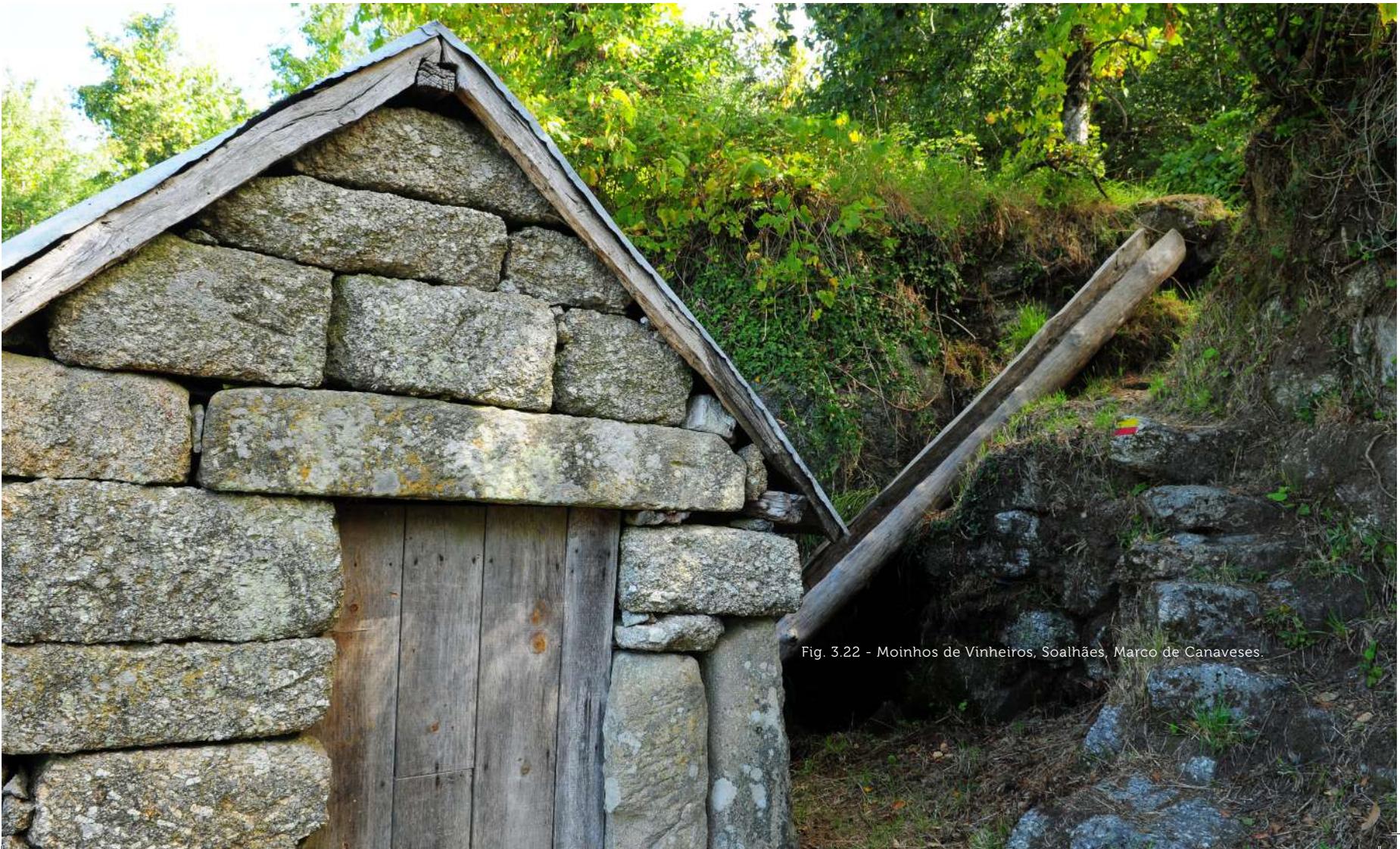


Fig. 3.22 - Moinhos de Vinheiros, Soalhães, Marco de Canaveses.



3.1.2 Coleções museológicas de arqueologia

R. Teixeira, L. Cunha

O quadro geral de caracterização do património arqueológico do Baixo Tâmega ficaria necessariamente incompleto se não fizessemos referência ao notável conjunto de peças proveniente de sítios arqueológicos desta área geográfica que se encontra atualmente disperso em mão de particulares ou depositado em coleções museológicas pertencentes a instituições de carácter público ou privado, sedeadas na região ou em território nacional (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 - Principais instituições onde se encontram depositadas peças provenientes de recolhas avulsas em sítios arqueológicos do Baixo Tâmega.

Instituições	Localização
Museu Nacional de Arqueologia	Lisboa
Museu Nacional Soares dos Reis	Porto
Museu D. Diogo de Sousa	Braga
Museu da Sociedade Martins Sarmento	Guimarães
Museu de Etnografia e História	Porto
Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso	Amarante
Museu Municipal de Baião	Baião
Museu Municipal de Marco de Canaveses	Marco de Canaveses
Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense	Porto
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra	Coimbra
Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto	Porto

Embora não se encontrando já efetivamente presentes nos seus contextos arqueológicos originais, estes materiais fazem parte integrante do património cultural da região e constituem, juntamente com a informação que lhes está associada, recursos a explorar e valorizar, nomeadamente pelo enorme potencial informativo e expositivo que encerram. Além disso constituem geralmente a única evidência disponível acerca de sítios arqueológicos que entretanto foram destruídos ou cuja localização exata se desconhece, o que lhes confere um valor incontornável como testemunho científico e informativo.

Não nos referimos aqui, naturalmente, às peças e materiais arqueológicos resultantes de trabalhos de investigação arqueológica programada, em sítios bem caracterizados do ponto de vista científico, mas às numerosas recolhas avulsas, fruto geralmente de achados ocasionais ocorridos entre as últimas décadas do século XIX e os anos 60 do século XX, devidas, entre outras, à iniciativa de figuras proeminentes ligadas à história da arqueologia nacional, como Joaquim Leite de Vasconcelos, Martins Sarmento, Ricardo Severo, José Fortes, Manuel de Vasconcelos, Henrique Botelho, Mendes Corrêa, Pedro Vitorino, Mário Cardozo, Domingos de Pinho Brandão e Manuel Heleno.

Obviamente, não vamos entrar em detalhes sobre todos estes achados, mas tão só destacar a natureza crono-tipológica dos principais conjuntos. Trata-se efetivamente de uma grande variedade de peças, de vários períodos históricos, mas onde predominam claramente as de cronologia romana.

Do período pré-histórico é de mencionar o conjunto de instrumentos líticos – goiva, machado de pedra polida, lâmina e ponta de seta em sílex – provenientes da designada Gruta das Coriscadas (Soalhães, Marco de Canaveses), encontrado nos finais do século XIX e depositado no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Sarmiento 1882, II, 198; Cardozo 1950, 477-478).



Fig. 3.23 - Arrecadas proto-históricas em ouro, pertencentes ao designado Tesouro de Baião. Museu Nacional de Arqueologia.

Mais notáveis são as peças de ourivesaria atribuídas ao período proto-histórico, representadas pelo designado Tesouro de Gondeiro (Salvador do Monte, Amarante), constituído por dois torques de ouro maciço com decoração geométrica e um anel espiralado em quatro voltas, encontrados por volta de 1929 na base do castro do Picoto ou Outeiro das Chapas, e depositados no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Silva, A.1986: 247). Do mesmo período é o excepcional Tesouro de Baião (Fig. 3.23), cujas circunstâncias e local exatos de achado se desconhecem. É formado por várias peças de ourivesaria, integrando quatro arrecadas em forma de lúmula radiada com lâmina central semicircular decorada, um colar articulado de contas e pendentos, uma gargantilha, e doze botões, encontrando-se em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (VV.AA 1953: 283-306; Silva, A. 1988: 252, 260, 264).

Como já referimos, o conjunto mais abundante, formado por centenas de peças, na sua maioria em cerâmica, é proveniente de várias necrópoles do período romano (Fig. 3.24), dos concelhos de Marco de Canaveses, Baião e principalmente de Amarante. Das cerca de duas dezenas de necrópoles registadas neste concelho, que foram mais recentemente objeto de estudo académico por parte de Helena Portela (Portela 1998), conhece-se um numeroso acervo de peças depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, no Museu Amadeo de Souza-Cardoso, na Casa de Teixeira de Pascoaes, no Museu do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, no Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, no Museu D. Diogo de Sousa e no Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense.

Embora as informações sobre os contextos arqueológicos de procedência sejam na maioria dos casos lacunares e até, por vezes, contraditórias, parecem tratar-se, na sua maioria, de peças associadas a necrópoles de incineração – em que o corpo do defunto seria previamente cremado – atribuíveis aos séculos II-IV, registando-se também alguns casos com indícios que apontam para rituais diferentes, já de inumação, como são os casos da necrópole de Laboriz (Telões, Amarante), necrópole da Chã da Portela (S. Simão de Gouveia, Amarante), ou necrópole da Quinta do Couraceiro/Louredo das Almas (Salvador do Monte, Amarante).



Em Baião, a necrópole do Bairral (Santa Leocádia, Baião), cujas peças se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, foi noticiada por Ricardo Severo em 1908 (Severo 1908). Apresentava também sepulturas de inumação, atribuíveis aos séculos III-IV, formadas por caixas retangulares parcialmente talhadas na rocha e com laterais em alvenaria de granito e tampa constituída por várias lajes.

O espólio recolhido nestas e noutras necrópoles da região é formado geralmente por peças inteiras ou em bom estado de conservação. Trata-se de objetos de uso quotidiano depositados nas sepulturas como oferendas funerárias que acompanhariam o defunto na vida além-túmulo - pratos, taças, bilhas, jarros, pequenos potes em cerâmica - , mas também de objetos metálicos como pregos, moedas e fíbulas em cobre, estas associadas à indumentária do defunto.

A distribuição destas necrópoles sugere-nos a densidade do povoamento rural, associada à rede viária ou distribuída pelos principais alvéolos agrícolas do território, e torna evidente a pesquisa que importa promover para identificar e estudar os locais de habitação associados a estes cemitérios, sejam eles verdadeiros povoados aglomerados – *vicus* – ou explorações agrícolas mais isoladas, do tipo casal ou *vila* romana.

Nesta mesma linha convergem os dados informativos proporcionados por um outro conjunto importante de peças de época romana também recolhidas no território dos três concelhos. Referimo-nos concretamente às epígrafes latinas que se encontram, na sua maioria, em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, no Museu de Arqueologia e Arte do Seminário Maior do Porto e no Museu Municipal de Baião (Fig. 3.25).

As lápides ou estelas de carácter funerário – em que se indica o nome e idade do defunto, a sua filiação, assim como os votos e a identificação dos dedicantes – encontram-se também naturalmente associadas a necrópoles, como é o caso das que foram recolhidas junto das igrejas de S. João de Ovil e de Santa Leocádia, em Baião.



Fig. 3.24 - Peças cerâmicas romanas da necrópole de S. João de Ovil. Museu Municipal de Baião.

Porém, o conjunto mais numeroso de epígrafes funerárias provém de Várzea do Douro, Marco de Canaveses, o que parece estar em consonância com a densidade e natureza dos vestígios aqui encontrados, os quais permitem alicerçar a hipótese da localidade corresponder a um povoado romano importante, do tipo *vicus* – cujo nome seria Tameobriga –, situado na margem do Douro, com claras funções viárias e de porto fluvial.

Com caráter votivo, assinalam-se várias epígrafes dedicadas a divindades latinas, como Júpiter, os Lares ou os Génios tutelares de localidades. O culto a Júpiter, pai dos deuses clássicos, é dos mais difundidos, registando-se em aras provenientes do Castelo (Carvalho de Rei, Amarante), em depósito no Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso (Dias 1997, 291-292); da Quinta de Pascoais (Gatão, Amarante), em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Portela 1998: 15; Cardozo 1972: 50); ou do Bairral (Santa Leocádia, Baião), em depósito no Museu de Arqueologia e Arte do Seminário Maior do Porto. As epígrafes dedicadas ao Génio tutelar das localidades assumem neste território grande relevância, contribuindo para a identificação da cidade romana de Tongobriga e do provável *vicus* de Tameobriga, a que já nos referimos. Ambas as epígrafes se encontram depositadas no Museu da Sociedade Martins Sarmento.

Ainda no âmbito dos testemunhos epigráficos, importa fazer referência aos marcos miliários – que assinalavam as distâncias ao longo das vias romanas – possuindo textos de caráter viário e honorífico. A título exemplificativo referimos apenas o que foi encontrado em 1930 no lugar da Carreirinha (Grilo, Baião) e se encontra no Museu Municipal de Baião, testemunho da via que ligava Bracara Augusta (Braga) a Emerita Augusta (Mérida), localizado no troço entre Tongobriga e o Douro (Fig. 3.26).

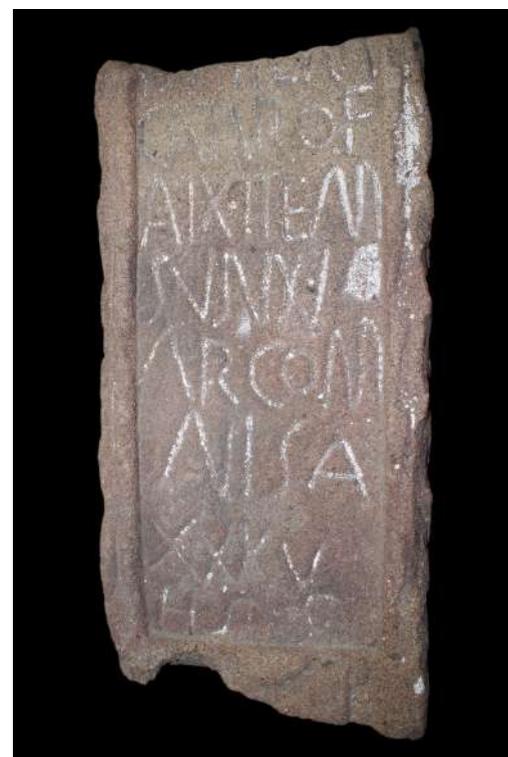


Fig. 3.25 - Lápide funerária de S. João de Ovil, Baião. Museu Municipal de Baião.

Fig. 3.26 - Marco miliário da Carreirinha. Séc. III. Museu Municipal de Baião.

Finalizamos este breve percurso pelas coleções museológicas de arqueologia, referindo-nos a um conjunto de peças muito singulares recolhidas em Frende, Baião, local onde se registam importantes vestígios tardo-romanos, paleocristãos e altomedievais. O primeiro grupo é composto por três baixos relevos que poderão ter feito parte do friso de um templo ou mausoléu, recolhidos por Leite de Vasconcelos e depositados no Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 3.27).

A outra peça é um notável mosaico funerário paleocristão com inscrição, atribuído ao século V, conservado no Museu do Seminário do Porto.

Ainda que de uma forma breve, julgamos que a simples alusão feita a alguns dos conjuntos de peças museológicas provenientes de sítios arqueológicos desta região demonstra, para além do valor intrínseco dos próprios objetos, a importância da informação que podem proporcionar para o conhecimento e valorização do património cultural do território.



Fig. 3.27 - Baixos relevos de Frende. Museu Nacional de Arqueologia.





3.1.3 Fundos arquivísticos e conservação de memórias

A. Barros

No âmbito deste projeto pretendeu-se identificar os documentos arquivísticos existentes para a região uma vez que se considera que os dados de arquivo devem ser encarados como elementos e expressões fulcrais, não somente da memória histórica, mas também do património histórico físico dessa mesma região.

Assim, e da forma que os entendemos - manuscritos e registos em pergaminho ou papel arquivados de forma tradicional -, os documentos, materiais essenciais para a construção de memórias e para a sua problematização (MENESES 1999: 11-29), de uma maneira geral são, como sabemos, bens escassos - e, como tal, preciosos - para variadas cronologias e diferentes temáticas. Recuar no tempo é normalmente sinónimo de lacunas documentais. Esta limitação costuma ser agravada pela dispersão dos registos por diversos fundos e arquivos, maleita de que sofre o trabalho historiográfico português em geral, na hora de produzir conhecimento sobre uma terra, comunidade, património ou tradição, consubstanciada em verdadeiras demandas - tantas vezes inglórias - de arquivos locais, distritais, nacionais e privados.

Promoveu-se então a inventariação com o intuito de se fornecerem não só instrumentos de pesquisa que ajudassem à prossecução deste projeto específico, mas permanecessem como memória de e para utilização futura. Neste sentido, o que aqui se apresenta é uma síntese, salientando - e, sumariamente, descrevendo - as coleções mais significativas.

A extensão e a densidade, bem como riqueza histórica da região em análise refletem-se na quantidade e qualidade do património documental catalogado nos diferentes arquivos: locais, distritais e nacionais. Sendo os documentos entendidos como peças essenciais na construção das memórias dos concelhos em estudo, teve-se que procurar encontrar formas de gestão deste conjunto de informação estratégica e conhecer as suas potencialidades. Enfatizaram-se algumas tipologias, procurando torná-las casos de estudo representativos, por constituírem um testemunho muito forte da presença de gentes e de instituições que marcaram a fisionomia e, em certos casos, determinaram a evolução do território. A diferentes níveis e com diferente intensidade.

Começaremos, assim, por referir, que no que concerne à questão das instituições que marcaram esta região, é impossível não salientarmos o papel desempenhado pelos mosteiros e por outras fundações eclesiásticas, medievais e modernas. O que introduz o tema dos fundos monásticos.

Os números são expressivos: nove conventos no atual concelho de Amarante, seis no do Marco de Canaveses, um em Baião, constituem vetores de análise bastante vastos. Porque se trata de instituições seculares, em boa parte com origens medievais; porque se trata de fundações que, de uma forma geral, produziram vastos arquivos, preservados - naquilo que o tempo deixou que fosse preservado -, em geral, na Torre do Tombo; e porque se trata de casas que deram origem a dinâmicas de ocupação do espaço, dinâmicas económicas, sociais e culturais na área em que se estabeleceram e no espaço sobre o qual exerceram influência - mesmo para além do território eleito para este projeto -, é de elevado interesse ter presente e recuperar tudo o que lhes diga respeito.

A Torre do Tombo, pois então; onde encontramos, desde logo, os diplomas originais que existiam nos seus cartórios - pergaminhos e papéis avulsos em maços e caixas -, diversos livros de contas e vários copiadores de tombo de propriedades, reforma de contratos de emprazamento e correspondência variada - nomeadamente a recebida da corte -, entre outros. Estes acervos documentais monásticos e eclesiásticos, a que podíamos chamar *originais* - embora nem todos o sejam -, são complementados, com muitas vantagens, pelos fundos conservados nos diversos arquivos distritais, em especial no Distrital do Porto (ADP). No caso desta região, quase em exclusivo no Distrital do Porto. Como acontece, entre vários exemplos, com o mosteiro de Santa Clara de Amarante, que tem no ADP um importante acervo datado de 1512 a 1900, o mosteiro de S. Gonçalo da mesma terra, com documentos

datados de 1401 a 1865, o de S. Martinho de Mancelos, com livros de 1578 a 1830, S. Salvador de Travanca, também amarantino, 1529 a 1825, ou os emblemáticos mosteiros de Santo André de Ancede, Baião, com livros e documentos avulsos de 1140 a 1834 e S. João Baptista de Alpendurada, Marco de Canaveses, 1280 a 1834. Como exemplo suplementar de interesse, conservado no ADP, e recentemente publicado (BARROS 2003), permitimo-nos destacar um tomo de propriedades, em pergaminho, do final do século XIV, que regista diversos bens e doações, régias e particulares, acumuladas pelo mosteiro de Ancede desde a sua fundação, e que é bem demonstrativo da importância que esta instituição detinha em várias léguas do território ao redor de Baião (Figs. 3.28 e 3.29).

Quer na Torre do Tombo, mas especialmente no ADP, tal como foi afirmado, muita desta documentação subsiste na forma de livros e tomos, onde se copiaram muitos dos pergaminhos e papéis das doações e privilégios originais; neste caso, os copiadotes e tomos – muitas vezes produzidos nos séculos XVII e XVIII –, para além do seu valor específico, servem, muitas vezes e, evidentemente, com os devidos cuidados que qualquer investigador responsável deve seguir para não se deixar induzir em erro por algumas cópias imperfeitas, para suprir lacunas da documentação original.

A outros níveis, a importância da documentação eclesiástica, se assim se pode considerar, fica bem patente na existência e inclusão de séries de diversa natureza, do tipo testamentos, habilitações de matrimónios, e registos referentes a instituições assistenciais de que são casos paradigmáticos as confrarias e outras irmandades. Os problemas com esta documentação são os que esperaríamos encontrar em qualquer fundo português: uma grande parte dela encontra-se dispersa – entre arquivos locais, distritais e nacionais sendo, por isso, de mais difícil localização, e de mais complicada organização.

É ocioso insistir na importância desta documentação. Sendo certo que para o período medieval o tipo mais encontrado consiste em emprazamentos, por outro lado, é necessário dizer que estes mesmos títulos e contratos de propriedades são indispensáveis à caracterização do território e ao conhecimento da sua evolução em termos patrimoniais – basta pensar no grande número de quintas e casas senhoriais da zona de Baião que saíram de comendas e granjas do mosteiro de Santo André de Ancede –, sociais – pela análise da qualidade dos foreiros e emprazadores – e, claro, em termos económicos, já que, no caso dos mosteiros, há uma fortíssima participação e influência determinante na geografia produtiva abrangida pelos seus domínios. Além disso, a existência de privilégios de exploração de determinados direitos – passagem de barcas, exploração de pesqueiras, usufruto de direitos banais, como o relego ou a eiradega ou os carretos, ou usos florestais, entre muitos outros – constituem dados de interesse para a história da transformação económica do espaço que, em muitos casos, deixou vestígios seculares. Noutra âmbito, a lista dos membros das congregações, a lista dos benfeitores, e



Fig. 3.28 - Arquivo Distrital do Porto – Fundo monástico. Convento de Santo André de Ancede, 0046 (Prazos), fl. 5 (1). Tombo do mosteiro contendo os contratos de emprazamento realizados entre 1574 e 1578. [Foto: Cortesia de Henrique Dias (ADP)].

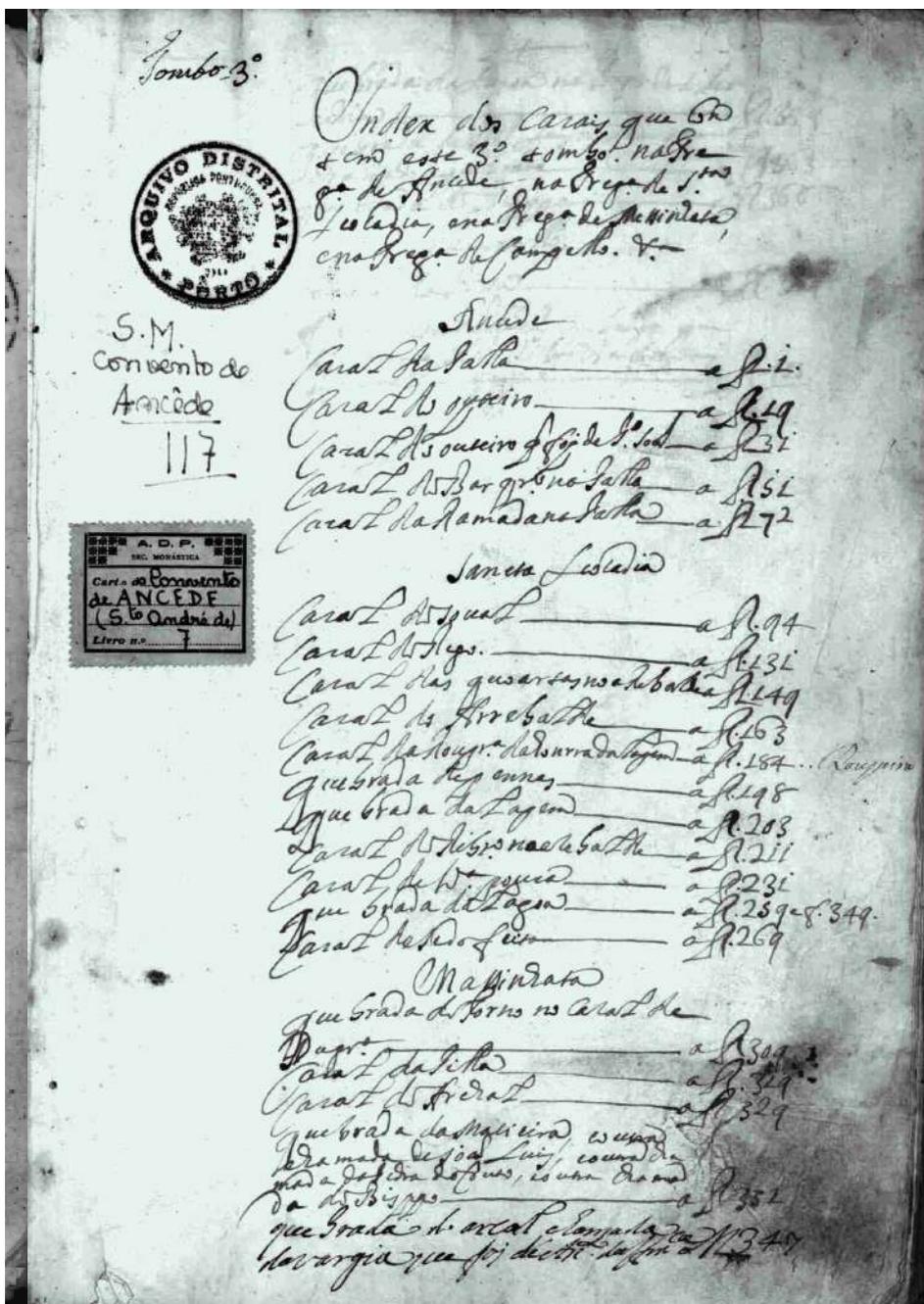


Fig. 3.29 - Arquivo Distrital do Porto – Fundo monástico. Convento de Santo André de Ancede, 0007 (Tombo 3º), fl. 1

Tombo do mosteiro, no qual se registam os casais, quebradas e outras propriedades da instituição em várias freguesias. [Foto: Cortesia de Henrique Dias (ADP)].

os róis dos foreiros e serviçais, entre outros, também constituem elementos informativos sobre as já citadas temáticas sociais, entre outras, que não podem deixar de ser atendidas na hora de avaliarmos e explicarmos o património.

No projeto, tal como se perspetivou desde o início, as possíveis séries documentais foram agrupadas por vários critérios. O mais vulgar – e cómodo – foi o de freguesia, procurando-se referenciar os livros mais característicos e, nalgumas vezes, os livros que acumulam a diferente tipologia: baptismos, óbitos e matrimónios. Guardado no Arquivo Distrital do Porto, o património documental das freguesias é dos mais vastos, abrangendo praticamente todas as existentes na região, e é riquíssimo visto que, em grande parte delas – seis dezenas de freguesias –, o registo paroquial inicia-se no século XVI e em datas tão recuadas como 1540. Nalguns casos, existem acervos pertencentes a instituições do tipo capelas, confrarias – como a *Confraria do Santíssimo Sacramento de Freixo de Cima, Amarante*, com documentação de 1893 a 1917, guardada no Arquivo Distrital do Porto – e fábricas de igrejas.

Estes testemunhos das vivências e memórias paroquiais continuam a ser predominantes e essenciais para a caracterização da região em estudo. A raridade da documentação alti-medieval pode criar um problema metodológico, a saber: a dificuldade de datação da criação das freguesias, das instituições e do próprio movimento de expansão e reorganização das mesmas freguesias. A mesma ordem de problemas pode ocorrer com a datação da fundação das instituições, que, por outro lado, podem ser identificadas através de levantamentos sistemáticos, como é o caso do Colégio de S. Simão de Gouveia, com documentação datada de 1722 a 1736 e preservada no Arquivo Distrital do Porto. No entanto, descontando este tipo de limitações – e muitas outras poderiam ser citadas – os registos que sobreviveram relativos às paróquias abrem um interessante horizonte de estudos e investigações que ampliam não só o conhecimento da história local, mas também fornecem contributos de monta para a história dos municípios do norte de Portugal no Antigo Regime: demografia, mobilidade de populações, novas e velhas geografias dos territórios sociais, etc., são assuntos que, em muitos casos, aguardam estudos em perspetivas modernas.

A documentação organizada identifica-se inicialmente pelo tipo de fundo e em seguida pelas datas limites e existências, de livros, maços e documentos avulsos, conforme os casos. Tal como foi dito, algumas

paróquias e registos mais antigos tendem a juntar num único livro assentos de baptismo, casamento e óbitos. Esta característica dificulta a classificação dos livros e qualquer tentativa de montagem de sistema de busca de informações. Desse modo, optou-se por manter as classificações propostas e utilizadas pelos arquivos que os conservam.

Muitas das lacunas atrás apontadas, em particular no caso das freguesias da Época Moderna, podem ser resolvidas pelo recurso às conhecidas *Memórias Paroquiais*, inquérito promovido em 1758 e que se encontra publicado (CAPELA 2004: 343). Importante para se conhecerem as terras da paróquia, fogos, vizinhos, riquezas naturais e património mais significativo – ou pelo menos assim julgado –, esta fonte documental é um valioso elemento informativo dos níveis culturais do clero de finais do Antigo Regime. Devem ser complementadas – no âmbito do estudo destes mesmos agentes do Clero e, por exemplo, da sua extração social e grau de instrução – pelas *Inquirições de Genere*, inquéritos feitos para se conhecerem "os progenitores (*degenere*), a vida (*de vita*) e os costumes (*de moribus*)" dos que se candidatavam ao Seminário, pelos *Livros de Visita*, pelos *Inquéritos* eclesiásticos e pelos próprios livros paroquiais (CAPELA 2004: 344).

Uma das perspectivas de trabalho seria a criação e viabilização de uma espécie de novo catálogo, o que não parece ser possível a curto prazo. No entanto, a listagem da documentação contida neste projeto permite uma rápida visualização do volume de registos de arquivo relativos à região em estudo, e a avaliação da sua importância patrimonial e, por outro lado, um encaminhamento mais facilitado do potencial investigador para os arquivos onde eles se conservam. Os elementos seguintes, também o comprovam.

Salientando um caso específico no âmbito das instituições de caridade e de assistência – de raiz medievá e moderna ou de ambas já que algumas criadas na Época Moderna passaram a administrar bens de congéneres medievais que, entretanto, haviam caído em situação de decadência –, note-se o interesse relativo à Misericórdia de Amarante que fornece acervos arquivísticos de grande valia.

Neste particular, a reunião de dados documentais sobre esta instituição encontra-se bastante facilitado pelo trabalho de investigação da autoria de Maria José Queirós Lopes, que se encontra publicado e disponível on-line (LOPES 2005). Sem surpresas, a autora nota "hiatos consideráveis nalgumas séries", mas salienta a "importância da informação recolhida", por exemplo, em chancelarias régias, conservadas, como se sabe, na Torre do Tombo. Porém, a perda de documentação original mais antiga, não permite estabelecer uma data concreta da fundação desta instituição que, criticamente, deve ter sido erguida na segunda década do século XVI e, tal como noutros casos, bem conhecidos, aglutinou casas devotadas à assistência e à caridade, de que são exemplo "a Albergaria do Covelo e a Gafaria de S. Lázaro [...] e a Albergaria/Hospital do Concelho de Gouveia". Para lá das chancelarias – de D. João III aos *Filipes* e algumas dos primeiros reinados da "dinastia de Bragança" – que contêm privilégios e confirmação de direitos, também o arquivo da própria Santa Casa da Misericórdia amarantina preserva livros de treslados, normalmente dos séculos XVII e XVIII, de documentação que a casa recebeu – principalmente do Rei – ao longo da sua existência, e de outra documentação dos séculos XVII, XVIII e XIX, como sejam tombos de bens, foros, rendas e propriedades, essenciais para o enquadramento patrimonial do território, livros "de termos da Santa Casa", dos séculos XVIII e XIX, de legados dos fiéis, um interessante "livro de relíquias e indulgências, de 1727", livros de receitas e despesas, "com alguns hiatos" que podem ser colmatados pelos "livros de irmãos esmoleres", e outros como o "livro para juntar o casco do legado do hospital instituído por Manuel José do Covelo" (século XIX), e várias caixas de documentação de diferentes séculos, interessante para a história da casa e da região.

Um dos fundos a que atribuímos maior importância neste acervo de património documental foi o notarial. Os registos notariais – na forma de registos de *notas* dos tabeliães que serviram nas povoações da zona ao longo do Antigo Regime e primeiros tempos da Época Contemporânea –, conservados no Arquivo Distrital do Porto, pertencentes à região em estudo são essenciais para o conhecimento de um conjunto alargado de relações sociais, económicas e culturais ao longo dos séculos. Apesar de o manuseamento dos livros notariais ser, em grande parte dos casos, "moroso, monótono e frequentemente ingrato" (FERNANDES 1991: 242), não deixa, por outro lado, de fornecer surpresas a quem com esta fonte lida em bases regulares pois as cláusulas particulares que encontramos na maioria dos contratos, são peças essenciais para a compreensão de fenómenos económicos, sociais e mentais. Como foi dito, no vastíssimo universo dos documentos notariais – que o Antigo Regime consagra como as escrituras de compromisso mais vulgarizadas – encontramos contratos de compra e venda de imóveis e de mercadorias, constituição de empresas comerciais, empréstimos de dinheiro a juros e a crédito, declarações de dívidas, quitações, acordos de casamento e dotes, testamentos, procurações, empenhamentos e aforamentos, e, de grande importância para a caracterização do património, contratos de obras, em vivendas particulares mas, sobretudo, em imóveis da igreja.

Os notariais mostram, com muita clareza, a projeção de uma dada terra, o seu conjunto de relações, a mobilidade das suas gentes e, em grande medida, a sua prosperidade e vitalidade, ou a sua decadência e secundarização económica. Infelizmente, muitas séries perderam-se – perdeu-se tudo o que existiria relativo à Idade Média – e o grosso dos livros de notas diz respeito aos tempos que se seguem ao século XVII. Mas as que subsistem não podem ser ignoradas por tudo quanto ficou dito. De notar que para o conjunto dos concelhos que nos ocupamos, a primeira referência para esta zona a uma nota de tabelião é relativa ao Marco de Canaveses, e data de 1618.

Descontando esta característica relativamente tardia, e isso apenas afeta quem estuda períodos anteriores ao século XVII, estamos, em qualquer caso, perante uma das coleções mais volumosas e mais ricas que, além disso, pode ser, pontualmente, complementada por informações – inclusivamente relativas ao século XVI – colhidas em cartórios de outras terras, nomeadamente do Porto onde, a título de exemplo, encontramos um bom número de contratos de compra e redistribuição de têxteis estrangeiros envolvendo diversos mercadores de Amarante, entre 1548 e o início da centúria de Seiscentos. A complexidade e o grande número deste tipo de manuscritos implica que o trabalho de recolha e tratamento de informação só possa ser possível através da utilização sistemática – e, porventura, dispendiosa – de equipas de investigadores, e os resultados podem ser desiguais, no entanto, sempre interessantes.

Os notariais de Amarante distribuem-se por 18 ófícios, e localizam-se entre os séculos XVII e XX, com datas extremas 1637-1974; os de Baião estão agrupados em 12 ófícios, e com as datas de 1665-1885; os do Marco de Canaveses repartem-se por 14 ófícios e as suas datas extremam entre 1618 e 1921.

Há ainda outros arquivos a considerar que, pela sua especificidade e pelo valor dos seus acervos são muito necessários à compreensão da evolução das terras e dos lugares em questão. Os judiciais, como o Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses, com fundos datados de 1744 a 1959, conservados no Arquivo Distrital do Porto; mais uma vez os monásticos, numa escala pouco conhecida, como os das comendas da Baliagem de Santa Maria de Fregim, Amarante (1813-1817), de Santa Maria de Gondar, Amarante (1677-1751); e finalmente, um núcleo mais difícil de analisar mas a pedir investigação urgente, referente à Coleção dos Fundos provenientes da Comissão Auxiliar de Administração dos Antigos Bens Culturais, no ADP, com documentos desde 1400 a 1994.

Importa, igualmente, fazer menção ao Arquivo e Biblioteca Municipal de Amarante, inaugurado em Fevereiro de 2005. A documentação que guarda, embora tenha como data mais recuada o ano de 1525, abrange essencialmente períodos mais recentes da nossa história. Integra fundos da Administração do Concelho e da gestão do seu património. Estreitamente ligado ao Arquivo Distrital do Porto, conserva registos arquivísticos sobre Serviços Financeiros, Impostos, Serviço Militar, Obras, Habitação, Saúde, Assistência e Requerimentos de Presidentes de Câmara e de Juntas de Freguesia.

Neste brevíssimo percurso por alguns dos recursos documentais preservados em arquivo, ficou patente a qualidade e potencialidade da informação referenciada. Lacunar nuns casos, dispersa noutros, e ainda de difícil acesso em mais alguns, constitui desafios e coloca problemas. Mas o que parece inegável é que se trata de um elemento sem preço de formação da memória histórica deste território.



3.1.4. Valoração do património cultural

R. Teixeira; C. Stockler

O processo de valoração do património cultural ocorreu ao longo das duas fases do projeto, tendo assim propósitos e âmbitos geográficos distintos. Na primeira fase incidiu no património registado no espaço dos três municípios e teve como objetivo principal a definição e seleção das áreas de maior valor patrimonial para o desenvolvimento dos estudos subsequentes, em articulação com os resultados do estudo setorial do património natural. Na segunda fase, o exercício de valoração centrou-se nos bens culturais referenciados apenas nas freguesias selecionadas na designada área da Serra da Aboboreira, objeto de estudos mais aprofundados.

Conceitos prévios e metodologia

A atribuição de graus diferenciados de valor patrimonial aos bens culturais de natureza arqueológica e arquitetónica constitui um exercício complexo em cujos resultados intervêm múltiplos fatores, como a seleção dos critérios utilizados, o conjunto de procedimentos metodológicos seguidos e até os próprios objetivos e propósitos da valoração.

Convém recordar que não se encontra estabelecida qualquer metodologia objetiva, única ou de aplicação universal, para efeitos de avaliação do património cultural. Efetivamente, a bibliografia nacional e internacional ilustra uma grande diversidade de práticas e métodos que variam de acordo com contextos e objetivos específicos de aplicação. A legislação relativa ao património cultural nacional enuncia, de forma genérica, determinados critérios que poderão ser utilizados para avaliar se um determinado bem possui valor patrimonial, mas não propriamente para estabelecer rigorosamente hierarquias detalhadas de valor, para além das que possam conduzir a diferentes graus de classificação legal.

Nestas circunstâncias, importa clarificar previamente a metodologia e certos conceitos que estão subjacentes ao trabalho desenvolvido e que consideramos relevantes para a apreciação dos resultados obtidos no decurso dos exercícios de valoração aqui apresentados.

O primeiro conceito associa-se ao entendimento de que o valor patrimonial dos Bens Culturais não possui um carácter efetivamente absoluto e imutável. Pelo contrário, esse valor reflete sempre, entre outros fatores, o estado em que se encontra o bem e também o conhecimento adquirido ou disponível sobre o mesmo no momento da avaliação, aspetos que possuem natureza dinâmica e variável. Assim, qualquer alteração que ocorra no estado de conservação do elemento patrimonial ou do seu contexto envolvente, assim como na importância histórica e cultural que lhe é atribuída devida ao estado do conhecimento/ investigação acerca do mesmo, possui reflexo direto e pode interferir substancialmente no resultado final da avaliação.

Um outro aspeto prévio que importa também referir relaciona-se com a própria natureza e abrangência do património presente num território amplo, como o do Baixo Tâmega, formado por uma grande diversidade de categorias crono tipológicas, com carácter arqueológico e/ou arquitetónico, cujos critérios de valoração relativa suscitam sempre dificuldades específicas. Procurando responder a estas necessidades globais de abrangência e de aplicabilidade a todo o conjunto patrimonial, a seleção e aplicação dos critérios de avaliação adotados neste estudo teve também em atenção a versatilidade necessária à integração e destaque de aspetos mais específicos e particulares de determinados bens culturais, privilegiando-se sempre, numa primeira fase, a apreciação comparativa dos parâmetros entre bens pertencentes a uma mesma categoria crono tipológica.

Por último, foi entendido que o processo de valoração e hierarquização dos bens patrimoniais excluiria, à partida, qualquer tipo de valoração económica ou de uso – a qual poderá ser efetuada, mas de forma complementar e autónoma, em função de critérios e objetivos específicos – centrando-se a valoração ensaiada ao longo deste estudo em critérios de natureza essencialmente histórica e cultural.

De uma forma geral, o sistema seguido nos exercícios de avaliação do património cultural do Baixo Tâmega compreendeu a realização sequencial do seguinte conjunto de ações:

- 1 Definição dos Critérios de valoração;
- 2 Ponderação dos Critérios utilizados;
- 3 Avaliação individualizada dos Elementos Patrimoniais;
- 4 Criação de Classes de Valor Patrimonial;
- 5 Análise dos resultados e produção de ensaios cartográficos tendentes à definição de zonamentos de Valor Patrimonial do território.

Critérios de avaliação do património cultural

Centrando-nos exclusivamente em critérios de natureza histórica, cultural e identitária, foi previamente definido como de maior relevância na apreciação e avaliação dos bens patrimoniais um conjunto formado por sete critérios que se consideraram representativos das principais componentes potencialmente individualizadoras do valor do património cultural, arqueológico e arquitetónico, presente no território (Quadro 3.5).

Quadro 3.5 - Critérios utilizados no processo de valoração do património cultural

Critério 1	Valor histórico e identitário
Critério 2	Relevância científica
Critério 3	Singularidade e raridade
Critério 4	Extensão
Critério 5	Integridade e condições de conservação
Critério 6	Integridade e preservação da envolvente
Critério 7	Valor de conjunto

O critério Histórico e identitário foi entendido como relativo ao valor do bem enquanto memória e documento representativo da história e identidade local, regional ou nacional, nomeadamente por se encontrar associado a acontecimentos ou aspetos relevantes da história cultural, social, política, militar, económica, ou à atividade de indivíduos, grupos, organizações ou instituições com relevância a nível local, regional ou nacional.

A Relevância científica considerou o valor - manifestado ou potencial - que o bem encerra enquanto objeto capaz de fornecer informação científica nos vários domínios da investigação histórica, arqueológica ou da arquitetura de determinado período histórico, corrente artística ou atividade humana.

O critério da Singularidade e Raridade pretendeu valorizar a presença de características únicas ou pouco frequentes pelas quais determinado bem patrimonial se poderia destacar, atendendo à sua natureza e categoria crono tipológica.

No critério Extensão valorizou-se a grandeza do bem, no que diz respeito às várias dimensões da sua ocupação humana, como seja a área, volume, implantação ou sequência temporal, considerando sempre a natureza e características crono tipológicas do bem patrimonial em causa.

No critério de Integridade e condições de conservação valorizou-se o grau de integridade do bem, considerando a sua manutenção no local original, as condições de conservação estrutural e a eventual magnitude das alterações sofridas.

A Integridade e preservação da envolvente valorizou os aspetos relativos ao grau de preservação ou descaracterização da área envolvente que interfere com a boa contextualização e enquadramento do bem patrimonial.

Por fim, o critério relativo ao Valor de Conjunto valorizou o grau de associação do bem patrimonial com outros bens patrimoniais que com ele possuem direta relação interpretativa e informativa, fazendo parte de um grupo de construções, estruturas ou sítios que, considerados em conjunto, possuem uma coerência relativa à respectiva cronologia, história, estilo, escala, materiais ou uso. Por exemplo, no caso dos pelourinhos, foi aqui valorizado o facto de se conservarem ainda na respetiva envolvente os antigos edifícios da Câmara e Cadeia que com eles diretamente se relacionam.

Hierarquia e ponderação dos critérios

Naturalmente, foi entendido que não deveria ser atribuída a mesma importância a cada um dos sete critérios adotados e que, conseqüentemente o valor patrimonial do bem deveria refletir essa mesma diferenciação. Para o efeito seguiu-se um Processo de Análise Hierárquica (SAATY 1980) que consistiu na sucessiva comparação de pares de critérios, de forma a determinar a respetiva hierarquia e importância relativa no conjunto do valor patrimonial a obter (Quadro 3.6).

Quadro 3.6 - Processo de análise hierárquica utilizada na comparação entre pares de critérios, neste caso, entre o critério 1 e 2.

Valor	Parâmetros comparativos entre pares de critérios
1	Igualmente importante
3	O 1º critério é moderadamente mais importante que o 2º critério
5	O 1º critério é mais importante que o 2º critério
7	O 1º critério é muito mais importante que o 2º critério
9	O 1º critério é extremamente mais importante que o 2º critério

Este processo permitiu não só estabelecer uma ordenação hierárquica da importância a atribuir a cada critério, como obter um valor relativo a utilizar como factor de ponderação associado a cada um. Seguindo a hierarquia obtida, os critérios ficaram ordenados de forma decrescente, desde o critério histórico e identitário que apresenta uma importância de 29% na formação do valor final do bem, até ao critério da extensão cuja importância reflete apenas 2% do valor final do bem em avaliação (Quadro 3.7).

Quadro 3.7 - Ordenação hierárquica e valor relativo/fator de ponderação dos critérios, por ordem decrescente de importância.

Critérios	Valor absoluto	Valor Relativo / Fator de Ponderação
1. Valor histórico e identitário	27	0,29
3. Singularidade e Raridade	21,66	0,23
5. Integridade e Condições de conservação	13,67	0,15
2. Relevância científica	12,33	0,13
7. Valor de Conjunto	11,53	0,12
6. Preservação da Envolvente	5,4	0,06
4. Extensão	2,26	0,02

Avaliação individualizada e formação de classes de valor patrimonial

Estabelecidos os critérios e o respetivo grau de ponderação, procedeu-se à avaliação individualizada dos elementos patrimoniais recenseados no estudo. Cada bem foi avaliado de acordo com parâmetros previamente definidos dentro de cada um dos sete critérios, seguindo uma escala numérica de 1 a 9 – reduzido (1); médio (3); elevado (5); excepcional (9) – obtendo-se, depois de aplicadas as respetivas ponderações, um resultado final quantitativo que expressava o respetivo valor patrimonial (Quadro 3.8).

Quadro 3.8 - Exemplificativa dos parâmetros seguidos na diferenciação de valor dentro de um mesmo critério.

Critério: Singularidade ou raridade		
Relativo à presença de características únicas ou pouco frequentes pelas quais o bem patrimonial se destaca, atendendo à sua natureza e categoria crono-tipológica.		
1	Reduzido	Quando não apresenta características singulares ou raras.
3	Médio	Quando apresenta uma ou mais características singulares ou raras, de relevância local.
5	Elevado	Quando apresenta uma ou mais características singulares ou raras, de relevância regional.
9	Excepcional	Quando apresenta uma ou mais características singulares ou raras, de relevância nacional.

Obtido o valor patrimonial de cada elemento, sob a forma quantitativa, procedeu-se subsequentemente ao agrupamento e formação de classes de valor patrimonial, de expressão qualitativa, tendo em consideração a abrangência dos valores encontrados, distribuídos entre um valor mínimo de 1 e um valor máximo de 8,16.

Para o efeito foram consideradas quatro Classes de Valor Patrimonial – Reduzido, Médio, Elevado e Excepcional - que permitiram agrupar todos os elementos de acordo com intervalos previamente definidos (Quadro 3.9).

Quadro 3.9 - Classes de valor patrimonial

Classes de Valor Patrimonial	Valor patrimonial quantitativo
Valor Patrimonial Reduzido	< 2,6
Valor Patrimonial Médio	2,6 a 4,5
Valor Patrimonial Elevado	4,6 a 6,5
Valor Patrimonial Excepcional	> 6,5

As subsequentes análises da distribuição e zonamento dos valores patrimoniais no território basearam-se tanto nos valores quantitativos absolutos como nos valores qualitativos classificados da forma acima exposta.

Exercícios de valoração e zonamento do património cultural

A cartografia resultante dos exercícios de valoração realizados durante a primeira fase do projeto, na área dos três municípios, começou por evidenciar um claro padrão disseminado de distribuição dos valores patrimoniais, formando “nublosas” de pontos naturalmente distribuídas pelos vales e zonas de mais intensa humanização histórica da paisagem, nomeadamente as vertentes do Tâmega e do Douro, e pela zona montanhosa da Serra da Aboboreira, aqui mais especificamente relacionadas com a densidade de sítios arqueológicos associados à ocupação pré-histórica do território.

Tendo em vista a obtenção de uma síntese integrada dos valores culturais e naturais da região, a definição de zonamentos de distinto valor patrimonial tomou como unidade de representação cartográfica a área das freguesias, entendidas como espaços com significado histórico e cultural relevante. O processo permitiu transpor a avaliação individualizada dos elementos patrimoniais, enquanto pontos circunscritos e isolados no espaço, para o âmbito geral do território, obtendo-se uma representação cartográfica mais simples e mais clara da diferenciação já apontada, ou seja, da maior relevância patrimonial das freguesias que abrangem as designadas Serras Graníticas, assim como das freguesias ribeirinhas do Douro e do Tâmega, onde naturalmente se destaca a área urbana de Amarante (Fig. 3.30).

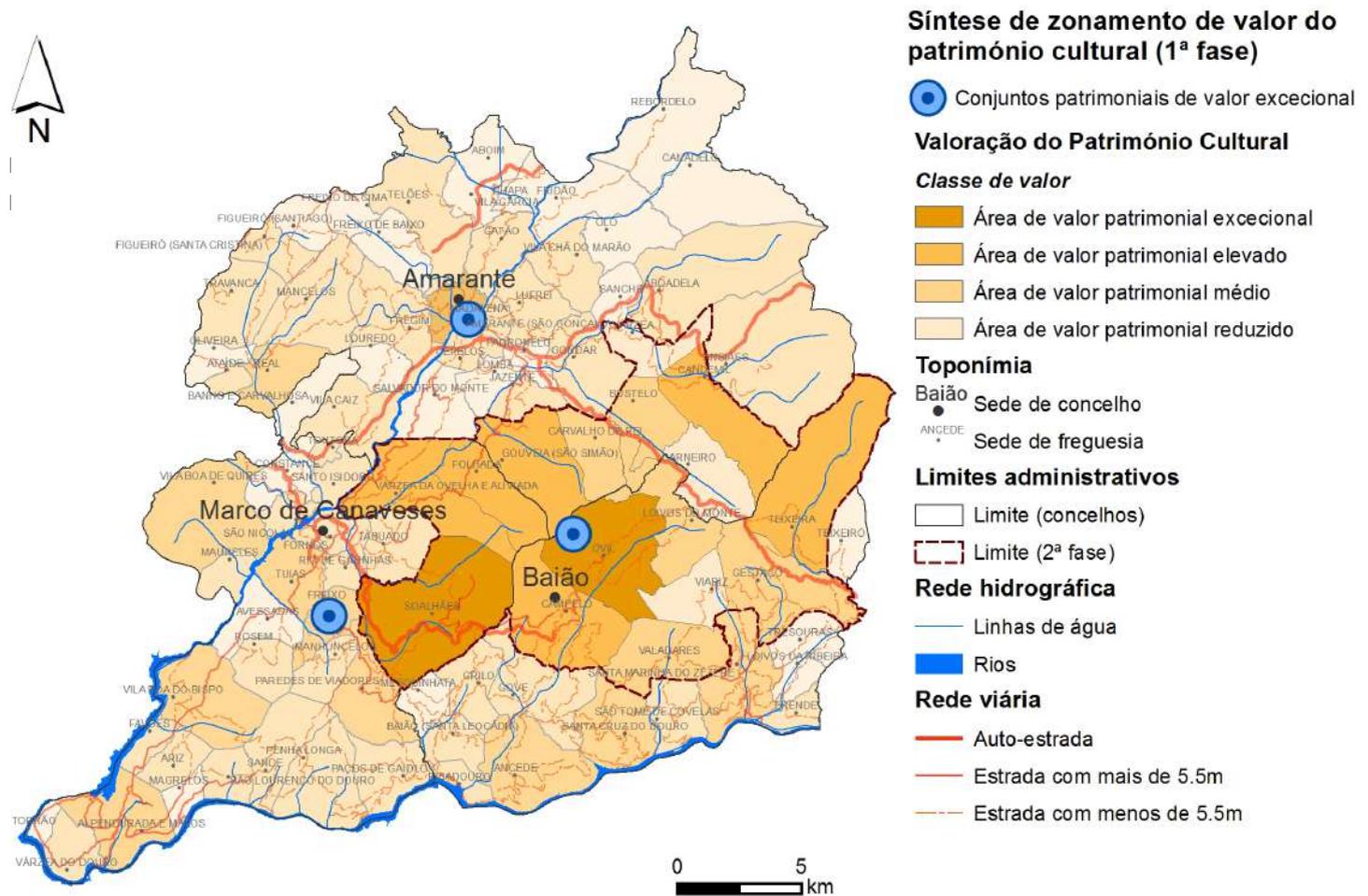


Fig. 3.30 - Cartografia de síntese do zonamento dos valores culturais na área da primeira fase do estudo, tendo como unidade de representação a freguesia e a individualização dos conjuntos patrimoniais de valor excepcional.

O resultado deste exercício permitiu a obtenção da síntese integrada do valor patrimonial do território, conjugando valores culturais e naturais, a qual esteve na base da seleção do conjunto das freguesias estudadas de forma mais aprofundada durante a 2ª fase do projeto.

Nesta área mais restrita verifica-se a prevalência da classe patrimonial de valor médio entre os 317 elementos patrimoniais registados e avaliados, assinalando-se a presença de 55 elementos considerados de valor excepcional ou elevado, com destaque para os Monumentos Megalíticos, os Aglomerados Rurais, as Igrejas Paroquiais e os Solares ou Casas Nobres (Fig. 3.31).

Dos primeiros destacam-se, na Serra da Aboboreira, o Dólmen de Chã de Parada I, que apresenta um corredor curto, diferenciado em planta e alçado da câmara megalítica, em cujos esteios são ainda visíveis várias gravuras (Fig. 3.16); o cairn de Outeiro de Gregos I que apresenta um conjunto de estruturas anexas na área leste do monumento que o tornam singular no quadro do megalitismo da fachada atlântica da Europa ocidental. Note-se ainda que sob este monumento encontram-se ainda vestígios de uma ocupação anterior, relacionada com uma zona de habitat.

Os Aglomerados Rurais das encostas da Serra da Aboboreira, localizados acima dos 700m de altitude, caracterizam-se grosso-modo pela sua arquitetura granítica tradicional, com as construções frequentemente polarizadas por uma eira e um conjunto de espigueiros. A arquitetura da água – nascentes, minas, levadas, poças, fontes, moinhos – a rede de caminhos e a estrutura do parcelário agrícola envolvente fazem parte integrante do valor atribuído a estes conjuntos, como é possível registar, a título exemplificativo, na aldeia da Aboboreira, (Folhada, Marco de Canaveses), Almofrela e Currais (Campelo, Baião); Guarda, Castelo, Pé-redondo (Carvalho de Rei, Amarante) ou Travanca do Monte (Bustelo, Amarante).

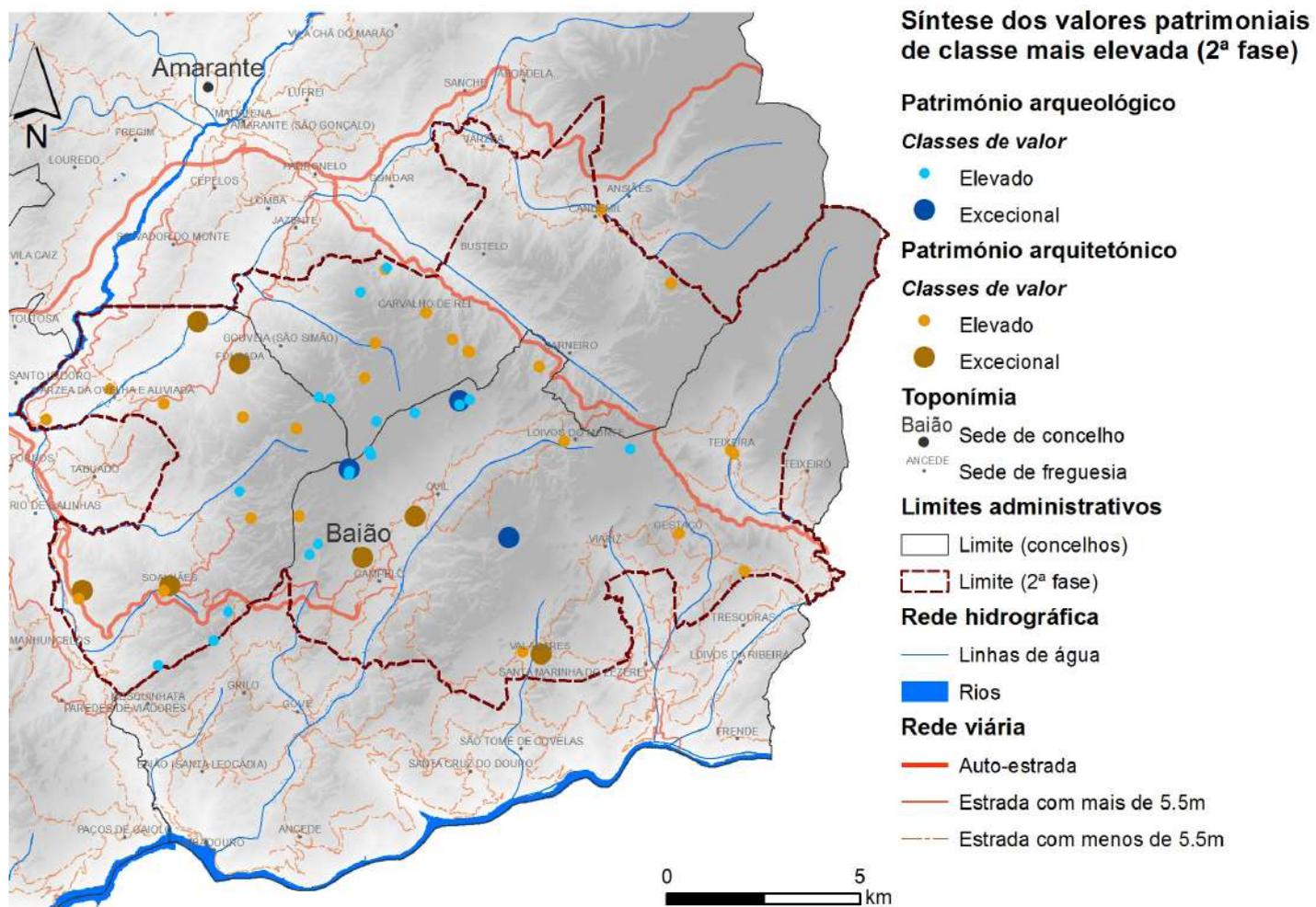


Fig. 3.31 - Distribuição do património de Valor Excepcional e Elevado, na área da segunda fase do estudo.

Fig. 3.32 - Aglomerado rural de montanha de Travanca do Monte, Serra da Aboboreira, Amarante.



Dos solares ou casas nobres destacam-se o conjunto oitocentista da Casa de Chavães (Ovil , Baião) e as casas de Penaventosa (Campelo, Baião) e Quintã (Soalhães, Marco de Canaveses) Estas últimas encontram-se documentadas desde o século XVI, exibem soluções arquitetónicas do século XVIII formando planta quadrangular com quatro alas e um pátio central com chafariz, tendo associadas as respetivas capelas privadas (Fig. 3.33).

No grupo das igrejas paróquias assinala-se a de Soalhães, documentada desde o séc. IX, exibindo ainda vestígios de fábrica românico-gótica e ampla reedificação no século XVIII, de que resultou a riqueza de um interior revestido a azulejo e talha dourada; a igreja de Valadares (Valadares, Baião), de estrutura românica tardia conservando no interior notáveis pinturas a fresco datadas do século XV; e a igreja matriz de Folhada (Folhada, Marco de Canaveses), também de estrutura românica tardia com ampliações do século XVIII.

Ainda na classe de Valor Elevado, registam-se vários habitas e sítios da pré-história, pelourinhos, castelos roqueiros do período medieval e um sítio com ocupação romana e sepulturas escavadas na rocha, do período Medieval.

As classes de Valor Médio e de Valor Reduzido reúnem praticamente todas as categorias crono-tipológicas, evidenciando-se sobretudo a quantidade de Monumentos Megalíticos, Casas e Capelas na classe de Valor Médio, e de Capelas, Casas e Moinhos, na classe de Valor Reduzido.

Dado o carácter não uniforme da distribuição dos valores patrimoniais no território, a análise contemplou a execução de vários exercícios cartográficos que permitiram caracterizar e evidenciar os aspectos considerados mais relevantes na valoração da área abrangida pela segunda fase do estudo. Em

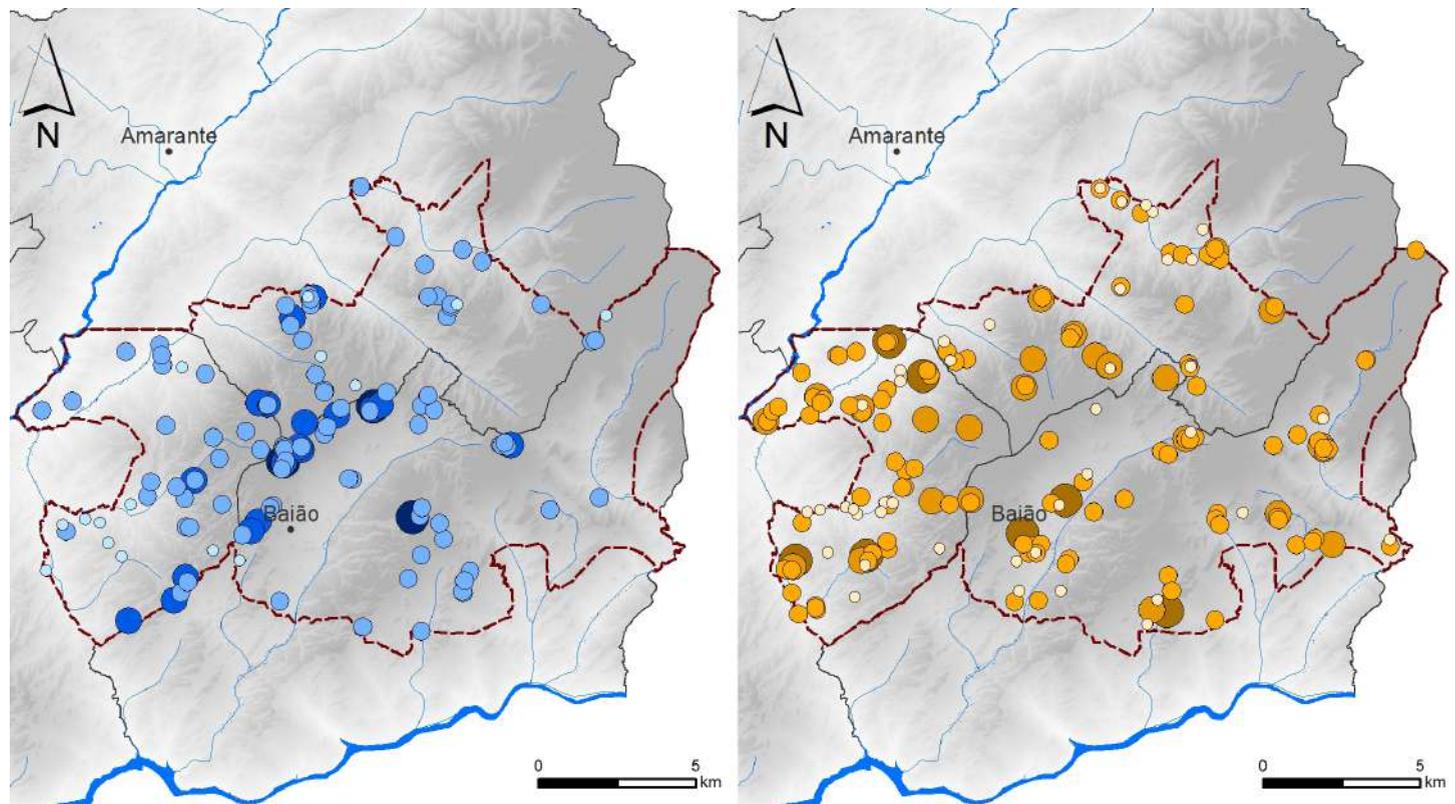


Fig. 3.33 - Casa da Penaventosa - Campelo, Baião

síntese, detemo-nos aqui nos resultados de dois exercícios complementares: o primeiro centrado na distribuição dos valores patrimoniais pelo território, atendendo aos quatro tipos de Unidades de Paisagem previamente definidos no âmbito do estudo - Montanha, Planalto, Encosta e Vale; o segundo dirigido à distribuição de densidade de valor, extensível e generalizada ao território, tendo como base de análise geográfica um raio padrão de 2 Km de proximidade entre elementos patrimoniais.

Relativamente à distribuição dos valores patrimoniais no território (Fig. 3.34), a maioria concentra-se, em termos absolutos nas áreas de vale e de uma forma decrescente, nas áreas de Encosta e de Planalto.

A sua distribuição por classes de valor, revela que o património arqueológico de Valor Excecional se localiza exclusivamente no Planalto e é nesta mesma área que se regista a maior frequência de Valores Elevados, seguindo-se-lhe as zonas de Encosta e só depois o Vale. Por sua vez, o património arquitetónico de Valor Excecional localiza-se quase exclusivamente no Vale e é na zona de Encosta que atinge maior frequência o de Valor Elevado. A presença de elementos arquitetónicos é praticamente nula nas zonas mais elevadas, cingindo-se às classes de Valor Médio ou Baixo. Os mapas produzidos ilustram esta distribuição diferenciada e quase complementar dos valores arqueológicos e arquitetónicos presentes no território.



Valor do Património Cultural na área da segunda fase do estudo

- Baião Sede de Concelho
- Limites administrativos**
- Limite (concelhos)
- ▭ Limite (2ª fase)
- Rede hidrográfica**
- Linhas de água
- Rios

Património arqueológico

- Classes de valor**
- Reduzido
- Médio
- Elevado
- Excecional

Património arquitetónico

- Classes de valor**
- Reduzido
- Médio
- Elevado
- Excecional

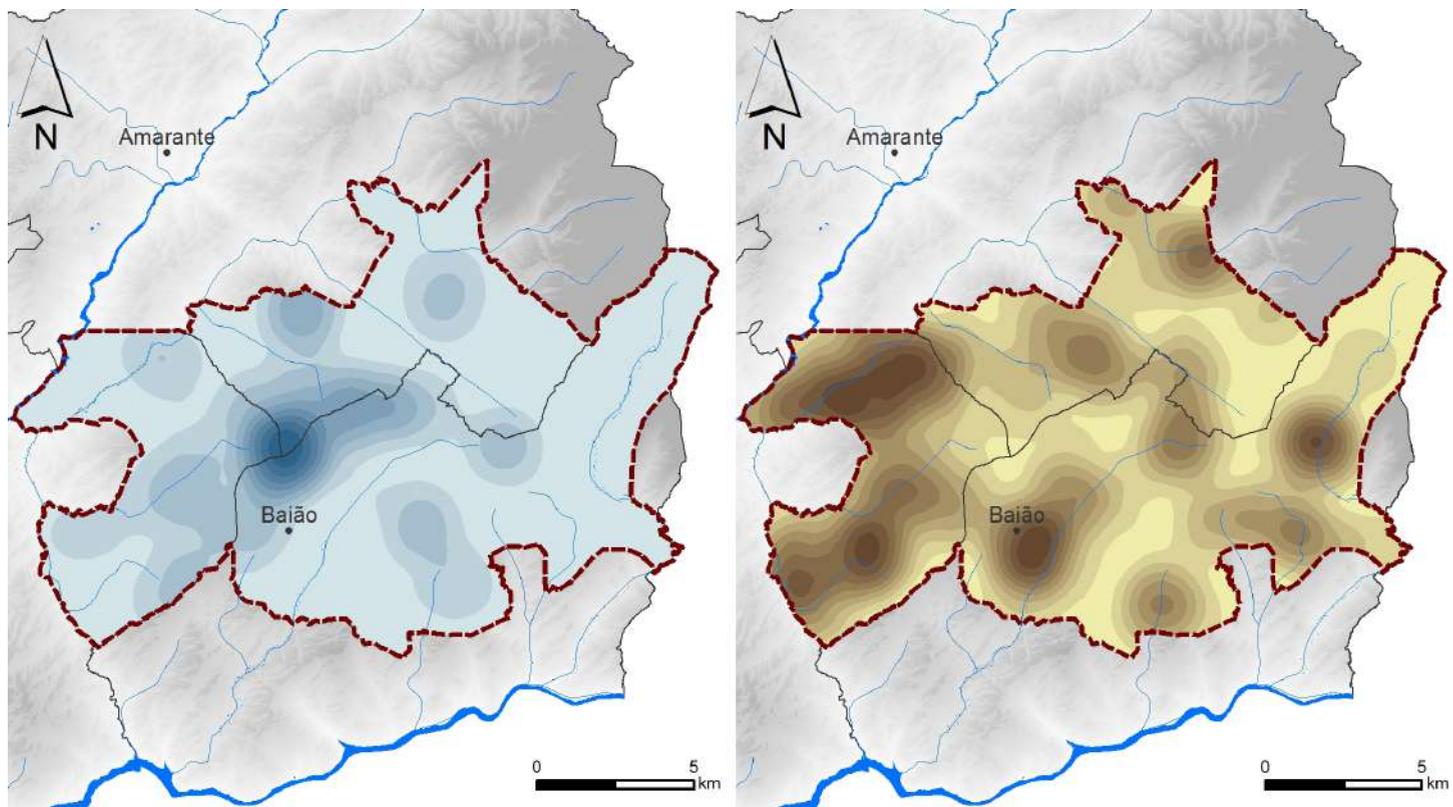
Fig. 3.34 - Distribuição diferenciada e complementar dos valores do património arqueológico e arquitetónico

Fig. 3.35 - Igreja de Soalhães, Marco de Canaveses



A cartografia da densidade de valor sublinha – generalizando ao território – esta distribuição espacial diferenciada e complementar do património arqueológico e do património arquitetónico a que já nos referimos.

Como corolário das análises efetuadas foi produzido um mapa de síntese, associando património arqueológico e arquitetónico, que traduz o resultado final do estudo, associando-se a densidade geral de valor patrimonial do território com a identificação pontualizada dos principais valores patrimoniais, considerados de Valor Excecional e de Valor Elevado (Fig. 3.37).



Densidade de Valor do Património Cultural

Baía Sede de Concelho

Limites administrativos

□ Limite (concelhos)

▭ Limite (2ª fase)

Rede hidrográfica

— Linhas de água

■ Rios

Património arqueológico

Densidade de valor

■ Excecional

■ Reduzido

Património arquitetónico

Densidade de valor

■ Excecional

■ Reduzido

Fig. 3.36 - Análise de densidade de valor do património arqueológico e arquitetónico no território

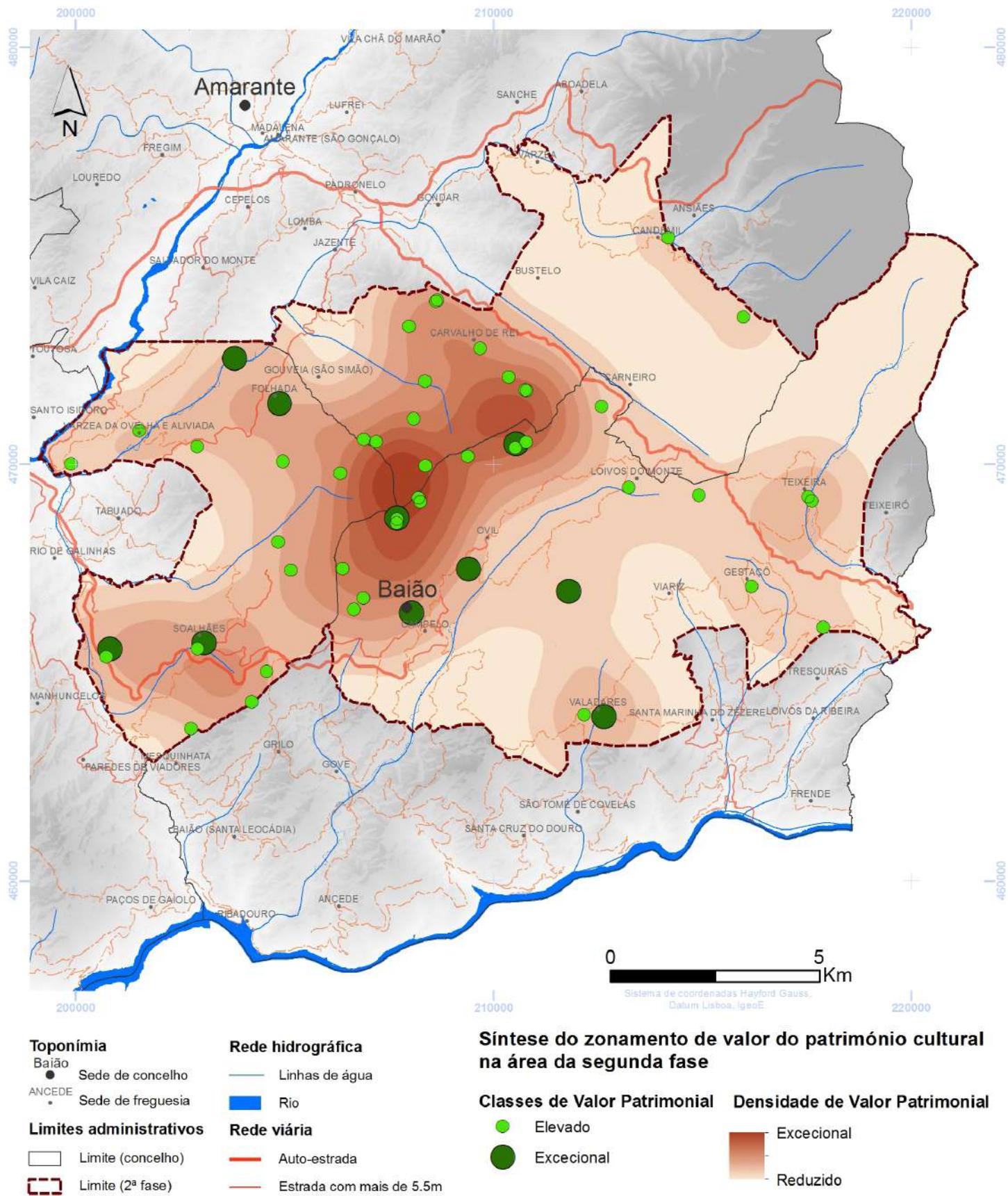


Fig. 3.37 - Síntese da densidade de valor patrimonial do território com indicação dos valores Elevados e Excecionais.

3.1.5. Riscos sobre o património cultural

R. Teixeira

A avaliação dos riscos que potencialmente constituem as principais ameaças diretas à conservação do Património cultural, arquitetónico e arqueológico, foi feita com base na apreciação individualizada de cada um dos elementos patrimoniais identificados. De forma a criar um quadro de referência comum que permitisse o tratamento conjunto e uniforme da informação coligida, foram previamente definidos os parâmetros e os descritores usados na avaliação de risco, reservando-se um campo na ficha individual da base de dados para o registo de outras informações complementares e específicas relativas a cada bem, em particular.

Genericamente, a metodologia adotada neste processo de avaliação compreendeu a identificação prévia dos principais riscos presentes no território e o seu agrupamento em categorias, bem como a definição de uma escala que permitiu a atribuição de diferentes magnitudes de risco.

Tipos de risco

A avaliação direta das ameaças registadas conduziu à definição de cinco grandes categorias tipológicas de riscos:

1. Riscos associados ao Abandono / Vandalismo
2. Riscos associados à Atividade Agrícola / Florestal
3. Riscos associados à Construção / Manutenção da Rede Viária
4. Riscos associados à Construção Civil / Urbanização
5. Outros riscos

A primeira categoria engloba todos os tipos de ameaças resultantes da perda de funções e abandono dos bens patrimoniais, particularmente evidente no domínio do património arquitetónico, ocasionando a sua degradação e ruína. Integra também as ameaças de vandalismo e destruição intencional, frequentemente decorrentes do abandono ou, no caso de determinados bens arqueológicos, potenciadas pela localização isolada dos bens, em locais remotos.

Na segunda categoria inscrevem-se as ameaças associadas às ações inerentes às actividades agrícolas e florestais, nomeadamente as de carácter mais intrusivo como as que decorrem de transformações com intensificação do uso agrícola do solo ou de reconversões florestais, as quais representam um risco particularmente significativo no domínio do património arqueológico.

A terceira categoria de ameaças relaciona-se directamente com os elementos patrimoniais que, por se encontrarem localizados junto de antigos caminhos e vias, apresentam maior risco de afetação ou destruição no âmbito de eventuais ações relacionadas com a própria manutenção, alargamento ou beneficiação da rede viária.

A quarta categoria de ameaças decorre da renovação provocada pela construção civil em áreas ou edifícios pré-existentes ou da ampliação das áreas urbanizadas, afectando igualmente o património arqueológico e arquitectónico aí localizado.

Finalmente, a última categoria possui carácter residual, reunindo todos os tipos de riscos que tipologicamente não se enquadram nas categorias anteriores, como a construção de parques eólicos, exploração de inertes e pedreiras, etc.

Magnitudes de risco

O segundo parâmetro considerado no processo de avaliação de risco consistiu na atribuição de graus diferenciados de magnitude da sua potencial incidência no património, variando numa escala crescente, desde ligeiras alterações que possam ocorrer na envolvente próxima até profundas alterações estruturais ou mesmo destruição integral dos bens patrimoniais.

O risco foi assim classificado em quatro graus de magnitude: reduzida, média, elevada e extrema (Quadro 3.10).

Quadro 3.10 - Identificação dos tipos de incidências associadas às classes de magnitude de risco

Magnitude do Risco	Tipo de incidência
Magnitude Reduzida	Afeta apenas a envolvente do bem patrimonial.
Magnitude Média	Afeta com danos parciais algumas das componentes não estruturais do bem patrimonial.
Magnitude Elevada	Afeta significativamente, com danos graves, ainda que de forma parcial, algumas das componentes estruturais do bem patrimonial.
Magnitude Extrema	Afeta profundamente a integridade do bem patrimonial, provocando a sua destruição estrutural ou desaparecimento.

Dado que vários dos bens patrimoniais se encontram potencialmente expostos a diferentes tipos de riscos, a análise global teve sempre em consideração a prevalência do risco cuja magnitude constituía uma ameaça de grau mais elevado para a integridade do bem patrimonial.

Síntese dos resultados da avaliação de risco

O tratamento cartográfico e a análise interpretativa dos dados relativos à avaliação de riscos sobre o património cultural registado na área da segunda fase do estudo possibilitaram um conjunto alargado de abordagens: considerando o património cultural de uma forma global ou diferenciando as incidências específicas no património de natureza arqueológica ou arquitetónica; analisando separadamente os tipos de risco e a sua magnitude ou associando os dois parâmetros; estabelecendo correlações entre tipos de risco e magnitudes com o valor patrimonial previamente atribuído aos bens potencialmente afetados.

Destacamos aqui alguns dos dados mais relevantes que podemos extrair dos referidos exercícios.

Considerando o conjunto do património registado, o tipo de risco mais frequente inscreve-se na categoria dos riscos associados à construção civil/urbanização, seguindo-se-lhe em ordem de importância o risco associado ao abandono/vandalismo e o associado à atividade agrícola/florestal (Quadro 3.11).

Porém, uma análise mais detalhada, de acordo com a natureza arqueológica ou arquitetónica do património, revela uma clara distinção

Quadro 3.11 - Frequência dos tipos de risco associados ao património arqueológico e arquitetónico

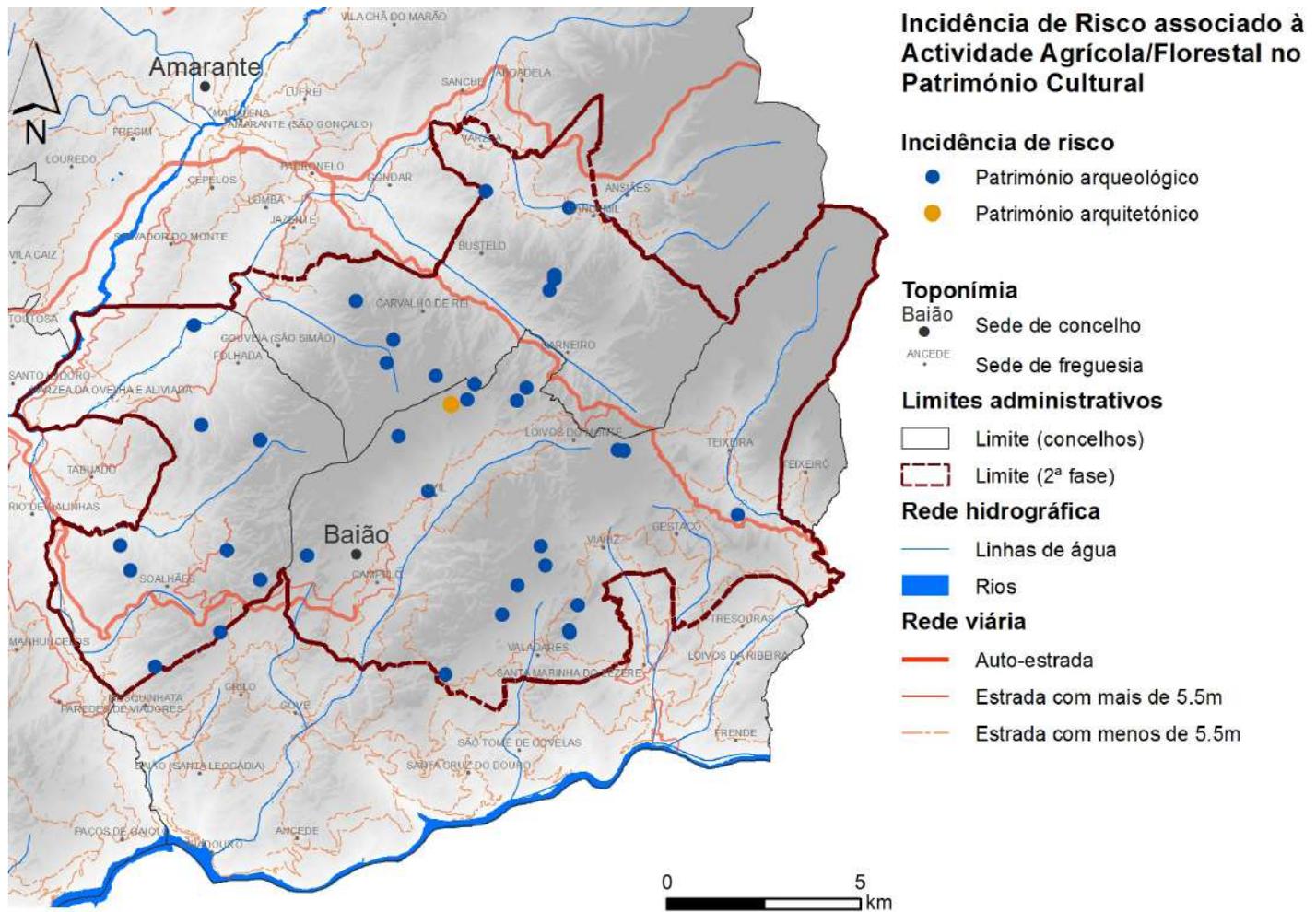
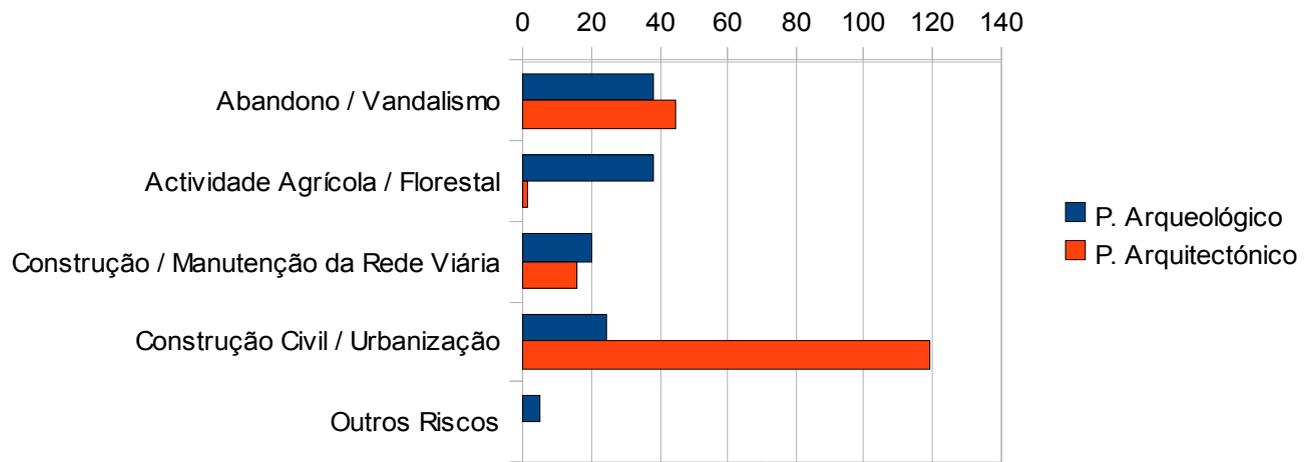


Fig. 3.38 - Mapa de incidência do risco associado à atividade agrícola/florestal, de maior relevância sobre o património arqueológico

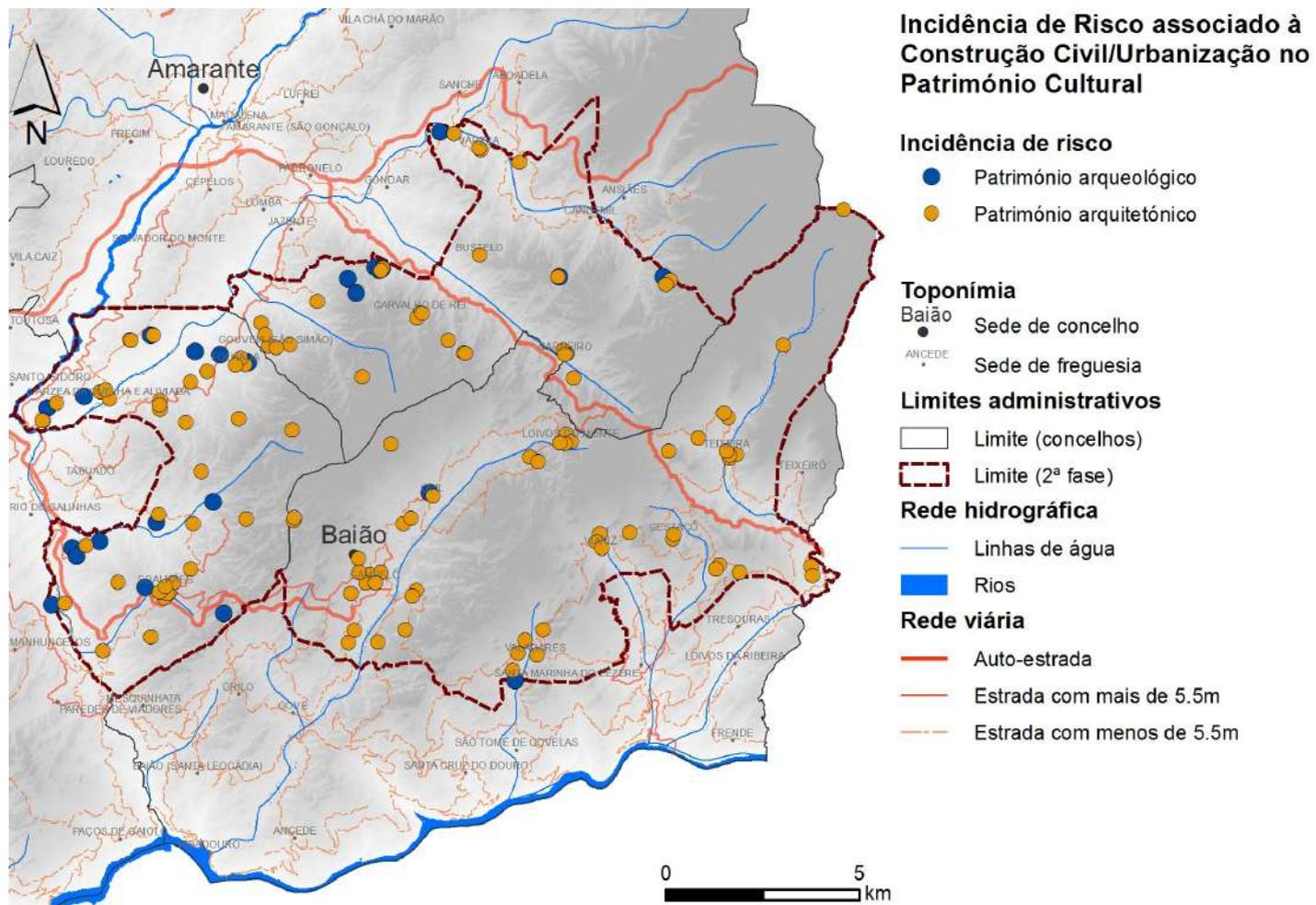


Fig. 3.39 - Mapa de incidência do risco associado à Construção Civil/Urbanização, de maior relevância sobre o património arquitetónico.

na frequência e ordem de importância dos tipos de risco que afetam cada uma das categorias patrimoniais. O património arqueológico encontra-se globalmente ameaçado por todos os tipos de risco identificados, embora com graus de afetação diferenciada, sendo os Riscos de Abandono/Vandalismo e os associados à Atividade Agrícola/ Florestal aqueles que constituem, com importância idêntica, as principais ameaças que afetam o Património Arqueológico.

Em contrapartida, o risco associado à Construção Civil / Urbanização constitui, naturalmente e de forma destacada, a principal ameaça que incide sobre o Património Arquitectónico, logo seguida do risco de Abandono/Vandalismo, não tendo aqui praticamente expressão o risco associado à Atividade Agrícola/Florestal.

A distribuição geográfica dos tipos de risco no território em análise reflete, em grande medida, o próprio padrão de distribuição dos valores patrimoniais, concentrando-se os de natureza arqueológica nas zonas de Planalto e de Encosta e os de natureza arquitetónica nas zonas de Vale e de Encosta. Naturalmente, o risco associado à Construção Civil/Urbanização encontra-se intimamente ligado à pressão do povoamento atual, concentrando-se sobretudo nas zonas de Vale e, em menor grau, nas áreas de Encosta (Fig. 3.40).

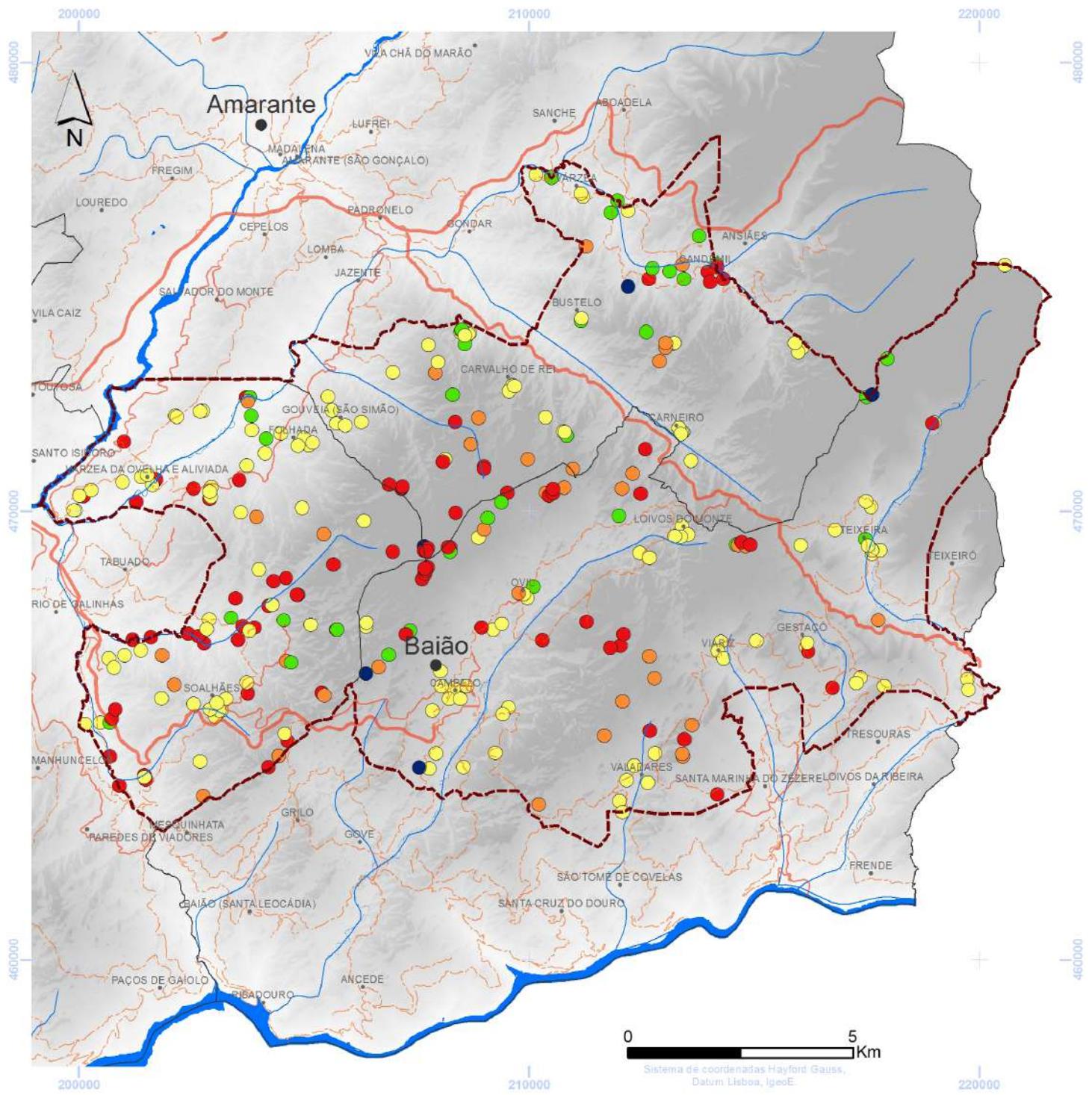


Fig. 3.40 - Principais tipos de risco que incidem no Património Cultural

A análise do parâmetro de Magnitude do Risco permite evidenciar que mais de 87 % do Património Cultural considerado na área da segunda fase do estudo apresenta riscos (Fig. 3.41) de potencial magnitude Média ou Elevada, recordando que, neste último caso - que representa cerca de 41% dos bens registados - o risco "afeta significativamente, com danos graves, ainda que de forma parcial, algumas das componentes estruturais do bem patrimonial". Na mesma apreciação global verifica-se ainda que cerca de 7 % dos bens patrimoniais apresentam riscos de grau Extremo, significando que os mesmos podem afetar "profundamente a integridade do bem patrimonial, provocando a sua destruição estrutural ou desaparecimento".

Naturalmente que na apreciação da magnitude de risco importa considerar também a importância ou grau de Valor Patrimonial dos bens potencialmente ameaçados. O cruzamento destes dois parâmetros demonstra que o património considerado de Valor Elevado e de Valor Excepcional se encontra exposto a riscos significativos, de magnitude Média e Elevada, registando-se também algumas situações pontuais de exposição a riscos de magnitude Extrema.

Para além das categorias de risco aqui especificamente analisadas, que representam ameaças contínuas e diretas aos valores patrimoniais referenciados, importa referir aqueles que se encontram ainda sujeitos a riscos de ordem natural que afetam o próprio território em que se inserem. Recordamos em particular os riscos de incêndio, erosão do solo e movimento de vertentes identificados e tratados em capítulo específico deste estudo, os quais, embora podendo afetar todo o património, são particularmente relevantes no domínio da conservação do património arqueológico.

Além disso, estamos perante um território amplo onde se manifestam dinâmicas distintas e de sentido inverso: por um lado de abandono de ocupação de certos espaços e dos usos tradicionais do solo a eles associados, e por outro de transformações associadas à intensificação de usos, de natureza agrícola e florestal, mas sobretudo motivados pela expansão da malha urbana e adensamento da rede viária nas áreas sujeitas a maior pressão humana. Ambas as tendências ocasionam riscos abrangentes e muito diferenciados, potenciados por agentes diversos - locais ou de fora da região - cujas atividades e iniciativas são frequentemente de difícil previsão e enquadramento, como foi possível constatar através dos danos causados em determinados sítios arqueológicos, observados entre visitas de campo realizadas em diferentes momentos da realização deste estudo. Neste domínio, o património arqueológico apresenta-se como particularmente vulnerável, dadas as suas características intrínsecas - de mais difícil reconhecimento e identificação - passando muitas vezes praticamente despercebido ao olhar comum e sendo geralmente menos valorizada a sua importância como recurso e testemunho cultural da comunidade.

No seu conjunto, o património cultural registado na área dos três municípios representa, como já vimos, um importante elemento identitário do território e, por conseguinte, constitui um recurso e um fator com grande potencial na promoção e desenvolvimento sustentado da região, tornando-se prioritária a sua salvaguarda e conservação, de forma a reduzir eficazmente os riscos a que o mesmo se encontra sujeito.

As diversas iniciativas de estudo, valorização e divulgação que as autarquias vêm promovendo representam um valioso contributo que deverá ser enriquecido, no domínio da salvaguarda, com medidas complementares, algumas das quais se consideram de carácter estratégico prioritário.

O inventário do Património Cultural proporcionado por este estudo, apresentando-se sob a forma de base de dados associada a um Sistema de Informação Geográfica, deve tornar-se um instrumento de apoio à gestão e planeamento do território, integrando os respetivos planos de ordenamento, devendo nesses contextos ser promovido o seu enquadramento através de regulamentos adequados e eficazes.

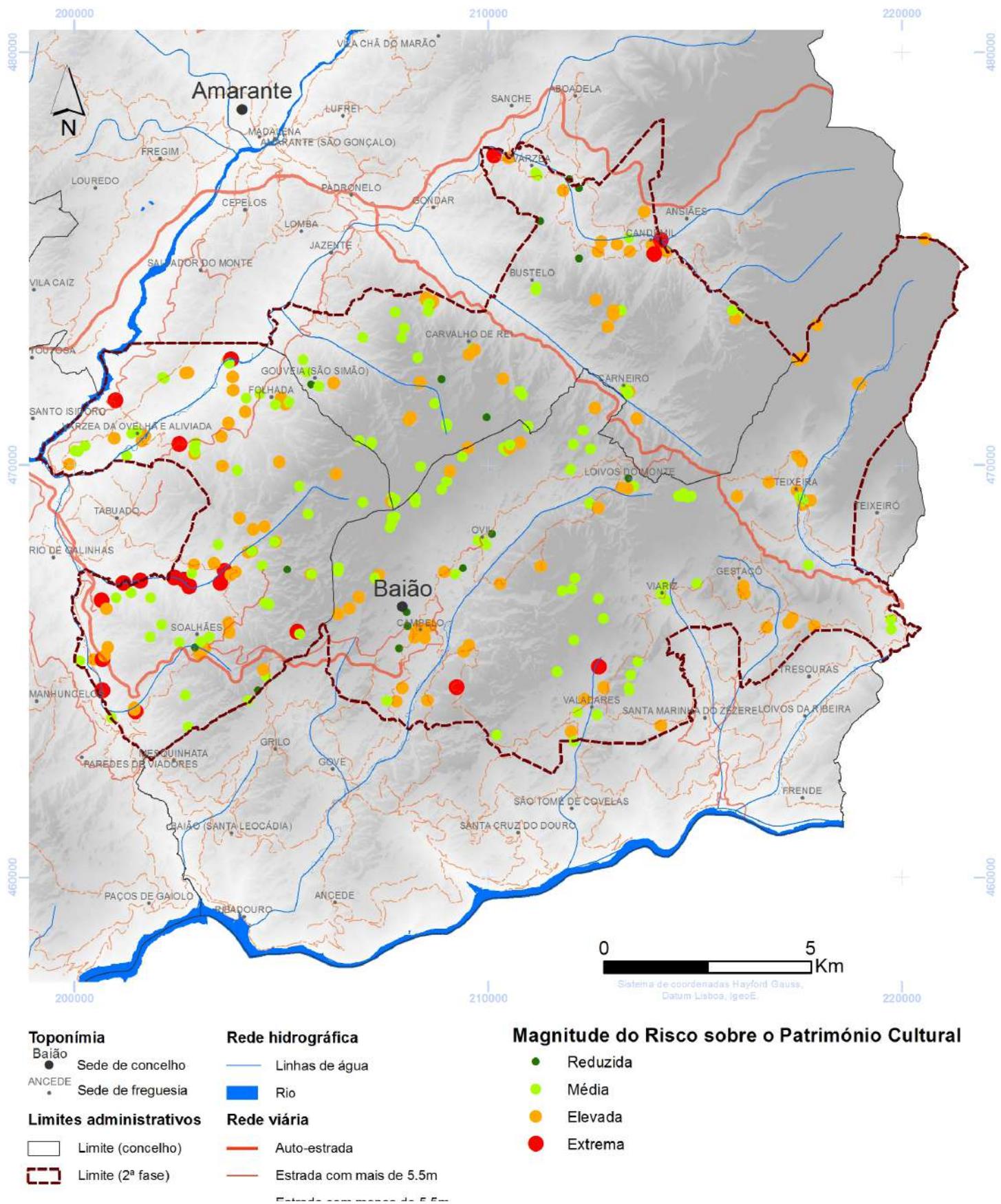


Fig. 3.41 - Magnitude dos riscos que incidem no Património Cultural

Mas os trabalhos de inventário e caracterização devem prosseguir e ser aprofundados, orientando-se também para a identificação sistemática do património que ainda não se encontra referenciado. Nas áreas onde que se verificam maiores vazios informativos, a intensificação destes estudos virá certamente revelar novos recursos patrimoniais, sobretudo de natureza arqueológica, que permanecem desconhecidos e, por isso, geralmente mais ameaçados.

Fig. 3.42 - Os mosaicos agro-florestais da Serra do Marão



A salvaguarda do património – e também a sua gestão e valorização - implica a identificação e o envolvimento dos respetivos proprietários, tornando-se essencial o desenvolvimento de um sistema de cadastro da propriedade do património, associado ao inventário. Simultaneamente, impõe-se ainda a criação de um sistema regular de monitorização do estado do património que se afigura fundamental para o planeamento e a implementação de medidas eficazes de salvaguarda e conservação, nomeadamente no quadro dos roteiros e circuitos de visita existentes, tal como em futuras ações de valorização e divulgação.





3.2. Para uma leitura histórica da paisagem e do território

3.2.1 Pré-história

C. Stockler

Os primeiros indícios da ocupação humana neste território concentram-se na Serra da Aboboreira (Fig. 3.43) e datam de há cerca de 7000 anos (V milénio A.C.).

No âmbito do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, os estudos paleobotânicos aí realizados a partir de restos vegetais conservados em estações arqueológicas e depósitos naturais, permitem-nos antever a paisagem daquela época, bem distinta da atual.

Os carvalhais, hoje acantonados a cotas de baixa e média altitude, dominavam a paisagem, embora também marcassem presença outras espécies arbóreas de folha caduca, como o castanheiro, o vidoeiro, a aveleira.... Junto às linhas de água cresceriam bosques de amieiros, salgueiros, freixos, choupos. O crescimento arbóreo tinha sido favorecido pelas alterações climáticas registadas há cerca de 10000 anos, com o fim da última glaciação. O clima seria quente e húmido, o que terá também favorecido a expansão de prados de gramíneas (CRUZ 2004: 27).

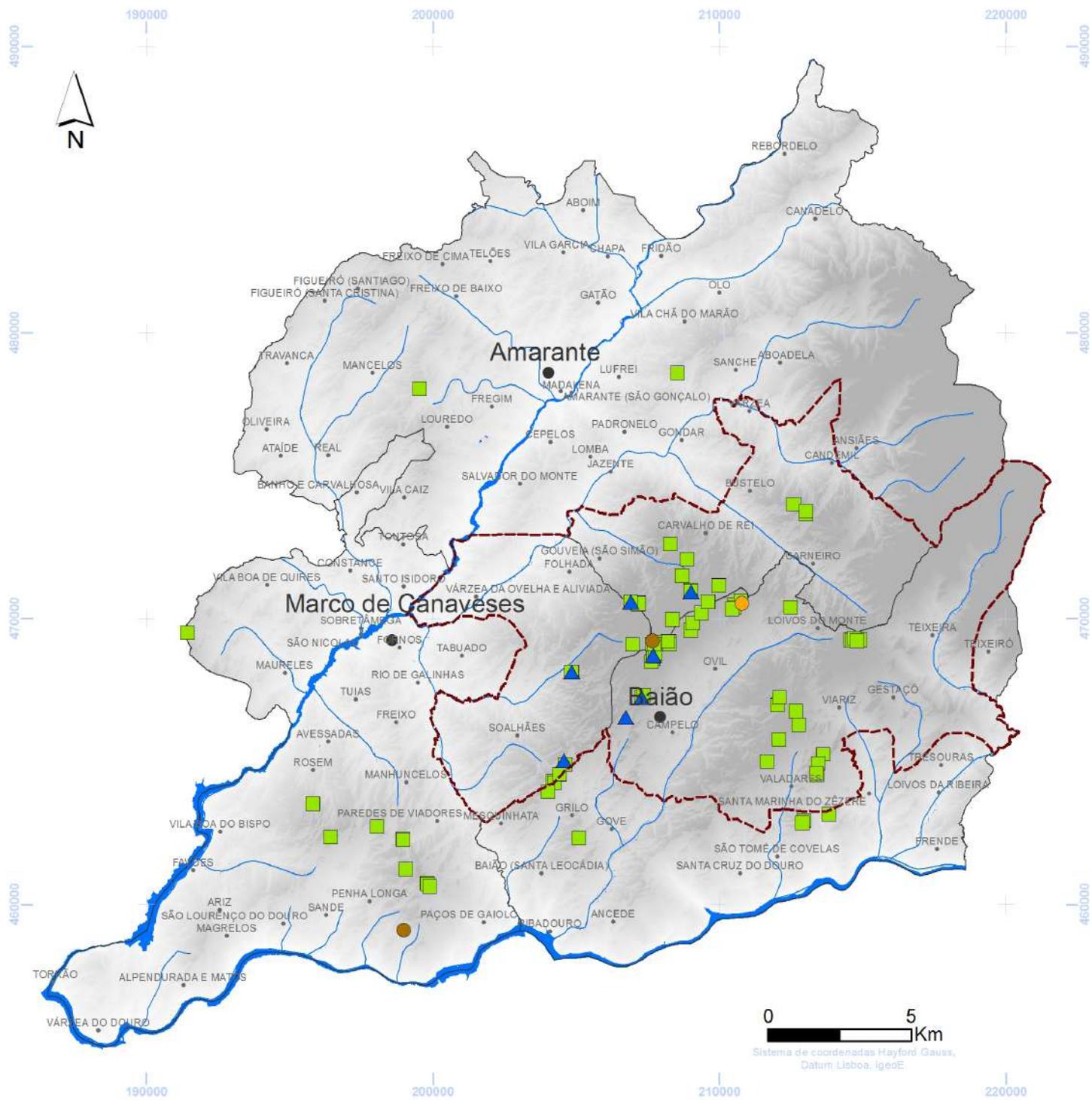
Este aquecimento climático terá então permitido o estabelecimento das populações não só em pequenas plataformas de meia encosta, entre os 650m e os 770m de altitude, mas também em altitudes mais elevadas da Serra da Aboboreira, acima dos 900m de altitude.

São os casos dos povoados da Lavra (Soalhães, Marco de Canaveses) e dos Penedos Altos (Campelo, Baião), cuja precariedade dos vestígios se deve ao facto de terem sido sítios novamente ocupados em diferentes momentos da Idade do Bronze, o que provocou a destruição quase total das ocupações anteriores.

Na Lavra, a raridade do espólio recolhido, do qual apenas se destacam dois fragmentos cerâmicos decorados com puncionamentos arrastados (Fig. 3.44), leva a responsável pela escavação do sítio a colocar também a hipótese de estarmos em presença de um povoado temporário ou de uma ocupação por um período de tempo bastante curto (SANCHES 1995: 116). As datações obtidas para quatro estruturas circulares de combustão abertas no saibro, colocam a sua utilização na 1ª metade do V milénio A.C., às quais poderão ainda estar associados dois objectos de adorno: uma conta de colar em arenito e um pendente em quartzito.

Os únicos vestígios detetados da ocupação neolítica dos Penedos Altos limitam-se apenas a alguns micrólitos geométricos e fragmentos de cerâmica lisa ou decorada com puncionamentos arrastados (JORGE 1990: 152).

Em altitudes mais elevadas da Serra da Aboboreira os vestígios de ocupação desta época detetam-se apenas nos restos dos solos antigos que foram soterrados pela construção de monumentos funerários com *tumulus* (Furnas 2, Chã de Santinhos 2, Serrinha, Cabras e Outeiro de Gregos 1).



- | | | |
|--|---|--|
| <p>Toponímia</p> <p>Baião Sede de concelho</p> <p>ANCEDE Sede de freguesia</p> <p>Limites administrativos</p> <p>Limite (concelho)</p> <p>Limite (2ª fase)</p> | <p>Rede hidrográfica</p> <p>Linhas de água</p> <p>Rio</p> <p>Hipsometria (m)</p> <p>1410</p> <p>8</p> | <p>A ocupação pré-histórica do território (Vº ao II milénio A.C.)</p> <p>Vestígios de habitat</p> <p>Monumentos com tumulus</p> <p>Menir</p> <p>Arte rupestre</p> |
|--|---|--|

Fig. 3.43 - Distribuição geográfica dos sítios com ocupação pré-histórica do território.

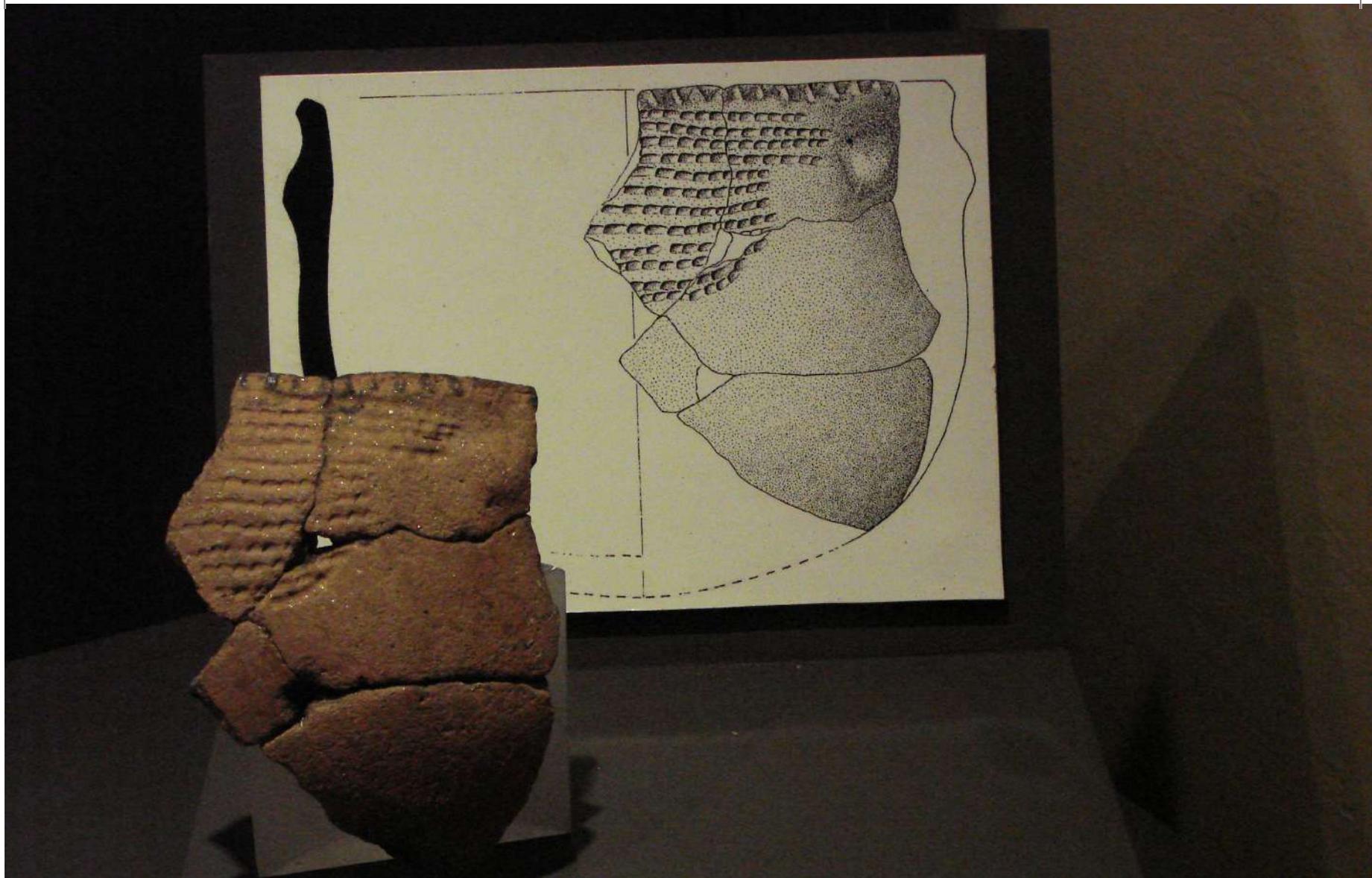


Fig. 3.44 - Recipiente cerâmico, decorado com puncionamentos arrastados, Lavra.

Nos três primeiros monumentos foram recolhidos fragmentos cerâmicos cuja decoração com puncionamentos arrastados e caneluras verticais, testemunham a presença de uma ocupação durante o Neolítico antigo.

Na mamoa de Cabras, foram encontrados vários buracos de poste associados entre si e uma fossa subcircular que testemunha a ocupação do local antes da sua edificação, a qual terá ocorrido entre os finais do V e os inícios do IV milénio a.C. (STOCKLER 1998).

Em Outeiro de Gregos I, as últimas escavações aí realizadas ainda inéditas e da responsabilidade de Carla Stockler, permitiu detetar, na periferia do monumento vestígios de habitat escavados no saibro (buracos de poste e valas, que, por vezes, se encontram associados entre si). A noroeste encontra-se ainda conservado um piso de utilização no qual foram abertos vários buracos de poste. A leste do monumento foi ainda detetado um buraco de poste, estruturado com elementos pétreos, de onde foi recolhido uma pequena lamela em sílex, pontiaguda, com retoque abrupto e invasor num dos lados. A tipologia deste elemento permite-nos colocar a hipótese de estarmos em presença de um povoado do neolítico antigo.

Ao contrário do que tem ocorrido em Outeiro de Gregos I, a ausência de escavações na periferia dos restantes monumentos aliada à precariedade dos vestígios detetados a altitudes de meia encosta, assim como a ausência de datações, não nos permitem tirar outro tipo de conclusões.

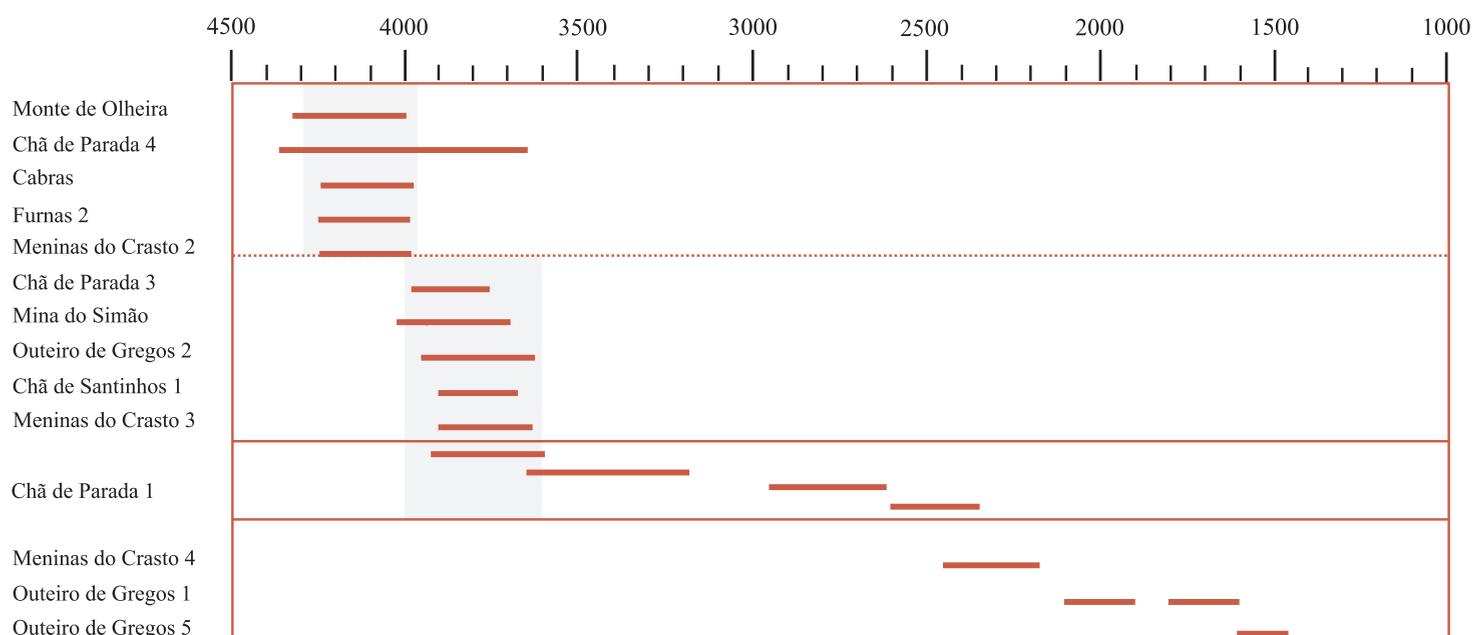
Podemos então concluir que se encontra documentada a ocupação do V milénio A.C. na Serra da Aboboreira, cujos grupos de populações itinerantes ocuparam tanto zonas de planalto de grande altitude, como plataformas de meia encosta de diferentes altitudes, já próximas de áreas de vale. O povoamento parece então ser disperso e não muito denso.

A construção de monumentos com *tumulus*

De todos os vestígios pré-históricos do território destacam-se, pelo seu número, os monumentos com *tumulus* (comumente designados por monumentos megalíticos). Concentram-se nas áreas planálticas, maioritariamente, acima dos 700m, e, em menor número acima dos 400 m de altitude (Serras da Aboboreira, Castelo, Montedeiras e Marão), agrupados em núcleos ou em posição mais ou menos isolada (Fig. 3.43).

A construção destes monumentos nas áreas planálticas ocorreu, na Serra da Aboboreira, durante quase três mil anos, desde o Neo-lítico médio ao Bronze inicial, englobando diferentes monumentos arquitetónicos e diferentes rituais funerários (Quadro 3.12).

O desenvolvimento do projeto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, que abrangeu o vale de Ovil e os planaltos adjacentes da Aboboreira e do Castelo, permite-nos traçar um quadro de evolução da ocupação para este período da pré-história e para este território em particular, por ter promovido a escavação sistemática de grande parte destes monumentos.



Quadro 3.12 - Representação gráfica simplificada das datas convencionais (calibradas) dos monumentos com *tumulus* da Serra da Aboboreira, para o intervalo de confiança de 1 sigma.

As serras da Aboboreira e do Castelo

A partir da 2ª metade do V milénio A.C. inicia-se a construção das primeiras arquiteturas tumulares (Quadro 3.12), sendo ainda hoje desconhecidos os povoados com elas relacionados. No entanto não se devem ignorar os vestígios que indiciam a existência de *habitats* nas suas proximidades, já aqui referidos, para além da presença de elementos de moinhos manuais reaproveitados na construção das estruturas pétreas dos monumentos (JORGE 1989: 403).

Não seria de estranhar que esses vestígios testemunhassem a existência de um povoamento, não só anterior, mas também contemporâneo destes monumentos. Provavelmente temporário e cíclico durante o ano, com uma ocupação nos planaltos durante a parte estival do ano, e uma descida a sítios mais baixos já próximos de vales de meia encosta durante o Inverno (STOCKLER 2004: 35).

Os estudos paleoambientais efetuados na Serra da Aboboreira testemunham, para as áreas de planalto, a presença de uma vegetação esparsa de carvalhos, acompanhados de gramíneas, como por exemplo, a erva nozelha, onde seria possível praticar uma agricultura de enxada em clareiras abertas para o efeito. As populações pré-históricas poderiam então criar condições – através do recurso a queimadas controladas – que lhes permitissem praticar uma agricultura itinerante, inicialmente incipiente, e o pastoreio nas chãs planálticas da serra, que poderiam se desenvolver a par da prática da caça e da

recolecção. Alguns dos *tumulus*, situados em sítios proeminentes, parecem estar relacionados com linhas de água ou nascentes, podendo talvez simbolizar o acesso das comunidades a esses recursos (JORGE 1989: 406).

Estaríamos então em presença de pequenas comunidades itinerantes, não muito diferenciadas entre si, que dependiam do território em que circulavam, que o conheciam bem e o dominavam (CRUZ 2004: 29).

Foram então estas comunidades que construíram os monumentos funerários de aspeto mamiforme (*tumulus* ou mamoa de terra e/ou pedras), contendo no seu interior câmaras funerárias delimitadas por esteios (sepulcros ortostáticos, dólmens ou cistas) durante quase três mil anos (4350 A.C. – 1500 A.C.).

Os primeiros monumentos sepulcrais

Entre os finais do V milénio e inícios do IV milénio A.C. (4350-3900 A.C.), na Serra da Aboboreira, inicia-se a construção dos primeiros sepulcros com *tumulus* (Quadro 3.12), de reduzidas dimensões, implantando-se de uma forma ainda tímida na paisagem, com pouca visibilidade, numa posição isolada e nas áreas periféricas das chãs como são os casos das mamoas de Monte de Olheira (Ovil, Baião) e de Cabras (S. Simão de Gouveia, Amarante). A primeira encerra um sepulcro ortostático e a segunda uma estrutura interna indefinida.

Nesta altura terão também sido construídos os primeiros dólmens, fechados e abertos, como Furnas 2 (S. Simão de Gouveia, Amarante) e Meninas Crasto 2 (Ovil, Baião). São ainda de dimensões medianas no que diz respeito à sua estrutura dólménica e à tumular. Tal como os anteriores, estão implantados em chãs embora se destaquem mais um pouco no terreno (Fig.3.45).

O espólio encontrado nestes monumentos é escasso e pobre, destacando-se, pelo número de ocorrências, a presença de micrólitos geométricos.



Fig 3.45 - Furnas 2

Os monumentos megalíticos

É na primeira metade do IV milénio A.C. (4000-3650 A.C.) que se atinge a grande fase de construção de monumentos megalíticos (Quadro 3.12), assistindo-se a uma maior monumentalização dos *tumulus*, que atingem agora as médias ou até mesmo as grandes dimensões. Veja-se como exemplo Meninas do Crasto 3 (Fig. 3.46) para o primeiro caso, Outeiro de Gregos 2 (Fig. 3.47) e Mina do Simão para o segundo caso. Os dólmens fechados ou abertos, ganham também maior visibilidade em altura e/ou em diâmetro. Estas dimensões, aliadas ao facto de estarem implantados em amplas chãs, por vezes sobre relevos naturais, permitem que estes monumentos se destaquem bastante bem na paisagem.

No caso dos dólmens abertos, as câmaras funerárias são ainda de maiores dimensões, pelo que apresentam uma forma poligonal alongada como em Outeiro de Ante I, Chã de Parada 3 e, provavelmente, Cabritos 2.

O espólio associado a estes monumentos continua a ser escasso, simples e sóbrio. Os micrólitos geométricos continuam a predominar pela quantidade, secundarizados por outros objectos talhados – como as lâminas e as lamelas – e pelas contas de colar em xisto e variscite. O espólio cerâmico continua a ser muito fragmentado, predominando, apesar de raros, os vasos maioritariamente lisos, de formas esféricas e calotes de esfera (JORGE 1990: 148).



Fig. 3.46 - Meninas do Crasto 3

Surtem ainda objetos votivos, isto é, objetos que nunca tiveram uma utilização prática, pelo que foram construídos para fins exclusivamente funerários. Vejam-se os exemplos das enxós encontradas na Mina do Simão. Também uma função exclusivamente ritual, devem ter tido os seixos rolados de rio encontrados perto das áreas centrais dos monumentos – sobretudo sobre ou sob o contraforte – ou nas áreas periféricas da couraça, numa intenção deposicional clara. Este tipo de deposições farão certamente parte de um conjunto de cerimónias realizadas aquando da construção do monumento, assim como a inclusão de objetos votivos em determinadas estruturas pétreas, como sejam o contraforte e as coroas periféricas de contenção. Tal ocorreu, por exemplo, em Outeiro de Gregos 3, ao introduzirem dois machados nas suas estruturas pétreas.

Também na Serra da Aboboreira, ter-se-á construído a mamoa ritual de Chã de Santinhos 2, que continha no seu interior uma fossa central escavada no granito de base.

O dólmen aberto de Chã de Arcas 3, na Serra do Castelo, pela tipologia apresentada e pelo espólio exumado (micrólitos geométricos, uma enxó, fragmentos de lâminas e lamelas) poderá muito bem inserir-se dentro deste período cronológico, se bem que Joel Cleto advogue que este monumento poderá também já marcar o período de transição entre a 1ª e a 2ª metade do IV milénio A. C. (CLETO 1993: 152-153).

Fig 3.47 - Outeiro de Gregos 2



A fase plena do megalitismo

A fase plena do megalitismo nesta região marca a passagem da 1ª para a 2ª metade do IV milénio e os finais do IV milénio A.C. (Quadro 3.12).

Se aceitarmos a hipótese de uma cronologia mais recente para os grandes dólmens abertos, como Outeiro de Ante I (Fig. 3.48), Chã de Parada 3 (Aboboreira) e Chã de Arcas 3 (Castelo), a que nos referimos acima, então estes dólmens poderão integrar juntamente com Chã de Parada I, a fase plena do Megalitismo destas duas Serras.

Surgem então, nesta fase, túmulos com sistemas de abertura mais complexos, e que permitiriam um enterramento e um ritual mais prolongado no tempo, tornando-se sepulcros verdadeiramente coletivos, pois as suas dimensões fazem antever um maior número de indivíduos inumados. Esta complexidade e coletivização dos sepulcros culminará na construção dos grandes dólmens de corredor.

Da 1ª para a 2ª metade do IV milénio A.C., ou então já durante a 2ª metade desse milénio, ter-se-á construído na Serra da Aboboreira o único dólmen de corredor. O dólmen de Chã de Parada I possui uma câmara de grandes proporções e um corredor curto que se distingue daquela tanto em planta como em perfil (Fig. 3.51). Dadas as suas dimensões, os últimos elementos pétreos dessa estrutura não coincidem com a parte final da mamoa. Assim, entre o corredor e a extremidade final do montículo de terra, existiria ainda um espaço aberto (Fig. 3.61), ladeado por um anel pétreo, que conteria as terras da mamoa de cada um dos lados, e que ao qual se seguia uma outra estrutura em pedra, em forma de arco, que poderia ter funcionado como uma estrutura de fecho sobre a qual os utilizadores deste dólmen teriam que passar para aceder ao espaço aberto e por fim ao corredor que fazia a ligação com a câmara funerária.



Fig 3.48 - Outeiro de Ante 1

Nos esteios da câmara funerária são visíveis, ainda hoje, algumas gravuras: a “face oculada” (Fig. 3.49), um motivo radiado e ainda quatro versões de um símbolo enigmático – “the ting” –, segundo a terminologia de E. S. Thowig (Fig. 3.50). Haveria ainda restos de pintura a vermelho no esteio da cabeceira, as quais eram já quase invisíveis quando a câmara se encontrava destapada (JORGE, 1990: 151). As fogueiras que continuamente foram sendo feitas no interior deste monumento nacional são uma das causas principais que terá levado ao desaparecimento desses vestígios pictóricos, tal como, na década de 90, estavam já a colocar em risco as gravuras conhecidas.

Do espólio exumado de Chã de Parada I destacam-se as pontas de seta de base triangular e com aletas, de sílex e quartzo hialino, por ser o único monumento em que este tipo de materiais ocorreu até hoje na Serra da Aboboreira. Do restante espólio contam-se os micrólitos geométricos, lâminas e lamelas, contas de colar em xisto, fragmentos de vasos lisos e seixos rolados.

Assinale-se, ainda como mera hipótese, que na Serra do Castelo, poderá também ter sido construída, dentro do mesmo período cronológico, a mamoa não megalítica de Outeiro, a avaliar pela ponta de seta de base triangular encontrada neste monumento.

A passagem dos finais do IV milénio A.C. aos inícios do III milénio A.C. poderá marcar a construção do dólmen de corredor curto e indiferenciado em planta de Chã de Arcas 5 da necrópole da Serra do Castelo, a avaliar pelas características tipológicas de parte do espólio aí exumado, como são o caso das pontas de seta, em sílex, de base triangular e pedunculada, de médias e grandes dimensões, com fino retoque invasor.

A configuração, apesar de fruste, e a implantação de um monólito de granito, entre Chã de Parada e Touta, indiciam tratar-se de um Menir, que ganha importância acrescida por ser o único exemplar conhecido para o território (Fig. 3.52).

Fig 3.49 - “Face oculada”, Dólmen de Chã de Parada 1



Fig 3.50 - “The thing”, Dólmen de Chã de Parada 1



Fig 3.51 - Chã de Parada 1



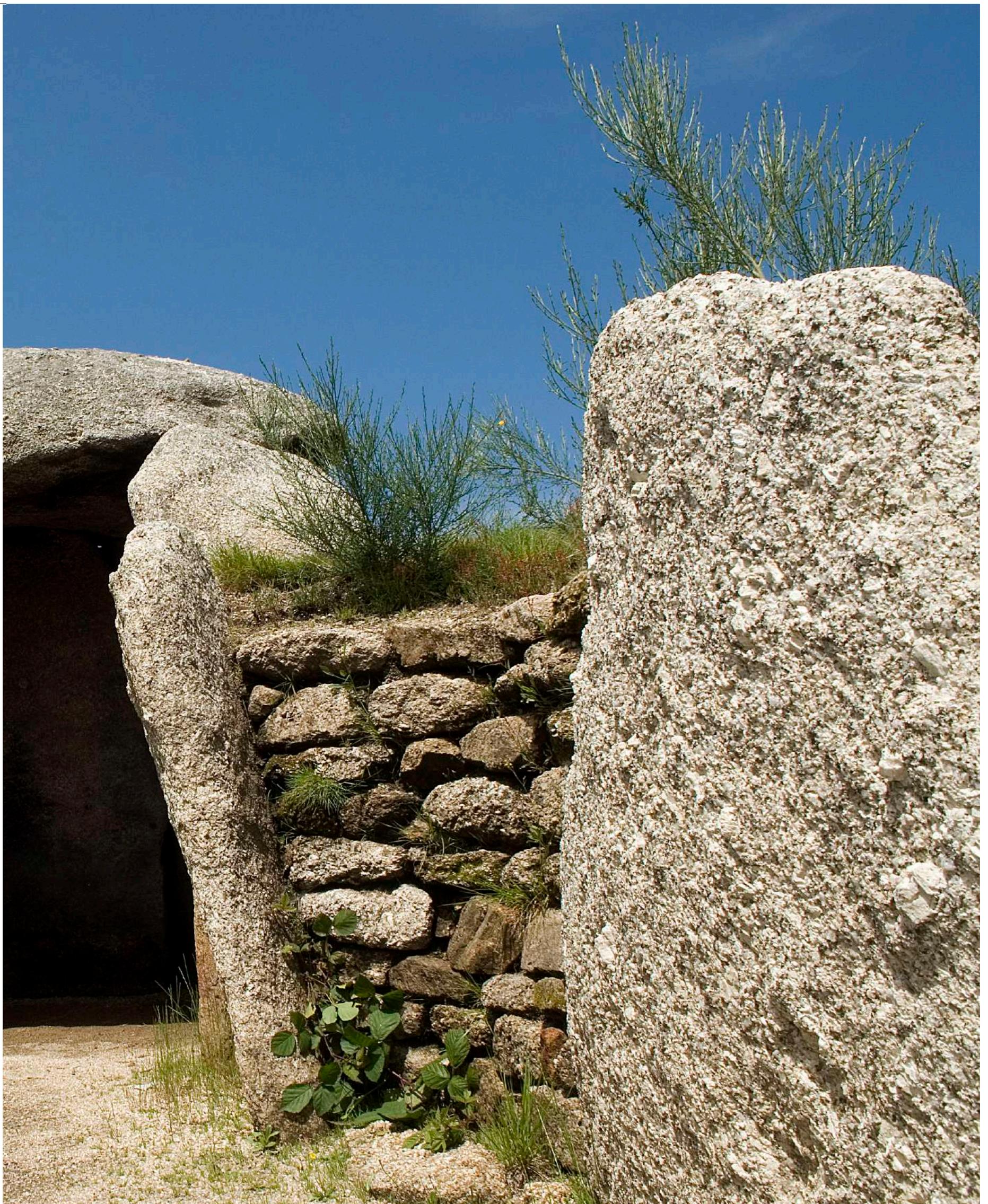


Fig 3.52 - Menir da Pena



Os monumentos sepulcrais no limiar da Idade do Bronze

Na 2ª metade do III milénio A.C., ter-se-á assistido na Serra da Aboboreira, tal como em outras áreas do norte do país (Sabrosa e Caminha), a uma reutilização dos antigos sepulcros, documentada pelos fragmentos de cerâmica campaniforme aí encontrados, quer no dólmen de corredor de Chã de Parada I, quer em sepulcros ortostáticos sob *tumulus* (Outeiro de Ante 2 e Monte Maninho).

Nos inícios da idade do Bronze, por volta de 2400 A.C., numa área de encosta e afastada dos planaltos onde se encontram os monumentos megalíticos, foi construída a cista de Chã de Carvalhal I, que marca o limiar de um momento em que ocorreram mudanças no comportamento simbólico e religioso do homem pré-histórico na maneira de sepultar os seus mortos, ao mesmo tempo que ainda mantinham alguns aspetos tradicionais. Se por um lado, a sua arquitetura ainda mantém características construtivas dos monumentos megalíticos (*couraça*, *tumulus*, contraforte, sepulcro) – embora estejamos já em presença de uma cista –, por outro lado, o seu ritual funerário é já inovador. Trata-se de uma inumação individual, com um espólio dignificante, constituído por armas em cobre e vasos de cerâmica, onde já não estão presentes os materiais de carácter “utilitário” dos períodos anteriores.

Os recipientes cerâmicos eram em grande número pelo que a sua maioria terá sido colocada, no exterior da câmara funerária, uma vez que esta era de dimensões reduzidas (CRUZ, 1992). O espólio metálico em cobre – dois punhais de lingueta e cinco pontas de lança de tipo Palmela – foi encontrado nas terras do *tumulus*, sob a *couraça* pétreo, pelo que deverá ter sido depositado antes da construção desse revestimento, marcando o carácter ritual da deposição (Fig. 3.53). O tipo de vasos cerâmicos, pela decoração que ostentam, evidencia também os contactos que estas populações mantinham com o exterior, com algumas regiões peninsulares.

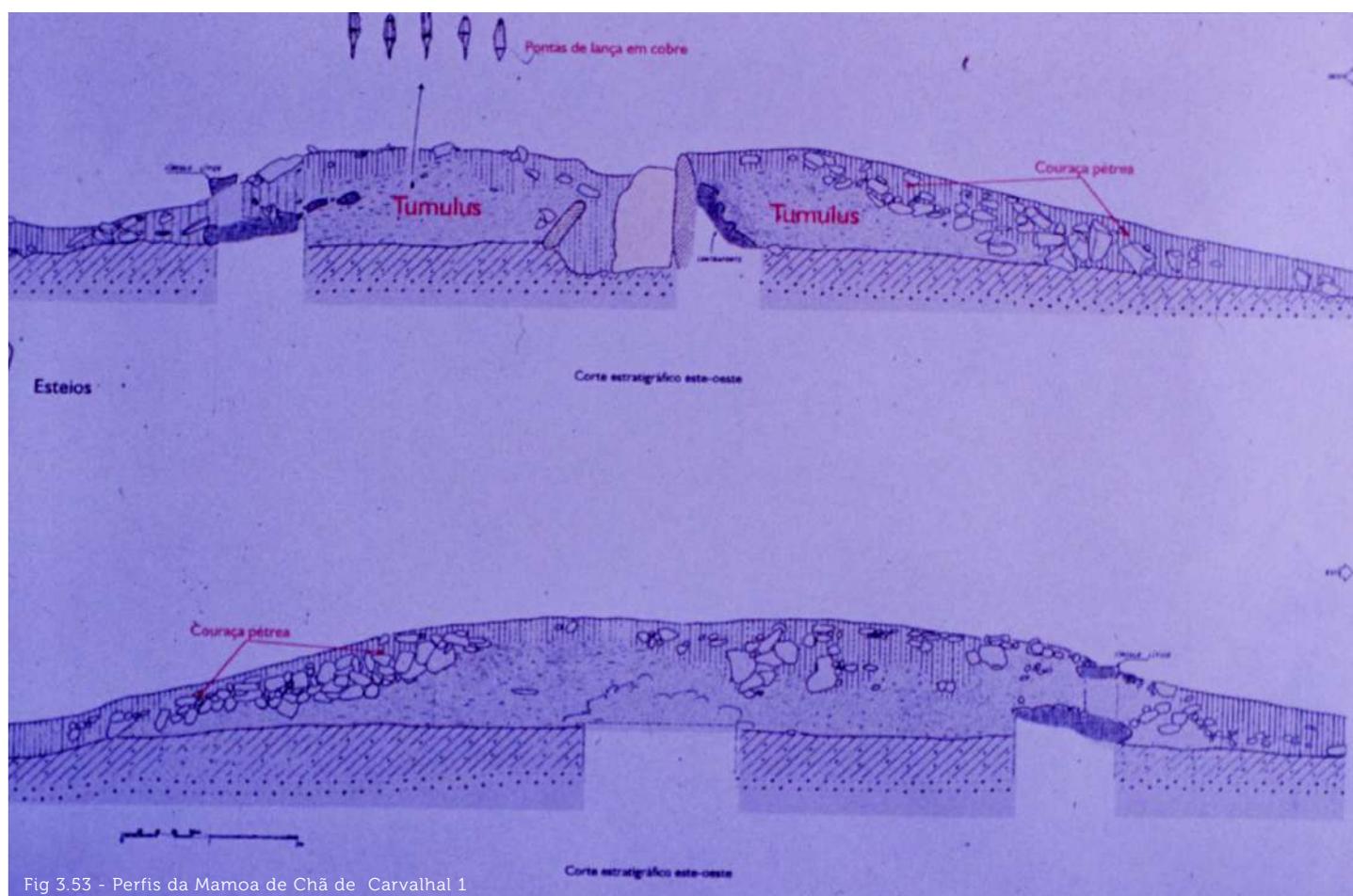


Fig 3.53 - Perfis da Mamoia de Chã de Carvalhal 1

Já os *cairns* da Serra da Aboboreira (contendo ou não no seu interior uma cista) são um exemplo deste ritual cada vez mais individual, materializado nos adornos de prata (encontrados em Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4), que marca já a riqueza pessoal dos inumados (Fig. 3.54). No entanto, apesar desta diferença do ritual funerário, estes monumentos implantam-se novamente nas áreas planálticas da serra, na proximidade dos monumentos megalíticos.

As datações conseguidas permitem-nos afirmar que terão sido construídos também entre a 2ª metade do III milénio e os inícios do II milénio A. C., podendo até mesmo se estenderem até 1400 A. C. (Quadro 3.12) se considerarmos a datação mais recente obtida para Outeiro de Gregos 5 (CRUZ 1995:89).

Este tipo de monumentos tumulares distinguem-se arquitetonicamente bastante bem dos anteriores, pois possuem um *tumulus* construído apenas em pedra, pouco relevado no terreno, podendo conter ou não (ex: Outeiro de Gregos 5), no seu interior, uma cista. Ao contrário da visibilidade e da monumentalidade que caracterizava as mamoas megalíticas, estes monumentos encontram-se perfeitamente disfarçados na paisagem, adaptando-se à configuração natural do terreno em que se implantam.

Dos três *cairns* estudados na Serra da Aboboreira, destaca-se o de Outeiro de Gregos 1 (Fig. 3.55), devido à sua originalidade arquitetónica, ao anexar a leste um recinto ao monumento funerário, muito provavelmente de carácter ritual.

Esse recinto é composto pelas seguintes estruturas:

- Um lajeado quase horizontal que circunda o anel periférico de fecho do *tumulus* e que, para ESSE, se prolonga e adquire uma forma subtrapezoidal, enquanto que para o Sul, as últimas escavações aí realizadas, colocaram a descoberto um murete que delimita o afloramento granítico, sobre o qual a periferia deste lajeado se sobrepõe;
- Uma estrutura periférica que se encontra contida neste prolongamento sub trapezoidal do lajeado e que é composta por duas lajes de granito fincadas no solo, mediando entre elas um espaço preenchido por pequenas pedras; e um espaço sub rectangular contido no prolongamento do lajeado e a ESSE das lajes referidas. Este espaço a Leste é definido por uma parede baixa constituída por grandes blocos e por grandes lajes horizontais.

Fig 3.54 - Espirais de prata (Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4)



Fig 3.55 - Outeiro de Gregos 1



Foi precisamente na área central da estrutura periférica, sob o lajeado, que foram encontrados os fragmentos cerâmicos de um vaso troncocónico decorado com mamilos. Vítor Jorge considera a hipótese deste vaso já ter sido colocado fragmentado, tendo por isso a sua deposição sob o lajeado um sentido ritual.

As estações de arte rupestre de ar livre

As estações de arte rupestre conhecidas para a Serra da Aboboreira localizam-se, nas imediações dos monumentos com *tumulus*, entre os 670m e os 950m de altitude (Fig. 3.43). Tratam-se de afloramentos rochosos onde são visíveis um conjunto de covinhas. O afloramento mais elaborado, com algumas das covinhas ligadas por sulcos, situa-se à cota mais inferior, nas proximidades da Pedra que Bole (Carvalho de Rei, Amarante).

A cronologia admitida para este tipo de gravuras é muito extensa: ocorrem em contextos pré-históricos como também da Idade do Ferro (CRUZ, 1992:100).

Já na Serra de Montedeiras, no Monte Eiró (Penhalonga, Marco de Canaveses), numa encosta voltada ao Douro, a 450 m de altitude, localiza-se o painel mais extenso e complexo de gravuras desta região, malgrado uma parte dessas gravuras ter sido já cortada (Fig. 3.43).

São ainda hoje visíveis quatro núcleos de gravuras, embora originalmente pudessem ter sido contínuos. Identificam-se espirais, linhas onduladas e serpentiniformes, reticulados e motivos curvilíneos, pequenos sulcos, covinhas e “pegadas” (Fig. 3.56).

Fig 3.56 - Gravuras de Monte Eiró



O tipo de insculpturas inscreve-se na dos santuários rupestres de arte esquemática que podem ter uma cronologia que deambula ente o VI e o II milénio A.C., e que por, isso perduram na paisagem para além do momento da sua construção, pelo que terão sido alvo certamente de diferentes reinterpretações (JORGE, 1999: 61 e 62).

Os rituais funerários

Ao longo de mais de dois milénios, a Serra da Aboboreira foi então palco de atividades simbólicas e rituais materializados na construção de monumentos com *tumulus*, que para além de serem monumentos funerários e marcas simbólicas de controlo de um território e de coesão social, são também santuários onde se realizaram um conjunto diversificado de cerimónias rituais, as quais certamente se foram alterando ao longo de todo esse tempo.

Se observarmos os monumentos construídos a uma macro escala, podemos denotar uma certa unidade arquitetónica (tipologia, técnicas construtivas, dimensões), que se manteve ao longo desse período. Mas, uma análise mais pomenorizada realça as profundas alterações do ritual funerário ao longo desse tempo, tornando-se cada vez mais complexo. Esta complexidade do ritual denota mudanças de mentalidade, que espelham uma maior e crescente complexidade social.

A crescente complexificação dos rituais funerários do culto dos mortos ao culto dos antepassados

Os finais do V milénio e os inícios do IV milénio A.C. são marcados pela construção de túmulos de pequenas dimensões, onde muito provavelmente o número de inumados era muito reduzido, e o ritual se caracteriza pela presença de espólio simples e sóbrio. A pobreza e a rara diversidade do espólio, aliada a características arquitetónicas também pouco diversificadas (tipologia, técnicas construtivas e dimensões) apontam para a existência de sociedades de uma certa unidade cultural (CRUZ, 1992).

Na 1ª metade do IV milénio A.C., o ritual funerário manipula não só objetos utilitários, mas também votivos, pelo que foram concebidos para fins exclusivamente funerários. Também as deposições de seixos rolados de rio sob ou sobre os contrafortes, ou nas áreas periféricas da couraça, numa intenção deposicional clara, marcam este ritual.

Estas deposições, assim como a inclusão de objectos votivos em determinadas estruturas pétreas do monumento, farão certamente parte de um conjunto de cerimónias realizadas aquando da construção dos sepulcros.

Assiste-se também neste período a uma maior monumentalização dos *tumuli* e dos sepulcros, a par da construção de outros de dimensões mais medianas.

Mas é na 2ª metade do IV milénio A.C. que essa monumentalização é mais evidente, passando a construir-se sepulcros com maiores dimensões e de maior complexidade funcional (dólmenes abertos e dólmenes de corredor) que, em contrapartida, demonstram uma complexidade dos rituais, tratando-se agora de verdadeiros monumentos coletivos, em que o espólio, apesar de manter um carácter utilitário, é agora mais diversificado.

Para Domingos Cruz esta monumentalização dos *tumuli* associada ao aumento do espaço sepulcral encontra também uma explicação no “crescente valor simbólico que estas comunidades atribuem ao monumento e aos ancestrais que neles repousam, correspondendo, talvez, a um cerimonial mais complexo, dirigido a um número de indivíduos mais amplo”, valorização essa que poderá também estar associada ao aparecimento de pinturas nos esteios, como no dólmen de Chã de Parada 3.

É bem provável que estes grandes dólmenes abertos, como Chã de Parada 3, Outeiro de Ante 1 e Chã de Arcas 3, cuja monumentalidade foi bem acentuada, funcionassem – tal como refere Vítor Jorge (1992: 471) – como “«lugares centrais» de culto [...], onde se poderia reunir bastante gente, para assistir a cerimónias que ali se desenrolariam” pois até hoje continuam a ser pontos de referência para todos aqueles que deambulam pela Serra (Fig. 3.57).

Esta maior monumentalidade e complexidade funcional dos *tumuli* irá culminar na construção dos dólmenes de corredor de Chã de Parada I e Chã de Arcas 5, que traduzirá certamente também uma maior complexidade no ritual funerário. Este tipo de dólmenes, com um átrio fronteiro ao corredor, testemunham a alteração ocorrida nos rituais funerários, uma vez que nestes casos se criam espaços próprios para a realização de cerimónias rituais, dentro do próprio espaço tumular (Fig. 3.58).

Esta crescente complexidade de rituais é também patente na arte megalítica, que cada vez mais tem vindo a ser encarada como um código simbólico acessível só a alguns elementos do grupo e que estaria vedado provavelmente à maior parte dos restantes membros, que certamente seriam a maioria. Os elementos gráficos que decoram os esteios dos dólmenes são tanto mais complexos quanto mais “se aproximavam” da parte interna da câmara, culminado na laje de cabeceira, destinada a receber as composições mais elaboradas ou os símbolos mais expressivos (JORGE 1992:471-472).

No dólmen de Chã de Parada I, para além de uma grande imagem superior de “a coisa”, no topo central da laje de cabeceira, conhecem-se outras três representações do mesmo motivo, à esquerda da primeira, num plano inferior, como que reforçando o valor daquela. O lado esquerdo das câmaras parece ser também mais apetecível para os “artistas”, pois é desse lado que se encontra o maior número de “grafismos”, com particular incidência para o esteio do lado esquerdo, junto à laje de cabeceira (JORGE 1997). É pois no lado esquerdo da câmara e do corredor do dólmen de Chã de Arcas 5 que se reparte a maioria dos motivos decorativos conhecidos. Aliás o motivo “a coisa” encontra-se representado precisamente na parte superior do pilar esquerdo que encosta à laje de cabeceira (*idem*), que se encontra tombada no interior, pelo que se desconhece a presença de elementos decorativos, que certamente os terá.

Fig 3.57 - Outeiro de Ante 3 (1º plano) e Outeiro de Ante 1 (2º plano)



Estes elementos decorativos das câmaras megalíticas só seriam visíveis para alguns: aqueles a quem era permitido entrar no sepulcro, colocar os mortos, depositar as oferendas e realizar rituais. O que se passava no interior de um dólmen era ocultado aos restantes elementos do grupo, que apenas poderiam observar os rituais realizados no exterior, nos átrios em frente ao corredor, os quais certamente seriam alvo de outros rituais e de deposição de outro tipo de oferendas (*idem*: 473-474), como é exemplo o “ídolo” fálico encontrado no átrio do dólmen de corredor de Chã de Arcas 5. Apenas uma elite realizaria estas cerimónias rituais, que dessa forma consolidaria a sua liderança ao exibir a sua supremacia.

No entanto, os rituais aí realizados, por serem efetuados em espaços mais abertos, poderiam ser observados por um maior número de pessoas.



Fig. 3.58 - Vista aérea do Dólmen da Chã de Parada 1

Nos monumentos fechados, anteriores aos dólmenes de corredor, apenas se poderiam realizar cerimónias de enterramento na altura da tumulação, e todas as cerimónias posteriores realizar-se-iam à volta do *tumulus*. Com os dólmenes de corredor, o culto dos mortos dá lugar ao culto dos antepassados, pois o facto de esses monumentos se manterem abertos durante um certo período de tempo, permitiria a realização de cerimónias em períodos mais ou menos regulares e, pelo menos teoricamente, possibilitaria a manipulação dos ossos e dos artefatos aí depositados anteriormente (JORGE 1999:64-65).

Na Aboboreira e Castelo, o facto dos dólmenes coletivos serem construídos em espaços próximos de monumentos mais antigos, poderá indiciar a existência desse culto dos antepassados. Certamente que o significado original dos monumentos mais antigos teria sido reformulado de acordo com as novas conceções do espaço e do tempo da 2ª metade do IV milénio A.C.

Estes monumentos de grandes dimensões, contendo no interior dólmenes abertos (simples ou de corredor), tornam-se verdadeiramente centros de uma cenografia ritual, hierarquizando os monumentos que se dispõem à sua volta ou na sua periferia (*idem*: 68-70) e que lhe são anteriores ou posteriores, mas que adquirem uma certa contemporaneidade. A certa altura da construção de um *tumulus* todos os anteriores tomaram-se culturalmente seus contemporâneos na medida em que todos eles, segundo Susana Jorge, fazem parte do mesmo "tempo ritual".

Num primeiro momento, estes monumentos eram de certa forma hierarquizados por estas comunidades, ao optarem por construir um novo sepulcro na proximidade de outro que lhe era anterior, e em torno do qual, numa fase posterior, poderiam ainda ser construídos novos sepulcros, dispende-se em torno ou na periferia dos anteriores.

Num segundo momento, essa hierarquia desaparece e todos os monumentos passam a ter o mesmo significado. Após a construção de um sepulcro, todos os restantes se mantêm, não havendo anulações dos anteriores, pelo que deverão ter algum significado no seu conjunto para estas populações (Fig. 3. 62).

Todos estes monumentos farão parte de um ritual, de um culto dos antepassados, muito mais abrangente e intemporal do que o culto dos mortos efetuado certamente em cada um dos monumentos num determinado tempo (JORGE, 1999).

A crescente individualização e personalização do ritual funerário

Os finais do III milénio A.C. marcam uma nova mudança de mentalidade e novos rituais funerários, em que a inumação individual volta a ter lugar, com espólio mais rico e dignificante, individualizador de uma elite que manifesta o seu poder social pela posse de armas e pelo uso de certos produtos de prestígio, como parece ser o caso do vaso campaniforme, presente na reutilização de monumentos megalíticos desde o III milénio A.C.

É de realçar mais uma vez a importância da cista de Chã de Carvalhal I, que marca esse momento de transição. O espólio funerário era constituído por um número significativo de vasos cerâmicos, onde se incluíam recipientes de fabrico mais apurado, como os vasos campaniformes – estando ausentes objetos "utilitários" característicos do ritual dolménico – e armas em cobre depositadas nas terras do *tumulus*, marcando ritualmente a construção deste sepulcro. Trata-se então de um espólio rico e de prestígio, como já aqui referimos.

A partir desta altura, os monumentos sob *tumulus em cairn*, apesar de procurarem inserir-se no mesmo espaço cénico dos monumentos megalíticos, situando-se na sua periferia, procuram demarcar-se cenograficamente destes por serem *tumuli* que, arquitetonicamente, passam "despercebidos" na paisagem. O espólio funerário é claramente mais personalizado, em que os inumados já não procuravam ostentar a sua posição social pela posse de armas ou objetos de prestígio, mas sim pela riqueza pessoal.

A demonstração desta riqueza materializa-se então na posse de objetos de matérias-primas raras e por isso mesmo muito apreciados, como as jóias de prata, os vasos decorados de barro mais fino e objetos de adorno em pedras menos comuns (CRUZ, 2004, 30), por exemplo, o âmbar.

Fig 3.59 - Núcleo de Outeiro de Gregos



Sociedade, economia e território

O número de micrólitos encontrados, instrumentos compósitos que tanto podem estar associados à prática agrícola como à da caça, à pesca e à recolção; a raridade de objetos ligados à desflorestação e à prática agrícola (machados e enxós) e as características dos restos dos solos encontrados sob os monumentos tumulares - solos pouco espessos e de elevada acidez -, permite-nos inferir que a economia das populações que utilizaram a Serra da Aboboreira entre os finais do V milénio e a primeira metade do IV milénio A.C., pertenceriam a sociedades com uma economia baseada sobretudo no pastoreio e na caça, em que a agricultura não deveria ainda desempenhar um papel preponderante.

Os elementos de moinhos manuais tantas vezes reaproveitados nas estruturas pétreas destes monumentos poderiam também ter uma função que não é exclusivamente ligada à produção de cereais pois serviriam também para triturar frutos e sementes que poderiam ser recolhidos ainda em estado selvagem.

A construção de grandes monumentos como Outeiro de Ante I e, sobretudo, dos dólmens de corredor como Chã de Parada I ou Chã de Arcas 5, construídos entre a 2ª metade do IV milénio e os inícios do III milénio A.C., envolveria já um sistema de ajuda inter-grupal, o que implicaria uma certa capacidade de liderança e exigiria uma certa coesão social, tanto mais que não estamos só em presença de monumentos funerários, mas também de locais de reunião e de culto, de verdadeiros “santuários” para as populações pré-históricas (JORGE 1989:409).

Se por um lado, a união das populações na construção de grandes sepulcros coletivos e na participação em atos cerimoniais acentuariam a coesão social, fatos importantes em sociedades simples e algo igualitárias, por outro lado, o ritual funerário indicia estarmos em presença de comunidades hierarquizadas em que apenas alguns teriam acesso a determinados espaços dos sepulcros e estariam autorizados à realização de determinados cerimoniais. A realização de cerimónias de culto e de deposição de oferendas nos átrios e/ou no interior do sepulcro para a deposição dos corpos e para a realização da arte nos seus suportes estaria reservada a elementos que deteriam determinado prestígio social. A interpretação dos códigos artísticos, como também já aqui referimos, seria apanágio apenas de alguns.

Também já deviam atingir um nível de produtividade bastante razoável pois já eram capazes de obter matérias-primas raras, como a silimanite, variscite ou a obsidina, que eram utilizadas no fabrico de objectos usados, em alguns casos, exclusivamente como espólio funerário. Era já então possível para estas sociedades integrarem sistemas de trocas comerciais que veiculavam matérias-primas raras que só poderiam ser obtidas em regiões tão afastadas como o Mediterrâneo oriental e central, onde por exemplo, a obsidina era largamente comercializada durante o Neolítico (CRUZ, 1992).

A partir do III milénio A.C., os vestígios arqueológicos permitem-nos perceber que as sociedades são já bastantes complexas, fortemente hierarquizadas, e lideradas por uma elite detentora de poder.

O III milénio poderá então marcar a alteração ocorrida na demonstração da importância social de uma elite, que a partir de então marcará a sua posição e o seu poder social pela posse e controle de circuitos de determinados objetos e não pela construção de grandes monumentos funerários e rituais (JORGE 1992: 476), os quais marcaram a 2ª metade do IV milénio e possivelmente ainda a passagem para o III milénio.

Segundo Domingos Cruz, os mortos seriam ainda importantes, mas os seus sepulcros já não são coletivos, nem monumentais. Tratam-se agora de sepulturas de líderes ou dos familiares das elites dirigentes, que no momento do enterramento, levam consigo elementos materiais que em vida os distinguiam na sociedade (2004: 30). O espólio ritual que acompanha os inumados tem então um carácter individual, rico e dignificante.

Os únicos vestígios de habitat conhecidos para este período, datam já dos finais do III milénio A.C., são muito pouco significativos por se limitarem a fragmentos de vasos cerâmicos que foram recolhidos das terras superficiais que cobriam as sepulturas escavadas no saibro do Tapado da Caldeira (Campelo). Ao estimar-se a população global de um grupo envolvido na construção de cada um dos túmulos da necrópole da Aboboreira, ao longo destes quase

III milénios (cf. JORGE 1989; CLETO 1993), verifica-se que existe uma discrepância acentuada entre o número total de monumentos construídos e o número total de habitantes estimados para esta região ao longo da utilização da necrópole.

Ora sabendo que para a construção destes monumentos seria necessário um número mínimo de homens adultos, estimado entre 9 e 56 indivíduos (CLETO 1993:174-177), podemos admitir uma população global de 45 a 280 habitantes na região, ao longo das 80 gerações que terão construído o total de 40 monumentos com túmulos estimados para a Serra da Aboboreira ao longo de quase três mil anos. Estes números permitem-nos comprovar a discrepância, a que já vários investigadores se têm vindo a referir, entre o número de monumentos construídos (um em cada duas gerações) e o número total de habitantes estimado por geração (admitindo um número médio de 140 habitantes).

As pessoas que seriam enterradas nestes monumentos seriam então uma franja ínfima da população, a qual era selecionada para aí ser enterrada. Os restantes elementos da população deveriam ser enterrados em sepulturas simples, térreas, dificilmente detetadas pelo registo arqueológico. Exemplo dessa situação poderá ser a fossa ovóide encontrada em Outeiro de Gregos (JORGE 1989: 421).

O número reduzido de indivíduos envolvidos na edificação, permitem-nos também perceber que grande parte dos túmulos (monumentos de pequenas e médias dimensões) poderiam ser construídos apenas por uma família extensa que, sendo assim, disporia de força de trabalho necessária, destinando apenas alguns dias de trabalho para tal, sobretudo nas épocas do ano em que os trabalhos destinados à sua sobrevivência não fossem tão intensos (CLETO 1993: 178).

Já a construção de grandes monumentos, como Chã de Parada I, como aliás nos referimos atrás, implicaria a união de vários grupos (Fig. 3.60).



Fig 3.60 - Maqueta do Dólmen de Chã de Parada 1

As comunidades do Bronze médio e final

Os monumentos e os rituais funerários

Durante a 2ª metade do II milénio A. C., as populações abandonam definitivamente os planaltos para as práticas funerárias, e passam a construir a cotas mais baixas), sepulturas individuais, escavadas no saibro e com um única oferenda, como é o caso da Necrópole do Tapado da Caldeira (Fig. 3.61).

Foram identificadas quatro sepulturas, em torno de um afloramento, para além duma fossa de planta e perfil irregulares, no topo da qual se encontrava uma lareira. As Sepulturas I, II e III eram de planta subretangular e a Sepultura IV tinha uma planta subelíptica, possuindo, todas as sepulturas, um fundo aproximadamente plano. Nas extremidades de cada uma delas, encontraram-se vasos cerâmicos. Cada um destes recipientes (um em cada uma das sepulturas) reflete contributos de diversas origens, parecendo reunir-se no Tapado da Caldeira tradições locais, na linha dos vasos tronco-cónicos com asa, como atesta o vaso encontrado na sepultura II, com outras tradições de âmbito Meridional e da Meseta, evidenciadas, respectivamente, no vaso com carena alta da Sepultura I e no vaso decorado da Sepultura III (Fig. 3.62).

O facto de estarmos em presença de uma única oferenda por cada um dos enterramentos, permite-nos perceber que o ritual se tornara mais uniforme, embora, segundo Domingos Cruz, as oferendas se adequam ao estatuto social ou à idade dos inumados.

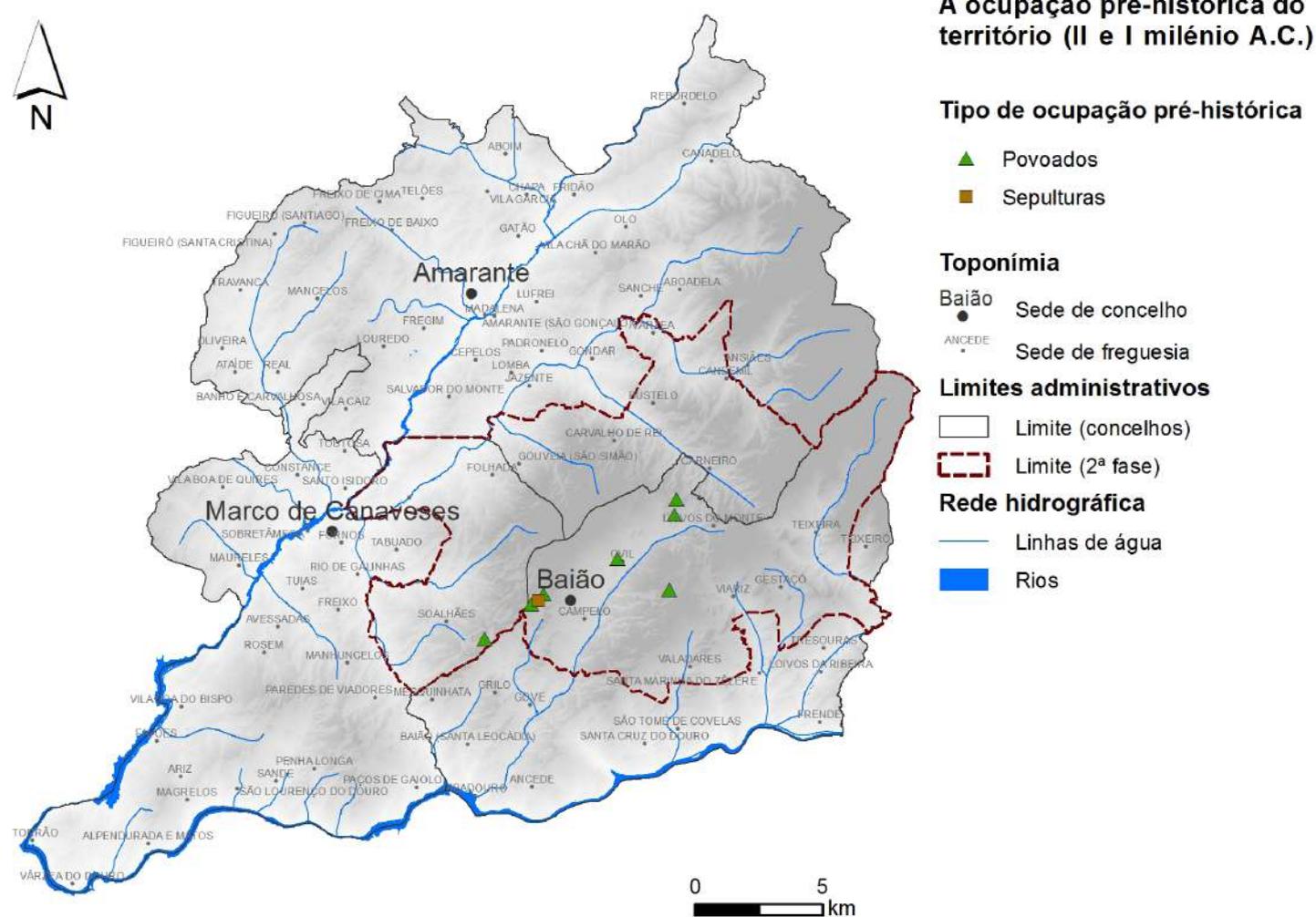


Fig. 3.61 - Distribuição Geográfica dos sítios do território com ocupação do II e I milénio A. C.

O vaso mais pequeno da necrópole era oferenda da sepultura também mais pequena (Sepultura IV), que indicia estarmos em presença de uma sepultura de criança (Fig. 3.63). O espólio semelhante ao dos adultos poderá representar “a manutenção hereditária de um estatuto social elevado” (BETTENCOURT 1995: 111-112).

Trata-se já de um cemitério organizado por sepulturas muito próximas entre si e com uma mesma orientação.

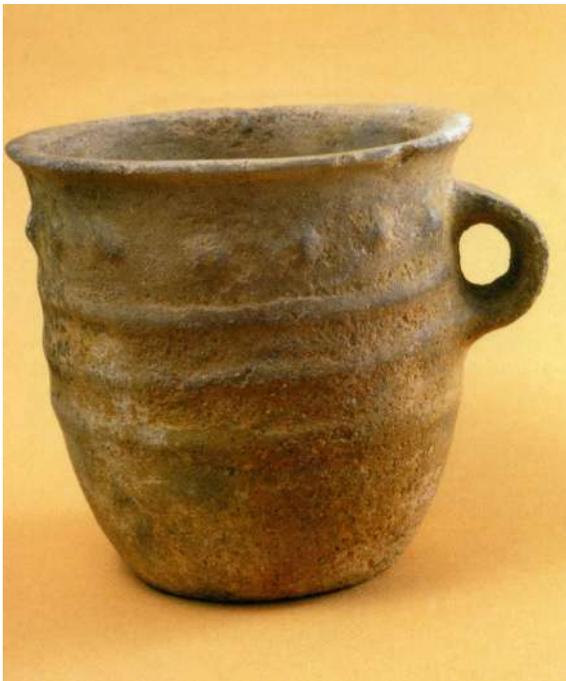


Fig. 3.62 - Vasos das sepulturas I e III do Tapado da Caldeira, respetivamente.

Fig. 3.63 - Tapado da Caldeira



Para Vítor Jorge (1992:478), a realidade social tinha-se tomado de tal forma hierarquizada, que já não procura os cenários funerários e rituais para se afirmar. As cerimónias fúnebres, agora reservadas a poucos elementos, seriam discretas e uniformes (CRUZ 2004, 31).

Nos finais da Idade do Bronze, e também nesta necrópole, se assinala a introdução do ritual de incineração, por ter sido identificada uma “urna” sobre uma das sepulturas escavadas no saibro.

Os povoados

As populações, durante o II milénio A.C., instalam-se em zonas de meia encosta, aparentemente sem preocupações defensivas, passando a usufruir dos vales para a prática agrícola e continuando a utilizar os planaltos para o pastoreio. A sua implantação permite-nos perceber que terá tido como objetivo conseguir ocupar áreas protegidas naturalmente dos ventos dominantes de NE., oriundos do Marão, e que são canalizados pelos vales orientados na direção NE-SO.

Lavra, Bouça do Frade e Alto da Caldeira, na parte ocidental da serra; Alto de Quintela e Monte Calvo na parte oriental; e na parte média, na encosta virada ao Ovil, vestígios de um possível povoado no sítio designado por Curro de Ovil (Fig. 3.61).

Nestes povoados, encontram-se um grande número de estruturas (fossas ou silos) relacionadas com o armazenamento, o que comprova a produção de uma grande quantidade de cereais e de leguminosas, como são os casos da Bouça do Frade e da Lavra (Fig. 3.64).

No povoado da Bouça do Frade dos vestígios detetados contam-se também um número elevado de buracos de poste, lareiras, moinhos manuais e vasos cerâmicos, alguns de grandes dimensões, como é o caso do grande vaso de provisões (Fig. 3.65) decorado com cordões e no interior do qual ainda se conservava um púcaro com asa e sementes de pãra selvagem, espécie que ainda hoje é bastante comum nas plataformas intermédias e superiores da Serra da Aboboreira.

As plataformas intermédias terão tido uma ocupação mais antiga (finais do II milénio A.C.), podendo articular-se com a necrópole do Tapado da Caldeira dada a sua proximidade geográfica, situada a poucas centenas de metros. A ocupação do topo do outeiro, a avaliar pelo tipo de cerâmica encontrada (cerâmicas excisas, de tipo “Boquique”, e de tipo “Baiões”), será já posterior, dos inícios do I milénio A.C.

Fig. 3.64 - Bouça do Frade



A mesma situação poderá ter ocorrido em Monte Calvo, uma vez que a limpeza da cobertura vegetal que cobria a plataforma superior deste relevo, revelou vestígios cerâmicos que se inserem no mesmo período cronológico, sendo ainda visível um aterro que poderá eventualmente corresponder a uma linha de muralha (Informação oral da arqueóloga Ana Bettencourt). Na parte de meia encosta do relevo foram já identificadas fossas abertas no saibro, buracos de poste, um moinho manual e fragmentos cerâmicos que permitem colocar a hipótese de estarmos em presença de um povoado do 1º quartel do I milénio A.C.

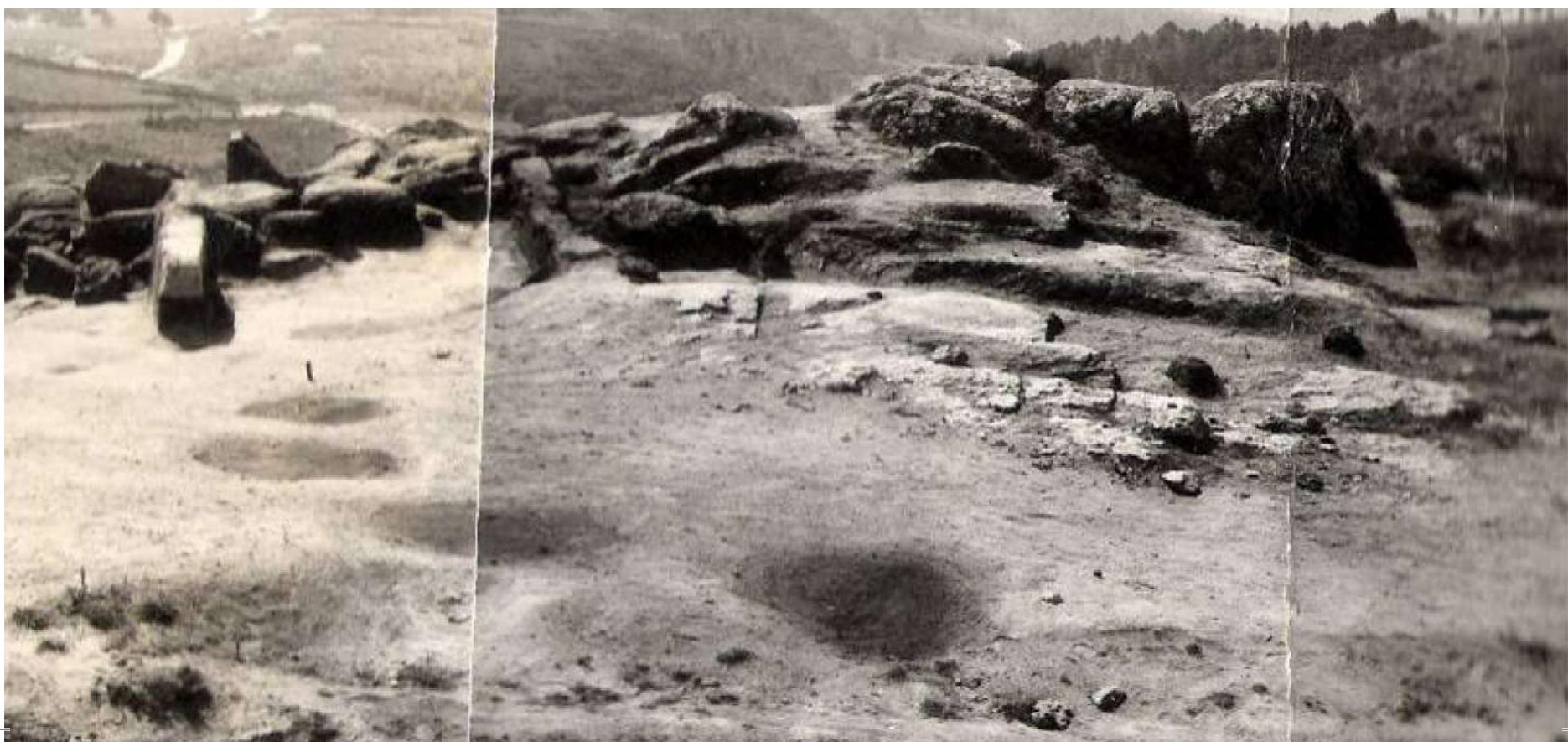
A ocupação do Bronze final da Lavra está também documentada através da presença de fossas escavadas no saibro e buracos de poste, que ocupam uma extensão considerável, que juntamente com o espólio encontrado – incluindo dois fragmentos de bracelete de Bronze e objetos de adorno –, indiciam estarmos em presença de um povoado relativamente importante.

Todos estes povoados se caracterizam pela presença de estruturas abertas no saibro e, com excepção da Lavra, ausência de artefactos metálicos.

Nos inícios do 1º milénio desenvolve-se uma nova estratégia de povoamento. Apesar de se continuarem a utilizar os *habitats* de meia encosta, Bouça do Frade e talvez Monte Calvo – privilegiando, no entanto, as cotas mais elevadas –, surgem a partir de agora povoados que ocupam relevos elevados, com condições naturais de defesa, como Alto da Caldeira e Castelo de Matos (Figs. 3.66 e 3.67). A sua posição topográfica privilegiada permite-lhes controlar visualmente vastas áreas geográficas.



Fig. 3.65 - Vaso de provisões do Povoado da Bouça do Frade



Castelo de Matos domina visualmente o vale de Ovil, tendo sido ocupado nos finais da Idade do Bronze, entre os meados do séc. IX e os finais do séc. VII. Ao contrário dos povoados de meia encosta, este caracteriza-se pela presença de taças carenadas e materiais que indiciam atividade metalúrgica (cadinho de fundição, em cerâmica, de uma espada). Foram identificados um provável fundo de cabana e “restos de troncos incarbonizados associados a um alinhamento de manchas circulares de carvões, dispostas quase em linha e em intervalos regulares (...) [que] parece sugerir a existência de uma paliçada em madeira” (FIGUEIRAL & QUEIROGA 1988, 142). Os vestígios de povoamento do Alto da Caldeira cingem-se exclusivamente a fragmentos de vasos cerâmicos que coloca a sua ocupação nos finais da Idade do Bronze, ou já na Idade do Ferro.

A contemporaneidade destes povoados, com características de implantação distintas, coloca a hipótese da existência de um sistema hierárquico de ocupação do território. Os povoados abertos, com fossas, poderiam funcionar como celeiros da comunidade, enquanto que os de altura poderiam efetuar a gestão da circulação e da produção de bens metálicos, o que explicaria a procura de sítios com boas condições naturais de defesa de modo a que os seus habitantes se pudessem mais facilmente defender de possíveis agressões que o manuseamento de objectos metálicos poderia originar.

Podemos concluir que, durante a Idade do Bronze, a Serra da Aboboreira terá sido povoada por comunidades que se relacionavam não só com as populações do Norte de Portugal, como também com as da Península Ibérica em geral, pela presença de cerâmicas decoradas com técnica de Boquique semelhantes com as encontradas na Meseta e no SE da península.

Nos primeiros séculos do I.º milénio A.C., ter-se-ão dado “transformações de fundo na estrutura económica e social de algumas comunidades” (JORGE 1988: 89) que se traduzem numa nova tipologia de sítios e implantações topográficas. Com efeito, a periferia da Serra da Aboboreira viria a conhecer ocupação sedentária intensa, durante a Idade do Bronze, e muito provavelmente durante a fase avançada deste período cronológico que culmina no Bronze Final, por volta do séc. VIII A.C.

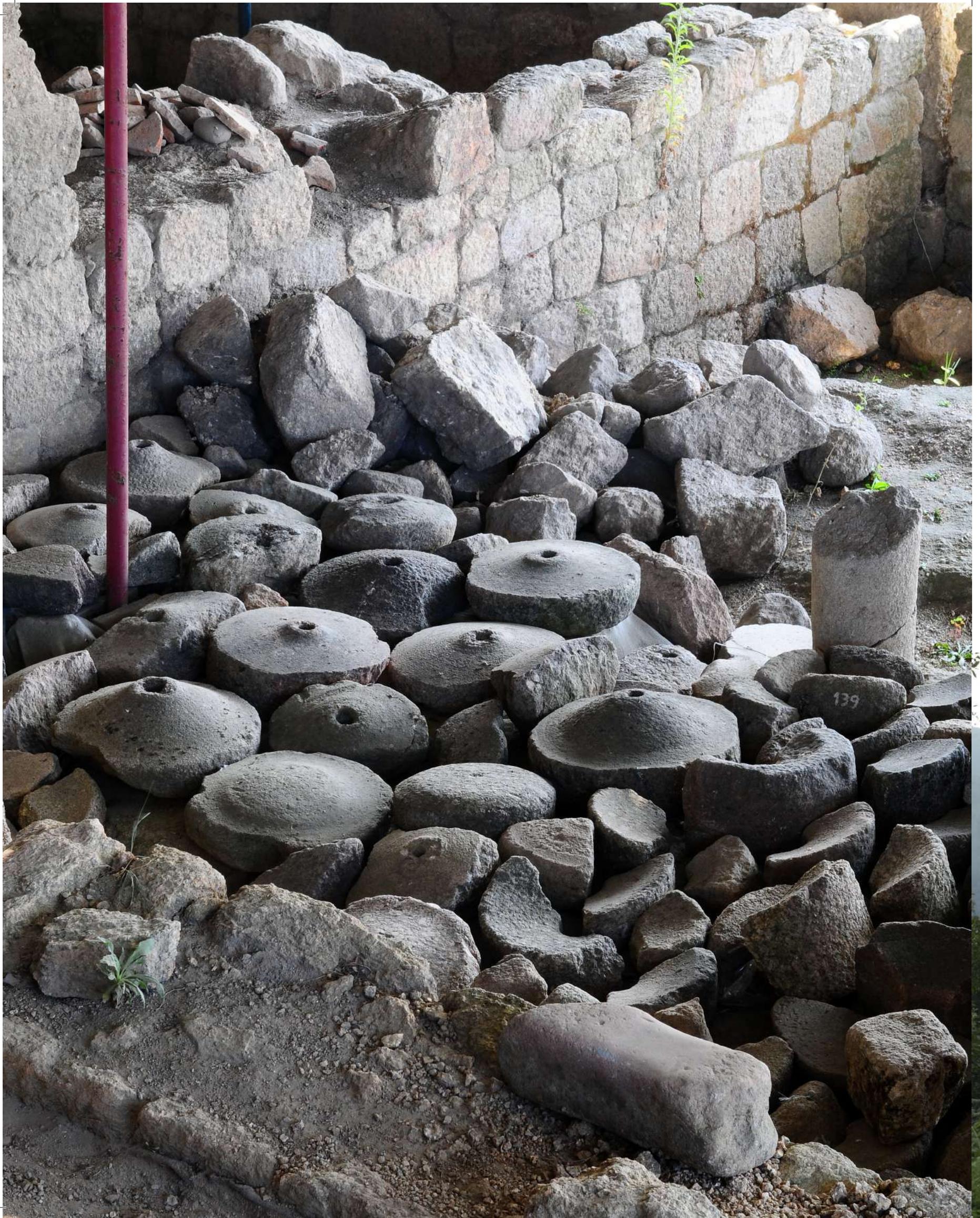
Esta sedentarização é manifesta na presença de habitats com estruturas em negativo, abertas no saibro, de tipo “fossa”, situados nas imediações de limites de linhas de água e sem preocupações defensivas – Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo - e na ocupações de sítios alcantilados com um evidente controlo visual face a vales de rios importantes - Alto da Caldeira e Castelo de Matos (JORGE, 1988: 87-89). Estes locais parecem revelar uma estabilidade do habitat associada, seguramente, a uma cada vez mais extensa ocupação agrícola dos vales férteis e um incremento de relações culturais à distância.

Fig. 3.66 - Alto da Caldeira



Fig. 3.67 - Castelo de Matos





3.2.2. Proto-história e romanização do território

R. Teixeira, L. Cunha

O período de aproximadamente mil anos aqui considerado – genericamente compreendido entre o século V a.C. e o século V d.C. – corresponde à emergência e desenvolvimento da designada “cultura castreja” e à sua subsequente transformação e aculturação provocada pela extensão do domínio romano ao território do Noroeste Peninsular, a partir das campanhas militares de Décimo Júnio Bruto, ocorridas no final do século II a.C. Na sequência da conquista e pacificação do território, realizada por Augusto na mudança de Era, ocorreram alterações profundas nos domínios da organização política e administrativa, na economia e na sociedade que também se manifestaram progressivamente em novas formas de ocupação e exploração do território, passando a associar modelos mais complexos e diversificados de localização, função, hierarquia e configuração dos habitats ocupados pela população galaico-romana.

Por todo o território do Baixo Tâmega registam-se indícios muito significativos deste vasto processo de romanização e transformação da paisagem cultural da região, embora os dados mais consistentes e detalhados resultem essencialmente dos trabalhos sistemáticos de estudo e valorização desenvolvidos na cidade romana de *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses), local com características urbanas, promovido por Roma como principal centro político e administrativo deste território (DIAS 1997).

Fig. 3.68 - Castro de Quintela. Teixeira, Baião



A maioria dos restantes sítios arqueológicos não foi objeto de estudos científicos e o conhecimento que dispomos é consequentemente escasso ou muito parcelar. Os locais permanecem assinalados devido, sobretudo, a achados ocasionais ou a observações insuficientes proporcionadas pelos dados arqueológicos de superfície. No domínio da “cultura castreja”, pré-romana, a lacuna é muito notória, verificando-se que apenas um dos povoados aqui registados – o Castro do Cruito (Gove, Baião) – foi até agora objeto de estudo arqueológico (Fig. 3.70), e apenas num setor muito limitado da área que ocupa (PEREIRA e GONZÁLEZ 1988).

Em todo o caso, os dois mapas que apresentamos (Fig. 3.69), relativos à distribuição dos vestígios correspondentes aos povoados castrejos pré-romanos e aos indícios da ocupação romana desta região, permitem confrontar claramente dois modelos distintos de ocupação e exploração do espaço e destacar o sentido geral das dinâmicas introduzidas durante o domínio romano do território.

O povoamento castrejo de época pré-romana caracteriza-se essencialmente pela concentração da população num número relativamente circunscrito de povoados localizados em sítios marcadamente defensivos e fortificados. Trata-se genericamente de um povoamento de média altitude localizado no rebordo dos planaltos – de certa forma na sequência da anterior ocupação do final da Idade do Bronze - ou sobretudo em encostas de transição para os vales, próximo de recursos diversificados, no âmbito de uma economia vincadamente agro-pecuária, em que a recolção, a caça e a pesca não haviam ainda perdido toda a sua importância.

Por sua vez, o quadro do povoamento romano evidencia uma forte dispersão, com a ocupação e apropriação intensa dos vales – acentuando a importância da exploração e aproveitamento dos recursos agrícolas proporcionados pelas terras mais férteis e irrigadas da região – em que a fortificação do habitat perde a relevância da fase anterior, e sobretudo se diversifica a natureza e especialização do povoamento, seja com carácter urbano ou rural, em estreita

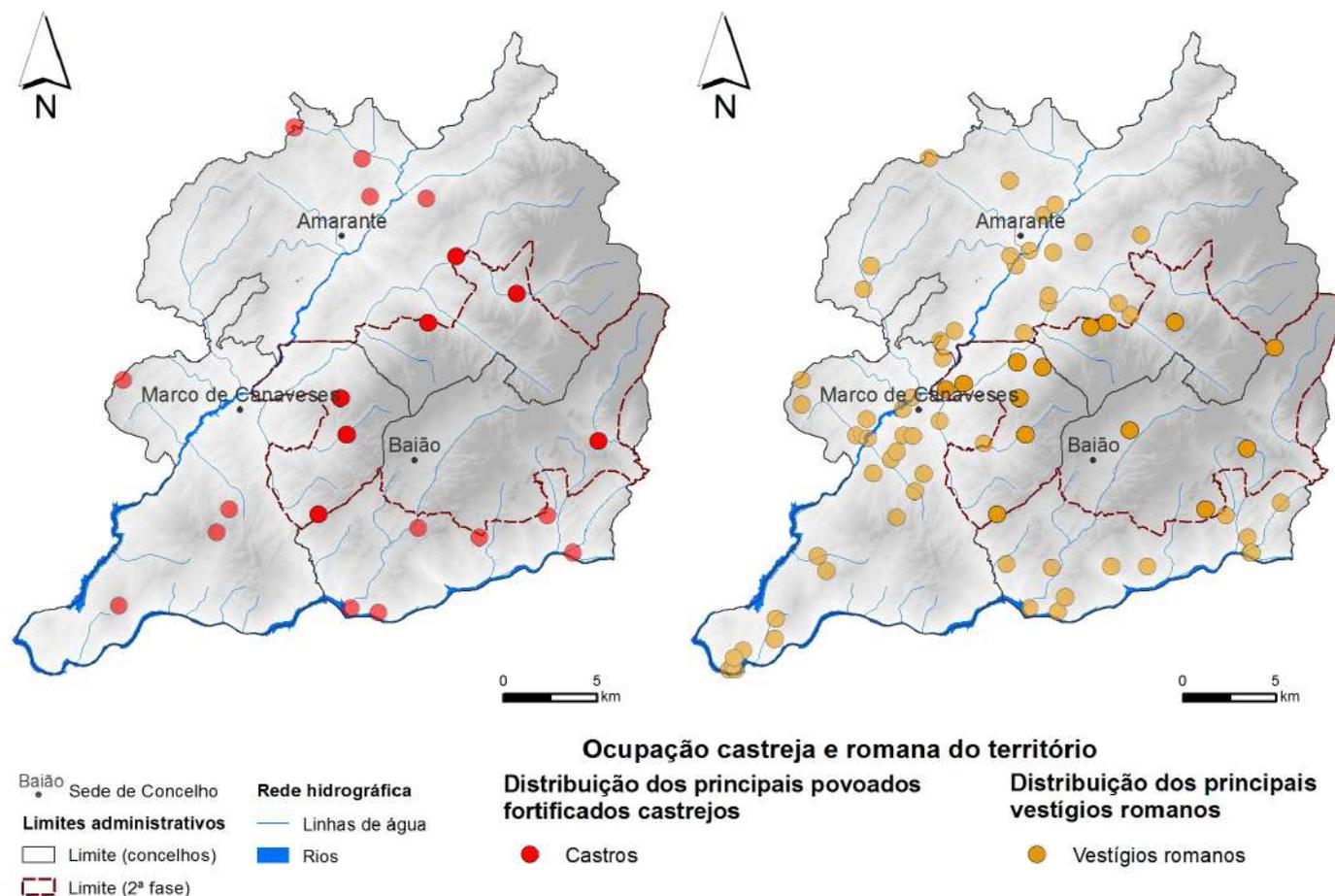


Fig. 3.69 - Distribuição dos sítios com ocupação castreja e/ou romana no território

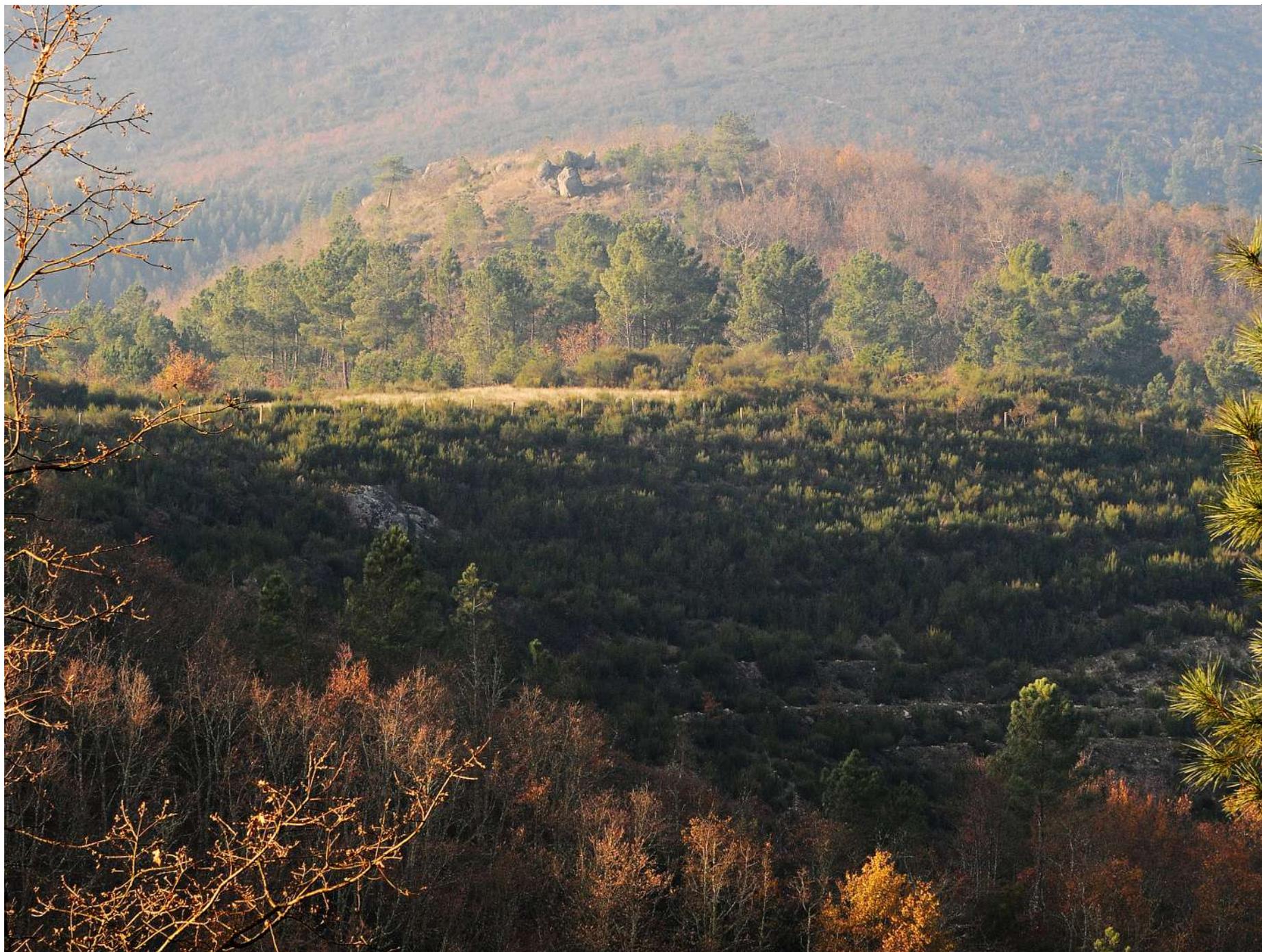


Fig. 3.70 - Castro do Cruito. Gove, Baião.

relação com caminhos e portos fluviais ou mais diretamente associado à exploração de nascentes termais, minas e outros recursos naturais do território. De certa forma, podemos afirmar que a partir deste período se começam a prefigurar muitos dos aspetos que caracterizam a dispersão do povoamento rural que ainda marca a paisagem da bacia do Tâmega e das encostas do Douro.

A ocupação castreja do território manifesta-se em cerca de duas dezenas de povoados. Trata-se, como referimos, de locais fortificados – castros - apresentando uma ou mais linhas de muralhas (Fig. 3.72), que se encontram em alguns casos reforçadas por torreões defensivos e fossos externos, nos flancos mais vulneráveis. Localizam-se em elevações e outeiros com características topográficas que facilitam e proporcionam defesa natural, em posição de destaque e domínio visual de determinados setores dos vales do Tâmega e do Douro e dos seus principais afluentes, como se verifica no castro de Quintela (Teixeira, Baião), localizado num esporão de baixa altitude, sobranceiro ao curso terminal do Rio Teixeira (Fig. 3.68).

Tal como noutras regiões do Noroeste, tais critérios estratégicos de defesa e controle visual de bacias hidrográficas que constituiram importantes corredores naturais de circulação parecem denotar uma fase de progressivas mudanças económicas e sociais que devem ter estado na origem de um número tão elevado de povoados fortificados.

Tendo como célula base a unidade familiar alargada, cada um destes povoados parece ter constituído uma unidade política e social autónoma, tutelada por

um chefe militar, embora integrando-se com povoados vizinhos numa rede de fortes relações de caráter étnico e cultural, formando os *populi* pré-romanos referidos nas fontes clássicas. A presença de determinados bens ou artefactos de prestígio evidenciam processos complexos de hierarquia social num contexto de crescentes contatos comerciais e culturais de longa distância. É neste âmbito que se integram as notáveis peças de ourivesaria que compõem os tesouros de Gondeiro, encontrado na base do castro do Picoto ou Outeiro das Chapas (Salvador do Monte, Amarante), formado por dois torques de ouro maciço com decoração geométrica e um anel espiralado e o designado tesouro de Baião, formado por quatro arrecadas em forma de lúmula (Fig. 3.21), um colar articulado de contas e pendentives (Fig. 3.71), uma gargantilha, e doze botões, este último considerado como “o mais importante conjunto de matriz orientalizante da ourivesaria antiga do Noroeste peninsular” (SILVA 1988).

Fig. 3.71 - Tesouro de Baião. Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 3.72 - Vista geral e pormenor do aparelho de uma das muralhas do Castro de Arados. Gove, Marco de Canaveses.

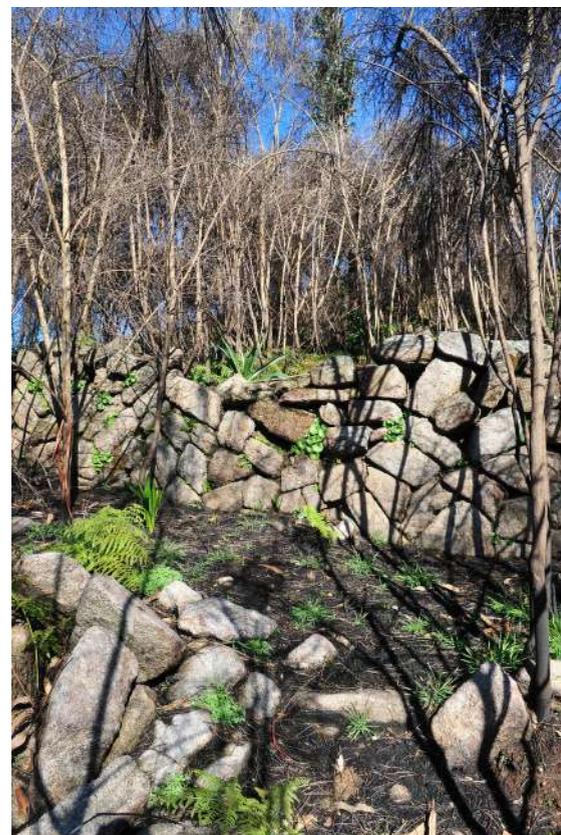




Fig. 3.73 - Tongóbriga. Área habitacional.

O Castro do Cruito (Gove, Baião) é, por enquanto, o único que possui informação proporcionada por trabalhos arqueológicos (Fig. 3.70). Localizado numa elevação a 516 m de altitude, sobranceira ao Rio Ovil, exibe duas ordens de muralhas, sendo a exterior reforçada por um largo fosso externo, do lado Sul. A muralha interna, localizada na parte superior do monte, apresenta uma entrada virada a sul, flanqueada por dois torreões. Os trabalhos arqueológicos permitiram identificar vários edifícios de planta circular ou retangular de cantos arredondados e apontar uma permanência da ocupação do povoado que se prolonga, pelo menos, durante a fase inicial do domínio romano do território, no século I d.C. (PEREIRA e GONZÁLEZ 1988).

Os restantes povoados possuem informações menos consistentes e nalguns casos, devido à falta de evidências materiais seguras, permanece mesmo incerta a natureza castreja da sua ocupação, como se verifica no designado castro de Basseiros (Bustelo, Amarante).

Naturalmente, os povoados não terão possuído todos a mesma importância, distinguindo-se também em dimensões e diacronia de ocupação, não tendo consequentemente coexistido ao longo de todas as suas fases. Podemos supor que aqueles onde as estruturas defensivas parecem mais rudimentares possam estar associados a ocupações mais antigas, da transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, com muralhas formadas por alinhamentos de pedra sumariamente talhada e possivelmente com estruturas percíveis de construções no seu interior. Outros possuem muralhas de aparelho cuidado, denotando talhe com instrumentos de ferro, e terão conhecido a petrificação dos edifícios e espaços domésticos e até desenvolvido uma organização proto-urbana - com núcleos domésticos de características familiares - como poderá ser o caso de povoados de maior dimensão - Castro de Arados (Alpendurada, Marco de Canaveses) ou do Castro de Quires (Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses) - que exibem três ou quatro linhas de muralhas e uma ocupação comprovada ao longo do período romano e até durante a Alta Idade Média (Fig. 3.72).

Alguns ter-se-ão assim mantido e até mesmo renovado durante o período romano, mostrando grande vitalidade e uma forte integração no novo ordenamento do território. Outros, pelo contrário, terão sido abandonados, e os seus habitantes deslocados ou atraídos progressivamente para os novos centros do povoamento, incentivados e estrategicamente promovidos por Roma como forma de integração das populações autóctones.

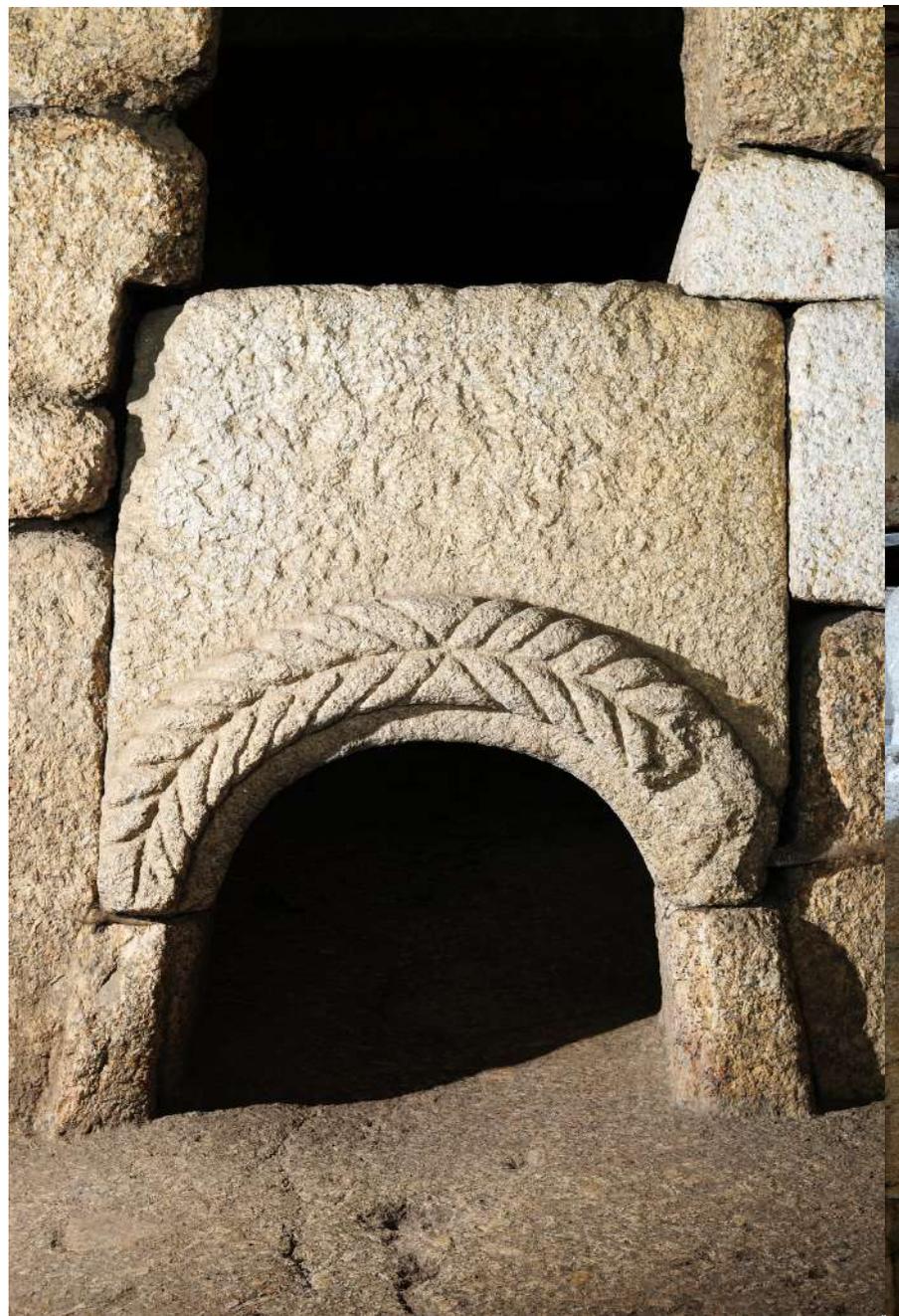
Neste domínio, o dado mais marcante da presença romana nesta região evidencia-se na fundação e promoção de um centro urbano - cidade romana de *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) - que, independentemente da problemática associada à atribuição ou não do estatuto legal de município romano, assumiu claras funções de capitalidade e sede política, económica e religiosa no quadro do novo ordenamento romano do território, organizado em *civitates* (DIAS 1997; DIAS 1999).

Tongobriga foi progressivamente infraestruturada com todos os equipamentos públicos que simbolizam o modo de vida e o quotidiano de uma cidade romana: um *forum* - praça que constituía o verdadeiro centro cívico, político, económico e religioso, onde se localizavam a basílica e os templos -, termas públicas (Figs. 3.75), teatro, circo e as correspondentes áreas residenciais (Figs. 3.73 e 3.77) e necrópoles. O espaço urbano terá ocupado uma área de cerca de 30 hectares, 10 dos quais correspondentes a áreas habitacionais onde residia uma população estimada em 2500 pessoas (DIAS 1999: 84).

Sobre um claro fundo indígena - patente em construções de planta circular e no notável balneário castrejo esculpido no afloramento granítico e dotado da característica "pedra formosa" (Fig. 3.74) - que caracteriza a primeira fase de ocupação do local, datada entre o final do séc. I a. C. e o séc. I d. C., documentam-se várias fases que demonstram o progressivo desenvolvimento, crescimento e transformação da cidade que persistiu para lá do século V, mas que entre o final do séc. I d.C. e início do II se mostrava um povoado pujante, revelando o estatuto urbano que caracterizava as capitais de *civitates* (DIAS 1999).

Como impunha o estatuto da cidade, uma rede viária com carácter essencialmente local e regional articulava *Tongobriga* com o seu território administrativo e económico, ligando as zonas mais povoadas, os portos fluviais e os locais de travessia existentes no Douro e no Tâmega (DIAS 1997: 322-324). Uma via porém merece destaque por possuir carácter interprovincial e, ao passar por *Tongobriga*, colocar a própria cidade no centro do eixo viário que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Emerita Augusta* (Mérida). Atravessando o Tâmega na desaparecida ponte de Caneve-

Fig. 3.74 - Tongobriga. Balneário castrejo e pormenor da sua "Pedra formosa".



ses, identificam-se ainda vários troços desta via, conhecida também pelos marcos miliários encontrados em Tuías (Tuías, Marco de Canaveses), Freixo (Freixo, Marco de Canaveses), Soalhães (Soalhães, Marco de Canaveses) e Carreirinha (Grilo, Baião). A via poderá remontar aos finais do séc. I, inícios do séc. II, mas os miliários, datados dos séculos III e IV, parecem indicar a contagem das distâncias em milhas a partir de *Tongobriga*, sendo mais um testemunho da centralidade ainda assumida por aquele centro urbano no período do Baixo Império (DIAS 1997: 321).

De acordo com os padrões romanos e à semelhança do que vem sendo investigado no âmbito de outras *civitates* romanas, a organização e hierarquia do povoamento da *civitas* de Tongobriga (DIAS 1997: 283-344), compreendia um conjunto tipologicamente diversificado de sítios, uns com caráter mais aglomerado e urbano, outros de natureza mais vincadamente rural e vocacionados até para a exploração agrícola mais intensiva, certamente animada pela necessidade de abastecimento dos mercados regionais.

A dispersão dos vestígios revela uma forte intensificação do povoamento nas zonas baixas dos vales do Tâmega e do Douro, mas faltam-nos elementos cronológicos seguros que permitam detalhar a dinâmica de um processo que, contudo, parece encontrar-se relativamente consolidado nos séculos III e IV. Na ausência de escavações arqueológicas, os dados proporcionados essencialmente por achados ocasionais ou prospeções de superfície nem sempre autorizam uma classificação inequívoca de cada um dos locais assinalados, de forma a

Fig. 3.75 - Tongóbriga. Termas públicas romanas.



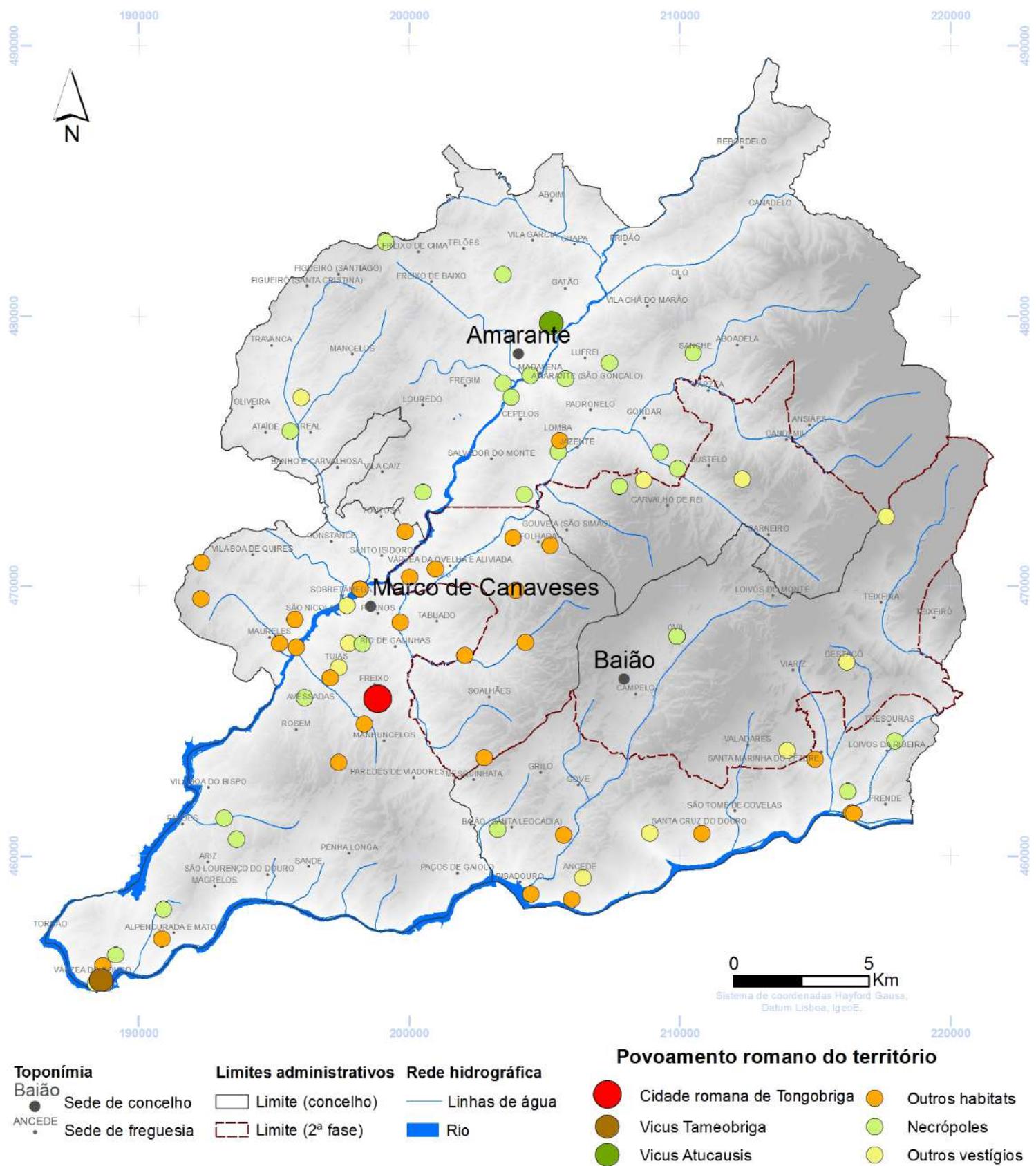


Fig. 3.76 - Distribuição do povoamento romano do território

podemos compreender a natureza das suas ocupações e do papel desempenhado na estrutura e dinâmica do território.

Para além de *Tongobriga*, mas sem o estatuto político-administrativo da capital da *civitas*, os principais aglomerados que partilhavam certas das suas características urbanas eram constituídos por *castella*, povoados fortificados que se mantiveram e desenvolveram no período romano, extravazando até os seus perímetros muralhados, como poderá



Fig. 3.77 - Tongóbriga. Área habitacional.

ter ocorrido nos de Quires, Arados, e Frende, e pelos designados *vici*, novos aglomerados de matriz romana, fortemente ligados à rede viária e a atividades de caráter industrial e comercial. Os achados arqueológicos e a epigrafia permitem apontar o nome e localização de, pelo menos, dois aglomerados deste género, o *Vicus Atucausis* (Gatão, Amarante) e o *Vicus Tameobriga* (Várzea do Douro, Marco de Canaveses). Este último, que se encontra testemunhado por uma grande densidade de vestígios e um conjunto numeroso de epígrafes funerárias, desenvolveu-se na margem do Douro, em estreita relação com a importância da via e do seu porto fluvial (Fig. 3.76).

Para além destes aglomerados principais, haveria outros mais pequenos e com caráter essencialmente rural, ligados à exploração agrícola do território, à semelhança das pequenas aldeias dos nossos dias. Porém, o traço mais marcante da fisionomia dos campos, seria a presença de estruturas dispersas do tipo *villa* ou do tipo casal, intimamente associadas ao aproveitamento dos diversos espaços agrícolas, num cenário com características algo similares à paisagem que ainda hoje caracteriza a região. A *Villa*, elemento fundamental da estruturação do espaço rural romano, pode ser comparada com as grandes Quintas atuais, integrando um conjunto importante de terras (*fundus*); instalações para os animais, celeiros, lagares, adegas e armazéns (*pars frumentaria*); instalações para albergar criados domésticos ou de lavoura (*pars rustica*) e sobretudo a *pars urbana* constituída por edifícios com alguma opolência, destinados ao alojamento de proprietários abastados e com um estatuto social preponderante. O casal, correspondendo a uma unidade autónoma de exploração familiar direta, individualizava-se da *villa* também por ocupar uma menor superfície de terra, manifestando menor riqueza e um estatuto social mais baixo dos seus proprietários.

A maioria do numeroso conjunto de vestígios que se encontram dispersos pelo território deverá inscrever-se nas categorias apontadas (Fig. 3.80), sejam casais, *villae*, aldeias ou pequenos aglomerados, mas a identificação rigorosa da diferente natureza da ocupação que testemunham carece ainda, em grande medida, da realização de estudos arqueológicos aprofundados. A quantidade de necrópoles registadas no território – mencionadas no capítulo referente às coleções arqueológicas – é reveladora desta densidade de ocupação do espaço, mas na maioria dos casos estão ainda por identificar os povoados ou locais de habitat que lhes estariam associados. À maneira romana, estes cemitérios localizados nas imediações, mas fora do perímetro dos povoados ou locais de habitação, geralmente junto às suas principais vias de acesso, marcavam de forma muito particular uma paisagem crescentemente romanizada, testemunhando a progressiva transformação e adoção de novos rituais funerários em rutura com a tradição castreja de tumular no interior do povoado e das áreas habitacionais. As estelas funerárias revelam a progressiva adoção da língua e escrita latina, com epítáfios em que figuram a identificação do defunto, a sua idade e filiação e o característico voto para “que a terra te seja leve”.

A língua, as instituições, a circulação da moeda e a nova estrutura do povoamento romano constituem assim um legado que, assimilado e mesclado com a cultura e tradições das populações autóctones, continuará a marcar nos séculos subsequentes a matriz histórica da paisagem cultural desta região.



3.2.3. Entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média

R. Teixeira

Como é conhecido, o período que decorreu entre o fim do Império Romano e a Idade Média foi marcado por grandes transformações no enquadramento geo-político e administrativo deste território. Num primeiro momento, a região inseriu-se no espaço político do Reino Suevo, fixado em Braga; depois, a partir de 585, integrou-se nos domínios da monarquia visigoda de Toledo; com o seu colapso, nos inícios do século VIII, provocado pela conquista e controlo da Hispânia pelas forças muçulmanas, o território converteu-se numa área periférica de remota influência islâmica do Garb-Al-Andaluz; finalmente, a partir do último quartel do século IX, em consequência de uma nova relação de forças gerada entre Cristãos e Muçulmanos, esta região duriense passou a enquadrar-se nas estratégias expansionistas e de afirmação territorial da monarquia Asturiana, no âmbito do movimento que se convencionou designar “Reconquista Cristã”.

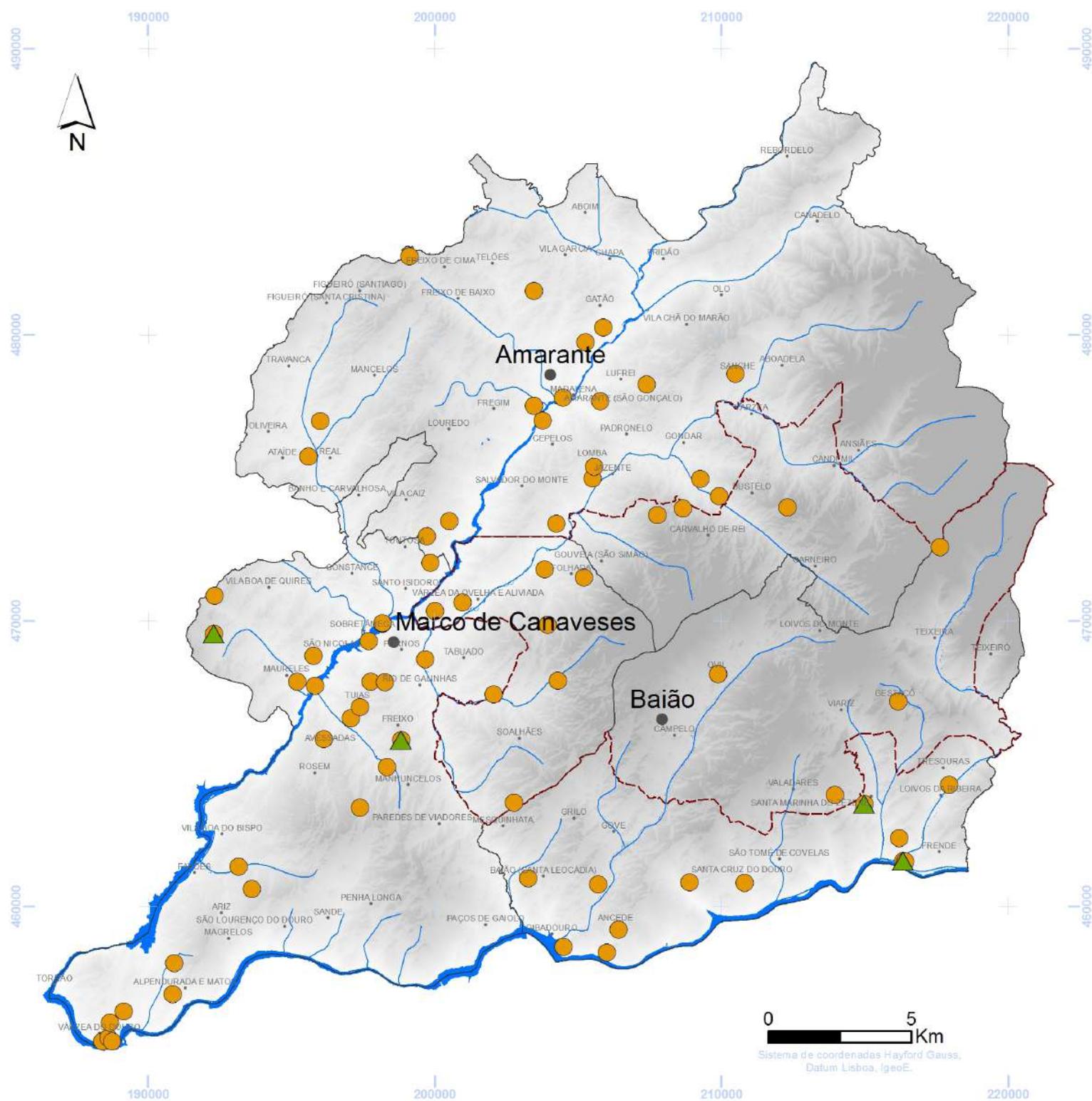
Ao longo deste período de mais de cinco séculos, tão dinâmico e politicamente conturbado, devem ter igualmente ocorrido flutuações demográficas e bio-climáticas importantes, assim como fluxos migratórios com algum significado e reflexo na paisagem e ocupação humana do território. Trata-se, com efeito, de uma fase muito importante em termos da estruturação da paisagem regional, marcada por continuidades e ruturas entre o modelo do povoamento herdado da época tardo-romana e suevo-visigoda e o nascimento de um novo quadro de ordenamento do território que, com a “Reconquista” cristã, estará na base das transformações que conduzirão à sociedade senhorial e à construção da designada “paisagem tradicional”, consolidada nos séculos centrais da Idade Média.

Continuidades e transformações durante o período suevo-visigodo

Do ponto de vista arqueológico os dados disponíveis para o conhecimento do povoamento e organização do território durante o período suevo-visigodo são escassos e circunscritos a determinados locais. Apesar de disso, constituem elementos muito relevantes e os principais testemunhos de uma época cujas indícios materiais são geralmente de difícil reconhecimento sem a realização de escavações arqueológicas, encontrando-se frequentemente diluídos entre materiais atribuídos ao período tardo-romano ou encobertos por ocupações mais expressivas de época posterior.

A cartografia apresentada pretende apenas ilustrar um quadro potencial do povoamento deste período, distinguindo-se os locais onde comprovadamente se documenta a presença de vestígios suevo-visigodos – constituídos por uma fivela visigoda e três mosaicos paleocristãos – dos sítios romanos, alguns com materiais dos séculos IV e V, reveladores de ocupações que podem ter-se prolongado durante o período aqui considerado (Fig. 3.78).

A instalação dos Suevos nos territórios romanos da Galécia e do Norte da Lusitânia envolveu naturalmente confrontos e extensas pilhagens, que atingiram sobretudo os principais núcleos urbanos, mas, do ponto de vista dos efeitos no quadro geral do povoamento e organização do território, os dados apontam para uma grande continuidade e até manutenção das tendências registadas no baixo-império, nomeadamente a da ruralização crescente da sociedade.



Vestígios Romanos, Paleocrístãos e Suevo-Visigodos

- | | | | |
|---------------------|--------------------------------|--------------------------|---|
| Toponímia | Limites administrativos | Rede hidrográfica | |
| Baião | ● Limite (concelho) | — Linhas de água | ▲ Mosaicos Paleocrístãos e Suevo-Visigodo |
| ● Sede de concelho | --- Limite (2ª fase) | ■ Rio | ● Vestígios Romanos |
| ANCEDE | | | |
| ● Sede de freguesia | | | |

Fig 3.78 - Distribuição dos vestígios romanos, paleocrístãos e suevos-visigodos do território

O clima de instabilidade já sentido no baixo-império traduziu-se na construção ou reforço dos amuralhamentos urbanos e dos antigos castros e povoados fortificados que se haviam mantido em época romana. Neste quadro, não deixa de ser significativa a associação que se pode fazer de alguns dos vestígios suevo-visigodos registados no território com sítios já anteriormente povoados que reuniam as características defensivas ou fortificadas que apontámos. Referimo-nos concretamente ao Alto do Castelo, em Frende (Baião) de onde provém uma notável tampa de sepultura paleocristã decorada a mosaico (Fig. 3.79) e atribuída a meados do século V (ALMEIDA 1973); ou ao Castro de Santa Marinha do Zêzere (Baião), onde apareceu uma placa de cinturão visigótica (Fig. 3.80). A ocupação altimedieval destes e de outros locais situados na vertente ou nas margens do Douro sublinham também a atração e vitalidade desta via fluvial, importante tando do ponto de vista económico, como estratégico e militar.

Porém, é no centro do antigo núcleo urbano da Tongobriga romana que melhor podemos aferir as continuidades e também algumas das transformações mais marcantes que ajudam a caracterizar este período. Desde logo podemos falar em continuidade porque a cidade que havia sido promovida como centro político deste território, no quadro administrativo romano, não desapareceu nem foi destruída pelas incursões dos povos que os romanos consideraram "bárbaros". Pelo contrário, o seu nome figura mesmo no texto do Paroquial Suevo, documento atribuído às últimas décadas do século VI (DAVID 1947), surgindo como igreja que presidia a uma das paróquias que compunham a diocese portugalense. Mas neste facto podemos também reconhecer e apontar transformações significativas que já se manifestam e irão acentuar-se nos tempos subsequentes: a importância crescente da religião cristã (que recordamos fora decretada a religião oficial do Império Romano, no tempo de Constantino). Organizada em comunidades tuteladas por bispos e clérigos geralmente pertencentes à elite culta galaico-romana, a estrutura da Igreja desenvolve-se nas principais cidades e aglomerados, assegurando uma certa continuidade da cultura latina e afirmando-se como um novo poder que, perante a degradação e declínio da autoridade pública civil resultante da desagregação político-administrativa romana, se organiza e em grande medida decalca o quadro administrativo tardo-romano.

As transformações refletem-se também no espaço e na topografia urbana. Em Tongobriga, verifica-se uma redução do espaço urbano habitado, o centro cívico e monumental define-se e a utilização das termas públicas é abandonada durante o século VI. Em contrapartida a nova centralidade do aglomerado parece gerar-se em torno de um templo paleocristão do séc. V-VI com pavimento em mosaico policromo, recentemente identificado sob o adro e a igreja



Fig. 3.79 - Fragmento de tampa de sepultura com mosaico paleocristão de S. João de Frende. Museu Nacional de Arqueologia.

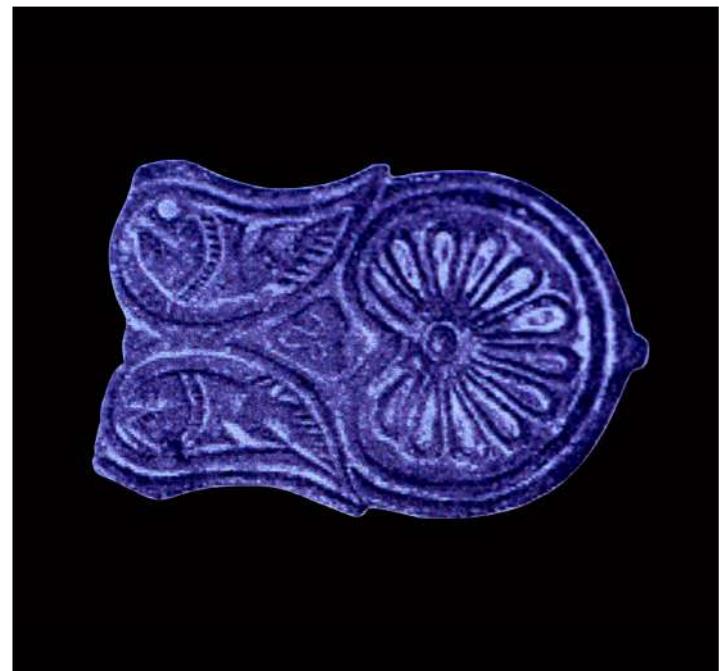


Fig. 3.80 - Fivela visigótica proveniente do Castro de Santa Marinha do Zêzere.

de Santa Maria do Freixo, estando assim privilegiadamente localizado numa anterior área residencial, no centro do perímetro amuralhado (LIMA 2012). A nova atitude perante a morte, neste como noutros aglomerados, atrai os espaços cemiteriais para junto dos templos, situados no interior dos povoados, marcando assim uma diferença substancial na paisagem e na organização do espaço dos habitats.

Não são conhecidos reflexos diretos, no povoamento deste território, que possam estar inequivocamente associados à rutura política provocada pela queda da monarquia visigoda e à extensão do domínio islâmico ao território peninsular, no início do século VIII. Instabilidade e algumas incursões militares podem ter motivado o refúgio pontual de algumas populações em locais elevados ou fortificados. Mas neste contexto é de supor que se tenham sobretudo continuado a manifestar, ou até acentuado, as tendências gerais de ruralização, auto-consumo, progressão de relações clientelares e autarcia do território, face à ausência ou afastamento de estruturas político-administrativas fortes e interventivas.

Rutura e inovação sob domínio astur-leonês

A partir do último quartel do século IX, em consequência de uma nova relação de forças gerada entre Cristãos e Muçulmanos, esta região duriense passou a enquadrar-se nas estratégias expansionistas e de afirmação territorial da monarquia Asturiana, no âmbito do movimento que se convencionou designar “Reconquista Cristã”. Com Afonso III das Astúrias regista-se a presúria de várias localidades – entre elas o Porto e Coimbra - que permitem aos seus agentes assegurar a posse do território até ao Douro e, logo em seguida, até ao Mondego.

Não se tratava de simples razias ou campanhas militares isoladas. A posse e o domínio efetivo do território exigiu a afirmação de um modelo de controlo administrativo e militar do espaço e das suas populações. Surgiram assim as *civitates*, fortificações principais tuteladas por uma autoridade condal situada na dependência direta do monarca, que exerciam a defesa de um vasto território, apoiadas por outras estruturas castelares secundárias.

Figs. 3.81 e 3.82 - Castelo de Cotos com pormenor dos derrubes da fortificação pétreia (Várzea de Ovelha e Aliviada, Marco de Canaveses).

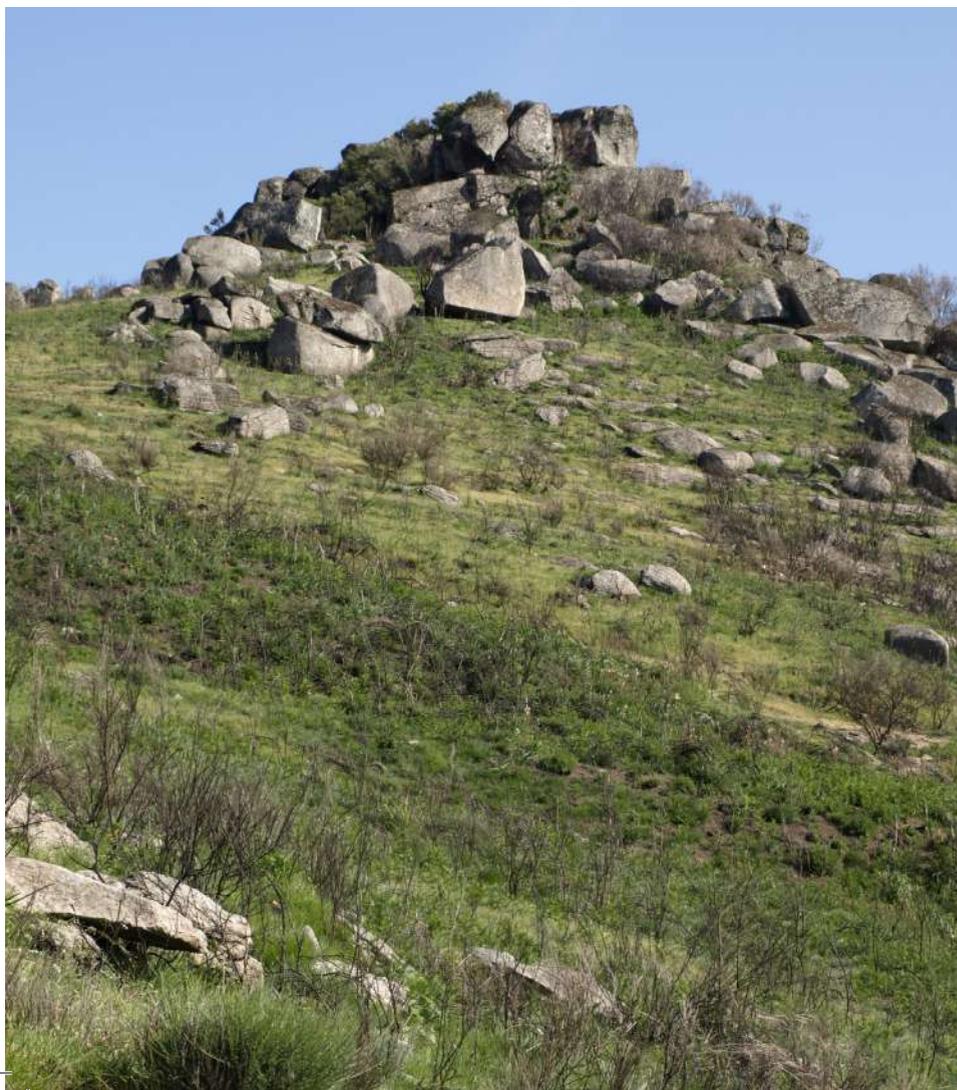


Fig 3.83 - Castelo de Carvalho de Rei. Pormenor da imposta pré-românica com decoração em espinha.



A criação da *civitas* de Anégia (Eja, Penafiel), cerca de 870, estrategicamente localizada num esporão sobre a foz do Tâmega e o Douro (LIMA 1999), representa, do ponto de vista da organização territorial do espaço geográfico aqui tratado, uma clara rutura imposta por um poder externo que marca também a definitiva perda de importância ou desaparecimento da cidade de Tongóbriga e do seu território administrativo. Por outro lado, simboliza a afirmação de um novo tempo em que o poder e o controlo do território se exerce já não a partir dos aglomerados ou centros urbanos, mas sobretudo de um novo tipo de estruturas construídas com fins estrategicamente militares – os castelos. Entre os séculos IX e XI o grande incremento de construções deste género, num processo globalmente designado por encastelamento, traduziu-se na configuração de uma paisagem densamente fortificada.

Encontram-se registados neste território mais de uma dúzia de sítios arqueológicos identificados como castelos (Fig. 3.88). Na maioria dos casos trata-se de estruturas muito rudimentares – formadas por adaptações topográficas, cortes da penedia, taludes artificiais ou muralhas de pedra irregular, sem recurso a argamassas - retirando assim sobretudo partido das condições naturais de defesa proporcionadas pelos locais escolhidos (Figs. 3.81 e 3.82). No caso do Castelo de Carvalho de Rei (Amarante), conservam-se sinais evidentes de um povoado que estaria associado à estrutura castelar, registando-se ainda um notável elemento escultórico de características Pré-Românicas, constituído por um friso ou imposta com ornamentação em espinha, que certamente pertenceu a um templo coevo (Figs. 3.83 e 3.84).

Fig. 3.84 - Castelo de Carvalho de Rei.



Fig. 3.85 - Castelo de Matos, Cabeça da Terra de Baião.



Figs. 3.86 e 3.87 - Castelo Cabeça da Terra de Santa Cruz de Ribatãmega com pormenor dos entalhes de assentamento da muralha.



Na transição para a segunda metade do século XI ocorreram importantes transformações de natureza político militar que conduziram à ascensão social de certas famílias de infanções locais, por oposição à antiga e poderosa nobreza condal que entrou em declínio. Como corolário destas transformações, a antiga *civitas* de Anégia desagrega-se, dando lugar a um conjunto de circunscrições de âmbito territorial mais reduzido – as *Terras* – tuteladas pelas linhagens de infanções. Como base de apoio e afirmação do seu poder senhorial, emerge um outro tipo de estruturas militares formadas por castelos que assumiram protagonismo e dominaram os novos territórios – os designados Castelos cabeça-de-Terra (Fig. 3.88). No Baixo Tâmega formam-se a Terra de Baião, a Terra de Benliver e a Terra de Santa Cruz de Riba Tâmega, capitaneadas respetivamente pelo Castelo de Matos (Fig. 3.85), Castelo de Arados e Castelo de Santa Cruz (Figs. 3.86 e 3.87). Apenas o primeiro, e que é o único que se encontra na área em estudo na segunda fase do projecto, foi objecto de intervenção arqueológica, tendo revelado uma primitiva estrutura defensiva em madeira, atribuída à primeira metade ou meados do século XI, destruída pelo fogo e depois substituída por uma construção pétreia (BARROCA 1978).

É relativamente significativo o número de sepulturas medievais escavadas na rocha que se identificam ou estão referenciadas na região em estudo (Fig. 3.88). Atribuíveis a um período centrado entre os séculos IX e XI, apresentam tipologias diversas, desde as formas ovaladas mais simples às de contornos antropomórficos, mais elaboradas. Isoladas ou em grupo, formando necrópoles de reduzida dimensão, localizam-se frequentemente próximo de caminhos e traçados viários, junto a templos que perderam importância ou vieram a desaparecer, ou ainda junto a igrejas que mais tarde serão convertidas em templos paroquiais.

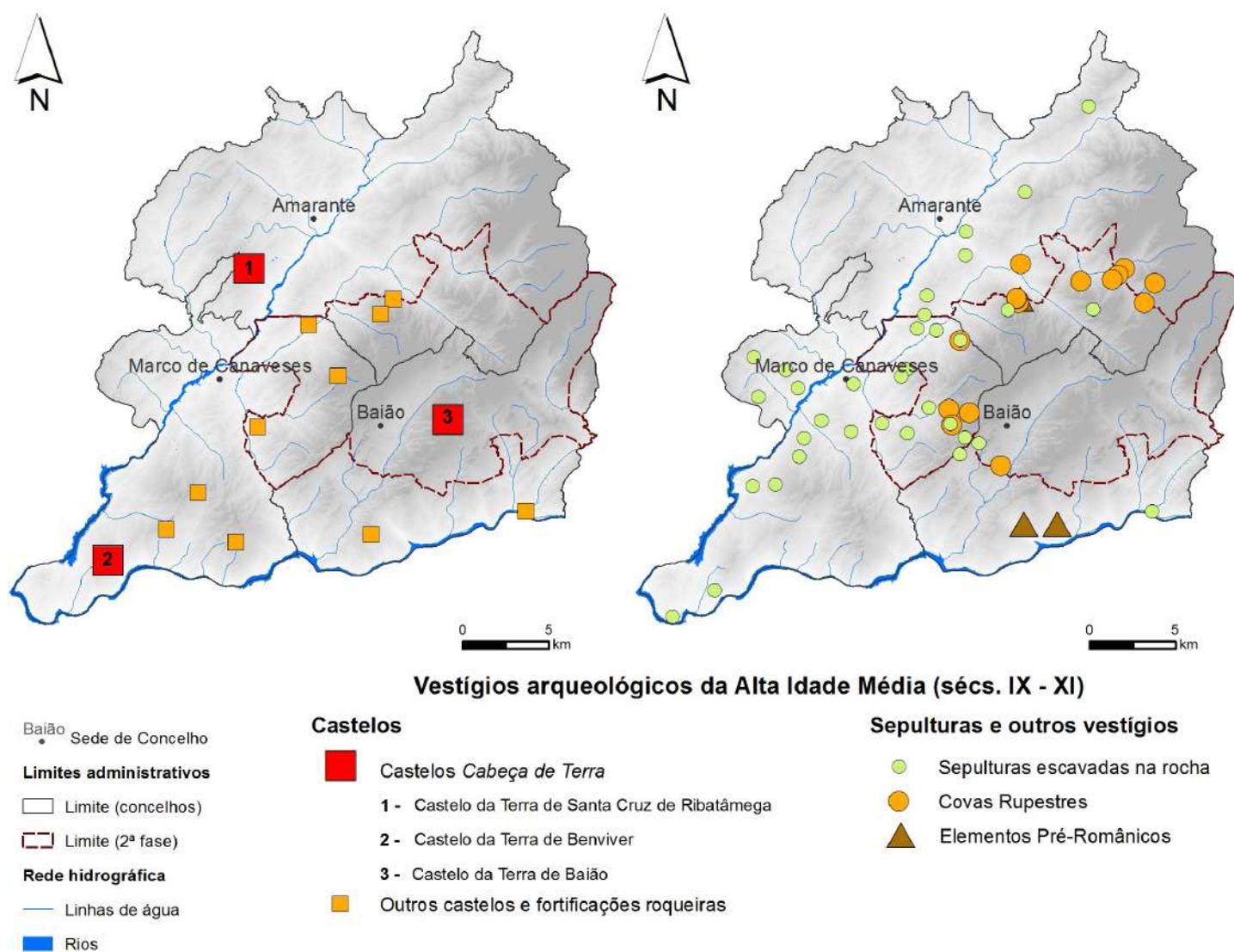


Fig. 3.88 - Distribuição dos vestígios arqueológicos da Alta Idade Média.

Está ainda por realizar um estudo sistemático e aprofundado deste tipo de tumulação na área do Baixo Tâmega . A maioria das ocorrências registadas – como é habitual neste tipo de vestígios - corresponde a sepulturas já desprovidas do seu conteúdo e cobertura originais. Tão-pouco estão identificados, de forma inequívoca, os locais e tipologias de habitats das populações responsáveis pela sua construção. Nalguns casos, pela sua proximidade, parece também inequívoca a sua relação com castelos do mesmo período, como parece registar-se entre a Necrópole de Carvalho de Belandro (Chã do Castelo) e o Castelo Velho de São Simão de Gouveia (Figs. 3.89 e 3.90), ou entre a necrópole da Tapada da Igreja Velha (Fig. 3.91) e o Castelo dos Mouros, em Folhada. Estes mesmos exemplos ilustram também outra associação frequente, a que liga certas sepulturas escavadas na rocha a locais onde se registam indícios de povoamento anterior, desde época tardo-romana.

O estudo destas necrópoles afigura-se assim imprescindível para a caracterização e compreensão do quadro do povoamento deste período e suas transformações, remetendo-nos para tradições e formas de organização dos espaços funerários anteriores à consolidação do modelo do cemitério paroquial que se impõe a partir do século XII, centrado no templo que reúne também, de forma exclusiva, funções baptismas da respetiva comunidade paroquial.

Figs. 3.89 e 3.90 - Sepultura rupestre da Carvalha do Belandro e relação do local com o Castelo Velho de S. Simão.





Fig. 3.91 - Sepulturas rupestres da necrópole da Tapada da Igreja Velha. Folhada, Marco de Canaveses.

Pela sua natureza rupestre e pelo facto de geralmente se encontrarem assinaladas como eremitérios atribuídos a este período, fazemos aqui uma breve referência a um conjunto de estruturas abertas no afloramento rochoso que se concentram sobretudo nas áreas graníticas de encosta, no vale do Rio Fornelo (Ansiães, Bustelo e Candemil), e nas vertentes da Serra da Aboboreira, genericamente nomeadas pela população local como “Furnas” (Fig. 3.92). Trata-se de construções constituídas por um ou mais compartimentos quadrangulares de paredes e tecto integralmente escavados no substrato granítico e com acesso por abertura rectangular ou em arco. Encontrando-se abandonadas e entulhadas ou estando ainda em uso como cortes de animais e arrecadação de alfaia agrícola é difícil atribuir funções e cronologias inequívocas a todas estas singulares construções rupestres. Na ausência de dados seguros e de uma contextualização arqueológica clara, a sua classificação como eremitérios ou até habitats rupestres do período altomedieval requer alguma prudência - até porque persiste na região uma larga tradição de uso e construção de estruturas similares - aguardando-se a realização de estudos arqueológicos e levantamentos sistemáticos que possam ser mais conclusivos.

Fig. 3.92 - Furnas de Vinheiros (Soalhães. Marco de Canaveses.





3.2.4. A construção da paisagem tradicional, entre a Idade Média e a atualidade

P. Dordio, A. Sá

Paisagem tradicional. Conceito e âmbito temporal

Designamos por *Paisagem Tradicional* o momento de organização da paisagem imediatamente anterior às profundas ruturas mais recentes que no prazo de apenas meio século, entre 1950 e 2000, fariam reduzir o peso da população rural portuguesa de valores superiores a 50%, ainda consideravelmente elevados para a época no contexto europeu, para valores inferiores a 5%.

Do ponto de vista da longa duração, a Paisagem Tradicional preenche o período que se estende entre a Idade Média Plena (século XI) e o auge da ocupação demográfica do espaço rural que acontece nas décadas de 1950 e 1960. No decurso desse longo intervalo de tempo são inúmeras as transformações que é possível observar na ordenação da paisagem, mas, paralelamente, identifica-se uma mesma lógica ou ordem subjacente cujo processo de afirmação, maturação e desestruturação é possível seguir.

Monumento, envolvente e paisagem

Enquadráveis na Paisagem Tradicional, e no âmbito da área em avaliação na 2ª fase do presente estudo, foram identificados 182 Elementos Patrimoniais distribuídos por 15 categorias tipológicas. O Quadro *infra* contabiliza estes Elementos e Categorias (Quadro 3.13).

Quadro 3.13 - Distribuição dos elementos patrimoniais por diferentes categorias tipológicas.

Categoria Tipológica	Ocorrências
Aglomerado Rural	15
Alminhas	11
Calvário	2
Capela	39
Casa	56
Conjunto Urbano	2
Cruzeiro	6
Estalagem	1
Fonte	2
Igreja	17
Matadouro	1
Moinho	20
Pelourinho	2
Ponte	7
Tribunal	1
Total	182

Consideramos porém que os 182 Elementos Patrimoniais individualizados constituem apenas pontos ou marcas de apoio no espaço de uma interpretação que se pretende englobadora e que permita desenvolver uma leitura e experiência do *continuum* da paisagem e do território.

Neste sentido, o estudo estabeleceu uma hierarquização entre aquelas Categorias Tipológicas individualizando um conjunto de Elementos que considerou estruturantes do momento de evolução da paisagem que designamos como Paisagem Tradicional.

Elementos estruturantes da paisagem tradicional

Foram considerados Elementos Estruturantes da Paisagem Tradicional na Área em Avaliação da 2ª Fase as seguintes Categorias Tipológicas:

1. Casas Grandes, Principais, Nobres ou Solares (Fig. 3.93)
2. Conjuntos Nucleares dos Aglomerados Rurais de Montanha
3. Igrejas Paroquiais (Fig. 3.94)
4. Conjuntos ou Núcleos Urbanos (Povoações-Rua)

Fig. 3.93 - Casa de Aldegão, Folhada, Marco de Canaveses.



A construção da paisagem tradicional entre o senhorio e a comunidade

O senhorio e a renda

A Ordem que subjaz à Paisagem Tradicional corresponde a um modelo de organização social e política conhecido por *Regime Senhorial*, cujas origens se situam na Idade Média mas que, nos principais traços caracterizadores, perduraria ao longo dos séculos seguintes, durante a Idade Moderna e parte da Contemporânea. Neste modelo, o *Senhor* transforma-se no principal centro e ordenador da vida social (MATTOSO 1985, I, 85) sendo a *Renda* a expressão que condensa e concretiza os múltiplos laços de dependência que se tecem entre Senhor e dependentes, entre Senhor e comunidades dependentes. Durante o Antigo Regime e grande parte do século XIX, a presença da Renda “é esmagadora e dominante, tendo criado um tipo de mentalidade e comportamento económicos” que não via na posse da terra a possibilidade de obtenção de lucros através da exploração direta mas antes enquanto “fonte de renda, definidora de prestígio, de respeitabilidade, de honorabilidade, de acesso nos degraus da sociedade” (OLIVEIRA 1980, 3-4). Este tipo de mentalidade é assim conexo do absentismo dos proprietários ao mesmo tempo que promovia nestes a procura da multiplicação das fontes de renda sem dar lugar à introdução de melhoramentos ou inovações técnicas do sistema de exploração da terra.

Compunham a Renda inumeráveis agravos de forma que era corrente a maioria das explorações apenas assegurar a subsistência da família ou fogo nuns escassos 4 a 5 meses do ano (OLIVEIRA 1980, 21), tendo de necessariamente recorrer ao trabalho agrícola à jorna ou assalariado bem como a atividades de tipo artesanal para complemento do sustento da casa. Não falando já sequer da escassez crónica de capitais para investir em melhoramentos da exploração agrícola, a fragilidade da situação camponesa era por demais evidente, vivendo permanentemente no limiar mínimo das necessidades alimentares e mesmo assim enredada em constantes e sucessivos endividamentos, completamente exposta à eclosão de crises de subsistência caracterizadas pela escassez da produção e a alta dos preços. Assim, sendo o pão a base da alimentação, constitui a cultura dominante com vista ao auto abastecimento. É com dificuldade que o camponês opta por substituí-la por outras culturas, ainda que mais lucrativas, arriscando deste modo sujeitar-se irremediavelmente às incertezas dos mercados e da oferta de cereal.

Comunidades camponesas

Mas o Senhorio não constitui o único pólo na ordenação do território e da sociedade que a configuração da Paisagem Tradicional exprime. O outro pólo fundamental vamos encontrá-lo nas Comunidades Camponesas. A senhorialização não apagou por completo uma organização comunitária que era muito mais antiga. As próprias especificidades com que o sistema senhorial se desenvolve no Entre Douro e Minho deram lugar a situações propícias à manutenção das solidariedades campesinas. Desde logo o carácter descontínuo dos domínios senhoriais em que no seio de uma mesma Paróquia ou freguesia se misturam propriedades de diferentes senhores.

Por outro lado, o uso e identificação por camponeses dependentes de senhores vizinhos, no interior de uma mesma freguesia ou paróquia, de uma igreja comum dão lugar a laços de solidariedade e a formas e organização coletiva que ultrapassavam em muito o carácter que se pretendia exclusivo das relações verticais entre senhor e camponês. Neste aspeto jogarão papel relevante as solidariedades dos vizinhos e fregueses enquadradas pela formatação eclesiástica das confrarias e irmandades, nomeadamente a confraria do *subsino*.

A maior ou menor capacidade de resistência das práticas comunitárias mostra uma estreita relação com as condições geográficas e a altitude dos lugares habitados. Os senhores revelam pouco interesse e atração pelas zonas montanhosas preferindo acumular-se nas áreas

de planície e colinas, com cotas inferiores a 500 ou 400 m, facilitando assim a manutenção de comunidades de montanha mais fortes e coesas. Na paisagem, observamos que a implantação das Casas Principais, Nobres e Solares parece deter-se acima daquelas altitudes ao mesmo tempo que a distribuição do povoamento adquire um padrão novo de aglomeração contrastando com a disseminação em pequenos lugares típica das terras baixas.

O crescimento da população e o tópico dos incultos

A Paisagem Tradicional do Entre-Douro-e-Minho contrapõe-se certamente a um sistema anterior de baixa densidade e exploração de tipo mais extensivo que teria predominado na Alta Idade Média. A instalação da Paisagem Tradicional corresponde a um momento de forte crescimento demográfico, experimentado um pouco por toda a Europa, entre os séculos XI e XIV a que se seguiria uma profunda depressão e recomposição do sistema. Os máximos demográficos então atingidos só seriam recuperados nos inícios do século XVI. Ao longo dos dois séculos seguintes, o crescimento demográfico mantém-se contido não chegando a duplicar sequer. Porém, a 2ª metade do século XVIII conheceu o começo de uma fase de crescimento demográfico sustentado da população portuguesa a qual atingiria níveis antes impensados, alcançando-se o máximo demográfico por meados da década de 1960.

A resposta tradicional que o sistema havia encontrado para responder ao crescimento moderado da população tinha sido, desde a origem, a do concomitante alargamento da ocupação dos espaços e terrenos incultos, montes e maninhos. As generalizadas densidades populacionais pouco elevadas permitiram durante séculos continuar a estender a área dos terrenos de cultura, principalmente de cereal, à custa das terras não cultivadas, mantendo uma reserva de incultos necessária à manutenção do tipo de sistema de exploração agrária. A introdução da cultura do milho nos séculos XVI e XVII, substituindo com rendimentos muito superiores os cereais tradicionais, incrementaria igualmente a capacidade de resposta do sistema ao crescimento da população.

O século XIX, apesar das reformas legislativas nos campos, não virá alterar nem a mentalidade rentista nem as formas de exploração da terra. À pressão demográfica e à alta das rendas corresponderá a intensificação do surto de ocupação de novas terras. Mas continuará a imperar a produção para o auto-abastecimento e, os detentores de capitais, continuarão a ver na compra da terra a garantia de obtenção de novas rendas não se interessando pela sua exploração direta e a introdução de inovações. O tópico dos *incultos* continuará por isso a constituir o único tema relevante de discussão.

O “declínio de um tempo longo”, como lhe chama Fernando Oliveira Baptista, ocorreria em meados do século XX, quando “a agricultura e a sociedade rural alcançavam a sua maior expressão demográfica, e a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola, que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos por aproveitar” (*in* Voo do Arado, 1996, 36). Nos meados do século XX, iniciaram-se então nos campos dois movimentos que viriam a configurar o momento atual: por um lado sucedeu uma debandada geral que varreu todo o espaço rural; por outro, começou uma profunda transformação tecnológica que também alteraria a própria organização do processo de trabalho agrícola e a sua integração mais profunda nas dinâmicas do mercado.

Paróquias e freguesias

A tensão que se verifica entre senhorio e comunidade camponesa, os dois principais agentes da construção da Paisagem Tradicional, encontra o indispensável ponto de equilíbrio na região de Entre o Douro e Minho na organização paroquial. Na paisagem medieval, moderna e contemporânea do Entre Douro e Minho, a Paróquia ou Freguesia constitui o primeiro quadro de ordenação social do território. **A paróquia rural do Entre-Douro-e-Minho estrutura-se nos séculos XII e XIII, enquadrada pela reforma gregoriana, e sucede a uma**



Fig. 3.94 - Igreja Paroquial de São Martinho de Soalhães, Marco de Canaveses.

A Igreja Paroquial é um estaleiro permanente e contínuo. No seio da comunidade paroquial, cada nova geração procura deixar para a eternidade a marca da passagem pela existência terrena. No interior, no exterior e na própria envolvente acumularam-se e sobrepuseram-se elementos de diferentes épocas, estilos e modas, por vezes anulando-se, por vezes compatibilizando-se num processo de patrimonialização que, embora relevando o valor dos antigos e dos antepassados tendia a situá-los fora do tempo histórico, permitindo assim justificadamente fazer actualizar aqueles elementos em cada momento presente.

outra organização religiosa designada por *villa-ecclesia*, da qual se encontra muito próxima, e que se havia estabelecido no decurso do processo de repovoamento dos séculos IX e X. Uma como a outra organizam o território centrando-o numa igreja (Fig. 3.94). O quadro paroquial porém, ao procurar dar resposta às exigências de dignidade dos atos litúrgicos bem como a diferentes obrigações fiscais ao bispo que a reforma gregoriana impôs, conduziu muitas vezes à unificação de várias antigas *villas-ecclesias* numa nova circunscrição. As paróquias quando se organizaram obrigavam à existência de pelo menos 15 a 20 famílias, o que não acontecia em muitas das anteriores *villas-ecclesias* (ALMEIDA 1981, 202-212).

Se a igreja constitui o centro da paróquia, os seus limites são igualmente carregados de significado, desde logo pela estabilidade que manifestam como pelo pormenor da delimitação. A paróquia é, desde a origem, “um espaço muitíssimo bem delimitado (...) pelos cumes das elevações que a cercam, por velhos caminhos ou grandes rios” (*idem, ibidem*). Circunscrevendo uma área que não é grande, a paróquia procura corresponder ao território de uma comunidade cujos laços de solidariedade se cimentaram ao longo de séculos de práticas de parentesco, vicinidade e de entre-ajuda (Fig. 3.95). Todo o mal deveria ser afastado para além dos limites da paróquia, o território da comunidade. Por isso, uma das manifestações mais fortes da religiosidade popular foram as procissões com gritos que percorriam em alturas certas do ano os limites da paróquia, os cercos com clamores, “vedando-a, magicamente, da entrada de seres causadores de males e expulsando-os para além” daqueles limites (*idem, ibidem*). Também no entre Douro e Tâmega, a estabilidade do quadro paroquial ao longo de cerca de 800 anos é muito acentuada registando-se escassas alterações fruto de anexações ou de novas autonomizações (Fig. 3.96).



Fig. 3.95 - Igreja Paroquial de São Pedro de Teixeira, Baião.
O uso e identificação por camponeses dependentes de senhores vizinhos, no interior de uma mesma freguesia ou paróquia, de uma igreja comum darão lugar a laços de solidariedade e a formas e organização colectiva que ultrapassavam em muito o carácter que se pretendia exclusivo das relações verticais entre senhor e camponês.



Fig. 3.96 - Igreja Paroquial de São João Baptista de Folhada, Marco de Canaveses. No século XVIII, em pleno ambiente barroco, a pequena nave medieval românica vê-se ampliada no sentido do comprimento, ao mesmo tempo que a anterior capela-mor era substituída por outra, mais elevada que a nave, com pilastras nos cunhais, cimalha de friso e cornija e pináculos, a que se anexou o novo corpo da sacristia..

Sedes das jurisdições ou concelhos e conjuntos urbanos

Sobre o quadro paroquial estabeleceram-se as jurisdições concelhias ou municipais. O local onde se implantam o Pelourinho e a Casa da Câmara constituem a sede destas jurisdições. Numa boa parte do território da Monarquia Portuguesa, aquela sede localiza-se num aglomerado populacional de características urbanas, nomeadamente o ser delimitado e protegido por um muro de cerca ou muralha. A designação destas povoações muradas e sedes de jurisdição era normalmente a de vila ou cidade. Não é o caso da região objeto deste estudo e, de uma forma mais geral, da maior parte do Entre o Douro e Minho em que aquela se situa.

A área de estudo mostra no passado das épocas moderna e contemporânea escassa ou nenhuma tradição urbana. O tipo de povoação que mais se aproxima de um padrão urbano surge aqui sob a forma da "Povoação – Rua", fortemente relacionada com as redes de relação, nomeadamente com os acessos imediatos a pontes cuja travessia assume especial relevo entre os trajetos de articulação regional (Fig. 3.97).

O processo de aquisição de uma feição mais plena e consistentemente urbana esteve dependente da atração exercida por esses lugares sobre as elites locais e da sua subsequente adoção como espaço de implantação de morada e objeto de afirmação de estatuto social elevado através da fundação, construção e enobrecimento de instituições e de edifícios prestigiantes. O relativo sucesso do conjunto urbano de Amarante contrasta com o insucesso das outras "povoações-rua" que se registam na área como é o caso de Canaveses.

Amarante surge pelo menos desde os meados do século XIII, como uma razoável concentração de habitantes. Nas Inquirições de 1258 é afirmada a existência de 104 casais constituindo um Julgado autónomo. O carácter aglomerado do povoamento parece intuir-se da descrição. No Numeramento de 1527-32, aparece como uma das poucas vilas do Entre Douro e Minho ainda que o quantitativo dos seus moradores, em número de 236, a posiciona nos últimos lugares da lista. O carácter aglomerado do povoado é porém perfeitamente adquirido descrevendo-se a vila como "*uma rua comprida sem cerca (...) tem de termo ao redor em roda quarto de meia légua não mais (...) e tem moradores juntos por todos os fogos duzentos e trinta e seis moradores*" (ortografia actualizada). As características urbanas anómalas da povoação não decorrem tanto do quantitativo populacional, pouco significativo para a região e para a época mas semelhante a tantos outros pequenos centros urbanos. O anómalo estava em não ter muro de cerca nem, na prática, termo seu, reduzindo-se o plano urbano a "uma rua comprida".

A descrição do Pe. Carvalho da Costa, nos inícios do século XVIII, faz eco da mesma estranheza ao escrever que, apesar de não ser acastelada ou murada, era vila, tinha juiz de fora e voto em cortes. E isto só acontecia porque se tinha *dilatado em povoação grande* (COSTA 1706, 143). Não indica porém o quanto grande era uma vez que não escreve qual o número dos seus moradores. O plano e a feição urbana havia-se porém consolidado pois, apesar de continuar a descrever-se, quase 200 anos passados, como *uma só rua muito grande até à ponte, tinha várias travessas e, acima de tudo, muitas casas nobres com que manifestam a fidalguia dos seus povoadores*.

Pouco tempo depois, no manuscrito de Crasbeeck, com data de 1726, é enunciada a mesma ideia mas desta vez com números: "é já tão crescida, que tem 525 fogos" (1992, I, 255). O crescimento é na verdade significativo. Em dois séculos, aceitando a equivalência entre *moradores* e *fogos*, a população havia crescido mais do dobro. A referência à qualidade dos seus moradores é ainda reforçada por este autor quando escreve que "(...) *cresceo a povoação em forma, que se fez huma grande rua de casas, a maior parte dellas nobres, que os moradores (então concelho) de Basto e concelhos de Santa Cruz Govea e Gestaço edificarão, para virem assistir nella: principalmente depois de edificado o mosteiro das religiosas da dita villa, onde recolherão a maior parte delles as suas filhas; e, por esta causa, se chamarão todos os das vesinhanças destes concelhos, em distancia de huma legoa, que na dita villa tem casas, por naturaes da villa de Amarante (...)*" (1992, I, 254).

O carácter urbano da "povoação-rua" é consequência da atração exercida sobre as elites locais (nobreza e fidalguia) dos concelhos vizinhos que escolheram o lugar para residência fazendo nele construir todo o tipo de edifícios de prestígio que habitam e usam (mosteiros e igrejas).



Fig. 3.97 - Pelourinho de Soalhães, Marco de Canaveses.

A situação de ausência de termo ou território dependente da vila esconde-se pois era como se os quatro extensos concelhos que ali se cruzam tivessem sede em Amarante. A imagem da densificação urbana fica patente na enumeração por Crasbeeck das ruas e bairros que, para além da rua principal chamada de São Gonçalo, tinha, "(...) a saber as ruas seguintes: da Retorta, da Rigueira, de Vilaboa, de São Pedro, da Cadea, de São Sebastião, da Portella, da Misericórdia, do Seixedo, da Ordem, do Porto, de Guimarães, e rua Nova: os bairros são: da Graça, de Valverde, do Terreiro de Santa Clara, de São Martinho, do Campo, de Feira, de Bucas, dos Pellames e do Rego" (1992, I, 254).

A Morada Nobre, Solares e Casas Grandes

Numa paisagem claramente marcada desde a Idade Média precoce pela senhoriação, a morada nobre constitui o elemento patrimonial de época medieval/moderna que mais abundantemente se referencia (Figs. 3.98 e 3.99). Foram identificadas na área da 2ª fase do estudo 57 ocorrências de casas principais, casas nobres e solares. Porém, a sua distribuição por esta área assim delimitada não é uniforme. As diferenças que se observam traduzem um padrão ou padrões que decorrem de diferenças nas formas de organização do território e da ocupação humana do espaço.

A área das freguesias que possuem apenas duas, uma ou nenhuma referência a casas principais, nobres ou solares ocupa o mais amplo espaço contínuo sobre as paisagens de altitude que dominam a NE, correspondendo à Serra do Marão e seus prolongamentos para a Aboboreira e o Castelo. A afinidade entre a localização das terras de maior altitude e o retraimento da fixação da casa nobre parece ser a relação dominante.

Não é porém a simples ocorrência de terras de altitude que afasta a morada nobre. Esse fator não se manifesta se, por exemplo, estes lugares de altitude surgirem articulados com extensões significativas de vale. É o caráter exclusivo deste tipo de morfologia que caracteriza um conjunto de freguesias o qual constitui fator negativo na seleção dos locais de implantação da casa nobre ou principal. Assim, a situação das freguesias da Beira Douro, encavalitadas sobre a Serra do Castelo, mas que nem por isso afastam uma presença significativa de casas nobres.





Fig. 3.99 - Casa da Quintã, Soalhães, Marco de Canaveses.

Considere-se agora a distribuição das freguesias em que ocorrem três ou mais ocorrências de Casas Principais, nobres e Solares. Do ponto de vista dos factores de atração, é nos alvéolos, as inúmeras pequenas unidades de vale e encosta, que as casas principais e nobres abundam polarizando aí, em conjunto com as casas conventuais, todo o espaço rural. A distribuição segue os dois grandes eixos fluviais do Douro e do Tâmega. Sobre o primeiro individualizam-se, em Baião, o núcleo da bacia do Zêzere em conjunto com as pequenas bacias vizinhas para juzante, e o vale do Ovil, cujos recuos das respectivas redes de drenagem permitem uma mais desenvolvida extensão das áreas de atração.

Sobre o Tâmega, as duas principais concentrações encontram-se relacionadas com as duas principais travessias, onde se ergueriam as antigas pontes de Canaveses e de Amarante, ao abrigo das quais se desenvolveram as povoações Rua homónimas. Estas duas áreas são também o local de confluência de vales e bacias afluentes do Tâmega, por ambas as margens, maximizando os factores de atração da casa nobre ou principal. No entanto, se na fundação e estrutura original daquelas duas povoações, que designamos como povoações Rua ou conjuntos urbanos, não deverá ter existido grandes diferenças, já os respectivos desenvolvimentos e maturações exibem formas e significados em muito distintos com fortes implicações sobre o padrão de distribuição da casa nobre ou principal nas respectivas áreas envolventes.

Em Canaveses, a forte densidade de casas solarengas é concomitante a uma acentuada dispersão das mesmas pelas freguesias que envolvem o núcleo Rua de Canaveses (São Nicolau e Sobre Tâmega), nascido sobre ambas as margens do Tâmega, ordenado pelas vias de acesso à ponte. Mas o embrião de núcleo urbano não concentra as moradas das elites locais que preferem aqui a proximidade das suas quintas e propriedades dispersas pelas freguesias vizinhas, ainda que normalmente escolhendo implantar-se sobre os principais eixos de acesso a Canaveses. Neste aspeto é muito relevante o modo como Crasbeeck descreve a vila Canaveses nas *Memórias Ressuscitadas* de 1726, sem casas nobres, ou então, sendo raras e arruinadas as que ali observa, "... ainda que damnificadas, inda concervão em hum cunhal o escudo das suas armas..." (1992, II: 365-376). Ausência completa de construções de prestígio demarcadoras da presença e investimento das elites locais. De relevante apenas a albergaria ou hospital que "...he a couza mais notavel, que tem esta

villa e que lhe dá nome, por quanto foi obra da Rainha D. Mafalda, mulher de el Rei D. Afonso Henriques...” (1992, II: 366). O contraste, no mesmo manuscrito de Crasbeeck, com a descrição que faz da povoação Rua da Vila de Amarante não poderia ser maior.

No que respeita à área da 2ª fase do presente estudo, apenas nos interessa a envolvente a Canaveses e mesmo esta só marginalmente. Aqui observa-se a mais relevante concentração deste tipo de habitações, mas que se distribui e dispersa por um conjunto de freguesias contíguas. Em sete freguesias contíguas ficam reunidas 20% do total global das ocorrências na região de estudo (75 de 382). Esta grande concentração posiciona-se perpendicularmente ao Tâmega, correspondendo às terras dos vales que envolvem a actual sede do concelho de Marco de Canaveses. É nas terras baixas das freguesias de Várzea de Ovelha e Aliviada e de Soalhães que se identificam, respectivamente, 13 e 14 ocorrências. Contígua mas já no atual concelho de Amarante, a freguesia de Folhada soma mais duas outras ocorrências.

O padrão de distribuição dos Mosteiros e Casas Conventuais é semelhante ao das Moradas da Nobreza, ocorrendo naturalmente em muito menor número. A maioria dos Mosteiros e Casas Conventuais foi atraída para as duas principais áreas de concentração de moradas nobres que registamos antes sobre o curso do Tâmega, polarizadas nas povoações Ponte/Rua de Canaveses e de Amarante. Considerando apenas a área da 2ª fase do presente estudo, não se registam ocorrências de Mosteiros e Casas Conventuais cuja sobrevivência tenha ultrapassado a época medieval.

Implementação de uma rede local de senhores. A casa, torre senhorial e a cristalização da fidalguia rural ou de solar

A ordem que subjaz à Paisagem Tradicional corresponde a um modelo de organização social e política conhecida por Regime Senhorial. A implantação de uma rede local de Senhores condicionou grandemente a configuração da morada nobre sendo necessário o seu entendimento para poder avaliar o tipo de elemento patrimonial que constitui a Casa Principal, Nobre ou o Solar.

O processo de instalação das senhorias é comum e paralelo a toda a Europa, não só nos seus fundamentos como nos ritmos de desenvolvimento. O Ano Mil marca o arranque do processo. É usual distinguir entre os senhores laicos ou nobres e os senhores eclesiásticos. A iniciativa das principais dinâmicas recai sobretudo nos primeiros. Mas é só a partir dos finais do século XII que se inicia a implantação de uma rede verdadeiramente local de senhores dando lugar a uma nova fase do processo de senhoriação. Comum a toda a Europa Ocidental, entre o terceiro quartel do século XII e os meados do século XIII, acompanha uma etapa tardia da senhoriação da paisagem que se liga à afirmação das pequenas linhagens. Na verdade, ao contrário da primeira vaga que havia predominado ao longo dos séculos XI e XII, tratavam-se agora de famílias da pequena e média Nobreza cujos patrimónios não só eram muito menores como muito mais concentrados do que os das velhas linhagens. Estas haviam optado por estratégias de afirmação sobre amplos espaços em que as tenências de terras se conjugavam com quintãs e honras, espalhadas por territórios muito vastos. Os nomes que identificam as linhagens são macro topónimos que designam extensas regiões como Riba Douro, Sousa ou Baião. Já as famílias da pequena e média Nobreza em ascensão procuram os seus nomes nos micro-topónimos associados com o solar de origem e com a principal Honra (BARROCA 1987, 16; BARROCA 1997, 68). A implantação destas famílias é eminentemente local, junto dos bons terrenos agrícolas que constituem o principal do seu património. É a este momento que corresponde igualmente o aparecimento de um importante elemento da Paisagem Tradicional, a casa torre senhorial. Aparentemente, só então se terá assistido à individualização da habitação das camadas superiores da sociedade, fenómeno novo, através do recurso à petrificação e à adopção de modelos e elementos de origem militar como a forma de torre e a colocação de merlões.

Estes os dois principais ingredientes verdadeiramente identificadores deste modelo arquitetónico, que persistirão depois numa larga diacronia, mesmo após a transfiguração quase por completo das construções originais e a adopção de novos modelos arquitetónicos



Fig. 3.100 - Torre revivalista da Casa da Igreja Velha, Várzea da Ovelha e Aliviada, Marco de Canaveses.



Fig. 3.101 - Merlões e Ameias revivalistas na Casa de Arcouce, Loivos do Monte, Baião.

de crescente complexidade nos séculos XVI, XVII, XVIII e até XIX (Figs. 3.100 e 3.101). A implantação, porém, opta pelo mais comum entre as outras habitações e lugares de morada: a meia encosta, sobranceira aos vales, na transição entre os terrenos de cultura e o monte, não se isolando nem adoptando condições topográficas particularmente aptas à defesa.

A habitação nobre conhecerá depois, entre o final do século XV e o século XVI, uma nova fase de transformação. É o momento do redimensionamento e complexificação dos espaços da habitação nobre, ao mesmo tempo que se regista a partir de então um crescente investimento na gramática decorativa, que passa a acompanhar de perto a evolução dos gostos e das modas artísticas. Este será também o momento da afirmação das elites locais, a camada superior das comunidades locais, que ascende ao estatuto de gente nobre e honrada da governança das terras. Paralelamente, o grupo superior da nobreza, entre o qual se contavam os senhores donatários das Terras, afastar-se-á cada vez mais dos meios locais preferindo em definitivo a residência na Corte ou na sua vizinhança num divórcio que se acentuará após a Restauração de 1640. A segunda metade do século XVII e principalmente a 1ª metade do século XVIII será no âmbito das sociedades locais o momento áureo da Casa Nobre ou Solar que assiste a um novo e mais intenso investimento construtivo segundo modelos actualizados e que tenderão a cristalizar.

Os lugares da ribeira e da montanha

Na área em estudo, o povoamento rural exhibe dois modelos perfeitamente diferenciados.

Nas terras baixas, a *Ribeira*, são as Casas Principais, Nobres e Solares bem como as Casas Conventuais que polarizam todo o espaço rural. As casas dos lavradores, dos jomaleiros e de outras camadas que constituem a base da sociedade rural tradicional adoptam um padrão de dispersão instalando-se de preferência, tal como as casas senhoriais, no espaço de transição entre o campo e o monte, procurando a proximidade dos caminhos. Mas o padrão não é propriamente de dispersão total antes dando origem, no interior dos limites de cada Paróquia ou freguesia, a pequenos ou pequeníssimos núcleos de povoamento, que não chegam a configurar verdadeiras aldeias, e que por isso são designados como lugares. “Porque muitos são de formação mais recente, pela sua pequenez e dispersão, pela indefinição dos seus limites, estes lugares têm pouca personalidade autonómica. Constituem, porém, espaços simbolicamente diferenciados” (ALMEIDA 1981: 204). É no seio destes lugares que as relações de vicinidade atuam mais intensamente. Na verdade, “só os moradores desse núcleo são autenticamente vizinhos” (idem, ibidem). É no seu seio que se verifica a socialização dos trabalhos agrícolas, a organização vicinal das águas, as situações de dádivas mútuas e empréstimos. Elementos materiais como capelas próprias, lavadouros ou fontes marcam no espaço e na paisagem a individualidade destes núcleos ajudando a sustentar no imaginário essa identidade.

Na Montanha porém, são os Lugares Aglomerados (Fig. 3.102) e já não as Casas Principais, Nobres e Solares ou as Casas Conventuais que polarizam todo o espaço rural. “Acima de 700 a 800 metros, a natureza e a economia definem um mundo diferente das terras baixas: a serra ou montanha, que se opõe à ribeira e terra chã” (RIBEIRO 1991, IV: 257). O contraste deve menos à altitude ou ao relevo do que às subseqüentes alterações do clima e às limitações e adaptação que aquelas diferentes condições climáticas ocasionam nas formas de ocupação e exploração da terra.

O principal das alterações climáticas está na maior quantidade de precipitação ainda que complementada pelo decréscimo da temperatura, a maior amplitude térmica ou a maior abundância de precipitação em forma de neve. Nas montanhas do Noroeste outro importante fator é o da natureza do solo granítico, “mais permeável e susceptível à alteração química, embebe-se de humidade e dá solos de relativa fertilidade nos lugares planos, que são frequentes e às vezes extensos, a par de grandes surgências de rocha nua” (idem, 258). Na montanha ou terra fria do Noroeste, cessa ou restringe-se a propagação de determinadas culturas identitárias da paisagem das terras baixas: a oliveira acima dos 500 m, a vinha e a maioria das árvores de fruta acima dos 600 a 650 m. O centeio, o milho, a castanha e, mais recentemente, a batata são as culturas em que se



Fig. 3.102 - Aglomerado Rural de Montanha de Travanca do Monte, Bustelo, Amarante.



Fig. 3.103 - Grande Eira e Espigueiro da Casa da Levada junto de torre revivalista, Lugar de Travanca do Monte, Bustelo, Amarante. A Casa da Azenha ou da Levada é exemplo isolado de uma casa de características senhoriais localizada num aglomerado de montanha. Observada mais de perto saltam à vista os elementos rústicos da grande eira enquadrada por dois espigueiros junto aos quais se ergueu uma torre senhorial revivalista. Propriedade da família de Teixeira de Pascoaes, senhores da Casa Grande de Gatão (Amarante), marca a presença senhorial no controle dos recursos das zonas de montanha nomeadamente das águas abundantes conduzidas em levadas para o vale.

Fig. 3.104- Aglomerado Rural de Montanha de Mafômedes, Teixeira, Baião.





baseia a economia agrária da montanha a que se junta a criação de gado, com uma importância acrescida pela necessidade de compensar as insuficiências da exploração agrícola. A principal diferença que a paisagem rural estabelece com as terras baixas é, no entanto, a “aglomeração do povoamento (Fig. 3.104), separando a casa do campo e rodeando as povoações de um âmbito de culturas mais delicadas (...), breve cintura de campos, prados e hortas, (...)” a que se juntam “campos dissociados, distantes (...) onde se vai semear, amanhoar ou colher em dias breves (...)” e logo abandonados no meio de uma extensão de terrenos incultos, que domina quase em exclusivo, coberta de ervagens espontâneas apropriadas ao pastoreio dos gados (idem: 261).

Outra marca desta paisagem de montanha é lhe conferida pela abundância de águas, que o breve Verão nunca chega a esgotar, permitindo regar todo o ano e criar prados e lameiros, destinados à produção de feno ou à pastagem de gado grosso, cuidadosamente preservados e delimitados por muros de pedra (Fig. 3.105). A relação entre o gado miúdo (ovelhas e cabras) e o gado grosso (vacas) é, nas montanhas do Noroeste, muito baixa, abundando este último que passa uma parte do ano estabulada, o que permite otimizar o benefício do estrume (Fig. 3.107). O aproveitamento das águas, que transbordam, obrigou à construção de uma desenvolvida arquitetura da água de forma a controlar os mananciais, encaminhando-os e distribuindo-os onde necessários (Fig. 3.106). A morfologia dos aglomerados apresenta aspetos particulares como por exemplo a individualização de uma grande eira comum implantada em local destacado e envolvida por conjuntos de espigueiros (Fig. 3.109). Por outro lado, para além do aglomerado principal, a extensão do território de exploração de recursos, convida à construção em locais distantes de abrigos, para homens e para o gado, bem como de outras estruturas de apoio às atividades.

As freguesias que tocam a Serra da Aboboreira pela fachada NO., como Gouveia, Folhada e Aliviada (actualmente associada à de Várzea de Ovelha e formando com esta uma única freguesia), têm limites que desenham como que grandes rectângulos dispostos perpendicularmente ao eixo maior da Serra

Fig. 3.105 - Prados e lameiros no Murgido, Chão da Cal, Candemil, Amarante.



de modo a incluírem no seu interior toda a sequência de patamares e assim as diferentes paisagens e recursos que estes ocasionam. Subindo até aos 400 m encontra-se o padrão característico das terras baixas de disseminação do povoamento. Os solares e os lugares rurais implantam-se nas quebradas, na transição entre os campos e o monte que ocupa precisamente a faixa dos 400 aos 700 m. Neste patamar intermédio que corresponde também às encostas de declive mais acentuado, os lugares de povoamento estão quase ausentes. Acima dos 700 m desenvolvem-se os planaltos onde o povoamento se fixa nos aglomerados rurais de montanha, as aldeias serranas. Na fachada oposta da Serra, a SE., os povoados escasseiam. As freguesias que sobem do vale do Ovil como Loivos do Monte, Ovil e Campelo, abarcam pouca área de planalto, dando lugar preferentemente à fixação das habitações junto das terras baixas ou na encosta. Apenas se registam os aglomerados de Almofrela e Currais no interior do espaço de Campelo, e Telões em Loivos do Monte. Entre um e outro, a freguesia de Carvalho de Rei é quase toda serra com planalto, sem terras baixas, multiplicando-se os aglomerados dentro dos seus limites: Castelo, Pé Redondo, Carvalho de Rei e Guarda, encontrando-se o vizinho aglomerado de Travanca do Monte ou da Serra já na freguesia de Bustelo.

Na Serra do Castelo quase não existem aglomerados de montanha. Só a freguesia de Ovil, que parte do vale e sobe as encostas das duas serras da Aboboreira e a do Castelo, tem os lugares aglomerados de Outoreça e Matos. Uma área mais reduzida de serra e planalto bem como a penetração mais profunda das bacias meridionais que se desenvolvem das margens do Douro para o interior nas freguesias de Gestaçõ, Viariz e Valadares, fazem com que o casario disseminado chegue a subir aos 700 m não ocasionando aglomeração.

Os aglomerados que se situam na Serra do Marão exibem um padrão de implantação diferente ocupando acanhados vales isolados como Mafomedes (Teixeira), Covelo do Monte (Aboadela) ou Mouquim (Rebordelo).

Fig. 3.106 - Levadas de água em Carvalho de Rei, Amarante.





Fig. 3.107 - Gado bovino em Almofrela, Campelo, Baião.

Fig. 3.108 - Moinho de Travanca do Monte, Bustelo, Amarante.





Fig. 3.109. Eira e Espigueiros em Almoneda, Campelo, Baixo.
Na morfologia dos aglomerados de montanha destacam-se os espaços das eiras comuns a vários proprietários envolvidas pelos espigueiros de posse individualizada.

Bibliografia Património Cultural

- ABRANTES, Joaquim Roque (1988) - Património etnográfico afectado pela barragem do Torrão : moinhos de água, engenhos de linho pesqueiras, barcas de passagem. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- AGUIAR, Manuel Vieira de (1947) - Descrição histórica, corográfica e folclórica de Marco de Canaveses. Porto: [s.n.].
- AMARAL, Adriana M. G. Jorge do (1990) – Necrópole galaico-romana de Laboriz (Amarante). Portugal. Nova série: Vol. IX-X, 111-114.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972) – Notas sobre a alta idade média em Portugal no noroeste de Portugal. Revista da Faculdade de Letras. Vol. III, 113-138.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) - Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1981) – Território paroquial de Entre-Douro-e-Minho: sua sacralização. Nova Renascença. Porto: Associação Cultural Nova Renascença. Vol. I: Nº2, 202-212. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) - Geografia da Arquitectura Românica. In História da Arte em Portugal. Lisboa: [s.n.], 51-130.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e LOPES, Francisco Gaspar Almeida (1981) – Eja (Entre-os-rios) A Civitas e a Igreja de S. Miguel. Portugal. Porto. II-III, 131-140.
- ALMEIDA, José António Ferreira de (1976) - Tesouros Artísticos de Portugal. Lisboa: [s.n.].
- ALMEIDA, José Manuel Huet de Bacellar de (1999) - Os Machado Pereira da Quinta do Carvalho, em Sande (Marco de Canaveses). Revista de Genealogia & Heráldica [Sep.]. Nº 1, 177-253.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Moura Castelo Branco de (s.d.) - Baião: um contributo para o seu conhecimento. Seminário de História de Portugal para a Licenciatura em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].
- ALVELLOS, Pedro (1967) - Os pelourinhos da região de Turismo da Serra do Marão. Vila Real: [s.n.].
- ALVES, Artur da Mota (1937) - O morgadio de Fontelas: Vasconcelos de Amarante: estudo histórico-genealógico. Lisboa: Livraria Coelho.
- ALVES, Natália Marinho Ferreira (1991) - I CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO - De arquitecto a entalhador - Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII, actas.
- ARAÚJO, António Aurélio Pereira Monteiro de (1951) - Casa de Forjão: freguesia de Valadares, concelho de Baião e sua ligação com outras. Porto: Imprensa Portuguesa.
- AZEREDO, Álvaro de (1938) - "Casas" de Baião. [s.l.]: [s.n.].
- AZEVEDO, Carlos de (1988) - Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre. Lisboa: Livros Horizonte.
- AZEVEDO, P. A. (1896) – Extractos archeológicos das "Memorias parochiaes de 1758". O Archeologo Português. Nº 2, 252-264.
- AZEVEDO, P. A. (1897) – O território do Antigo Castro de Ovíle. O Archeólogo Português. Nº 3, 137-142.
- AZEVEDO, P. A. (1898) – O território de "Anegia". O Archeólogo Português. Nº 4, 193 – 221.
- BARROCA, Mário Jorge (1984) – Notas sobre a ocupação medieval em Baião. Arqueologia. Porto. Nº 10, 116-136.
- BARROCA, Mário Jorge (1987) – Necrópoles e sepulturas medievais de entre-douro-e-minho. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- BARROCA, Mário Jorge (1988) – A ocupação medieval em Castelo de Matos. Arqueologia. Porto. Nº 17, 159-171.
- BARROCA, Mário Jorge (1989) – Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. Revista de História. Porto. Vol. IX, 9-61.
- BARROCA, Mário Jorge (1997) – Casas-Torres ou Casas Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV). Revista de História das Ideias. Coimbra. Vol. 19, 39-103.
- BARROCA, Mário Jorge (2004) – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI). Portugal. Nº 25, 181-203.
- BARROS, Amândio Jorge Morais (2003) – Tombo do mosteiro de Ancede (século XIV). Douro: Estudos & Documentos [sep.]. Vol. 8; Nº16.
- BESSA, Paula Virgínia de Azevedo (2007) – Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal. Minho: Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

- BETTENCOURT, Ana M.S. (1995) - Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, In A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 110-115.
- BOTELHO, Henrique (1904) – Cerâmica dos concelhos de Villa Real e Amarante. O Archeologo Português. Nº 9, 98-100.
- BRAGA, Paulo Drumond (1993) – Barcas de passagem em Portugal durante a Idade Média: elementos para o seu estudo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1960) – Ara dedicada a Júpiter de Santa Leocádia de Baião no Museu do Seminário Maior do Porto. Humanitas. Coimbra. Nº 11, 76-79.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1960) – Monumento sepulcral em forma de ara com inscrição latina, de Santa Marinha do Zêzere (Baião). Guimarães. Guimarães. Nº 70, 485-490.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1960) – Novas estelas funerárias de Várzea do Douro (Marco de Canaveses). Guimarães. Guimarães. Nº 70, 185-196.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1961) – Inscrição lusitana-romana inédita de Várzea do Douro (Marco de Canaveses). Guimarães. Guimarães. Nº 71, 135-140.
- BRITO, Joaquim Pais de; BAPTISTA, Fernando Oliveira e PEREIRA, Benjamin [coord.] - Voo do Arado. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- CAETANO, Joaquim Inácio (2001) - O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI. [s.l.]: Aparição.
- CAETANO, Joaquim Inácio (2007) - As Pinturas murais na Igreja de Santo André de Telões, Amarante. Novas achegas para a compreensão da actividade oficial nos séculos XV e XVI. Património. Porto. 1ª série.
- CAPELA, José Viriato (2004)– Autores e obras de referência nas Memórias Paroquiais de 1758 do Distrito de Braga (Elementos para o Estudo da Cultura eclesiástica Portuguesa). In Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras. 341-352.
- CARDOSO, António (1979) - A igreja românica de Gondar, Amarante. Amarante: [s.n.].
- CARDOSO, António Barros (1986) - Aboadela (1800-1820): freguesia do concelho de Amarante vista através dos registos paroquiais. Porto: [s.n.].
- CARDOZO, Mário (1951) – Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento. Guimarães. Guimarães. Nº 61, 405-486.
- CARVALHO, A. Duarte Rebelo de (1969) - Subsídios para a genealogia dos Pereiras de Carvalho da casa de Freitas em Amarante. Braga: Of. Gráf. Livr. Cruz.
- CARVALHO, Helena Paula Abreu de (2008) – O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis. Minho: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- CENTENO, Rui M.S. (1982) – A circulação dos divo cláudio na Península Ibérica: notas sobre um tesouro do concelho de Amarante. Portugalia. Vol. II-III, 121-133.
- CENTENO, Rui M.S. (1987) – Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- CERQUEIRA, Marta Isabel Mendes (s.d.) - O românico em Amarante. In Seminário de História da Arte em Portugal para a licenciatura em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense. [s.l.: s.n., s.d.].
- CLETO, Joel (1993) – A necrópole megalítica da Serra do Castelo – Contributos para o seu estudo e contextualização na pré-história recente do Norte de Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CLETO, Joel e FARO, Suzana (1988) – Escavação da mamoa de igrejinhas. Arqueologia. Porto. Nº 17, 44-57.
- CORREIA, Virgílio (1924) - Monumentos e Esculturas (Séculos III–XVI). Lisboa: Ed. Livraria Ferrin.
- CORREIA, Virgílio (1928) - Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- COSTA, António Carvalho da (1706) - Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal. Braga: [s.n.].
- COSTA, Lourenço Camilo Ferreira da (1981) - Tenente-general Silveira: 1º Conde de Amarante. Vila Real: Governo Civil de Vila Real - Delegação Regional do FAOJ.
- COUTINHO, Luís e GONÇALO, Amaro (2001) - Igrejas de Amarante - S. Gonçalo, S. Pedro e Nosso Senhor dos Aflitos. Amarante: [s.n.].
- COUTINHO, A. Pereira e PINTO, Guilherme (1987) - O Crime da Queimada-Viva de Soalhães. Marco de Canaveses: Câmara Municipal.
- COUTO, António (1988) - Raízes Histórico - Culturais de Vila Boa do Bispo. [s.l.]: Edição do autor.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992) - Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto.
- CRUZ, Domingos (1983) – Escavação da mamoa 1 da Chã de Carvalhal. Arqueologia. Porto. Nº 10, 74-75.
- CRUZ, Domingos (1986) – Escavação da mamoa do “Monte da Olheira” (Serra da Aboboreira – Baião). Arqueologia. Porto. Nº 13, 125-139.
- CRUZ, Domingos (1987) – A escavação da mamoa de “Monte Maninho” (Serra da Aboboreira). Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Nº XXVII, 66-84.

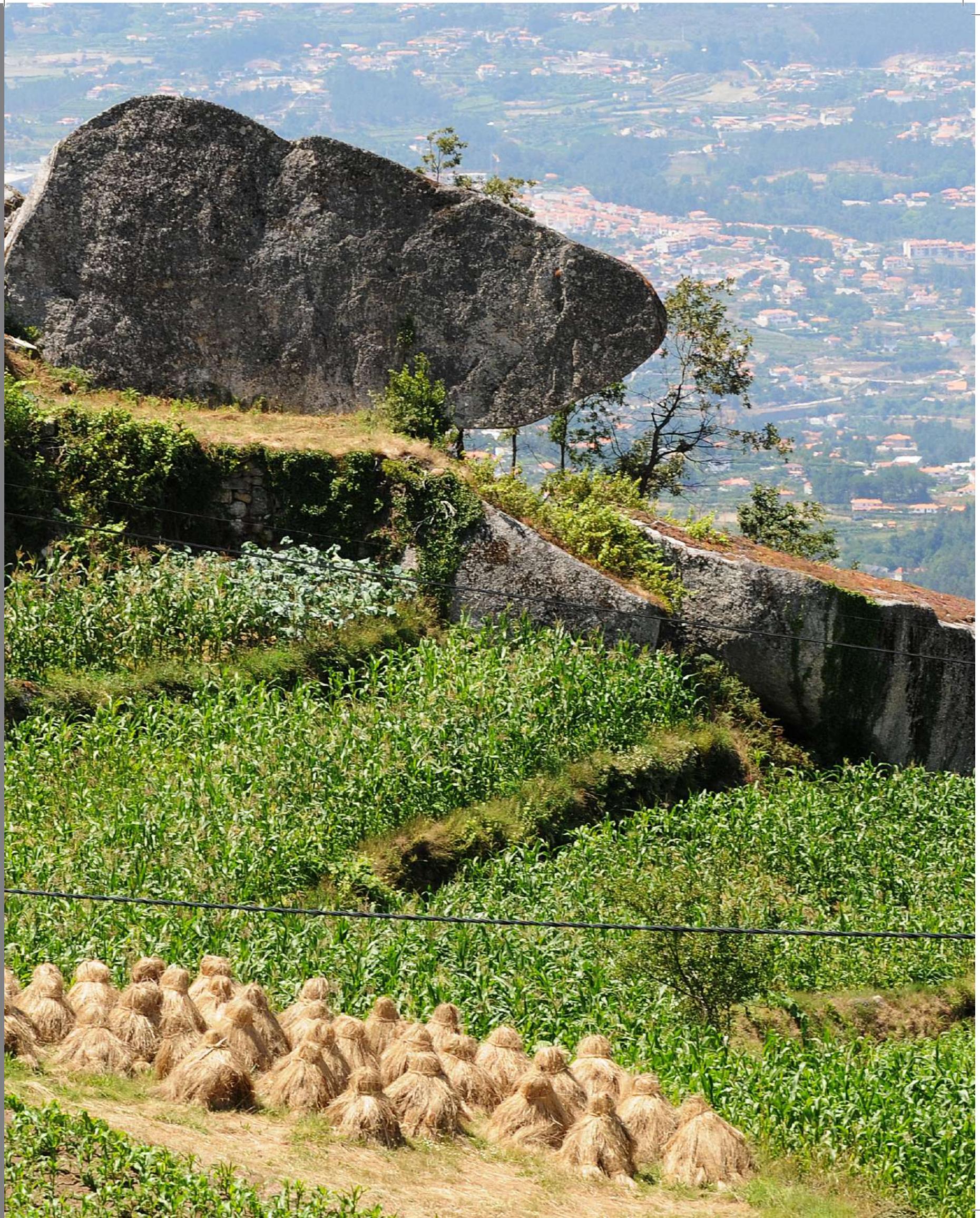
- CRUZ, Domingos (1991) – A mamoa 2 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira, Baião). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. XXXI, 151-162.
- CRUZ, Domingos (1992) – A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CRUZ, Domingos Jesus (1995) – Cronologia dos monumentos com “tumulus” do Noroeste peninsular e da Beira Alta. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. III, 81-120.
- CRUZ, Domingos Jesus (2004) – A Ocupação Pré-histórica na Serra da Aboboreira, in, NUNES, M. (Coord.) - A Serra da Aboboreira – a Terra, os Homens e o Lobo. Amarante: Câmara Municipal. 25–33.
- DIONÍSIO, Santana (s.d.) - Guia de Portugal. Lisboa: [s.n.], [s.d.].
- DGEMN (1937) – Frescos. DGEMN. Boletim da DGEMN. Lisboa. Nº 10.
- DGEMN (1951) – Igreja de Gatão. Boletim da DGEMN. Lisboa. Nº 63.
- DGEMN (1958) – Igreja de Freixo de Baixo. Boletim da DGEMN. Lisboa. Nº 92.
- DGEMN (1961) – Conservação de Frescos. Boletim da DGEMN. Lisboa. Nº 106.
- DIAS, Lino Tavares (1997) – Tongobriga. Lisboa: IPPAR.
- DIAS, Lino Tavares e ARAÚJO, Jorge M.. (1999) – MESA REDONDA, Porto, 1999 – Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica: actas. Porto: Instituto Português do Património Arquitectónico/Escola Profissional de Arqueologia.
- DIAS, Lino Tavares e SOARES, Rosa (1999) – Tongobriga – Contributo documental. Porto: Instituto Português do Património Arquitectónico/Escola Profissional de Arqueologia.
- FABIÃO, Carlos; DIAS, Mafalda S. e CUNHA, Mélanie (2008) – SIT TIBI TERRA LEVIS – Rituais funerários romanos e paleocristãos de Portugal. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- FERNANDES, A. de Almeida (2001) - Portugal Primitivo Medieval. Arouca: [s.n.].
- FERNANDES, António Peinador (1959) – Carta geológica 1:25.000 – Nota explicativa da folha 113. Amarante: Junta de energia nuclear.
- FERNANDES, António Peinador (1960) – O vale de fractura de Rio Fornelo-Pedronelo-Amarante. Lisboa: Junta de energia nuclear.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos (1991) – Os livros notariais como fonte para o estudo dos conventos femininos do Porto no Antigo Regime. In *Revista de História*. [s.l.]: CHUP. Vol. 11, 241-253.
- FERNANDES, Maria Teresa Cabrita (1984) - Pintura Mural em Portugal nos Finais da Idade Média e Princípios do Renascimento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- FERNANDES, M. Antonino (1999) - Esteves Rebelo de Amarante. Porto: Universidade Moderna.
- FIGUEIRA, Joaquim Fernandes (1956) - A Capela de Na Senhora da Saúde em Louredo Baião e seu morgadio. Porto: [s.n.].
- FIGUEIRAL, Isabel Maria. e QUEIROGA, Francisco Reimão (1988) – Castelo de Matos. *Arqueologia*. Porto. Nº 17, 137-150.
- FIGUEIRAL, Isabel e MOREIRA, Margarida (1988) – O núcleo megalítico de Castelo de Matos. *Arqueologia*. Porto. Nº 17, 27-39.
- FIGUEIREDO, Joaquim Fernandes (1941) - A verdade e as falsidades do cap. XVII do livro “Casas de Baião”. Porto: Emp. Industrial Gráfica.
- FONSECA, Crispiniano da (1957) - Panorama Histórico da antiga vila e couto de Tabuado. [s.l.]: [s.n.].
- FORTES, José (1908) – Lagar de Mouros. *Portugália*. Porto. Nº 1, 606-608.
- FORTES, José (1908) – Casa e necrópole lusitano-romanos de Villarinho (Amarante). *Portugália*. Porto. Nº 2, 477-478.
- FORTES, José (1908) – Necrópole lusitano-romana da Lomba (Amarante). *Portugália*. Porto: Nº 2, 252-262.
- GARCIA, Xosé Lois (1997) - Simbologia do românico de Amarante. Amarante: Ed. do Tâmega, 1990.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1980) - Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. Lisboa: Arcádia.
- GOMES, Paulino (1997) - Amarante – Uma Ponte entre a História e a Natureza. Paços de Ferreira: Anégia Editores.
- GOMES, Paulino (1997) - Baião – Tradição e História. Paços de Ferreira: Anégia Editores.
- GOMES, Paulino (1997) - Marco de Canaveses – Entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão. Paços de Ferreira: Anégia Editores.
- GONÇALVES, António Alberto Huet de Bacelar (1981) – A estação pré-histórica do Monte Calvo – Baião. *Notícia preliminar*. *Arqueologia*. Porto. Nº3, 77-87.
- GONÇALVES, António Alberto Huet de Bacelar (1988) – Escavação da mamoa da Touta. *Arqueologia*. Porto. Nº 17, 58-72.
- GONÇALVES, António Alberto Huet de Bacelar (1984) – Escavação da mamoa nº 2 de Outeiro de Ante. *Arqueologia*. Porto. Nº 9 22-44.
- GONÇALVES, Henriqueta Maria (2002) - Tormes: uma utopia rural, antologia queirosiana da região de Tormes. [s.l.]: [s.n.].
- GOYDIZ, Ana (2002) - La fachada de la iglesia de San Gonzalo de Amarante y su influencia en la arquitectura galaico-portuguesa. *Monumentos*. Lisboa. Nº3.

- GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (1901) – Catalogo do museu archeologico. Guimarães. Guimarães. Nº 18, 38-72.
- HESPANHA, António Manuel (1993) - O Antigo Regime (1620-1807). In MATTOSO, José (Dir.) - História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.
- JORGE, Susana Oliveira (1980) – A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião. Portugalia. Porto. Nº1, 29-50.
- JORGE, Susana Oliveira (1986) – Povoados da Pré-História recente da região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental): bases para o conhecimento IIIº e princípios do IIº milénios A.C. no Norte de Portugal. Porto:Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- JORGE, Susana Oliveira (1988) – O povoado da Bouça do Frade. Arqueologia. Porto. Nº 17, 134-137.
- JORGE, Susana Oliveira (1988) – O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal. Monografias Arqueológicas. Porto. Nº2, 124.
- JORGE, Susana Oliveira (1990) – A Consolidação do Sistema Agro-Pastoril. in ALARCÃO, J. (coord.) - Nova História de Portugal. Lisboa. I, 102-162.
- JORGE, Susana Oliveira (1999) – Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português. Trajectos Portugueses. Lisboa: Gradiva. 45, 160.
- JORGE, Vítor Oliveira (1979) – Escavação das mamoa 2 e 3 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira – Baião) Notícia preliminar. Guimarães. Nº 89, 251-268.
- JORGE, Vítor Oliveira (1980) – Sobre uma estrutura situada na periferia da Mamoa 2 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião). Arqueologia. Nº 2, 19-24.
- JORGE, Vítor Oliveira (1980) – Escavação da mamoa 2 de Outeiro de Gregos - Serra da Aboboreira , Baião. Guimarães. Guimarães. Nº 90, 191-209.
- JORGE, Vítor Oliveira (1980) – Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira – Baião). Portugalia. I, 9-28.
- JORGE, Vítor Oliveira (1981) – Importância do núcleo megalítico de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião). Arqueologia. Porto. Nº3, 29-35.
- JORGE, Vítor Oliveira (1982) – Megalitismo do Norte de Portugal: Distrito do Porto – Os Monumentos e a sua problemática no contexto europeu. Porto:Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- JORGE, Vítor Oliveira (1982) – A mamoa 5 de Outeiro de Gregos, um “tumulus” não Megalítico da Serra da Aboboreira. Arqueologia. Porto. Nº 6, 32-38.
- JORGE, Vítor Oliveira (1983) – Escavação das mamoa 2 e 4 de Meninas do Crasto. Arqueologia. Nº 7, 23-43.
- JORGE, Vítor Oliveira (1983) – Escavação da mamoa 2 de Cabritos. Arqueologia. Nº 8 , 24-36.
- JORGE, Vítor Oliveira (1984) – Escavação da mamoa da Mina de S. Simão. Arqueologia. Nº 9, 3-21.
- JORGE, Vítor Oliveira (1986) – O projecto do campo arqueológico da Aboboreira (Norte de Portugal): resultados de oito anos de trabalho. Revista da Faculdade de Letras. Porto. II Série, Vol. III, 239-258.
- JORGE, Vítor Oliveira (1989) – Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. Revista da Faculdade de Letras. Porto. II série: Nº6, 365-443.
- JORGE, Vítor Oliveira (1992) – As mamoa funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão, Revista da Faculdade de Letras. Porto. II série: Nº9, pp. 463-480.
- JORGE, Vítor Oliveira (1997) – QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO DA ARTE MEGALÍTICA. ACTAS DO III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ARTE MEGALÍTICA, A Coruña. A Coruña: [s.n.].
- JORGE, Vítor Oliveira e BETTENCOURT, Ana M. (1988) – Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada. Arqueologia. Porto. Nº 17, 73-133.
- JORGE, Vítor Oliveira et alii (1986) – Escavação da mamoa 3 de Meninas do Crasto. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. XXVI, 75-93.
- JORGE, Vítor Oliveira et alii (1987) – As mamoa de Furnas (Serra da Aboboreira). Arqueologia. Porto. Nº 16, 19-39.
- JORGE, Vítor de Oliveira e MOREIRA, Maria Margarida (1987) – A escavação da mamoa 4 de Chã de Parada. Arqueologia. Porto. Nº 16, 40-50.
- JORGE, Vítor Oliveira e SILVA, Eduardo Jorge Lopes da (1991) – Escavação da mamoa 3 da Abogalheira (Serra da Aboboreira – Amarante). Trabalhos de Antropologia e Etnologia. XXXI, 163 – 178.
- JORGE, Vítor Oliveira e VILAÇA, R. (1985) – As mamoa de Cabritos. Arqueologia. Nº 11, 51-66.
- JORGE, Vítor Oliveira; PEREIRA, António da Silva; NUNES, Carla Stockler e VARELA, José Manuel (1992) – Novas escavações na mamoa 1 de Chã de Parada. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. XXXII, 173-200.
- LEAL, Pinho e FERREIRA, Augusto (1875) - Portugal Antigo e Moderno. Lisboa: [s.n.].
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1993) - Castelos medievais do curso terminal do Douro (séc. IX-XII). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.

- LIMA, António Manuel de Carvalho (1999) - O Território Anegia e a Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2012) - Os mosaicos da ecclesia de Tongobriga, paróquia da diocese portuguesa no século VI. In MACIEL, Manuel Justino Pinheiro; e MOURÃO, Cátia [ed.] - Actas do Encontro Ibérico Sobre Mosaico Romano "Imagens do Paradesios nos Mosaicos da Hispânia". Lisboa: Instituto de História da Arte da Fac. Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa.
- LIMA, Carla Cristina Stockler Nunes (1996) – Os monumentos com "tumulus" da Serra da Aboboreira: seu enquadramento na problemática da conservação, restauro e valorização de estações e sítios arqueológicos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LOPES, Maria José Queirós (2004) - Misericórdia de Amarante: Contribuição para o seu estudo. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- LOPES, Maria José Queirós (2005) – Misericórdia de Amarante: contribuição para o seu estudo. Amarante: Santa Casa da Misericórdia.
- MACHADO, António de Sousa (1979) - Amarante medieval. Amarante: [s.n.].
- MALAFIA, E. B. de Ataíde (1997) - Pelourinhos Portugueses, Tentâmen de Inventário Geral. Lisboa, [s.n.].
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira (1985) - O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante séculos XIII-XIV : sua organização administrativa e judicial. Porto: [s.n.]
- MATOS, A. Campos (2006) - A Casa de Tormes: inventário de um património. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATTOSO, José (1985) - Identificação de Um País. Ensaio Sobre as Origens de Portugal, 1096-1325. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (2002) - A Abadia de Pendorada das Origens a 1160. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- MENDES, J. G. (1997) - Apontamentos para a história de Aboadela: Ovelha do Marão. Várzea-Aboadela: [s.n.].
- MENESES, Francisco de Alpoim (1814) - História antiga e moderna da sempre leal e antiquíssima Vila de Amarante. Londres: [s.n.].
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (1999) – A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In SILVA, Zélia Lopes da - Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP
- MIKETEN, António Roberval (1985) - Amarante Visitada. Barcelos: [s.n.].
- MONTEIRO, Emília (1978) - Marco de Canaveses: Castelinho. Porto: Tip. Escola Tipográfica da Of. de S. José.
- MONTEIRO, Emília (1978) - Marco de Canaveses: Vila Boa de Quires. Porto: Escola Tipográfica da Of. de S. José.
- MONTEIRO, Emília (1990) - Vila Boa do Bispo. Tradição e Mudança. Marco de Canaveses: Câmara Municipal.
- MONTEIRO, Emília (1996) - Monografia do Marco de Canaveses, Passado e Presente. Marco de Canaveses.
- MORGADO, Florbela Bentes (2007) - Casa do Paço (ou da Loba, ou de Dona Loba). Património. Lisboa. Vol. 4, 62-63.
- OLIVEIRA, Aurélio (1980) - A Renda Agrícola em Portugal Durante o Antigo Regime (Séculos XVII-XVIII). Alguns Aspectos e Problemas. Revista de História Económica e Social. Lisboa. 1-56.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1994) - O edifício do Convento do Salvador: de Mosteiro de Freiras ao Lar Conde de Agrolongo. Braga: [s.n.].
- OLIVEIRA, Paulo João da Cunha (2006) - Miguel Fernandes, Mestre Pedreiro de Rendufe, Alpendurada e Tibães (1716-1731). Revista Estudos do Património. Lisboa. Nº9, 159-171.
- PINTO, Eliseu (1998) - Vila Caiz: monografia. Porto: Humbertipo.
- PINTO, Luis Bernardo Carneiro (2006) - Descendências e origens : genealogias de Baião, Bemviver-Marco de Canaveses e Penafiel. Lisboa: L.B.C. Pinto.
- PINTO, Maria Manuela (2003) – Gestão integrada de sistemas de informação em Autarquias Locais: uma abordagem sistémica. In Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Porto: Faculdade de Letras. 167-174.
- PEREIRA, António da Silva e GONZÁLEZ, Celsa Magalhães (1988) – Castro do Cruito. Arqueologia. Porto. Nº 17, 151-158.
- PERES, António Martins (1959) – Carta geológica 1:25.000 - Nota explicativa da folha 125. Baião: Junta de energia nuclear.
- PIGGOTT, Stuart (1947) – Relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas nos começos da Idade do Bronze. Guimarães. Guimarães. Nº 57, 139-152.
- PILAR, Ludgero e FERNANDES, A. Peinador (1964) – Contribuição para o conhecimento geológico da região de Amarante. Lisboa: Junta de Energia Nuclear.
- PINHO, José de (1908) – Castros do concelho de Amarante. Portugalia. Porto. Nº 2, 673-675.
- PINHO, José de (1928) – Expansão da Cultura Megalítica no concelho de Amarante (Subsídios para a história do povo amarantino). Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. IV, 5 – 38.

- PINTO, Ruy de Serpa (1926) – Nótulas ceramográficas I – Um vaso pintado, de Lamego. O Arqueólogo Português. Lisboa. Nº 27, 159-164.
- PORTELA, Maria Helena Teixeira Ribeiro (1998) – Necrópoles romanas do concelho de Amarante. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- QUEIROGA, Francisco M. Veleda Reimão (1984) – Escavações Arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia Preliminar. Arqueologia. Porto. Nº 9.
- RIBEIRO, Aníbal Soares (1998) - Pontes Antigas Classificadas. Lisboa: [s.n.].
- RIBEIRO, Emília Maria Cardoso Mesquita e MARTINS, Lúcia Rosa Lopes (s.d.) - Elementos económicos e aspectos gerais do concelho de Baiao e propriedade do Couto de Ancede - 1747. [s.l.: s.n., s.d.].
- RODRIGUES, Dalila (1996) - A pintura mural portuguesa na região Norte – exemplares dos séculos XV e XVI. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- RODRIGUES, José Carlos Meneses (1996) - A talha nacional e joanina em Marco de Canaveses. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.
- RODRIGUES, José Carlos Meneses (2004) - Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa (séculos XVII-XIX). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- RUÃO, Carlos (1995) - O Convento de São Gonçalo de Amarante: o microcosmos da arquitectura maneirista no noroeste de Portugal. Monumentos. Lisboa. Nº3.
- RUÃO, Carlos (1996) - Arquitectura maneirista no Noroeste de Portugal. Coimbra: [s.n.].
- SAATY, T.L. (1980) - The Analytic Hierarchy Process. [s.l.]: McGraw-Hill.
- SANCHES, Maria Jesus (1995) – O Povoado da Lavra, Serra da Aboboreira. A Idade do Bronze em Portugal – discursos de poder. Lisboa. 116-117.
- SANCHES, Maria de Jesus (2003) – MUITA GENTE, POUCAS ANTAS? ORIGENS, ESPAÇOS E CONTEXTOS DO MEGALITISMO. ACTAS DO II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE MEGALITISMO, Lisboa, 2003 – Sobre a ocupação do Neolítico inicial no Norte de Portugal: actas. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- SANHUDO, A. (1989) - Pintos, Ribeiros e Passanhas e outras famílias da antiga Vila de Canaveses: levantamento genealógico para ajudar a resolver o enigma dos frescos aparecidos na Igreja Matriz de S. Nicolau, de Canaveses. Marco de Canaveses: [s.n.].
- SANHUDO, A. (1989) - Torres Marcoenses: Portocarreiro, Cadimes, Vinhal, Pena, Novões, Aliviada e outras. Marco de Canaveses: [s.n.].
- SANHUDO, A. (1993) - Heráldica marcoense: Marco de Canaveses. Marco de Canaveses: [s.n.].
- SANTOS, José Coelho dos (1969) - O Mosteiro de São Salvador de Travanca : estudo arqueológico-artístico. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de licenciatura.
- SARMENTO, Francisco Martins (1941) – Correspondência entre Martins Sarmiento e Marquês de Sousa Holstein. Guimarães. Guimarães. Nº51, 155-178.
- SAVORY, H. N. (1951) – A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa. Guimarães. Guimarães. Nº 61: 3-4, 323-377.
- SEVERO, Ricardo (1908) – Necropoles Lusitano-Romanas de Inhumação. Portugalia. Nº 2, 417-431.
- SILVA, António Lambert Pereira da (1958) - Nobres Casas de Portugal. Porto: [s.n.].
- SILVA, António Manuel S. Pinto da (1987) – I JORNADAS DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE AROUCA - O Memorial de Santo António Stª Eulália, Arouca, e os Marmoirais medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante, actas, [s.l.: s.n.].
- SILVA, António Manuel S. Pinto da (1998) - O Marmorial de Alpendurada (Marco de Canaveses): um tipo raro na tumulária medieval - Marco Histórico e Cultural. Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (2000) - António Cândido, Sidónio Pais e a elite política amarantina, 1850-1922: elementos para o estudo das raízes familiares de Amadeo de Souza Cardoso. Amarante: Câmara Municipal.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Museu arqueológico da citânia de Sanfins. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da e CUNHA, Ana Maria C. Leite da (1988) – O núcleo megalítico da Abogalheira. Arqueologia. Porto. Nº 17, 40-44.
- SILVA, F. A. (1982) – A mamoa 2 da Serrinha. Serra da Aboboreira (Baião). Arqueologia. Nº 6, 19-31.
- SILVA, F. A. (1985) – Escavação da mamoa 3 de Chã de Parada. Arqueologia. Nº 11, 39-51.
- SILVA, Isabel (1997) - Dicionário enciclopédico das freguesias. Matosinhos: Minhaterra.
- SILVA, João Belmiro Pinto da (1990) – Marco de Canaveses – Sepulturas medievais concelhias. Marco de Canaveses: [s.n.].
- SILVA, João Belmiro Pinto da (1992) – Marco de Canaveses – Os Castros. Marco de Canaveses: [s.n.].

- SILVA, João Belmiro Pinto da (1994) – Marco de Canaveses – Imóveis classificados: A Torre de Nevões. Marco de Canaveses: [s.n.].
- SILVA, João Belmiro Pinto da (2000) - Marco de Canaveses - um olhar sobre o património: Da Pré-História à Época Medieval. Paços de Ferreira: Anégia Editores.
- SILVA, João Belmiro Pinto da (2000) – Rio de Galinhas – o despertar da imortalidade. Marco de Canaveses: Genius Loci.
- SILVA, Maria Emília Teixeira da (s.d.) - Levantamento da propriedade do Convento de Santo André de Ancede do concelho de Baião. [s.l.: s.n., s.d.].
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1981) - Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas (Contrastes e Mutações). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento.
- SOUSA, Alexandra Mendes (2004) - À descoberta de Baião: Casas Senhoriais. Baião: Câmara Municipal.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2005) - Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento - Guia Histórico. Lisboa: [s.n.].
- SOUSA, Fernando de (1997) - Espólio documental dos condes de Amarante. Amarante: Câmara Municipal.
- SOUTINHO, Alcino (1995) - Recuperação e adaptação do Convento de São Gonçalo de Amarante. Monumentos. Lisboa. Nº 3.
- STOCKLER, Carla (1998) – Em torno da cronologia do megalitismo da Serra da Aboboreira: novas datas de C14 da Mamoa de Cabras (Amarante) - Actas do Colóquio A Pré-história na Beira Interior. Estudos Pré-Históricos. Viseu. Vol. VI, 167-173.
- STOCKLER, Carla (2000) – Reflexões sobre a ocupação humana no Douro. Al-madan. Almada. 2ª série: Nº 9, 79-93.
- STOCKLER, Carla (2004) – O Megalitismo na Serra da Aboboreira. In NUNES, M. [coord.] - A Serra da Aboboreira – a Terra, os Homens e o Lobo. Amarante: Câmara Municipal. 35-43.
- [s. a.] (1955) – Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento. Guimarães. Guimarães. Nº 65, 5-40 e 235-271.
- [s. a.] (1992) – Marco de Canaveses a Caminho dos 140 anos. Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses.
- VASCONCELLOS, José de Leite (1895) – Notícias várias. O Archeologo Português. Lisboa. Vol. 1, Nº 1, 17-19.
- VASCONCELLOS, José de Leite (1895) – Manoel Negrão. O Archeologo Português. Lisboa. Vol. 1, Nº 2, 33-35.
- VASCONCELLOS, José de Leite (1899) – Notícias várias. O Archeologo Português. Lisboa. Vol. 5, Nº 1.
- VASCONCELLOS, José de Leite (1901) – Cartas de Francisco Martins Sarmento. O Archeologo Português. Lisboa. Vol. 6, Nº 8-12, 172-196.
- VASCONCELOS, João (1908) – Materiais para o inventário arqueológico do concelho de Baião. Portugália. Nº 2, 669-672.
- VASCONCELOS, J. de (1905) – Amarante. In A Arte e a Natureza em Portugal. [s.l.: s.n.].
- VASCONCELOS, Manuel (1914) – Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses. O Arqueólogo Português. Lisboa. Nº 19, 12-31.
- VASCONCELOS, Manuel (1916) – Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses. O Arqueólogo Português. Lisboa. Nº 21, 319-331.
- VASCONCELOS, Manuel Rosado Camões de (1935) - Vila de Marco de Canaveses: notas para a sua história. Lisboa: [s.n.].
- VIEIRA, José Augusto (1887) - O Minho Pittoresco. Lisboa: [s.n.].
- VITORINO, Pedro (1923-24) – Insculturas do Monte de Eiró. O Archeologo Português. Lisboa. Vol. 26, 20-24.
- [VV. AA.] (1953) – Extensão cultural do Museu Etnológico. O Arqueólogo Português. Nº 2, 283-306.



4.

A paisagem, o património e o futuro

J. P. Honrado, J. Alonso, C. Stockler, R. Teixeira



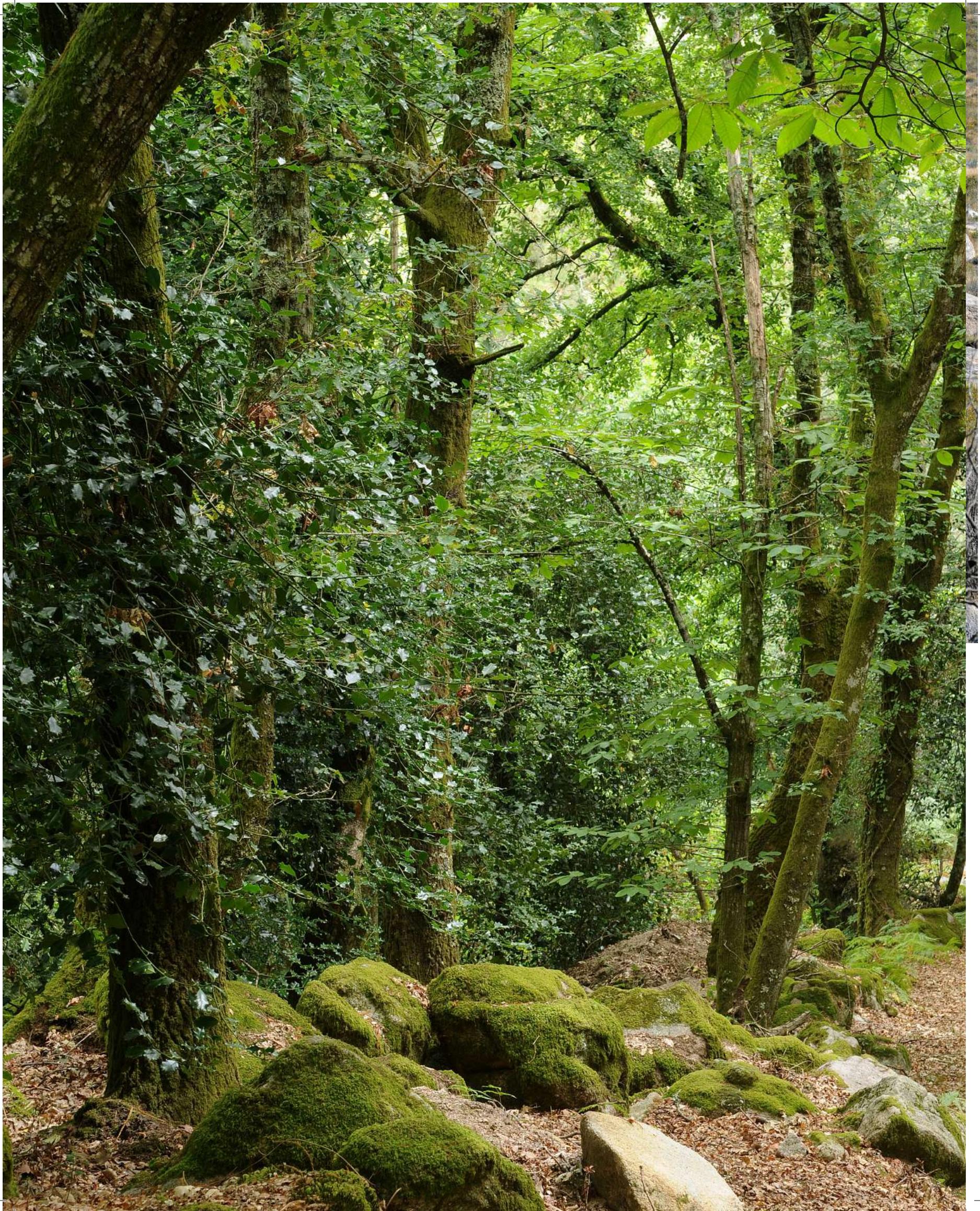
4.1. O território hoje: património, recursos e serviços

As serras da Aboboreira, do Castelo e do Marão, contrafortes ocidentais das bacias dos rios Teixeira, Ovil e Ovelha, localizam-se na margem direita do rio Douro, na proximidade da confluência com o rio Tâmega. O carácter mediterrânico do Douro e a influência atlântica da vizinha região minhota imprimem a este território uma natureza de transição, entre o vale e a montanha, entre o litoral e o interior, que contribui seguramente para o reconhecimento de um espaço de partilha e encontro entre diferentes territórios biogeográficos e administrativos.

As condições e as características climáticas, morfológicas, edáficas e da rede hidrográfica originam uma elevada heterogeneidade das condições agro-ecológicas entre as diversas unidades naturais presentes (Figs. 4.1 e 4.2). A amplitude altimétrica, a complexidade das formas de relevo e a diversidade de declives e exposições solares definem um clima que varia entre a Terra Temperada Quente e a Terra Fria de Montanha. A diversidade geomorfológica, desde espaços de relevo acidentado até aos planaltos de altitude, relaciona-se com a base geológica de rochas graníticas e formações metassedimentares associadas à ocorrência de filões que explicam a exploração histórica e o potencial dos recursos geológicos. A elevada precipitação contribui para a abundância e a qualidade dos recursos hídricos, em particular superficiais. As condições dos solos de vale, ampliadas pelo terraceamento das encostas, originam espaços de elevada fertilidade para a produção agro-florestal.

Fig. 4.1. – A Mata da Reixela, o mosaico agrícola envolvente e a vegetação semi-natural ilustram a diversidade de condições ambientais e agro-ecológicas nas serras do Baixo Tâmega





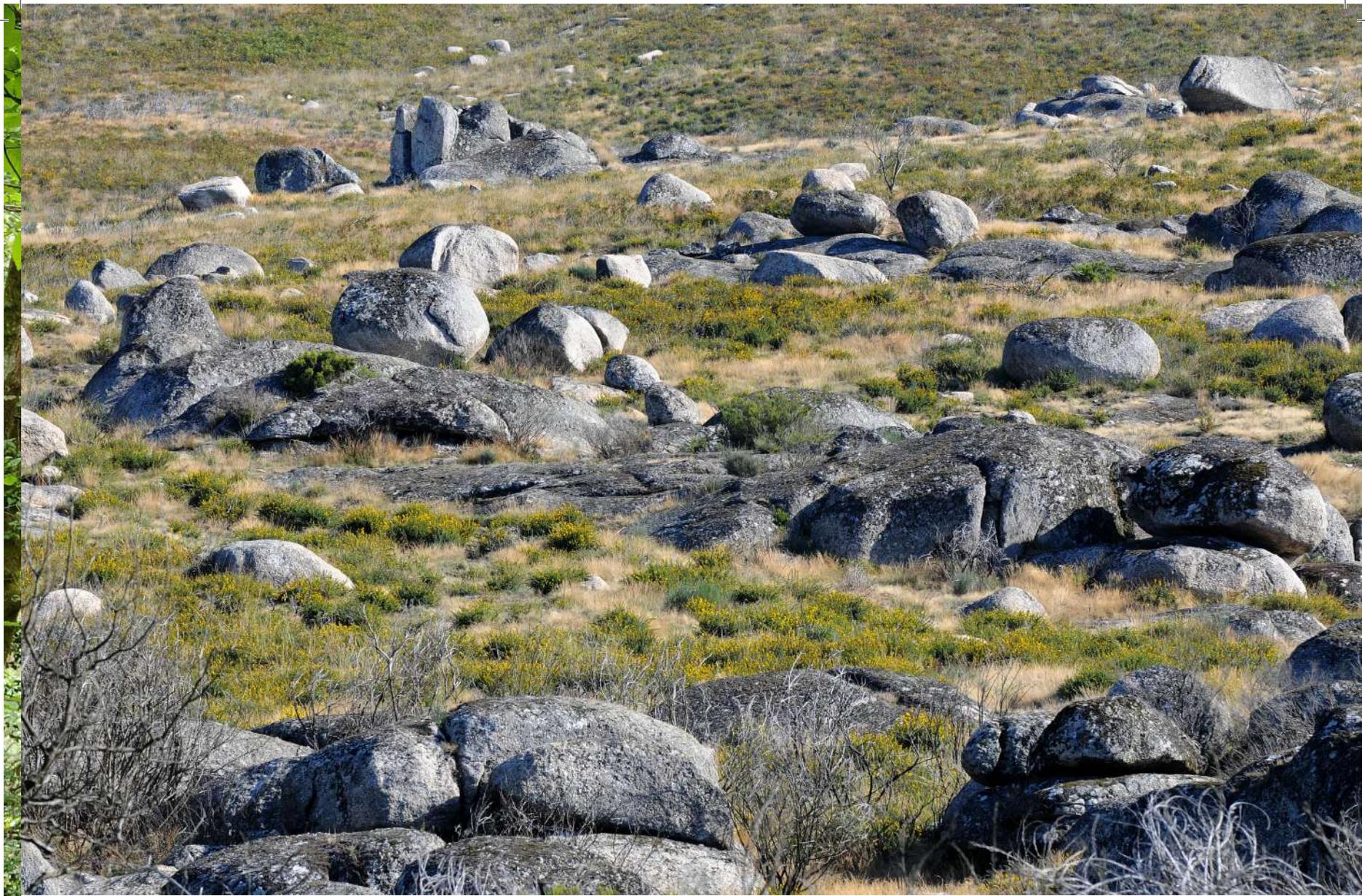


Fig. 4.2. – Os mosaicos de vegetação rasteira e blocos graníticos nos planaltos serranos contrastam com a vegetação dos espaços mais produtivos dos vales.

Este território apresenta dinâmicas populacionais e demográficas marcantes nas décadas mais recentes, com a concentração populacional nas sedes de concelho a complementar os vários ciclos e processos emigratórios. A manutenção da matriz rural ocorre em paralelo com a perda da importância das atividades do sector primário, a favor dos sectores secundário e terciário, em particular pelo reforço da atividade e dos serviços da administração local. Nas freguesias periféricas e nos lugares de altitude verifica-se uma forte diminuição da população residente e um envelhecimento populacional, próprios dos territórios de baixa densidade. Em paralelo verifica-se uma melhoria das acessibilidades, viárias e fluviais, regionais e locais. A amenidade das condições e os recursos naturais presentes promovem expectativas socioeconómicas sobre este espaço, pelo potencial de exploração energética e dos recursos hidrominerais, pelos produtos agro-florestais de qualidade, ou mesmo pela conservação e valorização de serviços ambientais pela sociedade e pelas comunidades urbanas da região.

Os usos do solo refletem a gestão das condições naturais e a transformação dos recursos e ecossistemas naturais pela apropriação humana do espaço, evidenciando a ação modeladora milenar exercida por práticas agro-silvo-pastoris, ainda que regional e localmente diversificadas. Estes factos revelam a existência de uma identidade cultural intrínseca à paisagem, resultante da partilha de raízes histórico-culturais e expressa na similaridade dos padrões de ocupação do território, das estratégias de divisão e apropriação do espaço agro-florestal, dos sistemas sociais e económicos e de técnicas de cultivo seculares.

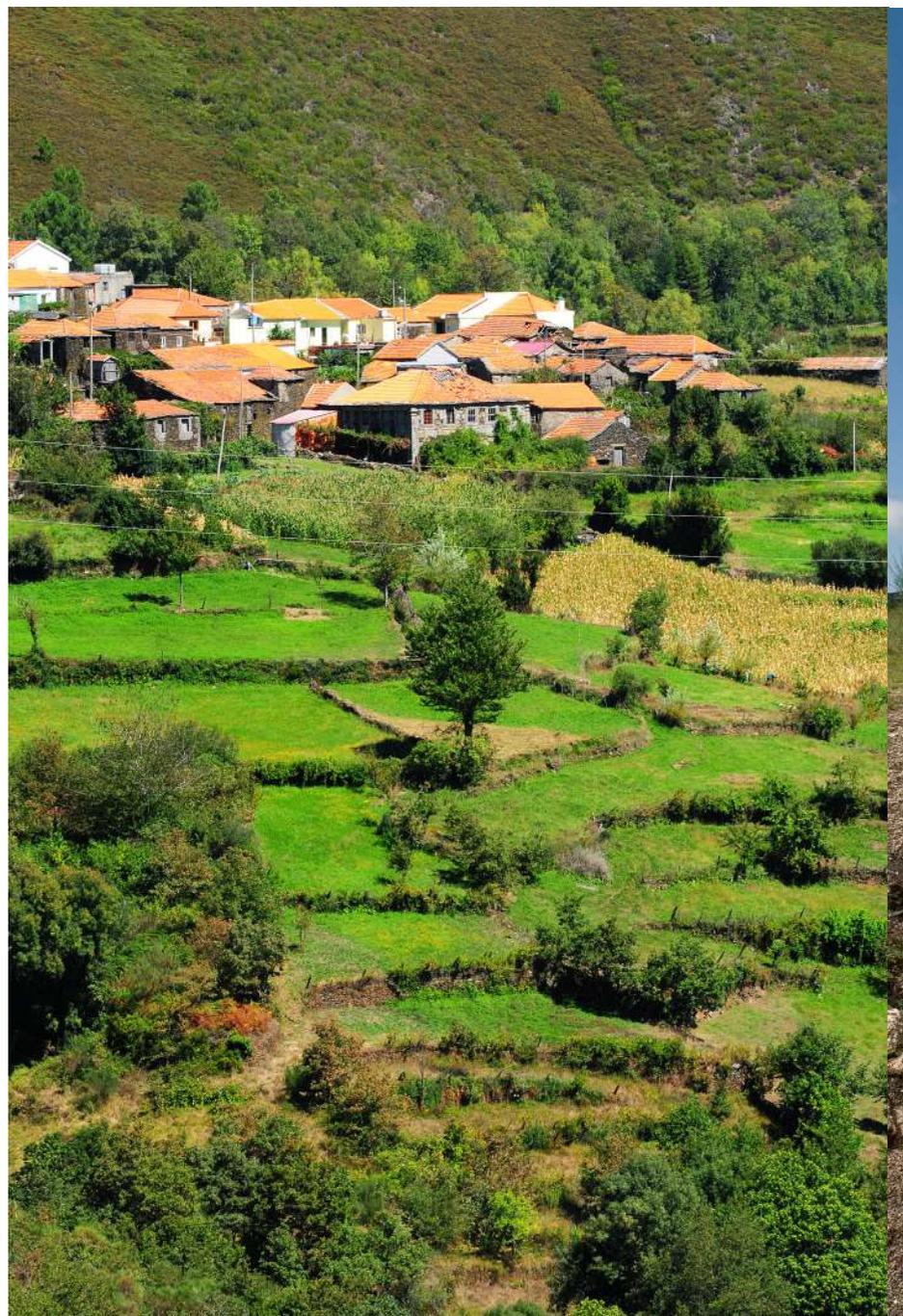
Do ponto de vista do seu património natural, as serras orientais do Baixo Tâmega constituem hoje um território com características próprias e originais na área de influência alargada do Grande Porto. De facto, estas serras situam-se no extremo rural de um gradiente

de urbanidade-ruralidade, hoje bem visível na província do Douro Litoral, que tem o seu extremo oposto na área fortemente urbanizada do Porto e cidades envolventes. Neste sentido, este território possui uma atratividade intrínseca para a população urbana e para todos os que apreciam o contacto direto com a natureza (com paisagens de elevado valor natural) e com o mundo rural.

Cinco aspetos principais contribuem para essa singularidade (Fig. 4.3): (1) as características biofísicas do espaço, em particular a sua morfologia e o seu clima; (2) o predomínio de sistemas de baixa intensidade na exploração dos recursos, com presença importante de vegetação seminatural nos mosaicos paisagísticos rurais; (3) a presença de elementos tradicionais nos sistemas agrários, com elevado potencial de valorização agro-rural; (4) a ocorrência de uma flora e de uma fauna diversificadas, potenciadas pela diversidade e naturalidade dos mosaicos paisagísticos; e (5) a presença de elementos interessantes da geodiversidade e do património geomineiro, passíveis de valorização turística e pedagógica.

A paisagem do território, pela sua diversidade e pelo seu elevado valor cénico, constitui o elemento estruturante e integrador da futura valorização do património natural. Resultante da interação entre as condicionantes biofísicas e uma longa história de ocupação humana, a paisagem das serras orientais do Baixo Tâmega encontra-se hoje em acelerada mudança, devido à transição crescente para uma economia de mercado conduzida pela intenção de

Figura 4.3. As paisagens agrícolas de pequena escala e elevada diversidade constituem um elemento marcante nas paisagens rurais do território.

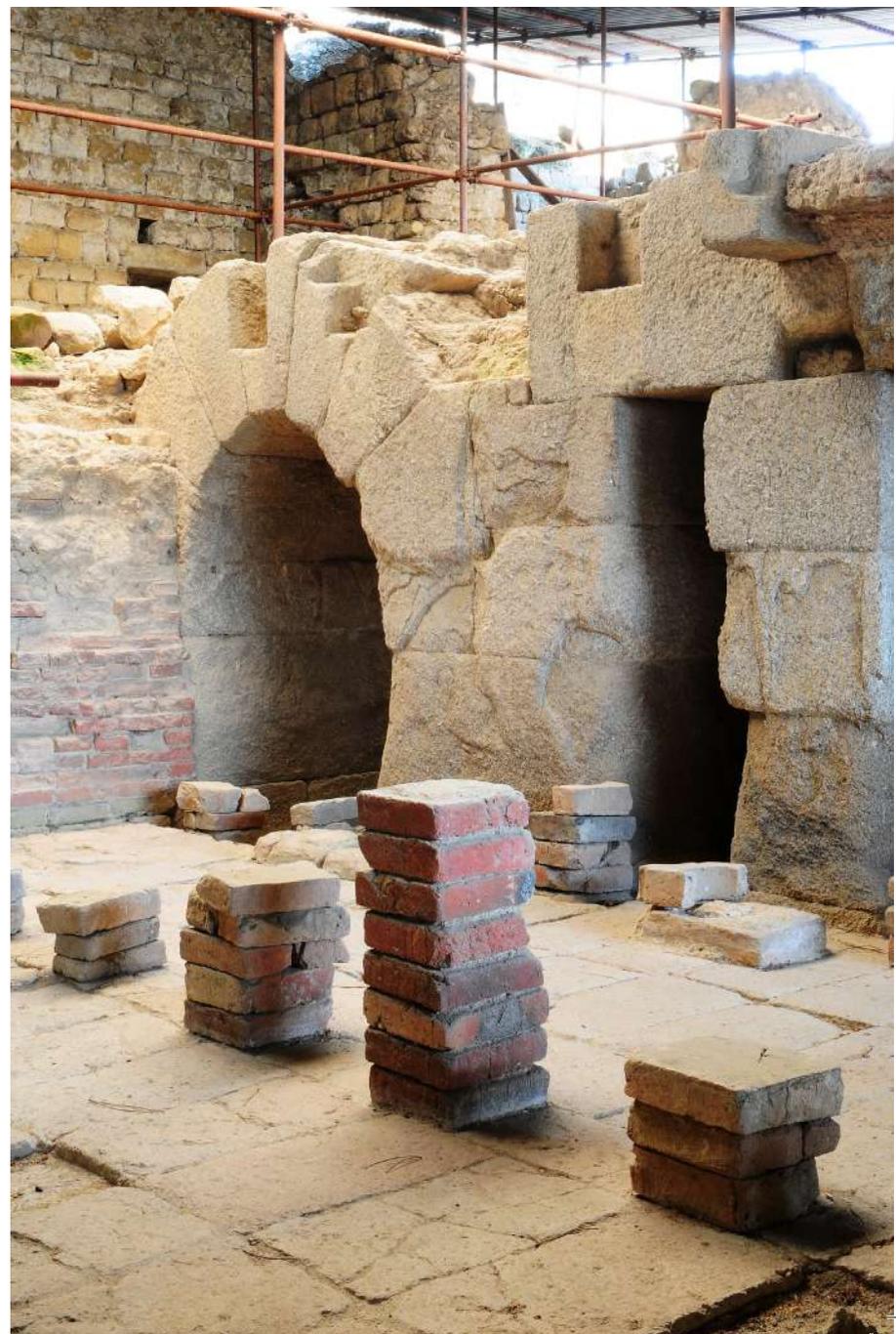
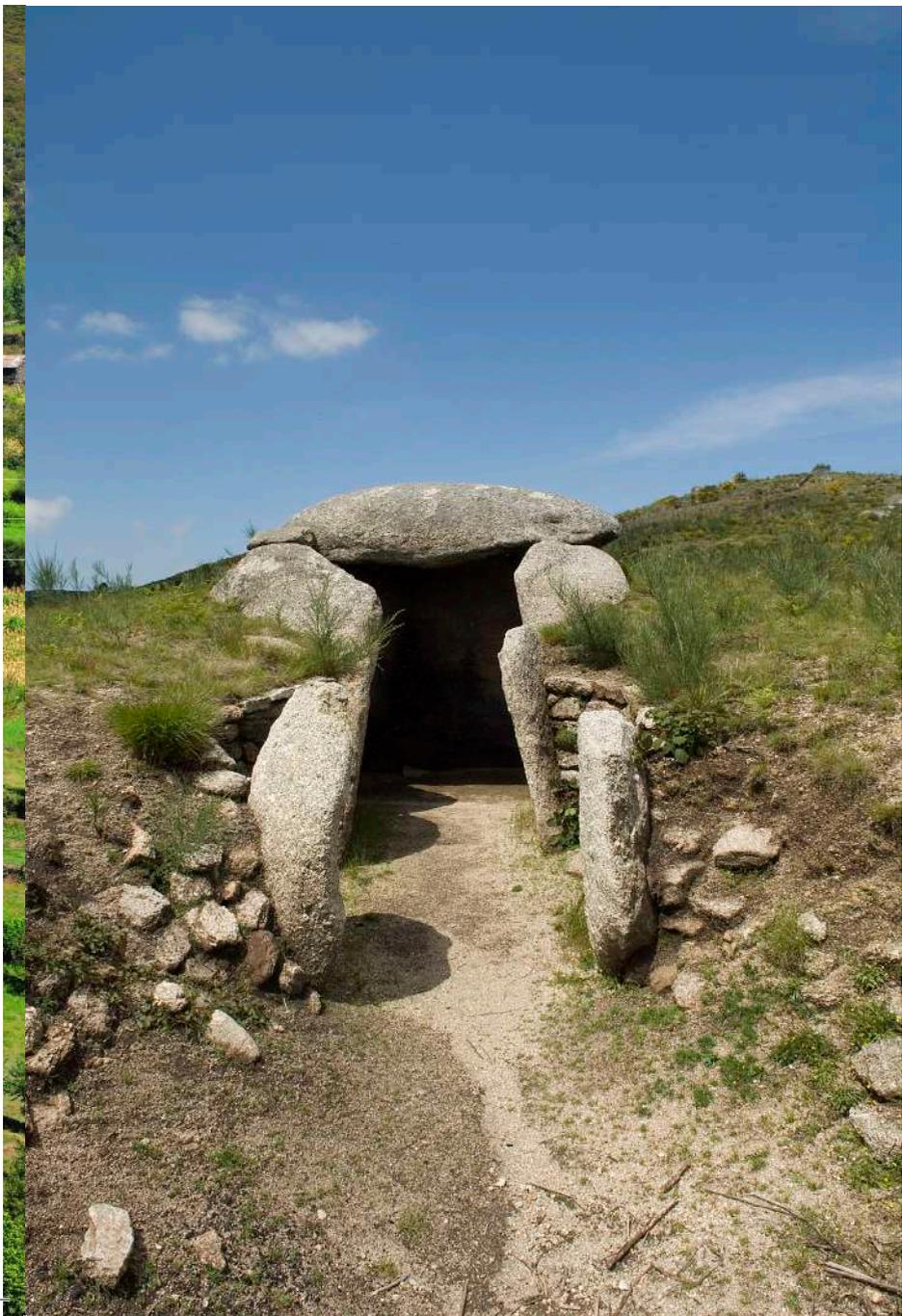


promover a competitividade do território. Esta transição é marcada pela polarização dos usos do solo, com a intensificação das práticas de gestão e pela especialização produtiva nas áreas de vale, em paralelo com a extensificação e mesmo abandono em espaços de baixa fertilidade e posição marginal. A homogeneização consequente da paisagem em cada um destes dois sistemas poderá ter consequências profundas para a vulnerabilidade dos recursos, para a multifuncionalidade do espaço rural e para a provisão de serviços ecossistémicos, contribuindo para o agravamento das perigosidades naturais e limitando assim as perspetivas de valorização do património natural.

A forma diferenciada como o Homem ocupou e transformou a paisagem ao longo de milhares de anos resultou numa vasta herança cultural que se manifesta nas atuais formas de povoamento, ocupação e organização do território. Esta herança materializa-se num importante legado de natureza arqueológica, arquitectónica, etnográfica e documental, que deverá ser entendido, simultaneamente, como fator identitário e como recurso com enorme potencial nas estratégias de promoção e valorização deste território.

Nas áreas planálticas das serras da Aboboreira e do Castelo o número elevado de sítios pré-históricos conhecidos e estudados faz-se notar graças ao projeto de investigação do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, e dos quais se destacam na paisagem os

Fig. 4.4. Monumento Nacional de Chã de Parada I e Área Arqueológica do Freixo – Cidade Romana de Tongobriga.



monumentos megalíticos. Já na Idade do Ferro, os sítios conhecidos ocupam sobretudo as encostas das bacias do Douro e do Tâmega, enquanto que durante a Romanização as áreas de vale mostram ser as preferidas na estratégia de ocupação do território. Apesar da sua posição geográfica periférica nas serras do Baixo Tâmega, é incontornável o valor fortemente identitário para a região que constitui a cidade romana de Tongóbriga e a Área Arqueológica do Freixo (Fig. 4.4).

A estratégia de ocupação das encostas e dos vales dos principais cursos de água que atravessam o território mantém-se para o período medieval, destacando-se mais uma vez os vales do Douro e Tâmega. Nas áreas de vale, as casas nobres marcam fortemente a paisagem atual e constituem, sem dúvida, um dos elementos identitários mais fortes da região, embora de uma forma menos acentuada na área das Serras orientais. Os aglomerados rurais de montanha, que ocupam zonas das serras acima dos 700 metros de altitude, integram uma série de elementos patrimoniais que no seu conjunto individualizam este território de uma forma bastante distintiva: os mosaicos agrícolas, os moinhos, as eiras e os espigueiros, os caminhos e as redes de captação e distribuição de água.

4.2. Património e paisagem: unidades homogéneas

O território analisado encerra uma considerável diversidade de condições biofísicas e realidades paisagísticas assim como de elementos patrimoniais. Esta diversidade permite o reconhecimento de quatro unidades homogéneas, fortemente marcadas pela fisiografia do terreno e pela hidrografia associada (Fig. 4.5): Aboboreira e Castelo, Marão, Ovelha, e Ovil.

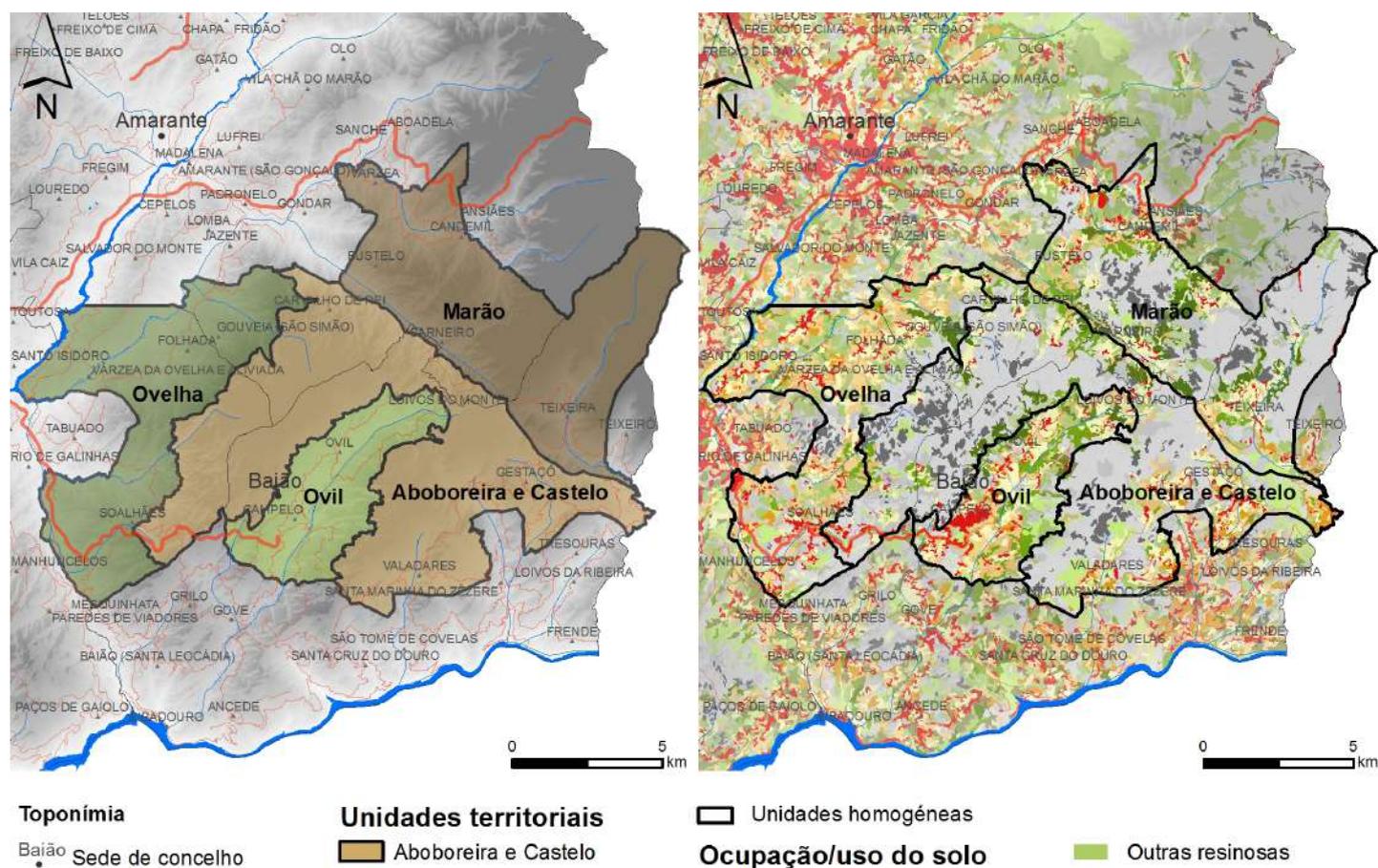


Fig. 4.5 - As quatro unidades homogéneas do território estudado no Baixo Tâmega

4.2.1. Aboboreira e Castelo

Esta unidade homogénea corresponde às áreas graníticas de planalto e de vertente, na Serra da Aboboreira e na Serra do castelo (Fig. 4.6). Estas duas serras constituem duas sub-unidades bem individualizadas, que comunicam através da portela de Chã de Arcas (Loivos do Monte), na parte superior da bacia do Rio Ovil.

A subunidade Aboboreira corresponde ao planalto central e vertentes circundantes da serra da Aboboreira, incluindo territórios pertencentes aos municípios de Amarante (a norte), Baião (a sul) e Marco de Canaveses (a ocidente). Esta subunidade localiza-se a altitudes em geral superiores a 700 metros, em locais com clima de Terra Temperada Fria e uma geologia contínua de granitos. Inclui espaços de relevo ondulado associado a espaços de planalto com declives que aumentam para as linhas de cabeceira onde se formam as principais linhas de água do território. Este espaço de baixa densidade de ocupação e pressão humana apresenta regossolos com limitações à produção agro-florestal, em particular ao nível da espessura e da pedregosidade. Os incêndios florestais têm contribuído para a diminuição do coberto florestal, tendência localmente contrariada pela arborização com espécies exóticas ou pela recuperação espontânea das áreas de quercíneas.

A paisagem desta subunidade é caracterizada pelo predomínio dos espaços abertos com vegetação de porte baixo, em particular nas áreas planálticas. Dominam os matos rasteiros e os prados de gramíneas altas, perpetuados pelos incêndios e por algum pastoreio. Os domos e blocos graníticos são também comuns na paisagem (Fig. 4.6). Do ponto de vista da biodiversidade, assinala-se a presença de uma rica fauna de aves típicas de espaços abertos, bem como de turfeiras residuais nas cabeceiras de algumas linhas de água. Nas vertentes da serra da Aboboreira é por vezes vigorosa a regeneração espontânea da floresta nativa de carvalhos. Se promovido, este revestimento vegetal poderá cumprir importantes funções ecológicas, como o sequestro de carbono e a formação de novo solo, e contribuir para a gestão de riscos como os incêndios, a erosão dos solos e os deslizamentos de terras.

As pressões e os fatores de risco podem originar processos degradativos sobre os recursos e o património natural e cultural. Os serviços de ecossistema, em particular os de regulação, podem diminuir a vulnerabilidade do meio e dos elementos presentes. Na subunidade Aboboreira verifica-se um histórico de fogo e um elevado risco de incêndio, além de expectativas sobre a exploração dos recursos naturais e a localização de atividades humanas. Estes riscos e o aumento da pressão humana podem colocar em causa os importantes serviços de regulação e culturais presentes. Além disso, o caráter de altitude e de cabeceira deste espaço pode originar processos degradativos que influenciem as bacias contíguas.

A subunidade homogénea Castelo ocupa o extremo sudeste da área estudada e está integralmente incluída no concelho de Baião, na transição dos espaços de altitude para as cabeceiras dos afluentes do rio Douro. Apesar da similaridade com a unidade anterior, este espaço apresenta uma maior heterogeneidade ao englobar uma maior amplitude de condições naturais. Assim, a geologia inclui granitos, granodioritos biotíticos e áreas pontuais de xistos, o que resulta na presença de espaços de planalto de baixo declive na vizinhança de áreas mais rugosas e íngremes de ocupação agro-florestal, acompanhadas por pequenos assentamentos humanos no terço superior e médio das pequenas bacias hidrográficas. Os aglomerados urbanos acompanham áreas agrícolas e povoamentos florestais de pinheiro-bravo e eucalipto, em forte regressão devido à elevada recorrência dos incêndios florestais e a uma maior densidade de elementos e de atividade humana.

Do ponto de vista da paisagem e do património natural, esta subunidade inclui duas realidades distintas. A primeira, correspondente às áreas serranas do Castelo, é bastante semelhante à acima descrita para a subunidade Aboboreira, embora apresente evidências mais profundas de degradação, principalmente pelos incêndios e pela construção de caminhos florestais e parques eólicos. Esta área possui, no entanto, uma elevada importância funcional na ecologia do território, uma vez que assegura, através da portela de Carneiro, a ligação ao maciço do Marão. A segunda área inclui os mosaicos agrícolas e agro-florestais de Viariz, Valadares e Gestação, situados a menor altitude a assegurando a transição gradual para o Douro. Trata-se de mosaicos com elevado valor cénico e elevada diversidade ecológica, onde os elementos patrimoniais associados à atividade agrícola apresentam maior relevância e potencial em termos de valorização futura.

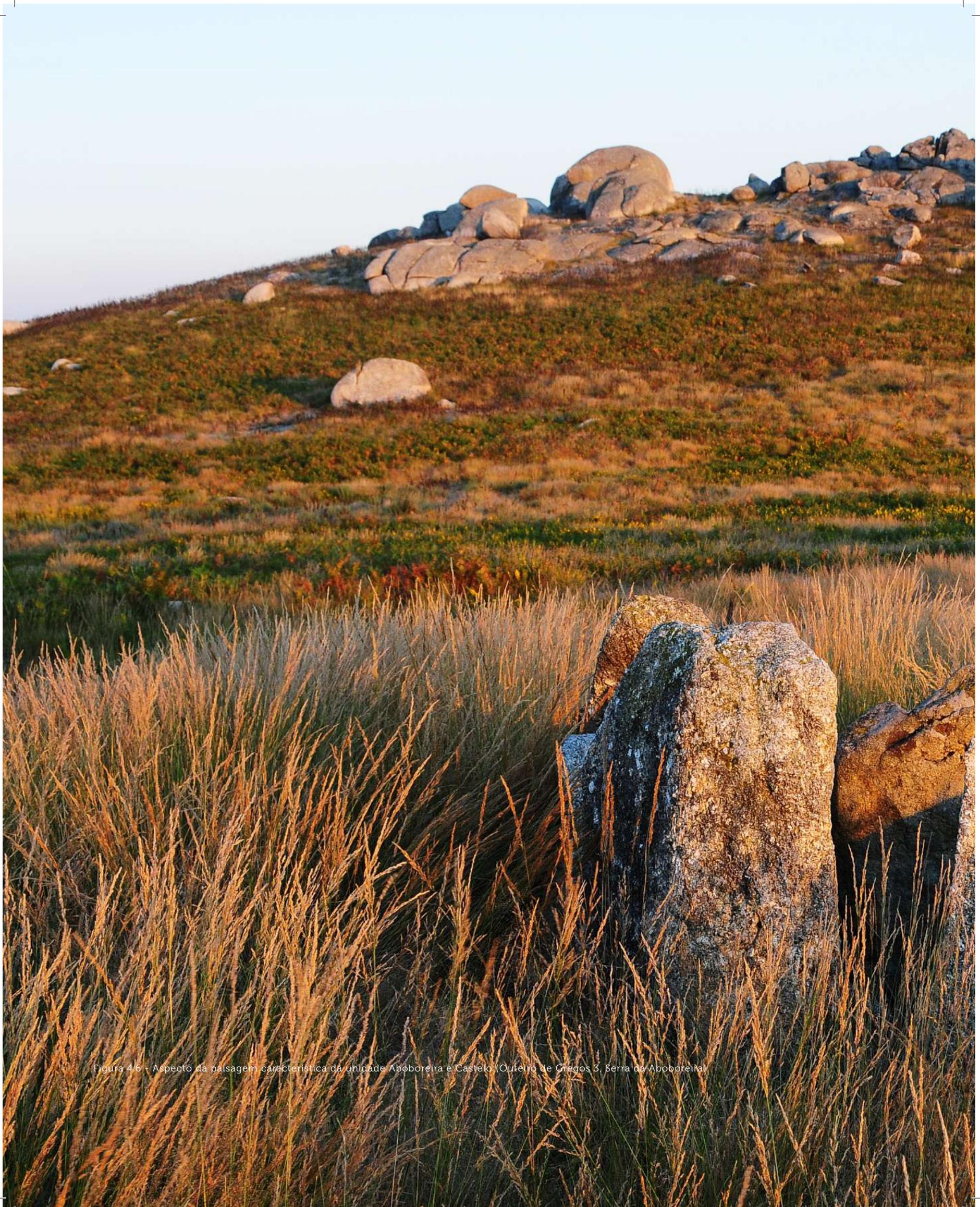


Figura 4.6 - Aspecto da paisagem característica da unidade Aboboreira e Castelo (Outeiro de Gregos 3, Serra da Aboboreira)



Na subunidade de Castelo, os riscos de incêndio (nos espaços de incultos e floresta) e de erosão do solo (nas áreas agrícolas) originam perdas ao nível dos valores económicos das produções locais, mas também ao nível da regulação da quantidade e qualidade da água e do solo. Verifica-se assim um conflito potencial entre fatores de risco e os importantes serviços de regulação e culturais presentes.

Do ponto de vista do património cultural, a unidade Aboboreira e Castelo caracteriza-se pela forte presença da ocupação desse território durante a pré-história recente, que abrange um período cronológico de quatro mil anos (V ao I milénio A.C.) e inclui diferentes vestígios arqueológicos que hoje se conhecem graças ao projeto de investigação do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira. Destes, destacam-se pela importância científica os monumentos com tumulus, os povoados e os sepulcros da Idade do Bronze.

Pela natureza deste tipo de vestígios, os primeiros revelam maior potencial em termos de valorização futura e atração turística, dominando sobretudo as zonas planálticas acima dos 800 m de altitude, formando núcleos como Chã de Arcas, Chã de Parada, Chã de Carvalho, Outeiro de Ante, Outeiro de Gregos (Fig. 4.6) ou Meninas do Crasto (Fig. 4.13). O processo de "necropolização" permitiu acrescentar ao longo do tempo e em determinados espaços várias construções tumulares que espelham a crescente complexificação do ritual funerário. Os dólmenes de corredor de Chã de Parada I, na Serra da Aboboreira, e de Chã de Arcas V, na Serra do Castelo, destacam-se por deterem já espaços próprios para o desenvolvimento de cerimónias rituais dentro do próprio espaço sepulcral, em que a arte megalítica desempenha também um papel de relevo. A mamoa I de Chã de Carvalho marca o limiar na transformação do comportamento simbólico e religioso do homem pré-histórico, materializado na forma de sepultar os seus mortos. Apesar de manter algumas características construtivas tradicionais, comuns aos monumentos megalíticos, o seu ritual funerário introduz inovações, não só por estarmos em presença de uma cista, mas sobretudo por se tratar de uma inumação individual acompanhada de espólio rico e dignificante. Dos sepulcros tipo "caim" da Serra da Aboboreira da Idade do Bronze destacamos o de Outeiro de Gregos I, pelas estruturas rituais anexas, únicas em toda a fachada atlântica europeia. Durante a 2ª metade do II milénio A.C., assiste-se a um abandono dos planaltos para a realização de práticas funerárias, passando a construir-se, a meia encosta, sepulturas individuais escavadas no saibro e com um única oferenda, como é o caso da Necrópole do Tapado da Caldeira.

Os povoados mais estruturados datam também da Idade de Bronze e localizam-se sobretudo na área periférica da Aboboreira, tratando-se de habitats de tipo "fossa", situados nas imediações de limites de linhas de água e sem preocupações defensivas – Bouça do Frade e Lavra - e na ocupação de sítios alcantilados com um evidente controlo visual face a vales de rios importantes - Alto da Caldeira e Castelo de Matos. Esta concentração de povoamento revela uma ocupação sedentária intensa para este território até ao final da Idade do Bronze.

Durante a Idade Média, regista-se, neste território, a presença de estruturas defensivas, identificadas como Castelos, implantados em locais topograficamente elevados, com características naturais de defesa. Na Aboboreira destacamos o de Cotos (Várzea de Ovelha) pela preservação da muralha e pela sua implantação topográfica que nos permite perceber o papel preponderante que terá desempenhado na defesa das terras de todo o vale do Ovelha. Em Castelo de Matos, na Serra do Castelo, foi aqui construído o Castelo que capitaneou a "Terra de Baião", em meados do séc. XI. Tratava-se de uma fortificação em madeira, destruída pelo fogo, nas cinzas da qual se encontrou a espada de um cavaleiro, exemplar único do período da reconquista cristã encontrado até então em todo o território nacional.

Acima dos 700 m de altitude, destacam-se, nas encostas das duas serras, alguns aglomerados rurais de montanha de grande valor patrimonial, por apresentarem características particulares: a individualização de uma eira comum, implantada em local destacado, e envolvida por conjuntos de espigueiros; a separação das casas do campo, fazendo com que a aglomeração do povoado seja rodeada por um cintura de campos, prados e hortas; a abundância das águas, cujo aproveitamento se traduziu na construção de uma rede de estruturas arquitectónicas para controlar os mananciais e distribuí-los onde necessário.

Na área do Castelo, sobretudo na vertente voltada ao Douro, destacam-se ainda algumas casas abrasonadas dos séculos XVIII e XIX, e a Igreja de São Tiago de Valadares, de feição românica tardia mantendo notáveis frescos quatrocentistas atrás do retábulo-mor (Fig. 4.7). É ainda de nota a capela da Sra. da Graça em Gestação por manter na capela-mor o teto abobadado quinhentista o que justifica a presença de fortes contrafortes no exterior. Na área da Aboboreira, é de assinalar a Capela de Santa Comba, que ainda no século XVIII era igreja paroquial, onde muito recentemente foram descobertos frescos quinhentistas, atrás do retábulo-mor de feição barroca.



Figura 4.7 - Frescos quatrocentistas da Igreja de Santiago de Valadares.

4.2.2. Marão

A unidade Marão inclui os espaços florestais e silvo-pastoris do extremo sudoeste da serra do Marão, bem como os mosaicos rurais de Murgido, Carneiro, Teixeira e Mafómedes, nos concelhos de Amarante e Baião. Esta unidade, na zona mais interior do território descrito, apresenta uma razoável extensão e por isso uma elevada diversidade de condições naturais e características morfológicas. O espaço abrange parte das bacias dos rios Teixeira e Fornelo, assegurando a continuidade e a influência ecológica da serra do Marão. Na área mais elevada encontram-se as temperaturas mais baixas e as precipitações mais elevadas (Terra Fria de Montanha em transição para Alta-Montanha). A diversidade geológica, à base de rochas metassedimentares, inclusive de xistos ardosíferos, define uma unidade de declives vigorosos. Os espaços agro-florestais apresentam áreas consideráveis de culturas arvenses e de pastagens e importantes áreas de solos em socalcos com um carácter crescente de extensificação, ou mesmo de abandono produtivo.

A paisagem desta unidade é fortemente condicionada pela fisiografia vigorosa da serra do Marão e da bacia superior do rio Teixeira. À semelhança da unidade anterior, também aqui é possível opor a rusticidade e o carácter agreste da paisagem serrana à amenidade e produtividade dos mosaicos agro-florestais. Nas áreas mais elevadas predomina um coberto vegetal rasteiro, dominado por matos de urze e carqueja e com presença frequente de afloramentos rochosos, que no caso dos xistos constituem habitat de plantas endémicas e raras no contexto nacional (Fig. 4.8). Estes espaços serranos incluem importantes extensões de habitats protegidos e uma relevante fauna de vertebrados, destacando-se a presença do lobo-ibérico. Assinala-se ainda a presença de importantes vestígios da antiga atividade mineira, com elevado potencial de valorização turística e pedagógica. Os mosaicos agro-florestais caracterizam-se pela multiplicidade de pequenas parcelas agrícolas, frequentemente instaladas em socalcos, e pela presença importante de floresta nativa de carvalhos e outras folhosas como o castanheiro e o freixo. Devido ao seu elevado valor natural, esta unidade encontra-se quase integralmente incluída na Rede "Natura 2000" (Sítio de Importância Comunitária "Alvão-Marão").

Na unidade do Marão, além do elevado risco de ignição de incêndio, destacam-se os riscos de movimentação de massas, sejam de vertentes ou por erosão hídrica superficial. Nesta área, destacam-se as freguesias de Teixeira, Teixeira e Carneiro, associadas a zonas de povoamento relativamente consolidado e a partir do qual surge um conjunto de espaços de matriz agrícola e agro-florestal que se desenvolvem em vales encaixados e com elevados declives, em particular ao longo das ribeiras de Patacão e Zêzere. A manutenção das estruturas tradicionais de conservação do solo e da água pode ajudar a diminuir o conflito com os elevados serviços de regulação identificados para esta unidade, em particular para os vales dos rios Fornelo e Marão.



Figura 4.8 - A fístografia vigorosa e a vegetação rasteira constituem dois elementos distintivos da paisagem da Serra do Marão.



Figura 4.9 - A Igreja Matriz da Teixeira

Apesar de estarem inventariados na Serra do Marão sítios com ocupação desde a pré-história recente até à Idade Média, a ausência de investigação arqueológica não permite tecer grandes considerações sobre nenhum deles, com exceção da provável importância que esta serra deteve durante o período da Romanização, a avaliar pela possível presença de um acampamento romano, provavelmente relacionado pela presença de minhas de estanho e pela via de atravessamento junto do vale do Fomelo. Destacam-se ainda os aglomerados rurais de montanha de Murgido e de Mafómedes, que se implantam em pequenos vales isolados. O primeiro pelas eiras comunitárias e o segundo pelo pastoreio comunitário que se mantém até aos nossos dias, iniciando-se a jornada com o toque do como para reunir os rebanhos de cabras. Estes aglomerados exibem um padrão de implantação distintivo das restantes serras do Baixo Tâmega, por ocuparem acanhados vales isolados. Estes são também os casos de Covelo do Monte (Aboadela) ou Mouquim (Rebordelo). A casa separa-se claramente do campo. As povoações são rodeadas por um estreito aro de hortas e lameiros a que se seguem folhas de cereal abertas onde já só domina a extensão dos terrenos incultos, apropriada apenas ao pastoreio dos gados. Destaque ainda para o Pelourinho da Teixeira e a Igreja de S. Pedro. O pelourinho recorda o facto de Teixeira ter já sido concelho, e a igreja de S. Pedro é notável pelas dimensões e pela decoração barroca da fachada (Fig. 4.9).

4.2.3. Ovelha

A unidade Ovelha corresponde ao vale inferior do rio Ovelha e a grande parte da bacia do rio Galinhas, na vertente ocidental da Aboboreira e maioritariamente no concelho de Marco de Canaveses. Esta unidade localiza-se nos espaços de menor altitude da área de estudo, com uma elevada homogeneidade em termos geológicos (granito) e geomorfológicos, com declives baixos a médios em espaços ondulados. A inserção no Vale do Tâmega define as exposições dominantes a Norte e as respetivas colaterais. Esta unidade inclui desde áreas com elevada densidade e ganhos populacionais, como é o caso de Soalhães, até espaços isolados em pequenos vales de altitude. Ao longo deste gradiente verifica-se uma diminuição das áreas agrícolas intensivas, de espaço edificado e densidade de rede viária e um aumento dos espaços florestais, sejam de floresta de produção ou conservação (Fig. 4.10).

Esta unidade é a que apresenta uma maior transformação da paisagem pelas atividades produtivas e pela expansão urbana. Trata-se de um território dominado pelos espaços agrícolas e pela floresta de produção, com o pinheiro-bravo e o eucalipto como espécies arbóreas mais cultivadas. Nos espaços agrícolas, assinala-se a singular presença do lódão como árvore de suporte à vinha de enforcado. Os espaços intersticiais e os campos abandonados constituem nesta unidade importantes refúgios para a flora e para a fauna, bem como elementos estabilizadores da paisagem e reguladores das perigosidades naturais. Os vales dos rios Ovelha e Galinhas constituem importantes corredores ecológicos, estruturantes desta unidade. O rio Ovelha, em particular, apresenta um importante corredor ripário que interessa preservar e valorizar (Fig. 4.11).

A unidade Ovelha apresenta uma pressão humana média a elevada na freguesia de Soalhães, com a compactação do solo e outros processos físicos e químicos degradativos associados. Verifica-se também um potencial médio a elevado de risco de invasão biológica por plantas exóticas lenhosas (como a mimosa e a austrália), riscos de erosão e de movimentação de vertentes, e focos de risco de incêndio que ameaçam os serviços de produção e de regulação próprios destas paisagens agrícolas de elevado valor natural e cultural.

No que diz respeito ao património cultural, e mais especificamente ao arqueológico, correspondendo esta unidade à vertente mais ocidental da Serra da Aboboreira voltamos a identificar alguns monumentos com tumulus para a época pré-histórica que integram o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira.

Para os restantes períodos da história destacam-se o Alto do Castelo do Crasto (Soalhães, Marco de Canaveses), a necrópole medieval da Carvalha da Belandro (S. Simão de Gouveia, Amarante) e a Ponte do Arco sobre o rio Ovelha (Fig. 4.11). Trata-se de estações arqueológicas importantes com ocupação durante a romanização e a Alta Idade Média. O Alto do Castelo do Crasto (ou "Castro Soalhão", como também é conhecido) abrange um conjunto de três cabeços contíguos, que dominam a zona de vale atravessada pela estrada romana que ligava Bracara Augusta (Braga) e Emérita Augusta (Mérida, Espanha). A importância desta estação estará assim certamente relacionada com o controlo desta via principal, não só durante a época romana como também na medieval, conforme se verifica na quantidade de vestígios ainda hoje detetados, como são, a título de exemplo, as diversas linhas de muralha e o fosso.



Figura 4.10 - Antigo moinho na margem do Rio Ovelha, enquadrado por um espaço florestal de conservação

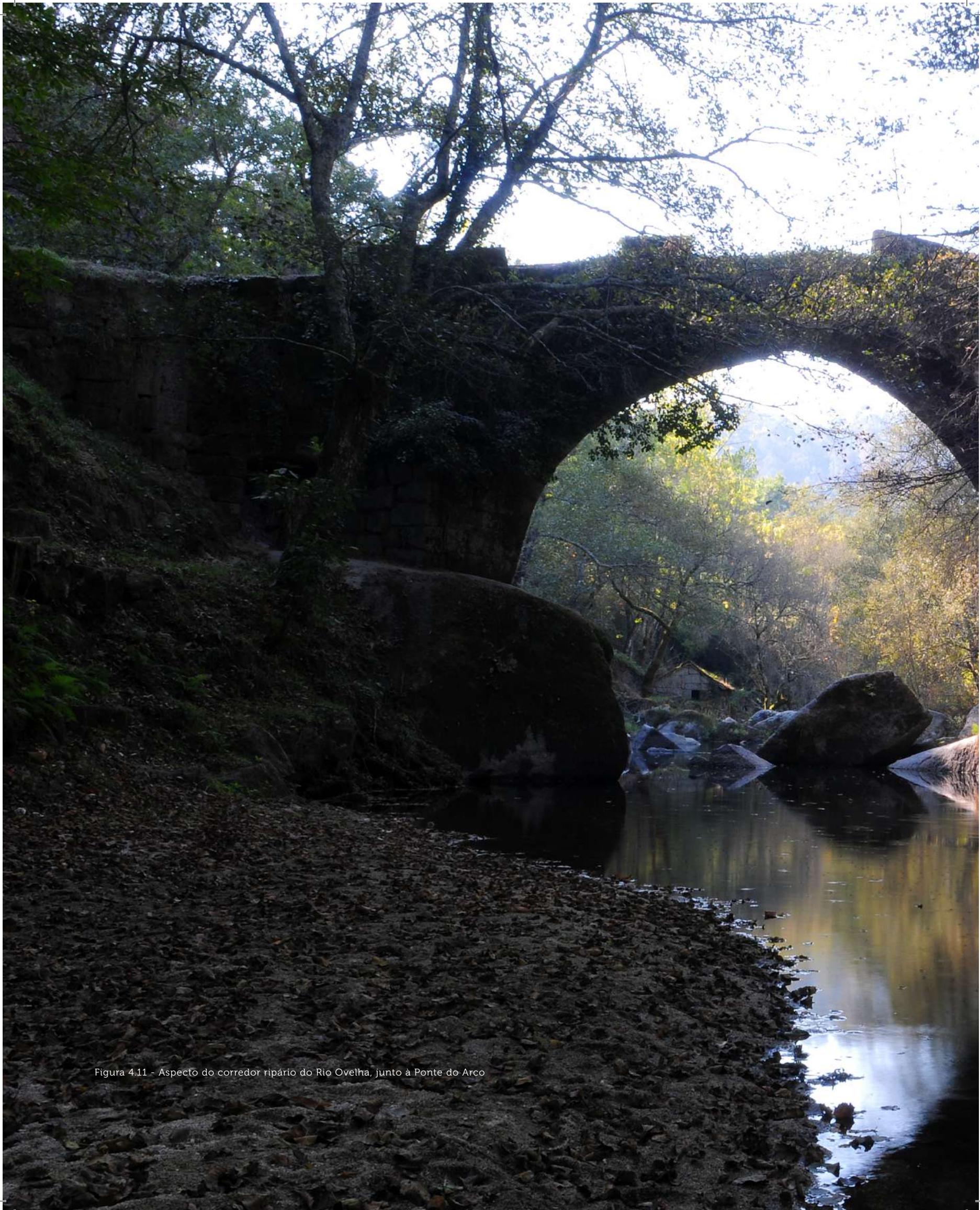
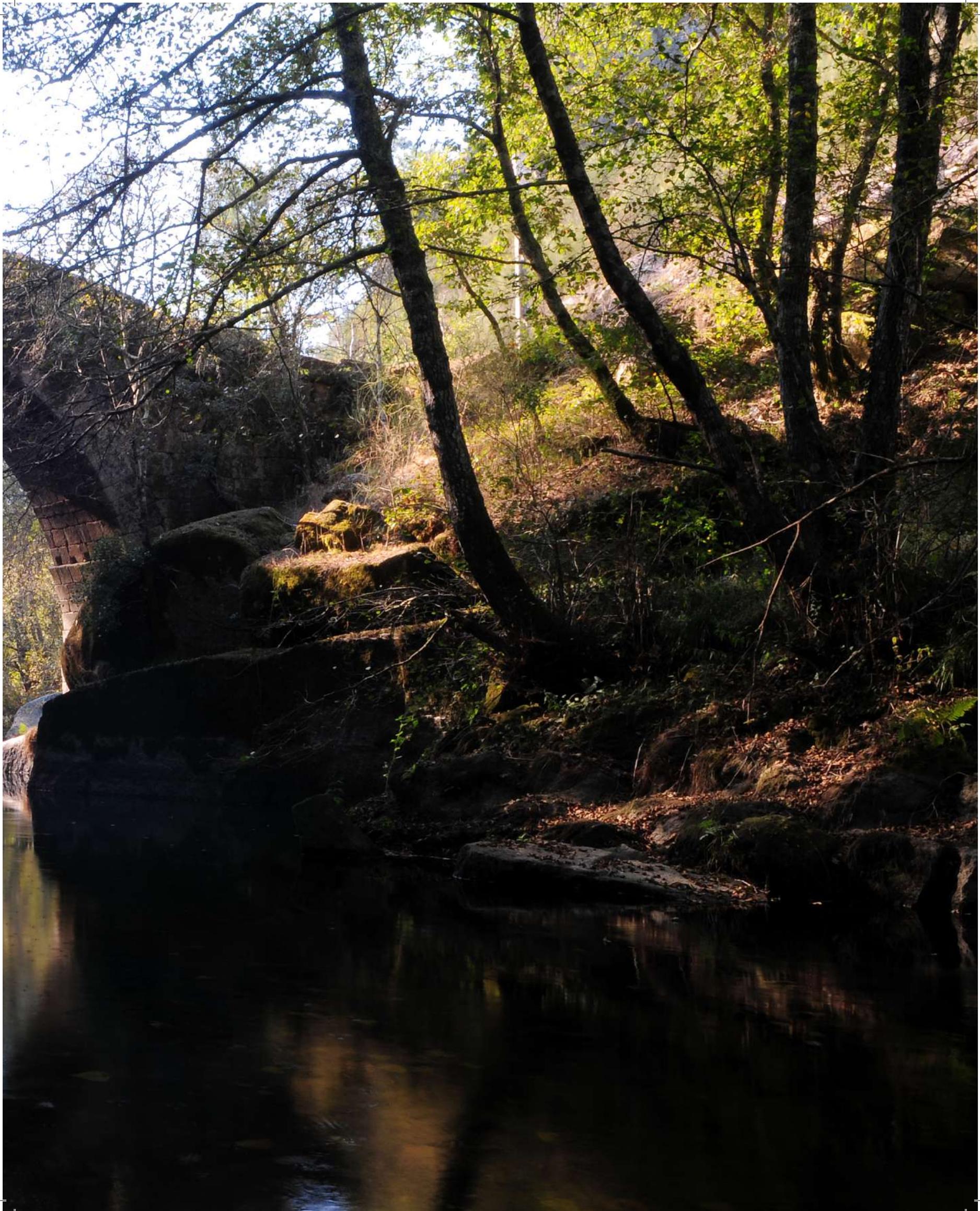


Figura 4.11 - Aspecto do corredor ripário do Rio Ovelha, junto à Ponte do Arco



A necrópole da Carvalha de Belandro é composta por um conjunto de nove sepulturas escavadas na rocha, de forma antropomórfica, sendo ainda visíveis à superfície fragmentos cerâmicos que apontam para uma ocupação anterior, de cronologia romana. É de destacar ainda o facto de esta necrópole se implantar na proximidade do Castelo Velho de S. Simão da Gouveia. É ainda de notar a presença das Igrejas de valor excepcional de São João Baptista da Folhada e de São Martinho de Soalhães, de origem românica, com transformações profundas efetuadas durante o séc. XVIII.

4.2.4. Ovil

A unidade Ovil (Fig. 4.12) corresponde ao vale agrícola e agro-florestal do rio Ovil, no concelho de Baião. Esta unidade localiza-se na proximidade e na influência do Douro, com um clima relativamente ameno no quadro regional com predomínio da Terra Temperada Quente. A litologia granítica, os declives moderados em formas de relevo suaves e muito ondulados, e a orientação dominante a Sul e colaterais contribuem para a elevada fertilidade média dos solos. Este facto relaciona-se com a densidade humana, que apresenta uma tendência de aumento em torno de Baião, e com as tendências de intensificação agrícola, em particular com o aumento das parcelas contínuas de vinha, de outras culturas arbóreo-arbustivas e mesmo de horticultura. A amenidade local justificou a exploração histórica do meio através da extensão dos antrossolos, mas também a densidade de parcelas e dinâmicas de mudança de ocupação e uso do solo.

Integralmente localizada no concelho de Baião, esta unidade ocupa uma posição central no território estudado. Situado entre as serras da Aboboreira e do Castelo, o vale do rio Ovil apresenta hoje uma paisagem diversificada e com elevado valor cénico e ecológico. Constitui uma área de excelência para a valorização de serviços ecossistémicos em paisagens rurais multifuncionais. Destaca-se a presença da Mata da Reixela, a mais importante área de floresta nativa da região e uma das mais importantes de todo o Douro Litoral. Para além deste espaço, a floresta ocupa, a par da agricultura, um lugar de destaque nesta unidade, pela sua diversidade e continuidade. Também importantes são os prados seminaturais e os corredores ripários do rio Ovil e dos seus principais afluentes.

A unidade Ovil apresenta uma considerável pressão humana no interior da área de trabalho. O elevado risco de erosão do solo associa-se ao risco localizado de movimentos de vertentes em áreas de socacos abandonados. A fragmentação das parcelas e a intensificação produtiva resulta na perda de recursos biológicos, nomeadamente de património genético cultivado. Neste sentido, as dinâmicas e tendências recentes ameaçam acima de tudo os serviços de produção, mas também os de regulação em espaços ou habitats de maior valor e interesse ecológico.

A ocupação intensa deste vale em épocas mais recentes e o facto de não ter sido alvo de uma prospecção mais intensa explica o número baixo de sítios inventariados para o património arqueológico. Não obstante, esta ocupação recuará certamente a épocas mais antigas, incluindo a pré-história e a romanização, como atestam alguns dos achados avulsos que chegam até nós ocasionalmente. Tratando-se de uma área central no território, é aqui que se concentram as terras férteis e aráveis, predominando ainda algumas casas de raiz medieval, como por exemplo a Casa de Penaventosa, relacionada com a posse da terra e com o poder senhorial que os seus proprietários desempenharam desde essa época. As transformações ocorridas nestas casas, sobretudo a partir do século XVIII, vêm reforçar a imagem da importância social e económica que estas famílias detinham no território. Outras, como as Casas de Arcouce (Fig. 4.13) e a Casa de Chavães, foram já construídas ao longo dos séculos XVIII e XIX, e atestam a riqueza, a importância social e económica dos seus proprietários, sendo estes os principais detentores das terras onde essas casas estão implantadas.

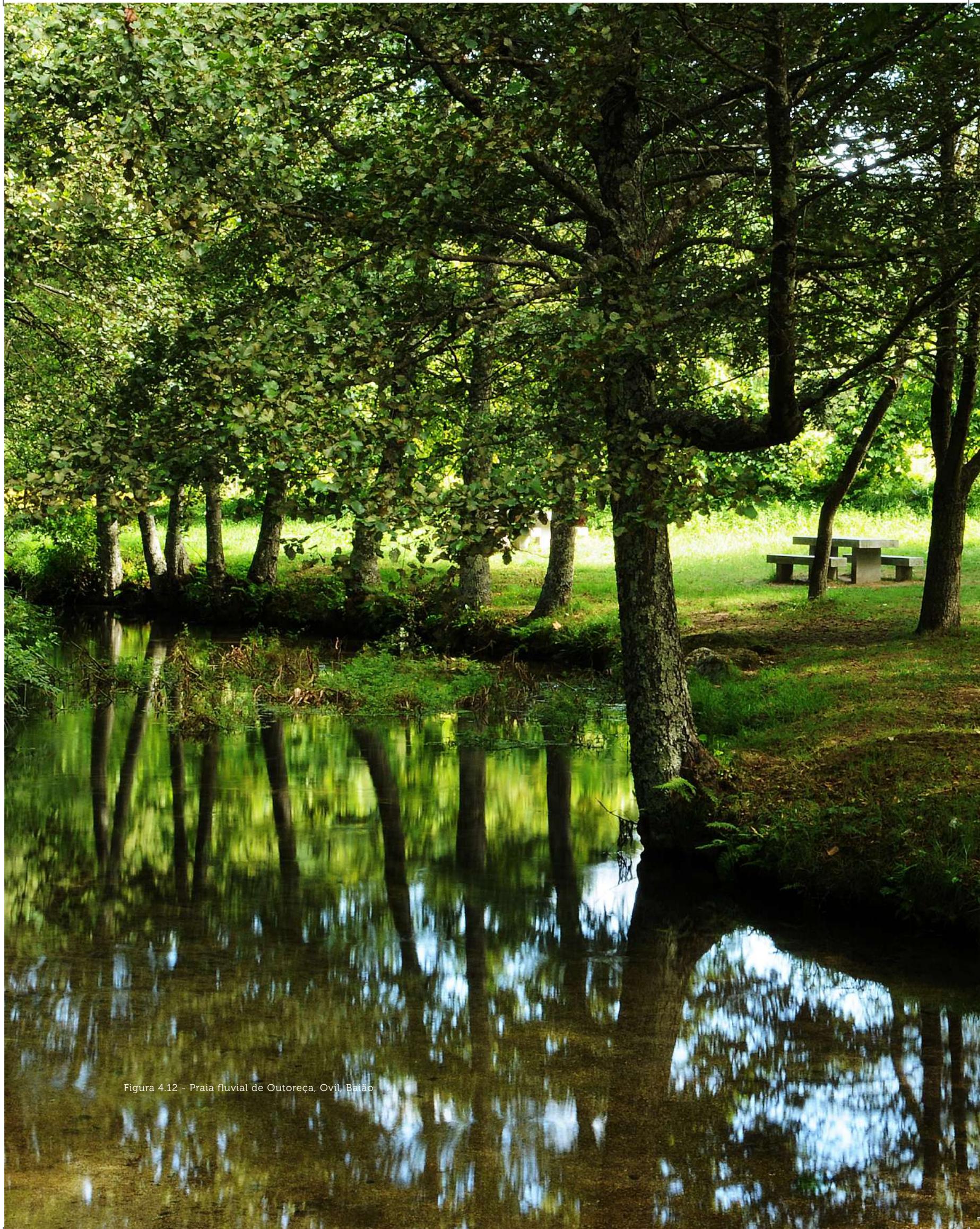


Figura 4.12 - Praia fluvial de Outoreça, Ovil, Baião

Figura 4.13 - Casa de Arcouce, Loivos do Monte, Baião



4.3. A Aboboreira: património, natureza e paisagem. Um olhar sobre o futuro

4.3.1. Património natural, paisagens culturais e território

As áreas serranas do território e os vales que com elas confinam possuem um significado ecológico e paisagístico particular nos contextos local e regional, pelo que urge definir as linhas orientadoras de uma estratégia de conservação e valorização do património natural. Esta região, mais do que pela presença assinalável de elementos biológicos e ecológicos com valor excepcional, destaca-se pela diversidade e pelo valor ecológico do conjunto dos seus ecossistemas e mosaicos paisagísticos, dos quais depende uma considerável diversidade biológica.

Assim, uma estratégia de conservação e valorização do património e dos recursos terá inevitavelmente de se concretizar através de medidas relacionadas com os usos do solo com maior significado em termos de área ocupada. De facto, a preservação, ao longo do tempo, da notável biodiversidade destas paisagens serranas esteve ligada à diversidade e ao carácter extensivo das práticas de gestão agrícola, florestal e silvo-pastoril. A conservação futura de uma tal diversidade biológica, fruto da complexidade dos mosaicos paisagísticos em causa, dificilmente será compatível com um cenário de intensificação generalizada das práticas no espaço rural, que invariavelmente conduz à uniformização ecológica e à vulgarização biológica destes espaços, com a conseqüente perda de capacidade de provisão de serviços ecossistémicos. De igual modo, o reforço da tendência de abandono do espaço rural, bem visível em muitas áreas serranas nacionais, teria como conseqüência a perda de diversidade ecológica e paisagística, bem como o incremento de determinados riscos naturais e fenómenos de degradação (como os incêndios), com a previsível perda de habitats, biodiversidade e serviços ecossistémicos.

O futuro modelo de desenvolvimento agro-rural para esta região deverá privilegiar a valorização da multiplicidade de bens e serviços que um território com estas características pode oferecer aos seus residentes e visitantes. A valorização da multifuncionalidade da paisagem, enquanto paradigma de desenvolvimento dos territórios rurais marginais, deverá ser favorecida face à especialização das práticas produtivas, em particular se esta for acompanhada por uma perda de diversidade dos produtos cultivados e por uma simplificação dos mosaicos paisagísticos. A biodiversidade, a geodiversidade, a paisagem e o património cultural surgem assim como fatores de promoção, competitividade e sustentabilidade territorial no quadro de uma estratégia integrada e coerente de desenvolvimento sustentável.

Uma possível visão para o desenvolvimento deste território advogaria um espaço qualificado e indutor de dinâmicas e iniciativas sociais e económicas, promotor da agroecologia serrana, ordenado, povoado, seguro e apreciado pelas populações, com gestão colaborativa e participada. Um espaço interpretado, espacial e temporalmente referenciado, aberto ao visitante, de ciência, criador e exportador de conhecimento, educativo, com elevado potencial pedagógico, de referência, ou seja, um território de distinção. Em síntese, um espaço (re)conhecido, seguro e viável, vivo e com uma perspectiva temporal do passado como suporte fundamental da sustentabilidade territorial.

Trata-se de uma visão que compatibiliza e promove a presença do Homem no território, alicerçada na valorização das práticas extensivas de uso do solo e no reforço da complementaridade de usos e funções na paisagem, no contexto de um ordenamento de atividades e usos baseado em zonagens do valor natural e das aptidões do espaço. Uma tal estratégia, antagónica de uma visão redutora do espaço classificado, deverá permitir a salvaguarda dos elementos mais notáveis do património natural, espécies e habitats com estatutos nacionais e/ou internacionais de conservação, vários dos quais são parte integrante das paisagens agrícolas, florestais ou agro-florestais.



Igualmente importante, na análise particular dos impactos de novas infraestruturas no território, será o reforço da continuidade ecológica com o sistema Alvão-Marão, numa lógica de compatibilização com a estratégia a conceber. A construção de grandes infraestruturas, a intensificação e o abandono dos usos do solo no espaço rural, os incêndios e a invasão por espécies exóticas constituem atualmente as principais fontes de pressão sobre a biodiversidade e os ecossistemas do território estudado. A antecipação e mitigação dos efeitos destes promotores de alteração constituirão, portanto, os principais desafios na salvaguarda deste importante património.

Neste contexto, como orientações gerais para uma tal estratégia de valorização do território descrito, assinalam-se:

- a preservação e a gestão ativa do património natural, tendo como prioridade estratégica o reforço da proteção e a classificação como área de Paisagem Protegida Regional, mas prevendo também outras linhas de ação mais transversais, promotoras da qualidade ecológica e paisagística do território, como sejam a atualização da cartografia de valores naturais, o restauro ecológico de parcelas de habitat degradadas, o combate às espécies vegetais exóticas com carácter invasor, a promoção de áreas de regeneração natural da floresta autóctone de carvalhos, e o estabelecimento de um programa de monitorização da biodiversidade e dos habitats;
- a valorização do conhecimento tradicional e do património natural e cultural, através da concepção e implementação de projetos e ações de valorização do património e promoção territorial, em estreita articulação entre o património natural e o património cultural, numa ótica de valorização e qualificação da ruralidade do território; assim como da identificação, caracterização e valorização dos recursos biológicos domésticos e cultivados numa perspetiva de conservação e suporte à manutenção e inovação dos produtos tradicionais locais;
- a capacitação individual, institucional e territorial, implementando programas integrados, à escala regional, de educação e formação profissional, numa aposta nas capacidades individuais mas também no desenvolvimento e organização institucional, devidamente orientados para propostas e intervenções integradas à escala territorial e articulados com o empreendedorismo social e empresarial; de grande importância será também o reforço das ações de informação, sensibilização e educação ambientais, junto da comunidade escolar, dos agentes económicos e da população em geral, procurando incrementar a sua capacidade de interpretação, envolvimento e apoio à visitação do espaço;
- a promoção económica, a inovação e o empreendedorismo, valorizando o potencial produtivo e as atividades económicas tradicionais ou emergentes com procura e viabilidade social, considerando uma estratégia de promoção que valorize a qualidade e os aspetos distintivos intrínsecos e introduzidos nos produtos ou serviços, a tradição e a inovação, associando produtos e valores à capacidade de (re)invenção local, e a proximidade física entre a geração e o incentivo ao consumo local dos produtos e serviços gerados;
- a promoção e valorização das atividades produtivas no espaço rural, apoiando os usos agro-florestais diversificados e extensivos, e as práticas de produção que lhes estão associadas, promovendo assim modelos de gestão indutores de diversidade na paisagem; mas também reforçando a aposta em processos de transformação e produtos regionais de qualidade, na sua relação com as dinâmicas de turismo rural, realização periódica de eventos locais com vista à dinamização e promoção territorial; este reforço e melhoria das produções primárias deverá incluir a inovação ao nível da apresentação e dos sistemas de comercialização, com a promoção de fileiras produtivas tradicionais e produtos inovadores, a implementação e gestão de denominações de origem e certificação, e a valorização de atividades complementares no espaço rural como sejam as atividades turísticas;
- a valorização de serviços de ecossistema e a gestão integrada de riscos naturais e tecnológicos, através da concepção e implementação de projetos de valorização dos múltiplos serviços dos agroecossistemas, dos ecossistemas naturais e da paisagem, numa ótica de gestão sustentável dos recursos naturais assim como da avaliação e gestão dos riscos ambientais; mas também da implementação de um sistema de avaliação e monitorização territorial, centrado na gestão integrada de riscos através da sua previsão e prevenção, em articulação com as populações, os agentes económicos e a proteção civil;

importa ainda um esforço contínuo de qualificação do território, com o planeamento e instalação de infraestruturas e equipamentos, e a promoção de um urbanismo de qualidade;

- a produção de conhecimento e a prestação de serviços especializados no contexto regional alargado, através da promoção da investigação científica aplicada sobre o mundo rural, os espaços de montanha, a sua biodiversidade e a sua (sócio-)ecologia, na sua relação com os processos de inovação de sistemas, processos e produtos que valorizem o conhecimento tradicional; do desenvolvimento de programas e redes de investigação multidisciplinares sobre a caracterização e valoração do património natural e cultural, a gestão da biodiversidade e a conservação de recursos naturais e culturais em paisagens rurais em mudança; e da valorização e disseminação de conteúdos na promoção territorial, apoio à visitação e suporte à decisão técnica e política.

Património cultural e identidade

De igual modo, a relevância que o património cultural desempenha no território como elemento identitário torna-o num recurso e factor com enorme potencial na promoção e no desenvolvimento sustentado da região. Importa pois, em primeiro lugar, garantir a salvaguarda e conservação desse património cultural através dos instrumentos legais ao dispor dos municípios, integrando-o nos principais planos, enquadrados por regulamentos adequados e eficazes. Esta garantia deveria ser reforçada com a iniciação de processos de classificação para os bens considerados de valor elevado e excepcional, constituindo também uma mais-valia em termos de projeção e reconhecimento exterior, ao mesmo tempo que se beneficiaria de maior viabilidade em futuros projetos e candidaturas, habitual e prioritariamente dirigidas para o património com estatuto de classificação.

A gestão e a valorização do património cultural estão intimamente relacionadas com o conhecimento que temos sobre o mesmo. Esse conhecimento apresenta atualmente várias lacunas que deveriam ser minimizadas através da definição e implementação de um plano de investigação a curto, médio e a longo prazo, sobretudo para os bens que apresentam grande potencialidade para a promoção e a dinamização deste território. Também a valorização e a divulgação dos bens de grande valor patrimonial deveriam integrar um plano de desenvolvimento que previsse a realização de intervenções físicas de conservação e reabilitação dos sítios e monumentos, das respectivas envolventes e dos valores naturais presentes, a colocação de sinalética informativa adequada, e a sua integração em circuitos, roteiros e percursos temáticos e transdisciplinares.

Os valores culturais e os estudos sobre eles produzidos devem ser considerados e desenvolvidos em associação com os valores do património natural, tendo em vista uma solução integrada e sustentada de gestão do território. Paralelamente, todo o trabalho que se venha a desenvolver no futuro deverá sempre ter em atenção, em primeiro lugar, os próprios proprietários dos monumentos e sítios, devendo ser criados mecanismos de incentivo eficazes que promovam a salvaguarda; e as próprias populações, cujas expectativas de retorno ao nível económico e de bem-estar não devem ser defraudadas, tendo em consideração o investimento público necessário a estas intervenções.

Dada a concentração e importância da componente essencialmente arqueológica dos bens culturais representados em determinadas áreas do território (Fig. 4.13), deve ser considerada a futura criação – a médio/longo prazo – de um Parque Arqueológico, no quadro da legislação em vigor que estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de parque arqueológico. A este propósito é de realçar que, tal como aí se encontram enunciados, os objectivos da criação de Parques Arqueológicos – “a) Proteger, conservar e divulgar o património arqueológico; b) Desenvolver acções tendentes à salvaguarda dos valores culturais e naturais existentes na área do parque arqueológico; c) Promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e das comunidades abrangidas.” – e o estatuto que lhes está associado é perfeitamente compatível com o da Paisagem Protegida Regional e reforça ainda a componente cultural específica que o particulariza.



Informação, monitorização e governância

A complexidade dos contextos e dos propósitos indicam que estas intervenções ganham coerência e sustentabilidade com o desenvolvimento de um sistema de informação e monitorização territorial, suportado por um Sistema de Informação Geográfica (SIG) que integre os dados e as aplicações de gestão produzidos pelos atores presentes. A gestão e o processamento contínuo dos fluxos de dados numa lógica de acumulação distribuída e mobilização facilitam a formação de redes de conhecimento e a comunicação dos produtos e serviços gerados em torno das potenciais parcerias. O SIG pode assumir o papel de elemento central, condutor e agregador dos recursos, produtos e atores em cada projeto e no quadro da gestão territorial. A natureza explícita e a multidimensionalidade do espaço permitem definir produtos de comunicação interessantes e um meio de integração de elementos multidisciplinares a partir desta plataforma tecnológica. O desenvolvimento de um geoportais pode garantir o acesso e partilha das bases de dados geográficas com outras instituições e instrumentos similares.

Além desta dimensão de arquivo, gestão e comunicação, este sistema deverá suportar um observatório e um sistema de monitorização do território e dos sistemas sócio-ecológicos locais, incidente sobre os elementos singulares notáveis do património natural e cultural, incluindo espécies biológicas com estatuto de conservação, ecossistemas de elevada naturalidade e monumentos arqueológicos ou arquitectónicos; os mosaicos paisagísticos e conjuntos de elementos naturais (e/ou culturais) de maior valor patrimonial; os níveis e padrões espaço-temporais de provisão dos principais serviços ecossistémicos; os padrões espaciais de ocupação e uso do solo e funções específicas da paisagem; a condição e tendências da população e do tecido social e económico no espaço rural; e a implementação de planos, programas e estratégias relacionadas (direta ou indiretamente) com o património natural e/ou cultural.

O adequado desenvolvimento e funcionamento do SIG e serviços associados remete para a criação de uma estrutura de gestão própria, dedicada e participada, de natureza supramunicipal mas envolvendo também técnicos e representantes das autarquias e comunidades, dos agentes e associações locais, e das instituições de ensino e investigação no contexto regional. Tratar-se-ia de uma estrutura técnica coordenadora de planeamento com capacidade, disponibilidade e continuidade temporal, com missão e responsabilidades bem definidas, que assumiria um papel central na gestão e dinamização do espaço assim como na canalização de fundos e investimentos que enquadrem e financiem as orientações estratégicas consideradas prioritárias em cada momento.

No entanto, para que o desenvolvimento harmonioso do território venha a ser uma realidade, será fundamental envolver as populações locais, mas também toda a sociedade civil regional, através de um modelo de desenvolvimento participativo e de governância colaborativa. Através da participação, promove-se a responsabilização e a capacitação individual dos diversos agentes públicos e privados para a definição periódica das opções de desenvolvimento e investimento. Uma tal abordagem deverá prever estratégias e práticas de proposta, discussão e negociação a diversos níveis e momentos, em que sejam considerados todos os atores com responsabilidade, interesse e capacidade sobre o espaço, e em que sejam previstas a contratualização e responsabilização dos agentes privados e públicos, no quadro das opções territoriais e dos compromissos coletivos.



Ficha Técnica

Título

Aboboreira património, natureza e paisagem – vol. I

Autores

Capítulo 3

O património e paisagem cultural

Amândio Jorge Morais Barros

(Instituto Politécnico do Porto-Escola Superior de Educação; CITCEM - Faculdade de Letras da UP)

Anabela Sá

(Arqueóloga. Colaboradora da Arqueologia e Património)

Carla Stockler

(Câmara Municipal de Baião; Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira)

Lurdes Cunha

(Bolsista da FCT; Colaboradora da Arqueologia e Património)

Paulo Dordio

(Plano de Salvaguarda do Património, Baixo Sabor; CITCEM - Faculdade de Letras da UP)

Ricardo Teixeira

(Arqueologia e Património; CITCEM - Faculdade de Letras da UP)

Capítulo 4

A paisagem, o património e o futuro

Carla Stockler

(Câmara Municipal de Baião; Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira)

Joaquim Mamede Alonso

(Instituto Politécnico de Viana do Castelo)

João Honrado

(CIBIO/InBIO & Faculdade de Ciências, Universidade do Porto)

Ricardo Teixeira

(Arqueologia e Património; CITCEM - Faculdade de Letras da UP)

Supervisão Geral

Ricardo Magalhães
(Associação de Municípios do Baixo Tâmega)

Hugo Vaz
(Associação de Municípios do Baixo Tâmega)

Designer

Carlos Gallo

Impressão

Impress24

I.S.B.N. 972-98989-56-43

Depósito Legal N.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

